



Trabalhos
de
Antropologia
e
Etnologia

VOL. 37
(3-4)

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1997



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918.

Instituição colectiva de utilidade pública

(D.R. n.º 89, 2.ª série, de 16/04/1987).

Inscrita na Cons. do Registo C. do Porto sob o n.º 49.

Pessoa Colectiva n.º 501663614.



Sede: Faculdade de Ciências do Porto

Praça Gomes Teixeira

4050 Porto (Portugal)

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* — Susana Oliveira Jorge; *Secretários* — Mário Jorge Barroca; Ana Maria Bettencourt.

Direcção: *Presidente* — Vítor Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* — Maria de Jesus Sanches; *Secretário* — Henrique Gomes de Araújo; *Tesoureira* — Ana Leite da Cunha; *Vogais* — António Manuel Silva; Paula Mota Santos; Paulo Castro Seixas; Alexandra Cerveira Lima; Sandra Carla Barbosa.

Conselho Fiscal: *Presidente* — Eduardo Jorge Silva; *Secretários* — Sérgio Monteiro Rodrigues; Carla Stockler Nunes.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia



TRABALHOS
DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Revista inter e transdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas

VOL. XXXVII
Fasc. 3-4



27.11.1997

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1997

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)
Ano 79º vol. XXXVII fasc. 3-4 1997

Coordenação deste volume

Vítor Oliveira Jorge

Agradece-se a colaboração de Brian J. O'Neill

Redacção

Direcção da S.P.A.E.

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia
Faculdade de Ciências do Porto
Praça Gomes Teixeira
4050 PORTO (Portugal)
(Inscrita na D.G. da Comunicação Social sob o nº 212407).

Composição, Impressão e Acabamento

Litografia A.C.
R. Conselheiro Lobato, 179 – 4700 BRAGA
Telefone 72967/616540 – Fax 612008

Maio de 1997.

Tiragem: 1.500 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 – 243 X

Para o vol. 37 (fasc. 1-2 e 3-4) dos TAE foram solicitados, ou recebidos, apoios da Reitoria da Universidade do Porto, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Engº António de Almeida, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Governo Civil do Porto e Câmara Municipal do Porto.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

SUMÁRIO

<i>Preâmbulo</i>	7
<i>Novas perspectivas sobre sociedades de caçadores-recolectores. Revisão crítica de “Man the Hunter”, por Sérgio E. Monteiro-Rodrigues</i>	9
<i>O que podem as emoções? – Antropologia histórica do Vinho do Porto, por Henrique Costa Gomes de Araújo</i>	29
<i>Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua arqueologia, por Virgílio Hipólito Correia</i>	41
<i>Réplica a Virgílio H. Correia, por Jorge de Alarcão</i>	87
<i>Teologia moral e relações de parentesco. Leitura antropológica do livro “Practica do Confessionário” de 1737, por Fernando Matos Rodrigues & José Augusto Maia Marques</i>	91
<i>Managing a new rock art site, por Jane Kolber</i>	119
 DOSSIER – FAMÍLIA E HERANÇA EM PORTUGAL II - FAMÍLIAS, CASAS E LOCALIDADES - PERSPECTIVAS DIACRÓNICAS	
<i>Nota de apresentação</i>	126
<i>A posição familiar dos jovens no século XVIII, por Álvaro Ferreira da Silva</i> ...	127
<i>A família como ideologia e prática na indústria têxtil do Noroeste de Portugal na época de Salazar, 1930-70, por Alice Ingerson</i>	159
<i>Casas suburbanas e estilos de vida rurais no Sul de Portugal, por Denise Lawrence-Zúñiga</i>	197
<i>Vila Velha revisitada: anti-anti Cutileiro?, por Francisco Martins Ramos</i>	219
<i>Comunidade, espaço, localidade - algumas reflexões suscitadas por um estudo de caso, por José Manuel Sobral</i>	235
<i>Posfácio – O encontro da história e da antropologia em Portugal, por Georges Augustins</i>	265

VÁRIA

<i>Protocolo entre a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE) e a Associação Portuguesa de Antropologia (APA)</i>	277
<i>Filmes etnográficos apresentados pela SPAEE</i>	278
<i>Conferências de Michel Lorblanchet na Faculdade de Letras do Porto.....</i>	278
<i>Mestrado de arqueologia pré-histórica 1996/97.....</i>	279
<i>1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico – Instituto Politécnico de Tomar, 29-30 Abril 97</i>	281
<i>Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular-ADECAP.....</i>	282
<i>3º Congresso de Arqueologia Peninsular – Vila Real, UTAD, 23-27 Setembro de 1999</i>	291

PREÂMBULO

Concluímos com este tomo o vol. XXXVII dos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia” e, com ele, o “dossier” que, graças à colaboração de Brian J. O’Neill, do ISCTE, dedicámos ao tema “Herança e Família em Portugal”.

Continuamos a manifestar uma total receptividade em relação à colaboração, nas nossas páginas, de elementos da ampla comunidade de investigadores das chamadas ciências sociais e humanas, ao serviço de cuja criatividade se encontra esta revista, que já faz 80 anos em 1998. A única condição (para além da óbvia qualidade dos respectivos textos) é que estes não sejam exclusivamente técnicos, isto é, contenham elementos capazes de interessar pessoas exteriores ao domínio particular em que cada um investiga, ou com que cada um especialmente se preocupa. Não se trata, naturalmente, de apelar a trabalhos de divulgação, que terão outro(s) lugar(es), mas de artigos que se situem nas zonas de sobreposição de vários campos tradicionais do saber ou, mesmo, os atravessem transversalmente.

Sabemos como isso é difícil, sem cair em simplismos, reducionismos, meras metáforas que não abrem nada de novo, antes tornam ainda mais opacas as ideias, ou disfarçam ignorâncias. Mas é no problemático, gerador de outros pensamentos e portanto de crítica, é onde está o risco, que dá gosto, de facto, apostar, e é aí que esta publicação se pode tornar complementar de outras já existentes, nomeadamente “universitárias”, onde a tendência para o “entricheiramento” em diferentes “campos” é, por vezes, na prática, inevitável.

Conhecemos bem, através da nossa actividade profissional, onde temos assistido a (ou participado em) muitas provas académicas, o perigo desse enclausuramento, a que certamente nós próprios não escapamos. Pessoas interessantíssimas na sua relação quotidiana, inquietas, problematizantes, vivas, quando submetidas a avaliação pública naquele contexto académico (doutoramento ou, sobretudo, agregação), refugiam-se por vezes em temas e em métodos que, sem deixarem de ser sérios, trabalhosos, e eventualmente úteis, se podem tornar eventualmente fastidiosos para o auditório, transformando tais provas mais em “ritos de passagem”, onde amiúde se vê o candidato sofrer, espartilhado por constrangimentos inibidores, do que em exercícios de verdadeira criatividade científica e cultural. Até as expressões menos canónicas ou os desabafos mais pessoais se podem tornar aí tropos previsíveis que têm o efeito de acentuar o mero simbolismo do acto. A argumentação nem sempre vai aos problemas de fundo, incómodos, refugiando-se antes na erudição

descritiva ou em metáforas que não questionam o peso acumulado das coisas consabidas. Terá de ser tão frequentemente assim?

Os “Trabalhos de Antropologia e Etnologia” quereriam ser um espaço mais de “respiração” científica e cultural onde, definitivamente, ao nível dos textos, não fosse assim.

Damos dois exemplos.

Existe uma Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Toda a gente sabe que a palavra “descobrimientos” não é pacífica; descobrimientos de quem e por quem? Encontro de culturas diferentes — sem tirar o mérito àqueles que, por vezes com risco das próprias vias, as promoveram — talvez. Por que não então, para variar, promover um debate que se poderia intitular, por exemplo, “A História ao Invés”, em que se convidassem historiadores e/ou antropólogos (a distinção é muitas vezes convencional) desses países antigamente “descobertos”, para dizerem, do ponto de vista deles, como foram esses contactos, e como se desenvolveram até hoje? Como nos foram “descobrimientos” os por nós supostamente “descobertos”? E como reagiriam os nossos historiadores (e/ou antropólogos) de hoje a essa visão descentrada? Era importante, então, convidar estes últimos para também se exprimirem. Dir-se-á que a ideia não é nova, tem vindo a ser posta em prática. Sim, mas sectorialmente. Que saibamos, nunca foi programada uma reunião global dessa natureza.

Outra questão: a presença da cultura portuguesa no mundo é, muitas vezes, encarada sob a forma de “embaixadas” em que alguns dos nossos “notáveis” (normalmente escritores e artistas) vão lá fora mostrar o que são e o que fazem. Está bem, mas não seria também importante, não tanto promover “semanas culturais portuguesas” aqui ou ali (as quais naturalmente têm já um público definido, talvez não muito expansível), mas assegurar a presença dos nossos “pensadores” em debates internacionais onde, de igual para igual, se focassem questões da contemporaneidade? Portugal não se afirmaria assim talvez melhor, até por ser uma actividade até aqui menos praticada, ou só exercida a título individual ou de pequenos grupos especializados? Onde estão — em revistas, simpósios, debates críticos — os nossos intelectuais, nos grandes fóros do momento? Fala-se tanto da construção da Europa, e não só da Europa económica, mas sobretudo cultural. Porém, como é possível contribuir para tal, enviando apenas emissários dos nossos — com o devido respeito — “produtos típicos”? Dar a conhecer a realidade nacional é útil, mas promover, programada e atempadamente, a presença portuguesa no cerne dos debates contemporâneos, é estrategicamente também muito importante, do nosso ponto de vista.

Será que alguém quer pegar nestas “deixas” e iniciar, sobre esses e outros assuntos, um debate actual, sob a forma de textos de reflexão a incluir nesta revista?

Porto, Março de 1997.

Vitor Oliveira Jorge

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE SOCIEDADES DE CAÇADORES-RECOLECTORES. REVISÃO CRÍTICA DE “MAN THE HUNTER”*

por

Sérgio E. Monteiro-Rodrigues**

0. INTRODUÇÃO

Muito embora no decurso do Simpósio *Man the Hunter* (realizado em Chicago em 1966) numerosos temas relativos às sociedades de caçadores-recolectores tivessem sido revistos à luz das novas perspectivas da época, a “imagem” que delas permaneceu, praticamente até aos nossos dias, foi a sintetizada por R. B. Lee e I. Devore em *Nomadic Style*. Neste capítulo, inserido na obra que resultou do referido simpósio, estes autores procuraram reunir toda uma série de elementos sociais, económicos, tecnológicos, demográficos, etc., susceptíveis de caracterizar de forma abrangente e global este tipo de sociedade. Recentemente (e mesmo já durante o Simpósio), tal caracterização foi alvo de contestação uma vez que outros antropólogos a consideraram reducionista.

Neste artigo, procurámos apresentar as suas críticas a alguns dos princípios gerais que desde os anos 60 foram, sistematicamente, tidos como certos. São eles:

- O de que as sociedades de caçadores-recolectores são *sociedades simples*;
- O de que a *fluidez social* se destina à resolução de conflitos no interior dos grupos;
- O de que os caçadores-recolectores actuais não podem ilustrar o modo de vida dos do passado apenas por factores de ordem histórica;
- O de que os caçadores-recolectores vivem num sistema socio-político de *comunismo primitivo*.

* Trabalho realizado no âmbito da cadeira de “Modelos Sociológicos em Arqueologia”, integrada no Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ano lectivo de 1991-1992).

** Assistente de Arqueologia e Pré-História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1. 0 NOMADIC STYLE

De acordo com R. Lee e I. Devore (LEE e DEVORE, 1968), os caçadores-recolectores vivem em bandos, ou seja, pequenos grupos com cerca de 25 a 50 pessoas. O seu modo de subsistência baseia-se na caça e na recollecção de produtos selvagens, sendo esta última actividade mais importante do que a primeira. Ciclicamente, e de acordo com os ritmos sazonais, movimentam-se dentro de um vasto território de exploração onde vão construindo acampamentos constituídos, em média, por 6 a 8 cabanas.

Dada a importância da manutenção de um equilíbrio constante entre população e recursos naturais, os caçadores-recolectores veem-se obrigados a desenvolver mecanismos de controle demográfico, que vão desde o infanticídio até à própria contenção sexual, sustentada pela criação de tabus relativos à prática de relações sob determinadas circunstâncias. Assim, nestes grupos, a densidade demográfica é da ordem de 1 indivíduo por cerca de 2 quilómetros quadrados. Esta relação significa que os níveis de consumo oscilam somente entre 30% a 40% do total de capacidade de carga do nicho ecológico, situação que se revela ideal, já que evita o esgotamento dos alimentos disponíveis. Quando se verifica qualquer alteração neste equilíbrio surgem imediatamente mecanismos naturais que tendem a restabelecê-lo - por exemplo, doenças e mortes resultantes da má nutrição.

Do ponto de vista social, os caçadores-recolectores correspondem a sociedades acéfalas e igualitárias. Este igualitarismo é consequência de vários factores subjacentes ao seu estilo de vida. Por um lado, o nomadismo é incompatível com a posse de propriedade, quer móvel — pelas dificuldades que esta coloca às deslocações —, quer imóvel — dado que o constante movimento impede a criação de laços com estruturas habitacionais e com a terra. Segundo vários autores, esta última é concebida como um bem pertencente a todos os indivíduos, independentemente da comunidade de origem. Tende assim a haver uma “igualitarização” natural entre as pessoas.

Por outro lado, devido à grande disponibilidade de recursos na natureza, o armazenamento de produtos torna-se desnecessário, pelo que não se geram quaisquer distinções hierárquicas baseadas na posse de riquezas acumuladas. Pelo contrário, os alimentos e outros bens adquiridos destinam-se ao consumo ou utilização imediatos, sendo repartidos igualmente pelos membros da comunidade ou entre comunidades.

Tal ideia de *partilha* é um dos princípios fundamentais que rege as relações sociais dos caçadores-recolectores. M. Sahlins (SAHLINS, 1974) chamou-lhe *generalized reciprocity*: dar sem esperar receber algo em troca é uma forma de garantir a segurança a prazo na medida em que aquele que dá poderá receber num

período de dificuldades. Ao mesmo tempo este comportamento atenua as diferenças entre os que têm mais e os que têm menos. De acordo com R. Lee, os caçadores-recolectores revelam uma forte aversão a qualquer factor que fomente diferenciação entre si. Por isso desenvolveram processos de nivelamento social, que o autor denomina *levelling devices*. Um deles, e talvez dos mais interessantes, tem a ver com a ridicularização através do humor de alguém que tente superiorizar-se dentro da comunidade. Entre os Bosquimanes !Kung, quando um caçador se envaidece pela grandiosidade da sua presa os companheiros troçam dela, dizendo que pouco vale. Procuram assim, subtilmente, anular o seu sentimento de autovalorização. Como refere o mesmo autor, o destaque social parece ser um tabu tão forte quanto o incesto (LEE, 1991).

Também nestas sociedades não existe qualquer autoridade política ou de chefia com poderes cristalizados e permanentes. De facto, as decisões importantes são, de um modo geral, tomadas democraticamente em reuniões onde participam homens e mulheres. As opiniões dos mais velhos ou de certos núcleos familiares podem, contudo, ter um maior peso face a determinadas deliberações.

Nas actividades diárias, nomeadamente na caça, existem "líderes" apenas com uma função coordenadora e orientadora, os quais se diluem imediatamente após a conclusão das referidas tarefas. Tal função é-lhes atribuída geralmente pelo facto de serem os indivíduos mais experientes.

Perante todo este quadro social, diversos autores, entre os quais R. Lee (LEE, 1968 e 1991), criaram a noção de *Comunismo Primitivo*, como sendo o sistema sócio-político subjacente às comunidades de caçadores-recolectores.

Uma outra característica destas sociedades salientada no simpósio *Man the Hunter* é a sua *fluides*. Por este conceito entende-se a capacidade dos indivíduos se integrarem noutros bandos ou se dedicarem a outras tarefas em função de uma dada circunstância. Este aspecto é fundamental na medida em que, por um lado, facilita a entrada de novos elementos numa comunidade com fins matrimoniais. Por outro, possibilita a separação dos seus membros em períodos de crise ou tensão.

Lee (LEE, 1968), Turnbull (TURNBULL, 1963) e Woodburn (WOODBURN, 1968) detectaram este comportamento social entre os Bosquimanes !Kung, os Pigmeus MButi e os Hadza, respectivamente. Durante cerca de 10 meses estes caçadores-recolectores viviam em grupos relativamente numerosos, próximos entre si. Na época em que os recursos abundavam dividiam-se em sub-bandos que se dispersavam por um vasto território. Naquele período, de aproximadamente 2 meses, eram poucos os contactos que mantinham com o bando de origem. Quando interrogados sobre as razões destas movimentações, os caçadores justificavam-se dizendo que nos meses de maior escassez necessitavam de estar mais unidos para

conseguirem uma recollecção de alimentos rentável. Já nos períodos de abundância, pelo contrário, podiam separar-se pois “a caça quase podia ser apanhada à mão”.

Estes antropólogos, no entanto, verificaram que ao longo do ano não existia nenhuma oscilação significativa nem na quantidade de caça nem de produtos recolectáveis que explicasse tal comportamento. Assim, interpretaram-no como um mecanismo de manutenção da *ordem social*. Durante os 10 meses em que viviam juntos desenvolviam-se, dentro do bando, conflitos e estados de tensão que era urgente libertar. Por isso, os caçadores “inventaram” uma época de abundância para se separarem, após a qual estavam prontos para se reunir novamente, não afectando, deste modo, a coesão do grupo.

Este mecanismo é possível graças ao sistema de *Comunismo Primitivo* em que estas populações vivem. A ausência de propriedade, a inexistência de chefes, bem como o princípio da reciprocidade, facilitam a passagem de indivíduos de bando para bando. Por outro lado, como referem os autores acima citados, a desvalorização dos laços de parentesco nas comunidades de caçadores-recolectores torna ainda mais viável o abandono dos grupos a que pertencem e a respectiva integração em novos bandos perante situações de pressão.

2. CAÇADORES-RECOLECTORES: SOCIEDADES SIMPLES?

Uma das primeiras impressões deixadas pelo *Nomadic Style* é a de que todas as sociedades de caçadores-recolectores são *simples* — ou seja, correspondem à forma de organização social mais elementar conhecida. Como tal, são nómadas, pois como não produzem os seus alimentos têm de circular por um vasto território onde os adquirem no estado selvagem; são igualitárias, devido ao sistema que garante a distribuição igualitária da riqueza que possuem; vivem em pequenos grupos com baixa densidade demográfica, condição fundamental para a manutenção do equilíbrio com os recursos; e apresentam uma tecnologia rudimentar.

Esta perspectiva traduz claramente a tendência evolucionista da Antropologia dos anos 60, na medida em que se considera que as sociedades de caçadores-recolectores, pelo facto de revelarem um modelo de organização que à partida mais se assemelha com o das sociedades pré-históricas, têm de incluir necessariamente, e apenas, formas incipientes de estruturação social. Deste modo, perante as controversas “populações primitivas” do Hemisfério Norte, principalmente as da costa ocidental dos EUA (os índios *Chinook*, os *Kwakiutl*, os esquimós *Netsilik*, os *Ainu*, entre muitos outros), que apresentavam uma grande complexidade, muitos antropólogos caíram na tentação de as considerar como excepções no quadro geral das sociedades de caçadores-recolectores. Na opinião de alguns, elas resultariam de um processo evolutivo ocorrido em sociedades inicialmente mais simples; segun-

do outros, seriam o fruto do contacto com a civilização ocidental.

Suttles (SUTTLES, 1968), Balikci (BALIKCI, 1968), Watanabe (WATANABE, 1968), e mais tarde A. Testart (TESTART, 1982), assumem novas posições perante estas comunidades. Por um lado, acentuam a ideia de que elas devem ser de facto consideradas sociedades de caçadores-recolectores uma vez que a sua subsistência baseia-se predominantemente naquelas actividades. Por outro lado, referem que a sua complexidade social, mais do que ter sido consequência da evolução de sociedades *simples* como os Bosquimanes ou os Hadza, ou do contacto com a sociedade americana, parece antes resultar de um processo de adaptação a meios ecológicos com características muito próprias, onde se desenvolveu, como refere Testart, um *sistema tecno-económico baseado no armazenamento de produtos alimentares*.

Todas estas comunidades índias habitam regiões costeiras de altas latitudes onde há uma grande diversidade de recursos, predominantemente de origem marinha. Contudo, estes recursos estão marcados por uma forte sazonalidade, o que origina períodos de abundância (nos dois meses de verão) e de muita escassez (na maior parte do ano, com tendência a agravar-se em Janeiro e Fevereiro). Torna-se então necessário proceder ao seu armazenamento em grande escala de modo a que a sobrevivência esteja sempre garantida.

Como consequência desta prática, as populações adquirem um modo de vida sedentário (ou semi-sedentário, se considerarmos que durante os meses de verão há grupos que deixam o acampamento para irem recolher alimentos) — primeiro, porque a grande quantidade de recursos armazenados evita que as populações tenham de se deslocar em massa para os obter; segundo, porque o seu volume dificulta o respectivo transporte de um local para outro; terceiro, porque o desenvolvimento de técnicas de conservação, nomeadamente a defumação (ideal para peixe e carnes gordas dos mamíferos marinhos) assegura a qualidade dos alimentos durante um longo espaço de tempo. L. Binford (BINFORD, 1983) refere igualmente a importância do armazenamento para a fixação dos caçadores-recolectores que denomina de *collectors*¹, entre os quais se poderão incluir os agora analisados.

Estas mudanças no modo de vida vão, por seu turno, reflectir-se em termos demográficos. Ao contrário do que sucede no Hemisfério Sul, onde os bandos não incluem mais de 50 pessoas, encontramos aqui acampamentos densamente povo-

¹ Aos *collectors*, Binford, contrapõe os *foragers*, caçadores-recolectores com um modo de vida do tipo do dos Bosquimanes. Como refere, *foragers typically do not store foods but gather goods daily. They range out gathering food on an "encounter" basis and return to their residential bases each afternoon or evening. (...) Another distinctive characteristic is that there may be considerable variability among foragers in the size of the mobile group as well as in the number of residential moves that are made during an annual cycle* (pág. 339).

ados, por vezes com mais de 500 habitantes. A explicação para este facto reside na capacidade em manter-se constante um valor elevado de recursos alimentares que faz com que, não só não existam restrições ao número de filhos por casal, como também estejam ausentes sintomas de má nutrição. Este último factor conduz, conseqüentemente, à diminuição da taxa de mortalidade.

Do ponto de vista arqueológico, estes mecanismos demográficos em sociedades de caçadores-recolectores assumem-se da máxima importância. De acordo com Binford (BINFORD, 1972 e 1988), a ocorrência da “Revolução Neolítica”, explicada à luz do modelo *Open Population System*, deve-se em parte ao crescimento de populações de tipo *collectors*, a partir das quais emergiram grupos que ocuparam ambientes ecológicos marginais. Aí sentiram a necessidade de criar novas estratégias de subsistência, entre as quais se inclui a própria agricultura.

Seguindo esta perspectiva, é possível aceitar a hipótese dos caçadores-recolectores do passado, principalmente os do Paleolítico Superior, não terem sido sociedades *simples*, ao contrário do que procuraram afirmar alguns arqueólogos dos anos 60, mas antes sociedades complexas, com uma dinâmica semelhante à de algumas comunidades de índios do Norte da América.

O sistema económico baseado no armazenamento favorece igualmente o nascimento de uma acentuada hierarquização social, traduzida pela desigual distribuição da riqueza. Ao contrário do que sucede nas populações africanas, não existe aqui a ideia de partilha ou reciprocidade. Cada família procura adquirir para si a maior quantidade possível de alimentos (e outros bens), visando enfrentar a carestia proporcionada pelo inverno. Deste modo, aquelas que possuem maiores *stocks*, são as que, normalmente, tendem a usufruir de um maior prestígio social e a controlar a comunidade. Logo à partida, podem converter os excedentes em objectos exóticos através de relações comerciais com populações periféricas. Pelo facto de serem sedentários não se levantam quaisquer problemas relativamente ao transporte de grandes peças metálicas ou de grandes recipientes de madeira (nestas regiões, a madeira substituiu a cerâmica durante muito tempo).

Quanto ao controle da comunidade, ele dá-se pela criação de situações de endividamento entre famílias ou indivíduos. Num período de maiores dificuldades, um grupo carente de produtos essenciais terá de contrair empréstimos aos mais abastados, os quais poderão ser pagos, posteriormente, através da prestação de serviços gratuitos. Esta situação conduz, inevitavelmente, ao aparecimento de uma sociedade escalonada e competitiva, onde a conflituosidade entre os seus membros poderá ser uma constante. Torna-se pois necessária, a existência de indivíduos mediadores das relações comunitárias, aos quais cabe a função de as regulamentar e, em última instância, as sancionar: os chefes.

Muito embora a sua autoridade seja incontestável — uma vez que a trans-

missão deste estatuto é hereditária — estes têm de a afirmar publicamente. Para isso recorrem essencialmente a duas estratégias: tanto usam símbolos materiais de poder (chapéus enfeitados com penas de certas aves, roupas muito decoradas, grandes casas, etc.) como, ciclicamente, organizam rituais denominados *Potlatch* em que distribuem a sua riqueza. Dois destes rituais mais significativos são a “Festa” dos *Chinook* e a “Festa da Gordura” dos *Kwakiutl*. Na primeira, o Grande Chefe e a sua família oferecem uma enorme refeição durante a qual são feitos concursos para ver quem come mais. Na segunda, a demonstração de ostentação e poder é feita através da distribuição de óleo de peixe, parte do qual destina-se a ser destruído numa fogueira sagrada. Tais rituais acentuam, sem dúvida, a imagem gloriosa dos respectivos líderes.

Após estas festas, onde todos participam, surge na consciência colectiva um sentimento de dívida para com os chefes. A forma encontrada para a saldar é, por um lado, a aceitação da sua autoridade, e por outro, o seu reconhecimento como *Senhor da Natureza*, ou seja, *o dono dos rios, do mar, das terras e das manadas*. Este estatuto é altamente lucrativo, pois significa que ele tem de receber o *Nootka* — tributo pelo qual lhe são dados grande parte dos produtos recolhidos no início de cada primavera.

Um outro aspecto ligado à complexidade social destas comunidades da América do Norte é o aparecimento de grupos profissionais especializados. A sua presença justifica-se, na opinião de A. Testart, pela existência de um “mercado” de consumidores suficientemente alargado, que em troca dos produtos por eles fabricados, fornece-lhes os bens essenciais à sua subsistência. Este sistema reflecte uma sociedade populacionalmente numerosa e com uma elevada quantidade de excedentes.

Em conclusão, parece poder afirmar-se que nem todas as sociedades de caçadores-recolectores correspondem às descritas por Lee e Devore na obra *Man the Hunter*. Como referem os vários autores que estudaram os índios da costa ocidental dos EUA, os biomas terrestres foram determinantes no aparecimento de uma grande variedade de formas de organização social nas comunidades humanas. No caso do Hemisfério Norte, como se viu, as condições climáticas adversas conduziram à adopção de uma estratégia de subsistência baseada no armazenamento a qual, por sua vez, originou um modo de vida sedentário, um aumento demográfico, uma clara hierarquização social e o nascimento de grupos profissionais especializados. No Hemisfério Sul, pelo contrário, a abundância de recursos durante todo o ano, ainda que dispersos por territórios com milhares de quilómetros quadrados, favoreceu o nomadismo, a baixa densidade populacional e a inexistência de uma autoridade política.

Qualquer um destes modelos sociais corresponde a uma resposta adaptativa, através da qual foi possível uma maior rentabilização económica do meio.

3. NOVA PERSPECTIVA DA NOÇÃO DE FLUIDEZ NAS SOCIEDADES DE CAÇADORES-RECOLECTORES

A *fluidéz* é uma das características fundamentais das sociedades de caçadores-recolectores. Segundo alguns antropólogos participantes no simpósio *Man the Hunter* (Woodburn, Turnbull, entre outros), ela funciona como mecanismo regulador das tensões existentes no interior das comunidades na medida em que permite a *fissão* dos grupos e, conseqüentemente, a libertação dos conflitos latentes. A sua manutenção torna assim possível, a prazo, a coesão dos indivíduos.

Como referimos anteriormente, a *fluidéz* existe devido a três factores principais:

- O primeiro relaciona-se com a riqueza dos nichos ecológicos ocupados por estas populações. Perante situações de conflituosidade, os laços que as unem podem ser facilmente quebrados dado que a interajuda não é fundamental à sobrevivência. Um indivíduo isolado pode suprimir aceder sem dificuldade aos produtos de que necessita para a sua alimentação.
- Em segundo lugar, a não existência de propriedade privada facilita o abandono de um determinado local sem que seja necessário abdicar de bens pessoais valiosos.
- Em terceiro lugar, graças aos princípios da *generalized reciprocity* e da hospitalidade, os quais pressupõem que qualquer comunidade está pronta a receber elementos “estranhos”. Como diz Turnbull (TURNBULL, 1968), a organização do bando não implica necessariamente relações de parentesco. Pelo contrário, os indivíduos que o formam estão unidos segundo critérios *ad hoc*, geralmente decorrentes de circunstâncias momentâneas.

Nesta perspectiva, os caçadores-recolectores foram vistos como *sociedades abertas*, desprovidas de membros fixos, circulando constantemente entre vários acampamentos.

Estudos mais recentes, realizados por Jon Pedersen e Espen Woehle (PEDERSEN e WOEHLE, 1991), sobre os *Bamgombi* e os *Efe* (populações de pigmeus), vieram pôr em questão esta ideia de uma organização social alietória, bem como justificar a *fluidéz*, não como um mecanismo de manutenção da ordem social, mas antes como uma resposta adaptativa ao estilo de vida resultante dos contactos com populações agrícolas que ocupam o território periférico ao dos pigmeus, os *Mpimú*.

a) A identidade dos grupos locais

Ainda que pertencentes à mesma etnia, há nos *Bamgombi* e nos *Efe* aspectos que os individualizam e lhes conferem uma certa identidade enquanto grupos autónomos. Logo a partida, cada uma destas comunidades tem um nome próprio, com o qual se identificam os seus habitantes. Do ponto de vista ritual, ambas apresentam um culto ligado a uma família de deuses da floresta, que embora seja estruturalmente semelhante entre si, inclui divindades com nomes diferentes. As danças cerimoniais são igualmente distintas. Os dois bandos reconhecem mutuamente os respectivos territórios de exploração e concebem-nos como propriedade daqueles que os ocupam.

Um outro elemento que demonstra a coesão dos grupos locais diz respeito à valorização dos laços familiares, os quais, segundo Jon Pedersen e Espen Woehle, constituem a base da união entre os indivíduos. De um modo geral, as famílias procuram manter-se unidas. Prova disso é, por exemplo, o elevado preço atribuído às noivas. Como estas sociedades praticam a exogamia e a patrilocalidade (o que implica a saída da mulher do seu bando para ir habitar o do homem), os casamentos tendem a ser bastante dificultados de modo a não haver rupturas nos laços de parentesco.

Ao darem estes exemplos, os autores citados, procuraram demonstrar que, de facto, os caçadores-recolectores não quebram facilmente as ligações com o grupo em que nasceram (aliás, durante todo um ano de trabalho de campo assistiram somente a duas mudanças residenciais). Se eventualmente ocorre uma fissão entre os membros do bando (geralmente por motivos de força maior), verifica-se que nos novos pequenos grupos que surgem, os indivíduos mantêm-se preferencialmente ligados por laços familiares. É possível, portanto, reformular-se a concepção tradicional da sociedade de caçadores-recolectores enquanto célula de organização extremamente "fluida", cujos elementos vivem passando constantemente de uns bandos para outros.

Não se pretende negar, porém, que eles se visitem mutuamente e se instalem por algum tempo noutras comunidades. Contudo, no decurso destes períodos, nunca deixam de se sentir como "estranhos", pois encontram-se num grupo a que realmente não pertencem.

b) Os caçadores-recolectores e os agricultores

Como os antropólogos têm vindo a constatar, as sociedades de caçadores-recolectores nunca viveram isoladas. Pelo contrário, mantiveram sempre relações com outras populações, por vezes detentoras de uma economia agrícola e com

formas muito complexas de organização social. Deste modo, tornou-se necessário o desenvolvimento de estratégias que viabilizassem a sua convivência.

No caso em análise, uma dessas estratégias parece ter sido a aquisição, por parte dos caçadores-recolectores, de uma certa *fluidez* social. Esta, mais do que destinar-se a aliviar tensões, permite-lhes a maximização de um alargado leque de actividades económicas disponíveis.

Durante o período das sementeiras e das colheitas, os agricultores *Mpimú* oferecem trabalho nos campos a alguns Pigmeus. Surge, assim, uma situação que implica *fissão social* entre os membros das comunidades *Bamgombi* e *Efe*: parte destes caçadores vai auxiliar os *Mpimú*, enquanto que os outros ficam a viver da caça e da recolção no seio da floresta. Conseguem, deste modo, obter mais “lucros” já que alargam claramente as suas estratégias de subsistência — ao que recolhem na floresta, juntam alguns bens fornecidos pelos agricultores.

Por outro lado, em certas épocas do ano, os *Mpimú* dedicam-se à caça (praticada por indivíduos especializados nesta actividade que nunca trabalham na terra) em consequência da diminuição dos produtos agrícolas. Gera-se, então, uma forte concorrência entre os *Mpimú* e os bandos de Pigmeus uma vez que passam todos a partilhar dos mesmos territórios de exploração. A solução encontrada pelos Pigmeus para superar este problema encontra-se uma vez mais ligada à capacidade de *fissão*: parte deles avança para o interior da floresta, onde a caça abunda; os outros permanecem com os agricultores, desempenhando funções de batedores. Como recompensa, podem usar com alguma frequência as armas de fogo que aqueles lhes emprestam, bastante mais eficazes do que as armas tradicionais.

Um outro factor que fomenta a *fluidez*, é o desejo constante de liberdade e de autonomia. Muito embora os laços estabelecidos com os *Mpimú* sejam considerados de grande importância (une-os um parentesco simbólico), os Pigmeus não hesitam em quebrá-los a partir do momento em que estes se transformem num mecanismo de domínio social por parte dos agricultores. Assim, quando eles lhes pedem a prestação de serviços gratuitos, os caçadores-recolectores regressam imediatamente à floresta, mantendo a sua independência.

Depois do trabalho realizado por Jon Pedersen e Espen Woehle, pode concluir-se que a *fluidez* e a capacidade de *fissão* demonstradas pelas sociedades de caçadores-recolectores não resultam exclusivamente dos factores que alguns antropólogos salientaram em 1966. Como vimos, a união dos bandos é sustentada sobretudo por laços familiares, pelo que é pouco provável que os indivíduos de determinados grupos locais se separem para se inserirem noutros grupos compostos por elementos “estranhos” ente si. Assim, a ideia desenvolvida por Turnbull, segundo a qual a *fluidez* se destinava à libertação de tensões acumuladas no seio

das comunidades, estará longe de se tornar um princípio geral. Aparentemente, tal comportamento social parece antes corresponder a uma *estratégia de convivência e de adaptação a contextos socio-ambientais específicos* (PEDERSEN e WOEHLE, 1991).

As populações que Turnbull estudou, e que o levaram a referir-se à *fluidez* nos moldes descritos, viviam em grandes povoados-reserva criados pelo governo do Zaire, aos quais não estavam habituadas. De acordo com Pedersen e Woehle, é natural que mediante tais condições de vida, os caçadores preferissem conquistar a sua autonomia regressando sozinhos à floresta, em vez de ficarem próximos da sua família, onde estariam privados de liberdade.

Durante o seu trabalho de campo, estes dois autores verificaram que a forma mais comum de *libertar tensões* era um certo "enclausuramento" generalizado dentro das cabanas, enquanto que alguém no seu exterior falava alto sobre os problemas que afligiam a comunidade.

* * *

Esta forma de perspectivar a organização social dos caçadores-recolectores, tendo em conta os contactos com outras populações vizinhas, tecnológica e socialmente mais complexas, reflecte uma transformação ao nível da teoria antropológica.

Até há bem poucos anos, as sociedades de caçadores-recolectores eram vistas como resquícios vivos de povos do passado, gradualmente acantonados a áreas marginais devido à expansão de comunidades portadoras de uma cultura mais "forte". Como consequência, as populações primitivas passaram a apresentar *desvios culturais* herdados ou impostos pelos grupos "opressores" — *i.e.* capacidades técnicas, estratégias económicas, características socio-culturais, etc. anacrónicas. Por outras palavras, os caçadores-recolectores teriam sofrido um processo de aculturação que adulterou o seu modo de vida prístino.

Antropólogos dos finais dos anos 80 e anos 90, vieram, contudo, confirmar que o estabelecimento de relações entre sociedades com diferentes características socio-económicas é já muito antigo. Poderão mesmo datar, segundo Binford, dos finais do Paleolítico superior, período a partir do qual a Humanidade começou a desenvolver, paralelamente, duas principais estratégias adaptativas: uma que conduziu ao aparecimento de sociedades agrícolas e outra, aos caçadores-recolectores modernos (BINFORD, 1972).

Seguindo esta perspectiva, estas últimas sociedades não podem, então, ser olhadas como o resultado de um desvio face a uma condição necessariamente primitiva. Todos os elementos que comportam e que as tornam diferentes dos nossos antepassados, são fruto duma evolução, de uma história própria. No seu estudo, não é possível fazer-se uma filtragem daquilo que parece ser o "puro", o

“arcaico”, para deixar de lado o “herdado” ou o “moderno”. Como refere N. H. Bird-David (BIRD-DAVID, 1991), a Antropologia ao estudar os caçadores-recolectores contemporâneos deve encarar o fenómeno do *contacto* como um elemento integrado na respectiva dinâmica cultural.

4. CAÇADORES DO PRESENTE E CAÇADORES DO PASSADO

Segundo B. Bender e B. Morris, um dos grandes contributos do Simpósio *Man the Hunter* foi ter-se insistido que *contemporary gatherer-hunters — geographically, politically and socially marginalized — could not be used to document a former way of life* (BENDER e MORRIS, 1991, p. 5). De facto, Lee e Devore (LEE e DEVORE, 1968), L. Binford (BINFORD, 1968), S. Binford (BINFORD, 1968), entre outros, chamaram a atenção para este aspecto. No entanto, as causas mais apontadas para a impossibilidade da *analogia* entre os caçadores do presente e os do passado foram as alterações culturais resultantes do processo de acantonamento, que focamos no ponto anterior, e que foram bem ilustradas pelo percurso histórico dos Bosquimanes.

Há cerca de 10.000 anos, este povo distribuía-se por grande parte do Continente Africano, concentrando-se essencialmente em regiões muito ricas em recursos naturais, localizadas a norte, a nordeste e a noroeste da África do Sul e do Botswana. Tal facto, está demonstrado quer pela descoberta de esqueletos deste tipo de homem em áreas muito distantes relativamente às que ele ocupa actualmente, quer pela existência de “cliques” em algumas línguas tanzanianas, idênticos aos dos Bosquimanes. Com a expansão dos Congoleses, vindos do Norte e do Oeste, possuidores de uma cultura mais desenvolvida, os Bosquimanes iniciaram um processo de acantonamento, acabando por ficar restringidos ao Deserto do Kalahari (LEE, 1968 e CAMPBELL, 1983).

Perante estas novas condições tiveram de desenvolver estratégias adaptativas muito diferentes daquelas que possuíam no passado. Por seu turno, o contacto que estabeleceram com as populações agrícolas provocou adulterações no seu modo de vida “original”.

Dois trabalhos mais recentes, vieram contestar esta explicação simplista das diferenças entre os caçadores do passado e os do presente. O primeiro, de Silberbauer, consiste num estudo monográfico sobre os Bosquimanes g/wi. De acordo com este autor, não existem provas evidentes de que estes caçadores-recolectores habitem o deserto pelo facto de para aí terem sido “empurrados” por outras civilizações. Pelo contrário, é provável que eles sejam os descendentes das comunidades que há cerca de 25.000 anos ocuparam várias regiões de África,

nomeadamente o Kalahari (SILBERBAUER, 1981). Portanto, a sua diferença em relação aos caçadores do passado não pode ser vista como uma consequência do “encapsulamento”.

O segundo trabalho, realizado por R. Foley (FOLEY, 1991), baseia-se em estudos de Antropologia Física, a partir dos quais tira interessantes conclusões sobre alguns comportamentos dos nossos antepassados, que mostra terem sido francamente diferentes dos dos caçadores-recolectores actuais.

Como refere este autor, a comparação entre populações contemporâneas e populações pré-históricas deve ser feita de forma estrutural — ou seja, com base em dados físicos e psíquicos, obtidos a partir de elementos paleontológicos e antropológicos — e não segundo critérios socio-culturais (esta observação, havia já sido feita por Sally Binford durante o simpósio *Man The Hunter*).

Foley distingue, deste modo, dois níveis de comparação: um em que se comparam caçadores-recolectores actuais e homínídeos do género *Homo*, anteriores ao aparecimento do Homem moderno, e um outro, em que é feita uma analogia entre o primitivo *Homo sapiens sapiens* e os caçadores-recolectores dos nossos dias.

No primeiro caso mostra que tal comparação é praticamente impossível. Os nossos antepassados (*Homo erectus*, por exemplo) possuíam uma compleição física e intelectual muito diferente da dos caçadores-recolectores actuais. Evidentemente, estes aspectos ter-se-ão reflectido no seu modo de vida — nas relações sociais, em aspectos demográficos, económicos, tecnológicos, etc., pelo que terão tido comportamentos substancialmente diferentes dos do Homem moderno. Relativamente às estratégias de subsistência, Foley refere que, ao contrário do que indicam os trabalhos de Brain e de Binford (BINFORD, 1988), os homínídeos praticaram uma actividade cinegética bastante importante que se terá mesmo aproximado da dos caçadores-recolectores dos dias de hoje. Contudo, e segundo o mesmo autor, o importante, mais do que saber qual o peso daquela actividade no conjunto das estratégias de aquisição de alimentos, é determinar se eles definiam já territórios de exploração onde demarcavam lugares centrais, se estabeleciam relações sociais baseadas na partilha de recursos, se valorizavam os laços de parentesco, se possuíam algum tipo de divisão de tarefas, etc.

Um outro aspecto para que chama a atenção, é para a diferença radical entre os biomas actuais e os do passado. Durante os dois últimos milhões de anos, a evolução climática do planeta foi imprimindo a certas regiões do Globo características específicas, perante as quais o Homem desenvolveu processos adaptativos diferenciados. Daí, resultaram culturas distintas, não só na perspectiva diacrónica, como também sincrónica.

Assim, Foley conclui que (...) *there is no reason to assume that their foraging behaviour was the same level of organization as modern hunter-gatherers in*

terms of planning depth, scheduling, subsistence activity and foraging flexibility. In absence of clear-cut evidence for central place foraging similar to that of modern hunter-gatherers, inferences about the social and sharing behaviour of early hominids must be tentative only (FOLEY, 1991, p. 215).

Mas se o estabelecimento de paralelos entre os Homens Arcaicos e os caçadores-recolectores actuais parece ser difícil, a sua comparação com as primeiras formas de Homem Moderno não se apresenta mais fácil. De facto, continuam a existir entre os dois acentuadas diferenças biológicas que, conseqüentemente, se manifestam ao nível socio-cultural.

O Homem do Paleolítico superior, relativamente ao Homem contemporâneo, possuía uma estrutura óssea e muscular muito mais desenvolvida, bem como um maior grau de dimorfismo sexual. Segundo Foley, estas duas características físicas podem reflectir diferentes padrões de subsistência e diferentes padrões sociais. É provável que o Homem pré-histórico, pela sua maior estatura e força se dedicasse intensivamente à caça, enquanto que a mulher podia praticar a recolecção. Esta função, contudo deveria ser bastante excepcional uma vez que a grande dimensão dos mamíferos capturados proporcionaria uma quantidade de alimento bastante significativa.

Do ponto de vista social, esta *dependência económica* da mulher tem algum significado. Por um lado, o homem adquire um estatuto de superioridade. Por outro, mostra que a paternidade terá sido um investimento, já que é o macho que se assume como o responsável pela sobrevivência da família. Perante esta situação, e pelo facto do dimorfismo sexual estar associado à poligamia (traduz ambientes de competição entre machos pelo acesso às fêmeas), é possível que tal prática tivesse existido no passado. Como consequência, teria havido um maior número de nascimentos, o que certamente contribuiu para o aparecimento de comunidades com altos valores demográficos. Se compararmos este quadro com o já delineado para as sociedades de caçadores-recolectores “tradicionalis” vemos que surgem claras discrepâncias.

Ainda no que se refere às sociedades paleolíticas, nas quais a caça de grandes animais revelou um tão grande peso no quadro da economia de subsistência, ter-se-ão, provavelmente, desenvolvido fortes laços entre indivíduos visando a interajuda. Dada a imprevisibilidade desta actividade, podem ter-se gerado situações de dependência ou endividamento de uns grupos face a outros, o que, como referimos anteriormente, terá conduzido ao aparecimento de desigualdades sociais e, em última instância, de hierarquias.

Os caçadores-recolectores actuais, tal como refere Binford, correspondem a sociedades que resultaram de uma adaptação pós-pleistocénica (BINFORD, 1972), a qual trouxe também implicações na estrutura biológica e socio-cultural dos seus elementos (FOLEY, 1991). A partir do momento em que os grandes animais se

extinguiram, o Homem começou a perder a robustez através de processos de selecção natural, na medida em que a força de que necessitava para a sua captura passou a ser menor. Por outro lado, como a quantidade de alimentos proporcionada pela caça tende a ser muitas vezes insuficiente, a mulher vê-se obrigada a incrementar a recollecção, principalmente de frutos e de diversos vegetais. Esta actividade ganha, a partir desta altura, uma importância decisiva na alimentação dos caçadores-recolectores.

Em termos sociais, observa-se um nivelamento significativo entre o homem e a mulher, já que agora adquirem ambos um volume de recursos alimentares aproximados. Simultaneamente, surge a necessidade da *partilha*, pois a sobrevivência dos bandos poderá muitas vezes depender dela. A ocupação de nichos ecológicos mais pobres vai levar, por sua vez, ao incremento do nomadismo e à manutenção de baixos índices demográficos (a passagem da poligamia à monogamia pode ser considerada como um mecanismo natural de regulação da densidade populacional).

Muitos outros aspectos podiam ser referidos para demonstrar a impossibilidade de uma correlação linear entre populações do Paleolítico e caçadores actuais. Graças a estes trabalhos mais recentes é possível proceder-se a uma revisão crítica da afirmação de Lee e Devore de que o Homem viveu 99 por cento da sua existência como caçador-recolector, existência essa que, à luz da Antropologia dos anos 60, significava que a História do Homem teria consistido num processo de adaptação de um indivíduo portador duma cultura de tipo *Nomadic Style*. Na realidade, como vimos, este tipo de cultura é relativamente recente.

5. REVISÃO CRÍTICA DA NOÇÃO DE COMUNISMO PRIMITIVO

Uma das características tradicionalmente atribuídas às sociedades de caçadores-recolectores é o seu desenvolvido sentido altruísta, que visa o bem estar geral dos membros da comunidade. Este sentimento, segundo alguns autores, traduz-se numa partilha espontânea dos recursos básicos, sem se esperar receber algo em troca.

Estudos realizados por Eric Alden Smith (SMITH, 1991) vieram reformular esta ideia, chamando a atenção para a existência de um elevado grau de *risco e incerteza* nas práticas económicas destas populações. Estes dois aspectos, também subjacentes a todo o tipo de relação de reciprocidade, tendem a atenuar-lhe o carácter altruísta e a conferirem-lhe, por seu turno, uma dimensão mais "calculista".

A caça e a recollecção são actividades estocásticas — ou seja, a sua rentabilidade depende grandemente do acaso. Deste modo, a partilha de bens essenciais

implica a noção de *custos*: se as dimensões ou quantidades de produtos adquiridos for reduzida, se o grupo dador tiver uma alta concentração demográfica ou se as distâncias a percorrer entre acampamentos forem elevadas, pode verificar-se uma retracção da atitude de partilha. Por outro lado, neste modo de subsistência, directamente relacionado com o aproveitamento da natureza, há um constante assincronismo entre localidades relativamente ao *lucro* obtido a partir dos produtos recolhidos — *i.e.*, é provável que um momento de abundância numa dada região, corresponda a um momento de escassez numa outra. Daqui resulta que a população que está em *deficit* de recursos terá de espalhar-se por um território de exploração de maiores dimensões a fim de os adquirir. Deste modo, a possibilidade de contacto entre os bandos com abundância e os bandos com escassez torna-se mais difícil em função da dispersão e do conseqüente aumento de distância entre indivíduos. A partilha, que seria então uma medida de superação de uma crise, tende a diminuir de intensidade em conseqüência dos elevados *custos* (dispendio de energia) que a sua prática implica.

Um outro factor que pode dificultar a *generalized reciprocity* é a *incerteza* por parte do grupo dador de que o grupo que recebeu algum dia retribuirá a dádiva. Há casos etnograficamente documentados que apontam no sentido da existência de “oportunismo” nas sociedades de caçadores-recolectores. Por outras palavras, são comuns as situações de não retribuição dos favores inicialmente concedidos. Assim, os caçadores-recolectores desenvolveram um sistema de reciprocidade que não só visa diminuir os *riscos* e os *custos* proporcionados pela partilha, como também procura garantir a aquisição de contrapartidas resultantes da sua atitude (lucros ou recompensas).

Pelo facto dos *custos* estarem relacionados com a troca de bens, estas populações, em momentos de crise, preferem incrementar a deslocação de pessoas para outros bandos — de modo a adquirirem produtos nos territórios de exploração dos seus vizinhos e restabelecerem o equilíbrio com os recursos naturais locais —, do que correr o risco de endividamento face a outro grupo. Contudo, e ao contrário do que refere R. Lee (LEE, 1968), o acesso a esses territórios não é livre, ou seja, não existe a ideia de “terra comunal”, pois a sua exploração por parte de membros de outros bandos traz evidentes prejuízos para o grupo local (diminuição da quantidade / qualidade dos recursos). Assim, alguns antropólogos citados por Smith, referem o facto dos caçadores-recolectores terem desenvolvido certas formas de territorialidade que visam o controle do respectivo território de exploração, pelo qual chegam a estar dispostos a lutar. Por isso, os elementos que vêm de fora e os pretendem utilizar, têm de pedir permissão aos seus “proprietários”.

Esta situação acontece muito frequentemente entre os Bosquimanos San — populações tradicionalmente tidas como possuidoras de um sistema social baseado no *Comunismo primitivo* — e os seus vizinhos agricultores, que pontualmente

pretendem usufruir dos seus recursos cinegéticos. De um modo geral, os “proprietários” concedem a autorização, o que não deixa de ser uma atitude com segundas intenções: ao permitirem o acesso ao seu território os San estão a endividar os agricultores, que futuramente terão de estar prontos para os ajudar. Por outro lado, enquanto tomam as decisões à cerca da possibilidade ou não dos agricultores caçarem no seu território, vão definindo o seu “perfil” de modo a determinarem se se tratam de pessoas “sérias” ou de meros oportunistas. Por vezes, quando se lhes concede permissão para caçar, os caçadores-recolectores oferecem-se para os acompanhar, não unicamente num acto de simpatia e ajuda, mas também com o intuito de procederem ao controle rigoroso do número de presas obtidas pelos agricultores.

Mas de acordo com Smith, uma das contrapartidas mais desejadas pelas comunidades locais é a obtenção de *informações ecológicas* sobre o território envolvente. Uma vez que o grupo “estranho” se desloca através da savana para contactar com os bandos San, é-lhes fácil registar alguns dados extremamente importantes para o dia-a-dia dos Bosquimanos — por exemplo, qual a disponibilidade de recursos, quais as rotas das manadas, quais os poços com água, etc. Assim, através do diálogo com os agricultores, os San conseguem reunir sem esforço um enorme leque de informações que, noutras circunstâncias, teriam um custo energético muito avultado. O planeamento das suas actividades a curto e médio prazo pode, deste modo, processar-se de forma simplificada.

Em conclusão, pode dizer-se que as relações de partilha entre grupos de caçadores-recolectores, mais do que se basearem em princípios de altruísmo ou de gratuitidade, parecem antes ligar-se a estratégias de manutenção de um equilíbrio perfeito entre Homens e recursos. O *risco e a incerteza* que este modo de vida pressupõe, e que contraria a imagem do “happy hunter” dos anos 60, favorece o desenvolvimento de mecanismos que vinculam o auxílio mútuo ao longo de diferentes momentos.

Um dos casos mais paradigmáticos recentemente citado por R. Lee (LEE, 1991) para ilustrar o *Comunismo primitivo*, relaciona-se com uma troca de cigarros entre dois esquimós Innu da Noruega: Um esquimó tirou um cigarro do seu maço, quase vazio. Imediatamente o companheiro que tinha muitos no bolso, pediu-lhe um. O primeiro esquimó entregou-lhe o maço e este, ficando com ele, devolveu-lhe somente um cigarro. Porém, mais tarde, ambos fumaram dos cigarros do segundo que, como refere Lee, passaram a ser *comuns* a partir do momento em que o primeiro esquimó cedeu os seus.

Neste exemplo, mais do que sublinhar o altruísmo do segundo esquimó, na medida em que pela partilha ficou com um maior prejuízo (pois o seu “investimento” foi maior), talvez seja de valorizar a estratégia do primeiro, que não tendo

negado um cigarro (embora tivesse poucos), criou ao segundo uma situação de endividamento, obrigando-o, assim, a retribuir posteriormente.

* * *

De muitas outras perspectivas poderia ter sido feita a revisão crítica da obra *Man the Hunter*. Preferimos, no entanto, centrar a nossa atenção nos aspectos de carácter mais geral que têm vindo a contribuir para uma nova definição das sociedades de caçadores-recolectores.

Por outro lado, e antes de concluir, importa salientar que, pelo facto das posições assumidas pelos vários autores aqui citados contradizerem muito do que foi dito no Simpósio de Chicago, não significa que a obra que dele resultou tenha perdido o seu valor. De facto, e de acordo com alguns antropólogos actuais, ela continua a representar um dos melhores trabalhos de Antropologia até hoje realizados.

Esmoriz, 24 de Junho de 1992.

BIBLIOGRAFIA

- BENDER, B.; MORRIS, B. (1991) - "Twenty years of history, evolution, and social change in gatherer-hunter studies", T. Ingold, D. Riches, J. Woodburn (Ed.), *Hunter and Gatherers. History, Evolution and Social Change*, NY, Berg.
- BALIKCI, A. (1968) - "The Netsilik Eskimos: Adaptive Processes", R. Lee and I. Devore (Ed.), *Man The Hunter*, NY, Aldine.
- BINFORD, L. R. (1968) - "Methodological Considerations of the Archaeological Use of Ethnographic Data", R. Lee and I. Devore (Ed.), *Man The Hunter*, NY, Aldine.
- Id. (1972) - "Post-Pleistocene Adaptations", *An Archaeological Perspective*, NY, Seminar Press.
- Id. (1972) - "Smudge Pits and Hide Smoking: The Use of Analogy in Archaeological Reasoning", *An Archaeological Perspective*, NY, Seminar Press.
- Id. (1983) - "Willow Smoke and Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation", *Working At Archaeology*, NY, Academic Press.
- Id. (1988) - *En Busca del Pasado*, ed. Critica, Barcelona.
- BINFORD, S. R. (1968) - "Ethnographic Data and Understanding the Pleistocene", R. Lee and I. Devore (Ed.), *Man The Hunter*, NY, Aldine.
- BIRD-DAVID, N. H. (1991) - "Hunters and Gatherers and Other People - Re-examination", T. Ingold, D. Riches, J. Woodburn (Ed.), *Hunter and Gatherers. History, Evolution and Social Change*, NY, Berg.
- CAMPBELL, B. (1983) - *Ecologia Humana*, Ed. 70, Lisboa.
- FOLEY, R. (1991) - "Hominids, Humans and Hunter-Gatherers: an Evolutionary Perspective", T. Ingold, D. Riches, J. Woodburn (Ed.), *Hunter and Gatherers. History, Evolution and Social Change*, NY, Berg.
- HASSAN, F. (1981) - *Demographic Archaeology*, NY, Academic Press.

- LEE, R.; DEVORE, I. (1968) - "Problems in the Study of Hunters and Gatherers", R. Lee and I. Devore (Ed.), *Man The Hunter*, NY, Aldine.
- LEE, R. (1968) - "What Hunters Do for a Living, or, How to Make Out on Scarce Resources", R. Lee and I. Devore (Ed.), *Man The Hunter*, NY, Aldine.
- Id. (1991) - "Reflections on Primitive Comunism", T. Ingold, D. Riches, J. Woodburn (Ed.), *Hunter and Gatherers. History, Evolution and Social Change*, NY, Berg.
- PEDERSEN, J.; WOEHLE, E. (1991) - "The Complexities of Residential Organization among the Efe (Mbuti) and the Bamgombi (Baka): a critical view of the notion of flux in hunter-gatherer societies", T. Ingold, D. Riches, J. Woodburn (Ed.), *Hunter and Gatherers. History, Evolution and Social Change*, NY, Berg.
- SAHLINS, M. (1977) - *Economia de la Edad de Piedra*, Akal Editor, Madrid.
- SILBERBAUER, G. (1981) - *Cazadores del Desierto*, ed. Mitre, Barcelona.
- SMITH, E. A. (1991) - "Risk and uncertainty in the original affluent society: evolutionary ecology of resource-sharing and land tenure", T. Ingold, D. Riches, J. Woodburn (Ed.), *Hunter and Gatherers. History, Evolution and Social Change*, NY, Berg.
- SUTTLES, W. (1968) - "Coping with Abundance: Subsistence on the Northwest Coast", R. Lee and I. Devore (Ed.), *Man The Hunter*, NY, Aldine.
- TESTART, A. (1982) - *Les Chasseurs-Cueilleurs ou l'Origine des Inégalités*, Memoires de la Societé d'Ethnographie, XXVI, Paris.
- TURNBULL, C. M. (1963) - "La Leccion de los Pigmeos", *Biologia y Cultura*, Selecciones de *Scientific American*, Enero, 1963.
- Id. (1968) - "The importance of Flux in two Hunting Societies", R. Lee and I. Devore (Ed.), *Man The Hunter*, NY, Aldine.
- WATANABE, H. (1968) - "Subsistence and Ecology of Northern Food Gatherers with special reference to the Ainu", R. Lee and I. Devore (Ed.), *Man The Hunter*, NY, Aldine.
- WOODBURN, J. (1968) - "An introduction to Hadza Ecology", R. Lee and I. Devore (Ed.), *Man The Hunter*, NY, Aldine.

O QUE PODEM AS EMOÇÕES? - ANTROPOLOGIA HISTÓRICA DO VINHO DO PORTO*

por

Henrique Costa Gomes de Araújo**

Abstract: The subject of this paper is the epistemology of emotions and it is based on the birth and life of a great wine: Port Wine. The aim of this paper is to look at this subject in this context: what do we know about emotions and the feelings that they give rise to? What kind of speech do we construct (or not) about them? Should we consider emotions intrinsically irrational or do they in fact have their own rationality? Could it not be true that there is no conflict between emotions and feelings and reason? A comparison is made between two periods in the history of Port Wine that clearly show how (i) choices in economic activity influence the expression of emotions (ii) the expression of emotions is recognized and indeed influences choices in economic activity. In fact the question is: what is the power of emotions?

1. INTRODUÇÃO

O que sabemos nós das emoções e dos sentimentos que elas originam? Como avaliamos o seu valor e o seu poder? E daí: como nos comportamos perante elas? Expressamo-las ou, pelo contrário, ocultamo-las? Qual o discurso que construímos [ou não] àcerca delas? Consideramo-las intrinsecamente irracionais ou admitimos que possam ter uma racionalidade própria? Poderá fazer sentido pensar numa reconciliação entre emotividade e racionalidade¹? E como as configuram os vários grupos sociais, nas diferentes conjunturas históricas e nos diversos contextos sócio-culturais? Há aqui uma **problemática teórica** centrada na epistemologia das emoções e que serve de pano de fundo a este texto.

Esta problemática é substantivada na **problemática concreta** que consiste na discussão dos factores (como o refinamento do gosto e das emoções) que integram o contexto do nascimento de um grande vinho: o Vinho do Porto.

* Agradeço as oportunas sugestões críticas do Prof. Doutor Raúl Iturra.

** Doutorando em Antropologia Social no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.).

¹ Amélie Oksenberg Rorty ed (1980). *Explaining Emotions*, University of California Press, 5.

O **objectivo** deste texto é justamente o de discutir a problemática acima descrita, contextualizada por esta problemática concreta.

A **metodologia** empregue começa por situar sociologicamente, no nosso país, a problemática teórica (O Estado Português e a Identidade Nacional), para depois abordar do ponto de vista da neurobiologia (“O Erro de Descartes”). A problemática concreta surge a seguir na análise comparada de dois períodos da história do Vinho do Porto (Antropologia Histórica do Vinho do Porto).

1. O ESTADO PORTUGUÊS E A IDENTIDADE NACIONAL

Boaventura de Sousa Santos tem defendido a hipótese de que a cultura portuguesa não tenha conteúdo, mas sim apenas forma. A argumentação aduzida tem os seguintes passos nodais: 1º os Estados-Nação europeus tiveram no séc. XIX a dupla função de diferenciar a cultura do território nacional da do exterior e a de homogeneizar aquela cultura dentro do território nacional, propiciando assim a criação da cultura nacional respectiva; 2º o Estado português nunca conseguiu exercer essa dupla função pelo que a identidade nacional é duplamente deficitária: pela diferenciação, relativamente às culturas exteriores e pela homogeneidade relativamente às culturas interiores; doutro modo: se as dimensões local e transnacional da cultura portuguesa sempre foram muito ricas², a dimensão intermédia, propriamente nacional, foi e é deficitária: 3º “a manifestação paradigmática desta matriz intermédia, semiperiférica, da cultura portuguesa está no facto de os Portugueses terem sido, a partir do século XVII (...), o único povo europeu que ao mesmo tempo que observava e considerava os povos das suas colónias como primitivos ou selvagens, era ele próprio, observado e considerado, por viajantes e estudiosos dos países centrais da Europa do Norte, como primitivo e selvagem”³ (Santos, 1994:133). Os intelectuais portugueses têm sido interpelados ao longo dos tempos, geração após geração, por aquilo que é habitual ser denominado de “carácter nacional” ou “carácter do homem português”. Sousa Santos sugere que tal chave se poderá antes encontrar naquela “duplicidade de imagens e de representações” (Santos, 1994:60).

Por outro lado, José Mattoso defende a teoria de que os portugueses “são, ou se consideram, como conduzidos mais pelas emoções⁴ e os afectos, pela ima-

² Não foi certamente por acaso que a problemática concreta deste texto foi escolhida em função da riqueza destas duas dimensões.

³ Como mostra com eloquência a história do Vinho do Porto.

⁴ Michael Symington, britânico nascido no Porto no seio de uma família de dirigentes das casas de Vinho do Porto Warre e Dow's, diz significativamente a este respeito: “Os portugueses não são violentos, são emocionais” (Diário de Notícias, 17 Dezembro, 1989).

ginação e a aventura, pelo sonho e o desejo, do que pela planificação e o cálculo, pela objectividade e a medida, pela organização e a hierarquia”, considerando que “as suas grandes realizações culturais se situam mais no domínio da poesia lírica do que na da filosofia, mais no da pintura e das artes decorativas, do que no da arquitectura” e que “se se dedicam tanto ao Direito, talvez seja para tentarem por esse meio imporem à vida e à sociedade, demasiado irracionais, caóticas e indisciplinadas, regras mínimas de comportamento” (Mattoso, 1991:7).

A minha hipótese é a de que estas duas teses, aparentemente independentes, são complementares: a tese de Mattoso encontra a sua explicação na tese de Sousa Santos. Na esteira do conselho deste autor àcerca do “carácter nacional”, os pressupostos de tal tentativa de explicação são: 1º a história portuguesa está marcada pela dupla desadaptação a que se refere a tese de Sousa Santos: Portugal é, ao longo da sua história, entre os países colonizadores, um país colonizado e é, entre os países colonizados, um país colonizador; 2º todo o comportamento emotivo tem por base uma ou mais situações de desadaptação; 3º então, a emotividade e a afectividade a que se refere a tese de Mattoso, são fruto da dupla desadaptação histórica a que se refere a tese de Sousa Santos.

Com a integração de Portugal na C.E.E., poder-se-ia admitir a hipótese de aquela dupla desadaptação se estar a esbater num sentido e/ou noutra, adquirindo assim, a emotividade e a afectividade dos portugueses, formas menos intensas, em troca de uma racionalização dos processos culturais. Como diz Mattoso: “até aos nossos dias a pertença efectiva de Portugal ao espírito ocidental, enquanto racionalista e dominador, tem sido uma questão por resolver. Mas agora parece que tudo está a mudar. Que se irá, então passar nos próximos anos? Acabaremos por esquecer a tradicional opção por meios menos racionais de resolver os nossos problemas? Seremos finalmente envolvidos pelos esquemas de economia planificada, pelo império da técnica, pela lógica da rentabilidade económica a todo o preço, pela sistematização da organização administrativa? Quem sabe...” (Mattoso, 1991:8).

No entanto, a natureza semiperiférica da situação internacional do nosso país parece manter-se: “(...) as normas de consumo são na nossa sociedade mais avançadas que as normas de produção. Enquanto aquelas nos aproximam dos países centrais, estas têm algumas perturbadoras semelhanças com os países periféricos (trabalho infantil, salários em atraso, repressão sindical na fábrica, etc.)” (Santos, 1994:60).

2. “O ERRO DE DESCARTES”

Que dizer da recente tese de neurobiologia de António Damásio sobre a problemática da racionalidade/emotividade aqui abordada? A tese central deste

investigador é a de que “certos aspectos do processo da emoção e do sentimento são indispensáveis para a racionalidade” (Damásio, 1995:14). Não há racionalidade sem emotividade. Esta não se opõe necessariamente àquela. Então, qual o contributo positivo das emoções para a razão? É a de permitir escolher a melhor, a mais adequada decisão, de entre a panóplia disponível das opções possíveis. Assim, os sentimentos que aquelas originam, servem de “guias internos” às ideias dos seres humanos: “ao contrário de opinião científica tradicional, são precisamente tão cognitivos como qualquer outra percepção” (Damásio, 1995:17). Para o bem e para o mal como em “Tristão e Isolda” de Richard Wagner (1865) (Damásio, 1995:136).

Na realidade, bem diferente é a noção moderna de emoção (a que Damásio chama “a opinião científica tradicional”). Recorramos a um fenomenólogo: “a origem da emoção é uma degradação espontânea e vivida da consciência face ao mundo. (...) nós podemos compreender o essencial: a emoção é um fenómeno de crença. Isto significa que, quando todas as vias estão barradas, a consciência precipita-se no mundo mágico da emoção, ela precipita-se af totalmente, degradando-se (Sartre, 1965:53, 54). Uma representação negativa e racionalista das emoções está aqui presente. Termos como “precipita-se”, “degradação” são disso bem o exemplo. Não serão eles bem a prova de que este conceito é o da ciência moderna, à maneira de Descartes?

Na obra em análise surge a referência a Descartes “como símbolo de um conjunto de ideias àcerca do corpo, do cérebro e da mente que, de uma maneira ou de outra, continuam a influenciar as ciências e as humanidades no mundo ocidental” (Damásio, 1995:253). Que conjunto de ideias é esse? Há, de facto, uma antropologia cartesiana, arquitectada na primeira metade do século XVII e subjacente a toda a ciência moderna. A sua matriz cultural cristã traça do ser humano uma imagem dualista ou bissubstancialista: a *res cogitans*, o pensamento, a alma, intangível e dotada de duração — radicalmente distinta (se bem que ligada a ela por uma misteriosa *glândula pineal*), da *res extensa*, do corpo, dotado de extensão e com um funcionamento de relojoaria⁵.

“É este o erro de Descartes: a separação abissal entre o corpo e a mente” (Damásio: 1995:255). É este erro que vai legitimar a “ruptura epistemológica que simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico” (Santos, 1987:57). Tal ruptura consiste em submeter criticamente todos os dados da experiência (sensações, emoções, sentimentos) à dúvida metódica, seguindo a aplicação das quatro regras do método. Deste modo, o modelo antropológico cartesiano é “errado” mas não menos eficaz na criação da ciência

⁵ Vid. Descartes, René (1637) 1953, *Oeuvres et Lettres*, Paris, Bibliothèque de la Pléiade, p. 148, 150.

moderna do século XVII: não só a física e a astronomia, mas também e sobretudo (dado ser uma ciência social) a economia (Denis, 1992:117, 145, 147).

3. A ANTROPOLOGIA HISTÓRICA DO VINHO DO PORTO

Como se sabe, é a partir do tratado de 1654, celebrado entre D. João IV e Oliver Cromwell que os ingleses se fixam em Portugal (Croft, 1877:7), embora já antes (a partir de 1642) haja ingleses a comerciar no Porto (Tenreiro, 1942:8), as quais, três anos mais tarde, criam a British Factory⁶ desta cidade. A primeira exportação de vinhos para Inglaterra, registada na Alfândega do Porto, data de 1678⁷: Desse ano (em que se exportaram 408 pipas), a 1703, a Alfândega registou uma exportação total de 122.193 pipas ou uma média anula de 4.699 pipas (Simões; s/d:163).

A situação destes comerciantes em Portugal, nesta segunda metade do século XVII não é fácil, confrontados como estão com as Pragmáticas do Conde de Ericeira que visam proibir o uso de artigos considerados de luxo, e assim, proteger a indústria manufactureira nacional.

Os comerciantes ingleses importam panos para Portugal, num quadro económico em que as restrições portuguesas fazem-se sentir, os meios de pagamento em dinheiro são escassos e os barcos regressam quase sempre vazios. Há, assim que tornar rentáveis as viagens a Portugal. Para isso, há que encontrar formas de “compensação”, comprando azeite, sal, cereais e, sobretudo, vinhos portugueses e colocando-os, depois, no mercado inglês (Macedo, 1963-71:286).

O quadro político d’então — os conflitos que, nesse período, opõem a Inglaterra e a França (1678-1685, 1689-1896 e 1703-1713) — produz restrições da parte daquela à compra de vinhos franceses e reorienta os seus interesses para os mercados ibéricos. O Tratado de Methwen (1703) expressa, na sua origem, a consagração formal destas tendências que lhe são preexistentes⁸. Só depois de assinado é que ele se constitui num catalizador dessas mesmas linhas de força (Serrão, 1993:103).

⁶ A feitoria regulamentava a produção e fixava os preços dos vinhos. Em 1810, por acordo luso-britânico, passou a Associação Britânica (Pinto Ferreira, 1983:274).

⁷ Segundo Francisco Ribeiro da Silva, data de 1651 a primeira exportação documentada para Inglaterra, feita por Richard Perez, britânico residente no Porto, e tendo outros — Rolant Hill, Miguel Tonsend, Anrique Manim —, no ano seguinte, seguido-lhe a peugada exportando um total de 153 pipas, (vid. Silva, F. Ribeiro (1996).”Do Douro ao Porto: o Protagonismo do Vinho na Época Moderna” in *Douro. Estudos e Documentos*, vol. 1(2), 108).

⁸ Os vinhos portugueses passam a pagar em Inglaterra 1/3 menos de impostos que os vinhos franceses.

Este tratado comercial, assinado em 1703 em Lisboa, entre Portugal (representado por D. Manuel Teles, marquês de Alegrete) e a Grã-Bretanha (representada por John Methwen, embaixador extraordinário) é sucinto e claro⁹. Ao longo dos seus três únicos artigos, estipula que o mercado português, metropolitano e colonial, se reabra às manufacturas (têxteis) inglesas e que, em contrapartida, o mercado inglês se torne o mercado por excelência dos Vinhos portugueses.

Este tratado de 1703 vem no seguimento dos tratados de 1642, 1654 e 1661 que são o preço que Portugal tem de pagar pelo reconhecimento pela Grã-Bretanha da legitimidade da Casa de Bragança para governar o nosso país, depois da Restauração (Sideri, 1978:31).

Na verdade, o preço que Portugal paga pela conquista da sua independência político-militar de Espanha é o “restabelecimento da situação de dependência económica e política de Portugal em relação à Inglaterra” (Sideri, 1978:62). O tratado consagra, assim, uma divisão internacional do trabalho: como a Inglaterra está mais avançada do que outras nações na produção de manufacturas, a sua especialização nestas traz-lhe vantagens no comércio com países como Portugal, especializados em produtos não manufacturados.

Caso exemplificativo disto mesmo é o ex-libris da casa Taylor 4 XX, uma antiga marca de lã. Como se explica que o símbolo distintivo de uma firma exportadora de Vinho do Porto seja o de um produto inglês importado?

Os primeiros exportadores ingleses (e escoceses) dos vinhos portugueses, são já importadores das lãs britânicas: “(...) I can only conclude that de British residents in the old city (Oporto) had not yet (1659) engaged in shipping wine to

⁹ Tratado de Methwen

Artigo I

Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete, tanto em seu próprio nome como no de seus sucessores, admitir para sempre daqui em diante no Reino de Portugal os Países da lã e mais fábricas de lanifícios de Inglaterra, como era costume até ao tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.

Artigo II

É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome e no dos seus sucessores, será obrigada para sempre daqui em diante a cumprir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os reinos de Inglaterra e de França) não se poderá exigir de direitos de alfândega nestes vinhos, ou debaixo de qualquer outro título directa ou indirectamente, ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, tonéis ou qualquer outra vasilha que seja, mais do que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do direito do costume. Porém, se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento de direitos, que será feito como acima é declarado, for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade Portuguesa poderá, justa e legitimamente, proibir os panos de lã e todas as mais fábricas de lanifícios de Inglaterra.

Artigo III

Os exmos. Senhores plenipotenciários prometem e tomam sobre si que os seus amos, acima mencionados, ratificarão este Tratado e que dentro do termo de dois meses se passarão as ratificações.

England, but that their business transactions were confined to dealing in corn, iron, English cotton goods, etc. (Sellers, 1899:127).

Aquela divisão causa um fluxo permanente de moeda dos países produtores de matéria-prima para os países manufactureiros e causa também um “agravamento acentuado no défice da balança comercial portuguesa o qual, de 1697-1700 para 1701-1705 passou de 128 mil libras para 368 mil libras e, mais tarde, 1706-1710, para 412 mil libras” (Sideri, 1978:76). Fica, deste modo, evidenciada a referida dependência de Portugal em relação à Inglaterra.

O aumento significativo das exportações de Vinho do Porto pós Methwen (Macedo, 1963-71:287; Serrão, 1993:103; Sideri, 1978:53), não chega para colmatar tal défice e vai ser, afinal, o ouro brasileiro, a (melhor) “compensação” portuguesa para a política mercantilista inglesa. Deste modo, o ouro brasileiro contribui para a industrialização da Inglaterra, muito mais do que em Portugal, já que a indústria textil portuguesa não consegue competir em preços com a muito mais avançada indústria textil inglesa. Compreende-se, assim que, por via do Tratado de Methwen, a especialização de Portugal em vinhos tenha impedido o desenvolvimento da sua indústria têxtil e dificultado o aparecimento de uma burguesia industrial.

Esta situação vai agravar-se a partir de 1810, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio inglês; assim, o anterior comércio triangular Brasil - Portugal - Inglaterra, dá origem a um comércio directo entre o Brasil e a Inglaterra, com a consequente marginalização de Portugal. Vale a pena, trazer, aqui e agora, à colação que com esta perda, Portugal procura substituir o mercado brasileiro pelo mercado africano, o que implica o desenvolvimento prévio dessas colónias. No entanto, a crise financeira de 1890 “impediu o esforço de Portugal para o desenvolvimento e transportou as suas colónias africanas para a esfera da economia inglesa (Sideri, 1978:19).

Fica claro, deste modo, que o Tratado de Methwen foi, na mão dos ingleses, um instrumento de política mercantilista, imposto a Portugal. Na verdade, o mercantilismo é a teoria económica ainda dominante na época e que serve, como ficou demonstrado, os interesses ingleses. Um poder forte a nível nacional e a nível internacional, expresso por uma armada grande e temível, é necessário, na óptica mercantilista, para resolver os conflitos que a esses níveis se possam declarar. O mercantilismo é isso: “um sistema de poder para a realização, a longo prazo, de riqueza”. Ora, um crescimento acentuado da riqueza só pode ser obtido com a posse de minas (de ouro, p. ex.). Se a nação não as detêm, então só há duas vias: a conquista ou o comércio. Locke (1632-1704) que é já um crítico do mercantilismo, considera, no entanto, que a conquista já não é a via normal pelo que “o comércio (...) é o único caminho que nos resta, tanto para enriquecer como para subsistir”. Como se consegue, deste ponto de vista, o crescimento do comér-

cio? Através do fluxo de moeda vinda dos países produtores de matérias-primas (como Portugal e as suas colónias) para os países manufactureiros (como a Inglaterra). A divisão internacional do trabalho é, assim, o objectivo principal do mercantilismo. Sem ela, aquele fluxo não se processa, e sem este o comércio não se desenvolve e não se desenvolvendo o comércio, a nação não enriquece e o seu poder não se afirma no concerto das nações.

Compreende-se agora melhor o objectivo da política mercantilista inglesa — consagrada nos tratados acima indicados —, em destruir o sector manufactureiro português. As consequências de tal política são grandes: o ouro brasileiro deixa de poder ter uma utilização lucrativa através do seu investimento no referido sector e o aumento do poder de compra que ele determina provoca o aumento dos preços — o que não estimula nem a acumulação de capital nem a produção. Assim, o ouro brasileiro é canalizado para a ostentação e o consumo, pela via das importações que, dada a inflação, se tornam mais vantajosas (Sideri, 1978:93). Borges de Macedo reforça a importância nesta conjuntura económica do ouro brasileiro: “Tivesse havido ou não Tratado de Methwen, as manufacturas teriam perdido a sua mola estimulante principal, uma vez que havia ouro para pagar as importações. Foi este acontecimento que suscitou o atraso manufactureiro do País, não o Tratado de Methwen” (Macedo, 1963-71:290).

Tudo isto parece indicar que a organização sócio-económica portuguesa não obedece aos princípios mercantilistas ainda dominantes na época. Pelo contrário, a ausência de uma política proteccionista eficaz em Portugal, parece valorizar a ideia da predominância no país dos princípios do livre-câmbio.

Por aquilo que ficou dito atrás, o Tratado de Methwen é passível de duas (e não uma única) leituras: do ponto de vista inglês, é tomado como uma expressão da política mercantilista da época, enquanto que, do ponto de vista português é encarado como um caso de livre-câmbio. Em que diferem estas duas teorias? Embora ambas tenham os mesmos objectivos — a conquista de poder e a obtenção de riqueza —, diferem nas políticas empregues para os atingir: a mercantilista dá predominância à produção, enquanto que a do livre-câmbio dá ênfase ao consumo (O mercantilismo serve aqui os interesses da nação mais poderosa — a Inglaterra); a mercantilista apela ao poder político porque só ele é capaz de resolver os conflitos sociais, enquanto que a do livre-câmbio parte do pressuposto de que há uma ordem que naturalmente emerge dos conflitos sociais, sem que a intervenção reguladora do poder político seja necessária.

É assim visível que a nascente ciência económica moderna — construída segundo o modelo cartesiano — informou a redacção do Tratado de Methween e, através dele, o negócio do Vinho do Porto. Rompendo epistemologicamente com o “saber de experiência feito” (Camões) da produção e da comercialização locais do vinho duriense, veio criar condições de dependência e integração económica

no mercado internacional. Uma racionalidade económica é deste modo construída e aqui imposta, pelo preço da porfiada tentativa de domesticação dos afectos e emoções das gentes durienses¹⁰.

A sociedade moderna, emerge assim da sociedade tradicional. Enquanto que aquela é governada pela economia, esta é governada pela religião, sendo assim compreensível que os modelos de homem por elas criados sejam também diferentes. A sociedade tradicional modela o homem religioso que mais tarde vai servir de base à criação do homem económico. Se este é construído na cisão entre duas racionalidades — a teórica e a prática — e pelo controlo desta por aquela, o homem religioso é estruturado em torno da ancoragem das ideias nas suas emoções e nos seus sentimentos: aqui a racionalidade prática integra a racionalidade teórica¹¹.

A partir de meados do séc. XVII emerge no Porto e no Douro, com expressiva e crescente visibilidade internacional e a partir do homem religioso, o homem económico, pela individualização, responsabilização e maximização dos seus comportamentos que nessa época interagem no contexto do “primeiro sector económico português a estruturar as suas relações e formas de produção em moldes capitalistas” (Martins, 1988:393).

Enquanto que no homem religioso o vinho simboliza, na rede mitológica das relações sociais, o sangue de Cristo, no homem económico o vinho é um produto que é produzido e comercializado mediante o lucro que permita auferir. O primeiro homem faz o segundo. No primeiro, o vinho é apreciado na medida em que expressa as emoções, segundo as ideias da teologia nelas ancoradas, por meio da catequese, enquanto que no segundo, o vinho é apreciado na medida em que expressa um refinamento do gosto e das emoções que só a modelação destas permite¹².

Num povo como o português tão marcado, tradicional e modernamente, pelas suas emoções e afectos (Mattoso, 1991:7), tal refinamento que a cultura do vinho ajudou a introduzir na vida social portuguesa¹³, constitui um paradoxo que só a sua importância na vida social e económica portuguesa permite, em última análise, explicar.

¹⁰ Obras como *Vindima* (1945) de Miguel Torga ou o ciclo *Port Wine* (1949-53) de Alves Redol são disso testemunhos literários. Cfr. Gomes de Araújo, Henrique Costa (1997), “Descartes e a Modernidade” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 37 (1-2), 16-17.

¹¹ Gomes de Araújo, Henrique Costa (1997), ob. cit.

¹² Vid. texto Ramalho Ortigão: “Engana-se muito quem cuida que o vinho do Porto é um simples produto químico. Não. O vinho do Porto é principalmente uma obra de arte, um problema de gosto”. Ramalho Ortigão, “As Farpas”, Out. 1885.

¹³ “No mundo do Vinho do Porto, toda a gente sabe que a sua produção não é apenas uma actividade económica, é uma forma de civilização, uma razão ética de viver, uma raiz de nacionalidade” (Rogério Martins in “Público”, 2. Out. 94).

A sociedade contemporânea deste findar de século, é bem diferente da sociedade tradicional que cria o homem religioso e da sociedade moderna que produz o homem económico. É uma sociedade de transição, difícil de definir e de nomear e a que tem sido dado o nome inadequado de pós-moderna (Santos, 1994:70). É assim admissível que esteja a modelar o suposto homem pós-moderno, caracterizado pela reconciliação com as suas emoções e os seus sentimentos no que aquelas e estes têm de vectores (transparentes e) orientadores do conhecimento e da acção.

Caso que julgo paradigmático disto mesmo é o modelo antropológico configurado na Confraria do Vinho do Porto:

“Nas últimas décadas, a maior parte das Casas do Vinho do Porto foi integrada em multinacionais — como aconteceu, por exemplo, com a absorção da Sandeman pela Seagram’s — ou em grandes grupos nacionais — como a integração da Porto Ferreira na Sogrape — com praticamente duas excepções: os grupos Warre e Taylor’s.

Esta integração trouxe o fim da estrutura familiar no seio das Casas. O saber duramente acumulado, geração após geração, ficou assim enfraquecido na sua reprodução. Além disso, a racionalização dos métodos, a flexibilização das hierarquias e a maximização dos lucros foram experienciadas por muitos como uma séria ameaça à sobrevivência da tradição e do prestígio do Vinho do Porto que as famílias antigas mantinham vivos.

Foi assim que em 1982, a Confraria do Vinho do Porto surgiu sustentada pelos elementos mais activos e mais conscientes do sector. Ela tem como finalidade a difusão, a promoção e a consolidação do renome mundial do Vinho do Porto e, para isso, ela compromete-se a organizar festas, banquetes, reuniões; a promover a elaboração e a publicação de trabalhos sobre o Vinho do Porto; a divulgar as virtudes e as tradições do Vinho do Porto; a sugerir, finalmente, medidas no sentido da comercialização do Vinho do Porto e a organizar concursos de classificação qualitativa das marcas. O que chama a atenção é a preocupação pela tradição em primeiro lugar, pela convivencialidade em segundo lugar e, em terceiro lugar, pela promoção das vendas.

Assim, o que releva desta declaração de princípios é a importância dada a tudo o que pertence ao domínio da memória e da afectividade e é sob esta ideia que a relação com o económico é determinada: a racionalidade teórica do cálculo económico projectado é aqui contextualizada pela racionalidade prática da afectividade cultivada. Ameaçadas as “escolas” privadas, eis que “Confrades” decidem criar em conjunto uma só “escola” comum de virtudes e de valores tradicionais (...) a estratégia reprodutiva do prestígio mundial do Vinho do Porto mantém-se. Sem dúvida que a estratégia reprodutiva experimentou uma mudança no sentido da sua ritualização, mas a Confraria atinge com sucesso o mesmo objectivo que as casas isoladas alcançavam antes: ensinar aos mais novos o saber da distinção do Vinho do Porto” (Gomes de Araújo, 1995:162).

Na Confraria não está configurado nem o puro homem religioso nem o estrito homem económico. Nela está antes presente o problemático homem pós-moderno. Na verdade nem a racionalidade prática comanda nele a racionalidade teórica — o que caracteriza o homem religioso — nem nele há uma ruptura entre as duas racionalidades, com o domínio da primeira pela segunda — o que é apanágio do homem económico. O que nela parece verificar-se é a prevalência da racionalidade económica, conquanto esta esteja contextualizada e orientada pela

racionalidade prática. Ou seja: as emoções e os afectos têm a sua função no âmbito da Confraria, na escolha das opções económicas mais eficazes na defesa e promoção do prestígio do Vinho do Porto.

4. CONCLUSÃO

A Antropologia tem um método que a distingue das demais ciências sociais: o método comparado. Utiliza-o de um de dois modos possíveis: ou mantendo constante o tempo e centrando a comparação no espaço ou centrando a análise no tempo e mantendo constante o espaço. Foi esta a utilização que nesta pesquisa foi dada ao método comparado: foram confrontados dois períodos da história do Vinho do Porto com o objectivo de dar um contributo substantivo à actual discussão teórica acerca das emoções.

Se o modelo antropológico cartesiano prefigura um modelo económico — cuja aplicação produz, a nível da sua modelação dos comportamentos sócio-económicos, a desqualificação e a ocultação dos afectos e das emoções —, o modelo antropológico pós-moderno (?) é preformativo de um modelo económico cuja aplicação parece permitir, a nível dessa modelação, uma expressão qualificada e contida desses mesmos afectos e emoções no sentido da sua reconciliação possível com a racionalidade humana e, por esta via, da sua orientação desta.

No discurso polifónico — sociológico, neurobiológico, histórico e antropológico — que informa esta pesquisa, a tônica dominante é a de as emoções poderem ter um surpreendente poder de “guias internos” das ideias, na escolha das opções mais adequadas.

Porto, Março 1997.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Henrique Gomes de (1995), “Dar, Receber e Retribuir” in *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 18.
- ARAÚJO, Henrique Gomes de (1997), “Descartes e a Modernidade” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*”, vol. 37 (1-2).
- CABRAL, João Pina (1991), *Os contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- CROFT, John (1877) 1942, *Um Tratado sobre os Vinhos de Portugal*, Porto: Instituto do Vinho do Porto.
- DAMÁSIO, António R. (1995), *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- DAMÁSIO, Antonio R. *et. al.* (1997), “Deciding, Advantageously before knowing the advantageous strategy” in *Science*, vol. 275.
- DENIS, Henri (1992), *História do Pensamento Económico*, Lisboa: Livros Horizonte.

- DESCARTES, René (1637) 1953, *Oeuvres et Lettres*, Paris, Bibliothèque de la Pléiade.
- FERRAROTTI, Franco (1990), *Histoire et Histoires de Vie: La Méthode Biographique dans les sciences sociales*, 2ª ed. Paris: Librairie Meridiens.
- FERREIRA, J. A. Pinto (1983), “A Economia do Vinho e o Crescimento do Porto, nos séculos XVII ao XIX” in *O Vinho na História Portuguesa séc. XIII-XIX*, Porto: Fundação António Almeida.
- MACEDO, Borges de, “Methwen” (1963-1971) in SERRÃO, Joel, *Dicionário da História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MARTINS, Conceição Andrade (1988), “Os Ciclos do Vinho do Porto: Ensaio de Periodização”. *Análise Social*, vol. XXIV.
- MATTOSO, José (1991), “Portugal - Racionalidade e Afecto”, *Via Latina*.
- REDOL, Alves (1949-53). *Port-Wine*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- RORTY, Amélie Oksenberg (ed.) (1980), *Explaining Emotions*, University of California Press.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- SARTRE, Jean Paul, (1938) 1965, *Esquisse d'une Théorie des Emotions*, Paris: Hermann, 1ª edição.
- SELLERS, Charles (1899), *Oporto, Old and New*, London, Herbert e Harper.
- SERRÃO, José Vicente, (1993) “O quadro económico”, in *História de Portugal* (José Mattoso), vol, IV, pp. 103-104.
- SIDERI, Santos (1978), *Comércio e Poder. Colonialismo Informal nas Relações Anglo-Portuguesas*, Lisboa: Edições Cosmos.
- SILVA, Ribeiro da (1996), “Do Douro ao Porto: o Protagonismo do Vinho na Época Moderna” in *Douro: Estudos e Documentos*, vol. 1 (2).
- SIMÕES, Nuno, “Evolução Comercial dos Vinhos do Porto”, in Carlos Bastos, *Nova Monografia do Porto*.
- TENREIRO, A. Guerra (1942), *Esboços para a sua História Económica. Ainda o Tratado de Methwen*, Porto: Instituto do Vinho do Porto.
- TORGA, Miguel (1945), *Vindima*, Coimbra.

UM MODELO HISTORIOGRÁFICO PARA A IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL E A SUA ARQUEOLOGIA

por

Virgílio Hipólito Correia

1. MODELOS NOVOS E MODELOS VELHOS

1.1. A questão

“Tem havido em anos recentes, entre arqueólogos que estudam o desenvolvimento da complexidade social, sinais de uma crescente insatisfação com as teorias evolucionistas da Nova-Arqueologia Anglo-Americana dos anos 60 e 70, enquanto explicações completas.” (Champion 1995, 1).

Esta frase parece não se aplicar a Portugal e particularmente aos que estudam a Idade do Ferro do Sul de Portugal. A situação é talvez produto de um muito lento evoluir do volume de dados ao dispor dos investigadores: limitados a poucas escavações, é timidamente que se avançam novas interpretações globais, que parecem despropositadas, mero “mastigar” de dados já conhecidos.

Não concordamos com este estado de coisas. A proposta de modelos de interpretação, de ferramentas conceptuais que nos permitam ter um mais pormenorizado conhecimento dos fenómenos arqueológicos que conhecemos mais ou menos imperfeitamente (ou que nos permitem iludirmo-nos a esse propósito), é parte fundamental do desenvolvimento e afinação dos instrumentos heurísticos que o arqueólogo (especialmente na investigação de campo) não pode dispensar.

Dissemos, noutra ocasião (Correia 1995b, 141) que “a substituição dos pressupostos historico-culturais pelos modelos tipológicos neo-evolucionistas, aplicados às sociedades da Idade do Ferro, [feita] não a partir de uma base arqueológica propriamente dita, mas sim a partir de uma leitura das fontes clássicas, veio impor à análise de toda a questão étnica uma rígida moldura historiográfica, dentro da qual a investigação tem sido feita no sentido de vir a identificar o, ou os, elementos do registo arqueológico que suportam as fontes

ou, em alternativa, a encontrar o processo narrativo pelo qual é possível explicar as discordâncias manifestas, sem que se tente reformular a questão de base, que diz respeito à existência de etnias e à sua natureza”.

Verifica-se na historiografia portuguesa sobre o período antigo, que alguns dados existem que são manejados sem serem verdadeiramente dissecados. Por exemplo:

- a organização das sociedades pré-romanas do Sul de Portugal corresponde a uma formação do tipo cidade-estado.
- a evolução socio-económica dessas cidades-estado corresponde a substractos étnicos e linguísticos distintos.

Podemos perguntar-nos como seria possível que a interacção entre esses grupos se limitasse a actividades bélicas. Só assim se compreenderiam as mútuas exclusões geográficas das cidades-estado étnicas, não se desenvolvendo a interacção sob quaisquer outras formas para além do momento da “invasão” da nova etnia e da conflitualidade decorrente dessa invasão.

A este raciocínio, não expresso, mas que subjaz às posições historiográficas referidas, corresponde a opinião fundamental de que a relação entre os indivíduos ou grupos de indivíduos e as entidades étnicas é de natureza determinística e, na prática, invariável. Pressupõe-se que um qualquer vínculo de filiação se reproduz *ad infinitum* sob a forma de integração étnica, sendo mínima (ou inexistente) a capacidade de desvio (como, por exemplo, se poderia imaginar, caso se tentasse estimar o grau de miscigenação possível nestas sociedades).

Como base teórica de interpretação, decorre ainda que a movimentação de povos na proto-história se fazia em blocos demográficos cuja massa era suficiente para permitir a manutenção de um núcleo linguístico imutável, puro, frente a um conjunto autóctone de características indeterminadas. Ora este facto é indemonstrável e parece improvável.

É também indemonstrável que, quer entre invadidos quer entre invasores, existisse um grau de desenvolvimento dos mecanismos socio-políticos de controlo que:

- a) fosse capaz de manter a estanqueidade genética das unidades de povoamento, com a dimensão que se lhes atribui.
- b) fosse capaz de sustentar, *ad aeternum*, um clima de conflitualidade frente a unidades de povoamento colindantes.

Só a conjugação destes dois factos permitiria ter como sustentável a posição que defende que a etimologia de um topónimo proto-histórico é o testemunho da sua pertença étnica. A não existir estanqueidade genética, certamente que não existirá impermeabilidade linguística, e uma e outra só se podem ima-

ginar se toda a interacção for conflitual (e ainda assim ficariam por esclarecer alguns pontos importantes).

Recentemente o Prof. Jorge de Alarcão (1996a e b) alargou o horizonte dos seus interesses à Idade do Ferro, acompanhado pelos desenvolvimentos mais recentes das posições sobre os modelos histórico-arqueológicos, que Ana Arruda (1993, 1996, *id. et al.* 1995) vem sustentando. Estabelecem estes investigadores, desta forma, um “patamar” na investigação, que sucede e supera aquele em que usualmente se trabalhava: a divisão entre uma Iª e uma IIª Idades do Ferro, distintas por uma diferente composição étnica da população do Sul de Portugal.

A coincidência entre os resultados das análises conduzidas por um e outro autores é notável. Todavia, o tratamento dos dados de um e outro podem ser objecto de crítica, levantando a questão da solidez do “patamar”. As posições sustentadas baseiam-se em asserções não substanciadas, fruto de uma forma muito própria de posicionamento frente às “teorias evolucionistas” a que se referia T. Champion. É inevitável que a investigação se funde, a espaços, em asserções desse género, mas é sempre útil conceder-lhes um momento de reflexão crítica.

Em nossa opinião os fundamentos das análises referidas merecem crítica, especialmente numa questão: a análise étnica. Tal análise está fundada mais na vulgata schulteniana das fontes que numa análise ponderada dos textos. A. Schulten estabeleceu um precedente que, pouco a pouco, se vem revendo: a de uma homogeneidade essencial no valor informativo das fontes antigas. Esta posição peca por excessivo positivismo, e as análises baseadas neste pressuposto são conduzidas a um apriorismo na consideração das realidades socio-políticas do Sudoeste Peninsular.

Sustentávamos, na ocasião referida (Correia 1995b, 143) que “para a questão étnica, não é crucial a existência de cidades (classificação que certamente se poderá aplicar a alguns povoados da Idade do Ferro da zona), a sua organização estatal (para a qual, com efeito, nunca se apontaram evidências de uma burocracia organizada) ou a sua confederação em entidades maiores (sem que [a hipótese de existência de algo semelhante a uma anficionia tenha sido elaborada]). Mas, ainda que todas estas condições se verificassem, ficaria por explicar como estas realidades se associavam em estrita dependência de substractos étnico-linguísticos alógenos à Península, existentes para além de considerações geográficas ou cronológicas”.

Parece-nos em suma que, conduzida por uma perspectiva evolucionista determinística da organização comunitária e da complexidade social, a historiografia foi levada a dar crédito indiscriminado às afirmações das fontes clássicas (nem

sempre correctamente qualificadas) e a tomar por certa a existência, no Sul de Portugal, de formas evoluídas (“as mais evoluídas”) desses mecanismos. Nesse ponto os contributos recentes não se distinguem essencialmente dos anteriores.

Interessados em que os “patamares”, que a afinação dos instrumentos heurísticos que necessitamos de manejar vai atingindo, sejam quanto possível adequados a uma abordagem holística da realidade proto-histórica, parece-nos importante questionar se a conjugação de uma excessiva dependência das fontes antigas, com a sua ênfase na questão étnica (tão “infectada” por contribuições estranhas e danosas), compaginada com uma perspectiva evolucionista demasiado estrita, nos colocou numa perspectiva insuficiente para continuar a perseguir essa “visão”.

1.1.1. Um problema de teoria

J. Alarcão não problematiza neste sentido, o seu entender da Arqueologia é outro, em que se suporta uma concepção classificatória e nomotética da análise das sociedades antigas.

A epistemologia da arqueologia que suporta essa visão (Alarcão 1995), no entanto, levanta-nos uma dúvida essencial: a da existência de uma percepção imediata, espontânea, “não metódica” (Ricouer 1986, *apud* Alarcão *loc. cit.*, 8). Esta percepção, que se poderia tomar por “pura”, e de que, muito justamente J. Alarcão (*loc. cit.*, 12) compreende e denuncia a falácia, não encontra suporte, nem neuro-fisiologicamente (Damásio 1995, 114-119).

Apesar da contradição, J. Alarcão funda sobre esta percepção uma estrutura epistemológica que deixa de lado um elemento essencial: o registo arqueológico e o processo da sua formação (*loc. cit.*, 18, *v.g.*). Ora, é neste elemento que alguns relativistas puseram a sua tónica. É também precisamente neste ponto que a questão teórica é mais importante para quem trabalha a Proto-história do Sul de Portugal: o registo arqueológico com que trabalhamos, fruto de um processo de formação peculiar (como todos) tem, entre outros, o problema da escassez absoluta de dados e do seu carácter sincopado.

Mesmo que os “dados”, essas entidades míticas, não sejam “carregados de teoria”, a selecção do conjunto de dados com que trabalhamos é.

Não há, portanto, multiplicação de perspectivas (Alarcão 1996c) que permita resolver essa insuficiência (que é específica deste problema que tratamos e não essencial à Arqueologia). Neste problema não nos salva adoptar sequencialmente vários modelos teóricos, aliás contraditórios insanavelmente ou, pelo menos, será necessário introduzir um juízo de aproximação ou verosimilhança entre interpretações (Hodder 1988, 201); caso contrário, cair-se-á num relativismo

extremo e incomportável (Trigger 1992, 322). Aqui se traça uma clivagem determinante entre a posição de J. Alarcão e aquela que julgamos mais profícua ao futuro da investigação (Cf. Sherratt 1995).

1.2. O problema histórico

Para além das divergências teóricas existem também divergências quanto ao tratamento dos dados de campo, que J. Alarcão leva a cabo. A estimativa da população de zonas como o Baixo-Alentejo é exagerada, quer por se estimar em demasia a capacidade demográfica de povoados (como no caso de Fernão Vaz, que é um único edifício e que é improvável que alguma vez tenha sido habitação de cinquenta pessoas. Beirão 1972, 1986; Beirão *et al.* 1991, 1992; Correia 1995a; Correia n.p.b), quer por uma manipulação injustificada dos dados de prospecção.

Usando dados que publiquei há poucos anos, J. Alarcão (1996a, 33) conclui que, no que crê ser o território dos *Konnioi*, a população atingiria os 7700 habitantes (não se contabilizam os eventuais habitantes de um povoado/lugar central, que não foi identificado com segurança nem estimada a sua superfície). Escolher uma micro-zona onde a densidade de sítios é maior, como faz J. Alarcão, e estender essa sobre-densidade ao resto, parece efectivamente melhor, mas ignora a peculiar geomorfologia da área que provavelmente sempre obrigou a um povoamento disperso e irregular (Feio 1951, *id.* 1983). É, em todo o caso, abusivo.

No que diz respeito ao estatuto social dos povoadores de pequenos núcleos rurais, há neste ponto um dado de grande importância: a longa tradição da arquitectura funerária, que remonta ao Bronze II do SO. O princípio tipológico de um chefado corresponder a características pré-determinadas (no que diz respeito à consideração numérica dos “chefes”), aplicado *a priori* à sociedade sidérica do Sul levanta contradições onde elas não existem. Se se considerar que cada necrópole corresponde a um núcleo de povoamento, em si complexo e multifacetado, cuja estrutura aglutinante, do ponto de vista social, é a linhagem, ganham significado a variabilidade presente no registo arqueológico e o resultado não-nomotético que uma análise cuidada necessariamente reveste. A integração global destes núcleos de povoamento era feita, certamente, por núcleos populacionais maiores, localizados provavelmente em povoados fortificados. É inseguro, no entanto, o seu carácter urbano (Correia 1995 a).

A organização estatal provavelmente não existiu no Sudoeste Peninsular durante a Idade do Ferro: não foi assim em Tartessos (Wagner 1990, *id.* 1992), certamente que não nesta área periférica (Correia 1995 b). A zona propriamente

tartéssica desempenhou, comprovadamente, um papel nuclear no processo de evolução cultural de todo o Sudoeste e, no domínio económico, a sua estatura e a sua complexidade era também superior. Parece improvável, nestas condições, que não podendo o “reino de Tartessos” (aliás inexistente), ser tomado como um estado, *tout court*, existisse numa zona “periférica” a esse “centro” e em condições comprovadamente de alguma dependência, de mecanismos mais desenvolvidos de controle e regulação de realidades económicas e sociais, que estamos autorizados a supôr que eram mais simples.

1.2.1. A escala de análise

Existe neste ponto uma divergência de perspectivas e caminhos de investigação, que tem a ver com o conceito geral da proto-história do Sudoeste Peninsular e com o papel específico que Tartessos desempenha nessa proto-história.

Para T. Gamito (1988), Tartessos é uma formação estatal que se equivale a toda a proto-história do Sudoeste. Esta visão já foi criticada (Wagner 1990) e o seu desajuste relativamente ao Sul de Portugal é manifesto, dispensando mais realce.

Para C. Beirão (1986) Tartessos e as áreas peri-tartéssicas eram unidades que se equivaliam. Daí classificar-se a área peri-tartéssica correspondente ao Sul de Portugal como uma “civilização” distinta, muito no sentido em que C. Renfrew (1988) usa o mesmo termo.

J. Alarcão (1996 a) procede, sobre a base definida por C. Beirão, a isolar os elementos constituintes dessa “civilização”. Não concordamos com as suas conclusões: o desenvolvimento político e organizacional parece-nos “inflacionado” (simetricamente ao volume populacional); por isso mesmo o funcionamento socio-político parece-nos inadequadamente descrito.

Para delimitar e caracterizar convenientemente estes “círculos culturais” temos de os entender como entidades orgânicas, necessariamente políticas, em interacção.

A interacção entre entidades políticas só pode ser abordada no quadro do desenvolvimento das estruturas das sociedades — instituições políticas mas também manifestações rituais das fórmulas de afirmação e comunicação — e menos no quadro das relações de domínio e subordinação entre sociedades (Renfrew 1988, 1).

A base dessa interacção é territorial, porque quase todas as entidades políticas (tal como todos os grupos humanos) adoptam comportamentos territoriais, mesmo quando a sua definição não é essencialmente territorial ou quando não

demonstram um sistema político-administrativo desenvolvido ou complexo. Basta a existência de processos recorrentes e efectivos de tomada de decisões e o comportamento territorial surgirá (*id.*, 4).

Dáí decorre que se verifica a existência, dentro de áreas dotadas de alguma homogeneidade a nível cultural (como a “civilização” de C. Beirão) de módulos de comportamento territorial de entidades políticas autónomas, a que C. Renfrew (*loc. cit.*) chama *Early State Modules*.

É certo que esses módulos se detectam em estados, mas não é de toda verdade que a existência do módulo só aconteça em função da existência deles (*id.*, 2). Por isso, não deve ser pela verificação da materialização territorial das esferas de influência dos povoados ou agrupamentos de povoados (Cf. Berrocal 1986) em escala idêntica à do “módulo do estado arcaico” (Cf. Correia 1990, 184-5) que devemos concluir da existência desse estado.

Sem embargo, e sem dissertar demasiado a nível teórico, aceitando os pressupostos neo-evolucionistas, que desempenham a sua função insubstituível na explicação das formações sociais, é possível chegar mais longe do que à mera escolha entre chefados e estado.

C. Redman (1978, 201-13), por exemplo, propôs um esquema muito elaborado de evolução de sociedades em processo de urbanização, que por partir de um entendimento mais orgânico do registo arqueológico se adapta melhor a explicações preocupadas com a dimensão temporal dos fenómenos.

Um esquema classificatório é inevitavelmente um esquema evolutivo. A nossa opinião, sem embargo, é que a evolução existe, mas não é sempre no sentido de uma maior complexidade social, de uma mais intrincada organização comunitária ou de um maior controle do território e dos seus habitantes. Sociedades há que assistem a uma degradação dos seus mecanismos de controle, que perdem, ao longo dos tempos, alguns mecanismos organizatórios e nas quais se dá uma desagregação das estruturas sociais; é também variada a rapidez com que a evolução se dá em distintas sociedades, algumas havendo onde essa evolução, de tão lenta, é imperceptível ou realmente inexistente.

A evolução social, portanto, deve ser entendida como um reticulado de caminhos possíveis, que cada sociedade atravessa de acordo com as condicionantes históricas, sempre complexas, que a rodeiam, segundo percursos correspondentes a vários modos de organização, estando dispostos a aceitar que eles possam ser divididos em bandos, tribos, chefados e estados, mas só convencionalmente (Yoffee 1993).

Só assim, parece-nos, se podem evitar contradições como sustentar a existência de um “estado” e encontrar indícios de uma sociedade “isonómica” (Alarcão 1996 a, 32), quando toda a interpretação arqueológica e antropológica das sociedades complexas demonstra que elas se caracterizam, para usar a expressão

de E. Service (1971, 145) pela "generalizada desigualdade de pessoas e grupos na sociedade" (Peebles *et al.* 1977).

Já tentámos também ressaltar a elevada probabilidade de as estruturas centralizantes nestes povoados serem sacerdotais (Correia n.p. a) — residindo aí a importância do achado de Capote, que demonstra a conjugação de autoridade social e política e ritual religioso (Berrocal, *com. pes.* e 1994, 275 e 1992, 284) — e não meramente aristocráticas como refere J. Alarcão.

Os "círculos culturais" que o autor apresenta são, todavia, uma realidade (tanto quanto uma interpretação é uma realidade) que interessa clarificar, verificando se a demarcação de órbitas distintas com mecanismos de funcionamento próprios (inclusive com algumas distinções marcadas no que diz respeito ao registo arqueológico respectivo) é um instrumento heurístico válido. Cremos que sim, mesmo se divergimos na qualificação informativa que concedemos a esse instrumento.

Segundo a teoria expandida por J. Alarcão cada círculo cultural é na realidade um círculo étnico.

Cada etnia ocupa uma área de 4000 km², centralizada por um povoado proto-urbanizado. No entanto o etnónimo não tem qualquer influência sobre o topónimo desse lugar central, nem vice-versa. A única relação possível, *Conistorgis/Konnioi*, não existe: Estrabão (*Geog.* 3.2.2) coloca a cidade em território dos *Keltikoi*.

A situação é estranha, parece-nos até inverosímil, se comparada com a restante Península Ibérica, onde a designação das comunidades pelo seu *ubi* é comum, existindo também casos de identificação das cidades pelo etnónimo dos seus habitantes.

Esta contradição constitui um dos óbices à restituição que J. Alarcão faz da situação organizacional da Idade do Ferro do Sul, fazendo coincidir as esferas socio-económicas de influência dos povoados e as áreas das várias etnias. Quanto a nós tal coincidência não existe.

A existência de uma multiplicidade de etnias — que como vamos tentar demonstrar não parece historiograficamente sustentável — e o desfazamento da escala de análise do problema organizacional suportam-se mutuamente, num raciocínio que se nos afigura circular, e que não nos sentimos capazes de seguir.

Sustentáramos, pelo contrário, que os vários povoados, estruturas orgânicas de povoamento — com um comportamento territorial — correspondem à esfera efectiva de organização socio-económica e de dispersão geográfica, sobre a qual, mas num outro nível superestrutural, se organizam realidades demográficas e políticas interpretadas em termos étnicos no legado literário, histórico e geográfico, clássico.

1.3. O problema arqueográfico

Na aparente independência das fontes, a formulação dos problema e decorrente análise que A. Arruda leva a cabo (1996a e b) é também positivista, particularmente na hora de equacionar as filiações culturais de alguns materiais presentes no registo arqueológico com os processos da sua introdução no Sul de Portugal.

É patente a intenção crítica de A. Arruda relativamente ao modelo historiográfico com que usualmente se tem trabalhado no Sul de Portugal (Beirão e Gomes 1980, 1-5).

Este modelo põe uma grande ênfase na delimitação de dois momentos fundamentais na evolução das sociedades ao longo do 1º Mil. AC: uma primeira Idade do Ferro de características orientalizantes, devidas a um intenso fenómeno de interacção cultural inerente à periferia de Tartessos; uma segunda Idade do Ferro de características continentais, devido ao crescimento dos contactos com os povos da Meseta.

A. Arruda prefere um modelo com mais ênfase na evolução diferencial de uma pluralidade de micro-regiões, que considera dentro do espaço mais vasto do Sul de Portugal. Assim colocada estamos sem dúvida perante uma proposta de reformulação da questão digna de aplauso mas, na prática, é-se levado a não olvidar um largo conjunto de dúvidas que a substituição de um modelo por outro levanta, ainda que seja por um primário conservadorismo, crítica que aceitamos.

As dúvidas levantam-se em quatro pontos distintos:

- a natureza dos dados novos trazido à discussão;
- a coerência interna do modelo;
- os pressupostos teóricos em que o modelo assenta;
- e, conseqüentemente, a pertinência da reformulação do modelo operativo.

Os dados novos são especialmente numerosos na costa e nos estuários dos rios (Tavares 1993). Concorrem na delimitação de uma esfera costeira de contacto com Gadir, em que a uma certa homogeneidade da cultura material (talvez menos profunda do que parece, mas esse ponto não é particularmente importante) talvez corresponda uma estrutura política diferenciada. A. Arruda não aduz, no entanto, dois dados: que existem seguros testemunhos de comércio nesta esfera, os da cerâmica cinzenta, num material de produção local, que teve lugar em vários pontos fora do Golfo de Cádiz (Alarcão *et al.* 1995, com bibliografia anterior); que é insegura a integração dos sítios orientalizantes, dentro de cada estuário, numa única estrutura de povoamento, existindo provavelmente uma teia complexa, dentro de cada região estuarina, de sítios de origem indígena e

de fundação exógena *ex-nihilo* (Correia 1993a, 280-1).

O carácter halstático de espólios arqueológicos no Sul de Portugal, é uma outra questão. Reduzem-se, normalmente, à cerâmica estampilhada, que melhor será passar a considerar mais tardia, normalmente posterior ao séc. V (Correia 1995b, 135; Berrocal 1994, 106-18). Não nos parece que as fíbulas conhecidas aduzam argumentos diversos (Ponte 1979, 1983, 1985a e b, 1986; Ruiz 1989).

Resta o colar (especificamente, um dos colares) do Tesouro de Moura, de inspiração talvez halstática (Armbruster *et al.* 1993). A característica mais marcante do Tesouro de Moura é, todavia, o profundo tradicionalismo das concepções artísticas que se escondem por trás das inovações técnicas — copia-se, por exemplo, um torques maciço típico de dois ou três séculos antes (mas fabrica-se “em ôco”). Analisado ponto a ponto resta como inovação técnica de inspiração europeia-continental as estampilhas circulares do colar laminar (Correia 1993c). É pouco para se elaborar, especialmente se se confrontar esse dado com as inegáveis influências orientalizantes em Azougada, muito próximo de Sobral da Adiça, onde se encontrou o tesouro.

Mais pertinentes seriam os arreios de cavalo da mesma Azougada. Para eles W. Schule (1969, vol. I, 194 e 199; vol. II, 11, nº 6, 7 e 8) encontrou paralelos halstáticos e asiáticos. Mas, precisamente por se tratar de uma classe de material intrinsecamente ligada ao movimento, por um lado, e um material de prestígio, por outro, a sua equação é complexa, e A. Arruda não os refere.

Também no que respeita à evolução cultural diferencial que A. Arruda verifica em alguns locais do Sul de Portugal, nos vimos forçados a divergir. Por mais interessantes que os dados pareçam, o “conservadorismo orientalizante” dos sítios costeiros está por verificar, em especial dada a pequena dimensão das sondagens e a pouca fiabilidade estatística de dados vindos destes “poços”. Em Alcácer do Sal são menos de 10 m², além do que a cronologia proposta pelos escavadores pode e deve ser corrigida, sendo provável um *hiatus* na sequência, correspondendo precisamente aos séc.s IV-III AC (Correia 1993a, 250-1). Seria preciso um maior volume de dados para assegurar que uma estimativa do volume comercial presente nestes sítios testemunha uma situação absolutamente distinta de Santa Olaia e Conimbriga (Correia 1993a) onde a partir de 500/450 parece decair toda a actividade comercial (Santa Olaia não ultrapassará o séc. IV).

Comprovadamente, a situação não é simples como A. Arruda bem demonstra no que diz respeito a Chibanes e à Lapa do Fumo (a que se somaria o Pedrão), por um lado, e aos sítios algarvios (Cerro da Rocha Branca e Castro Marim), pois tratam-se de sítios de naturezas diversas, e de alguns deles pouco ou nada se conhece contextualizado.

No interior, Fernão Vaz poderia até não ter um único fragmento de cerâmica de tipo oriental (são poucos, é verdade) que a sua planta continuaria a

servir como demonstração cabal de que o local conheceu, em algum dado momento anterior ao segundo quartel do séc. VII, influências orientais, propriamente púnicas (Correia 1995a; *id.* n.p. b).

A. Arruda não maneja (o que é inaceitável) o único dado que é cabal na demonstração de uma influência oriental: a escrita (Beirão 1986, Correia 1996a). A escrita é o elemento definidor da Iª Idade do Ferro: existe uma segunda porque existe um período posterior ágrafo; a “influência continental”, que melhor se avaliaria cepticamente, é um fenómeno percebido como contemporâneo, mas não se verifica que se tenha proposto uma relação de causa-e-efeito (Beirão et. al. 1980).

No que diz respeito à coerência interna do modelo que A. Arruda propõe, a nossa posição é, como decorre das críticas que fazemos, negativa. Não encontramos coerência neste modelo, nem nos parece, como expusémos antes, que sustentar que a existência de distintos padrões de povoamento correspondem a distintas áreas étnicas seja posição teoricamente fundada.

Foi já demonstrado, para o período e área em questão, como uma mesma entidade cultural se adapta a distintas áreas geográficas fazendo recurso a distintos padrões de povoamento (Berrocal 1995a, 186-91). Será inevitável que esta adaptação tenha consequências na evolução posterior dos vários grupos sociais diferentemente afectados pelos mesmos ritmos históricos de longa duração, mas imaginar que essa evolução é, *ab origine*, mais individual e distinta que a força das tendências seculares que afectam toda a zona, é afirmação que ultrapassa as normas do raciocínio científico.

Estas sociedades inserem-se, desde o Bronze Final, numa esfera de contactos muito vasta (Burgess 1991). Desde os alvares da Idade do Ferro assistem a um processo de complexificação económica e social, no qual desempenha um papel de relevo uma economia de bens de prestígio com foco nas colónias fenícias (Frankenstein 1994). O seu padrão de povoamento organiza-se frequentemente mais em função do controle de vias de acesso do que da exploração directa dos recursos (Berrocal 1992, 254-9). Nestas condições não é plausível que estas sociedades sejam sociedades fechadas, onde as eventualidades do seu percurso histórico individual se sobreponham às relações que mantêm com as suas vizinhas.

Ora a rede de relações que se desenvolveu no Sudoeste passou, ao longo do 1º Milénio por uma fase atlântica, uma fase orientalizante e uma última, em que o decair das redes de contacto com o exterior valorizou os contactos com o interior, que estiveram sempre presentes. Dentro desta rede de contactos e desta evolução de *longue durée* povoados e conjuntos de povoados inseriram-se com a sua personalidade própria e cumpriram o seu dever.

O que é talvez sustentável é que, como L. Berrocal vem defendendo, a afirmação étnica corresponda a uma afirmação consciente de identidade,

que talvez seja tornada necessária, em termos de coesão social, pelo facto de estas sociedades serem tão abertas a contactos com o exterior. Não equivale isto a dizer, no entanto, que desde a origem essa afirmação étnica consciente esteja presente e condicione a evolução histórica dessas unidades sociais e demográficas.

No que diz respeito às estações costeiras, toma-se por “orientalismo” o que na realidade, ou no registo arqueológico pelo menos, é vestígio do comércio mediato com o Oriente, quando não é certo que entre esse comércio e a “enculturação orientalizante” das sociedades haja uma relação de função directa e proporcional. Para além disso, o carácter mediato do comércio introduz importantes distorções nos nossos mapas de distribuição que, por compreendermos mal as realidades socio-políticas que lhes subjazem, não estamos em condições de explicar.

A la limite, seguindo o raciocínio de A. Arruda, diríamos que a situação de intensos contactos orientalizantes que J. L. Cardoso (1995) tão bem descreve no seu trabalho de síntese sobre o estuário do Tejo, corresponderia ao facto de serem propriamente fenício-púnicos 100% dos habitantes. Convimos os três em que não é esse o caso. Mas esta caricatura não desmente que a evolução dos povoados do estuário do Tejo se desenrole de forma distinta da dos do Baixo-Alentejo.

O modelo historiográfico que Caetano Beirão e Mário Varela Gomes propuseram em 1980 parece-nos, portanto, continuar válido como estrutura e base de trabalho, mesmo se alguns elementos desse modelo são de descartar (como a dicotomia *brilhante/decadente* relativa às Iª e IIª Idades do Ferro. Fabião, com. pes.). Sobre esse modelo, espera-se que a melhor investigação nacional, entre a qual A. Arruda ocupa uma posição destacada, venha a traçar o quadro, actualmente tão incompleto, da organização socio-económica dos vários grupos demográficos. Para isso estamos verdadeiramente necessitados de ferramentas conceptuais que podem ser afinadas com o desenrolar do surto historiográfico que vai dando mostras de existir.

Em suma, numa escala historiográfica (peninsular), existirá uma evolução de uma Iª para uma IIª Idade do Ferro, de que a primeira é orientalizante e a segunda não, sendo essa evolução feita, provavelmente, através de formações não estatais. Numa escala arqueológica concreta (a do Sudoeste peri-tartéssico), há dados que não condizem com uma solução de continuidade, brusca, entre um e outro período (nesse sentido, cf. Beirão e Correia n. p.) e, a essa escala, cada povoado diverge do seu vizinho, cada área contrasta com a sua limítrofe, na maneira de interagir com o processo histórico que o envolve, tal como A. Arruda e outros autores sustentam.

1.4. O problema étnico

O modelo arqueológico de A. Arruda compagina-se muito bem com o modelo historiográfico que J. Alarcão propõe, no sentido em que o reforço da identidade dos núcleos de povoamento, suporta a “inflação” do seu estatuto político, organizacional e étnico, e vice-versa.

Este modelo historiográfico levanta um problema, grave, cuja resolução está longe de ser pacífica. J. Alarcão propõe entender os vários etnónimos localizáveis no Sul de Portugal como significantes de entidades coetâneas e autónomas, divergindo apenas nas eventualidades através das quais o etnónimo se tornou conhecido de uma determinada *auctoritas*, assim sendo transmitido até nós; levanta, de passagem a hipótese de para alguns etnónimos tal transmissão não ter tido lugar.

Esta posição é inédita na historiografia peninsular, consistindo na adopção de uma, entre várias, teorias possíveis, decididamente problemáticas (Alarcão 1992).

As fontes antigas significativas sobre o Sudoeste Peninsular são, por ordem cronológica (Berrocal 1992, 30-51 e 70-1):

- o putativo périplo que Avieno tomou como base (Berthelot 1934, Schulten 1955, Murphy 1977, Ferreira 1985, Hoz 1989 a, Villalba 1986, Mangas *et al.* 1994).
- os geógrafos que utilizaram o material polibiano, especialmente Estrabão (Schulten 1955, Lasserre 1966, Bellido 1968).
- por último, Plínio traduz a sua experiência pessoal na Hispânia e também talvez a de Agrippa (veja-se recentemente Guerra 1995. Cf. Berrocal n.p.)

Entre Avieno e Estrabão fica uma citação de Heródoto — que, em contexto, não é segura que se refira aos *Keltoi* como uma etnia peninsular, senão como uma referência a um tipo de sociedade vagamente situada em termos geográficos, como as outras referências episódicas do autor à Península (Hoz 1989 a) — e Ptolomeu, que nem por ter sido tão importante para a Geografia enquanto ciência pode ser facilmente utilizado pelo arqueólogo.

Acerca das etnias do Sul de Portugal, J. Alarcão rejeita, nesta conjuntura, duas teorias alternativas à sua, sem que seja fácil decidir qual das três é a mais justa. A primeira é a da substituição das etnias, entre a data do périplo e a do material polibiano (o que traria essa substituição, *grosso modo*, para datas próximas daquelas em que classicamente se situa a viragem entre a I^a e a II^a Idades do Ferro). A outra é a da substituição dos etnónimos entre uma e outra data. Esta segunda teoria foi a adoptada por A. Coelho Ferreira da Silva (1990, 263-

-6) no que diz respeito a uma indo-europeianidade dos *Cempsi* e dos *Saefes* (logo chamados *Keltikoi*). No que diz respeito aos *Konnioi*, L. Coelho (1971, 171-2) aduziu argumentos que, com mais ou menos dificuldade, continuam a resistir aos avanços do deciframento da escrita do SO (sem que, como afirma J. Alarcão — 1996a, 22 —, se “leia” o etnónimo nas lápides).

Nas lápides lê-se, no actual estado do deciframento, *K(e).e.n.n.i.i*, mas também *K(e).e.n.t.i* e *K(e).e.n.p(i).i*, entre outras variantes (Correia 1996a, 158-9). Trata-se de um elemento da fórmula ritual final, que pode ser um honorífico (mas pode também não ser). Caso afirmativo, esse honorífico pode ter passado a designar, na sua variante mais comum, os povos que habitavam a zona geográfica onde essa titulação era utilizada — no entender dos geógrafos, uma etnia distinta — por extensão do título dado aos indivíduos proeminentes dentro dela. Por mais plausível que seja, é um raciocínio recheado de imponderáveis.

1.4.1. A *Ora Marítima* e o Sul de Portugal

Não participamos do hiper-criticismo sobre a *Ora Marítima* de, por exemplo, J. de Hoz (1989a). Parece-nos que Avieno, no séc. IV DC embora, não inventaria etnónimos como quem faz batota ao *scrabble*. *Cymnetes*, *Cempsi* e *Saefes* devem portanto ser etnónimos veiculados numa fonte antiga que Avieno utilizou. Neste sentido preferiríamos rejeitar todas as correcções que incidem sobre o (mau) original disponível. É o caso de *Lygus*, sempre corrigido em favor de *lycis*, *lysis* ou *luisis*, para o aproximar dos Lusitanos, ignorando que, por outras fontes, se atesta o *lacus ligustinus*.

Entre os muitos problemas que envolvem o estudo do período não será despropositado fazer ressaltar um muito grave e aquele onde porventura o positivismo de A. Schulten mais insegurança trouxe ao desenvolvimento da investigação historiográfica: é impossível proceder a uma normal crítica filológica e paleográfica da *Ora Marítima* porque não existem manuscritos fidedignos. A *editio princeps* de Victor Pisanus (Veneza, 1488) é tudo o que de mais próximo do original nos resta. As correcções feitas sobre o texto extante são por isso sempre feridas de ilegitimidade, mesmo se algumas parecem perfeitamente aceitáveis.

Neste ponto a contribuição de J. Cardim Ribeiro (1996) é muito importante, porque resolve da melhor maneira um problema do mesmo género: elimina a correcção filológica voltando ao texto da fonte, e dá-lhe sentido. Infelizmente não conclui, parece-nos, da forma adequada.

Façamos o excuro pelo passo do poema que diz respeito ao Sul de Portugal:

A descrição do litoral a sul do estuário do Sado inicia-se no verso 184, com o cabo Espichel e uma ilha próxima, certamente Tróia de Setúbal, só tardiamente unida à margem sul do Sado, formando a actual península.

O Cabo Espichel é chamado *Cepresicum* (corrigido em *Cempsicum*) *iugum*. v. 184.

Os *Ligi* e os *Dragani*: *pernix Ligus Draganunque proles*; são colocados a norte do *Ophiussae agro* cuja identificação é imprecisa na extensão que abrange, ainda que a identificação do promontório epónimo com o Cabo da Roca nos dê um ponto seguro.

A estrita vizinhança de *Saefes* e *Cempsi* é claramente enunciada no poema: *Cempsi atque Saefes arduos collis habent Ophiuss(a)e in agro*, vv. 195-6.

A seguinte indicação geográfica precisa encontra-se a versos 205-6, e localiza os *Cynetes* no vale do Guadiana: *Ana animis (amnio) illie per Cynetes effluit sulcatque glaebam*.

Segundo a nossa leitura, de versos 209 a 215 descreve-se o estuário do Guadiana, hoje transformado no sapal de Castro Marim, não constituindo um passo atrás na descrição do litoral, como sustentava Schulten, o que não seria explicável pela estrutura descritiva sequencial do poema, correspondente provavelmente à estrutura do périplo (necessariamente sequencial).

O limite dos *Cynetes* do verso 223: *genti et Cynetum hic terminus*; refere-se a um promontório rochoso consagrado a Saturno: *rupibus cautes sacra Saturnum*; que é necessário colocar na costa que se estende entre o Guadiana e o estuário dos rios Tinto e Odiel, a um dia de viagem da foz daquele: *hinc dictum ad amnem solis unius via est*.

Zephris a cidadela referida no verso 227, não estaria longe desta zona. Ao referido estuário do Tinto e Odiel se referiria o *sinus calacticus*, limite dos tartéssios, onde, segundo Hecateo transmitido por Estevão de Bizâncio, se encontrava *Calate* (Schulten 1955, 186).

O litoral dos *Saefes* é problemático: *Poetanion autem est insula ad Sefumum latet patulusque portus*, vv. 199-200. Corrigia-se normalmente *latet* em *latus*, e tomava-se a Ilha do Pessegueiro por *Poetanion* e a foz do Mira pelo porto, ou nos mesmos papéis o ilhéu da Perceveira e a baía de Sines. Segundo J. Cardim Ribeiro (1996), que se faz eco de posições de recentes editores, é necessário tomar *Sefumum* por uma referência a um cabo, não como uma indicação de litoral. No entanto, J. C. Ribeiro não conclui da melhor forma.

Acreditando sempre que, seguindo a estrutura de um antigo périplo, a descrição da costa corre sequencialmente, sem referências a pontos já anteriormente descritos, a única conclusão lógica, vista a geografia da área, é que *Sefumum* é o Cabo de Sines, e que o seu etno-topónimo dá a indicação da localização geográfica da etnia, tal como o *Cempsicum iugum* dá dos *Cempsi* e

o *Cyneticum iugum* (Cabo de S. Vicente) dá dos *Cynetes*. Não se acreditando na premissa, supondo que Avieno tomou liberdades poéticas dentro dos blocos coerentes descritivos que “herdou” das fontes antigas (o espaço que vai dos versos 184 a 227 parece ser um deles), teremos que rejeitar *in limine* a possibilidade de utilizar a *Ora*, como faz J. de Hoz.

Teremos assim os *Cempsi* no estuário do Sado, os *Saefes* na costa alentejana e os *Cynetes* no Algarve e na bacia do Guadiana. No entanto *Cempsi* e *Cynetes* são vizinhos — *inde Cempsis adiacent populi Cynetum*, vv. 201-2 — estendendo-se, pelo menos os *Cempsi*, muito pelo interior (v. 301: *usque Cempsorum sata Ileates agro se feraci*).

Esta hipótese (que nos parece sustentável até produção de melhores argumentos ou leituras), invalida, do estrito ponto de vista da *Ora Maritima*, a perspectiva avançada por J. Alarcão.

O périplo revela algum conhecimento da realidade do interior, como se espera sabendo que existiam e deviam ser regularmente utilizados caminhos terrestres em substituição da navegação de cabotagem. Este conhecimento não deixa espaço, para os *Konnioi*, para os *Keltikoi* ou para os anónimos mirtilenses.

Parece, para além disso, que se lida aqui com entidades de dimensão muito variada: os *Saefes* teriam uma área geográfica muito menor que os *Cempsi*; estes viveriam numa região de características radicalmente diferentes dos *Cynetes*.

Diferente área territorial, muito provavelmente distinto volume demográfico e padrão de ocupação do espaço, quase certamente formas de organização social algo diversas: tudo concorre, em nossa opinião, para que um etnónimo se refira, ou se possa referir, a realidades démicas distintas na essência, não sendo necessário que, numa zona geográfica como o Sul de Portugal, todos os grupos humanos e núcleos de povoamento respectivo, tenham atingido, simultaneamente, um mesmo “estádio” de arranjo dos seus mecanismos de controle e reprodução social.

Demonstra-se, aliás, que zonas geográficas “atribuídas” a etnias diferentes, partilham de alguns traços culturais tal como são visíveis no registo arqueológico (a escrita) e distinguem-se por outros (o ritual funerário), enquanto existem fenómenos comuns a todas (a fortificação dos povoados).

No entanto, não existem dados que aconselhem a considerar contemporâneas etnias referidas na *Ora Maritima* e outras referidas em fontes de data posterior.

Dissemos antes que os círculos culturais que J. Alarcão defende constituem entidades políticas, e concluímos agora que essas entidades políticas não coincidem com as entidades étnicas referidas pela *Ora Maritima*. Começa a ser possível traçar, parece-nos, um quadro de distintas escalas de análise: (i) o padrão de povoamento, de que estamos radicalmente desprovidos de dados para

o abordar na maioria das áreas do Sul de Portugal, (ii) a rede de lugares centrais, em povoados fortificados, com as suas respectivas esferas de comportamento territorial, (iii) as entidades políticas que eles compõem e finalmente, (iv) as entidades étnicas mencionadas nas fontes clássicas, correspondentes provavelmente a conceitos exógenos, mais que a fórmulas de identificação próprias das sociedades a que esses etnónimos se aplicam. Talvez por isso sejam as descrições dotadas de tanta coerência interna (os modernos etnógrafos também só infrequentemente são incoerentes).

1.4.2. As etnias do Sul de Portugal

Podem encontrar-se quatro narrativas diferentes para explicar a situação étnica proto-histórica do Sul de Portugal:

1 – Vivendo os *populi* mencionados por Avieno no Sul de Portugal, assiste-se a uma invasão, que elimina os habitantes e os substitui por *Kelticoi* e *Konnioi* (Cf. Bosch-Gimpera 1939).

2 – No decurso da sua história, os *populi* mencionados por Avieno no Sul de Portugal decompõem-se, passando os seus efectivos demográficos a compôr outras unidades étnicas (Silva, *loc. cit.*). No caso dos *Cynetes* (no Algarve), desaparecem enquanto etnia devido a uma precoce urbanização, testemunhada pelas várias cidades que aí cunharam moeda desde muito cedo (Alarcão, *com. pes.*).

3 – Os *populi* mencionados por Avieno no Sul de Portugal são apenas alguns dos que aí viviam, entre os quais os autores clássicos, por circunstâncias que não nos é dado conhecer, escolheram uns ou outros para comporem a sua descrição da situação local (Alarcão 1996a e b, *passim*).

4 – Os *populi* mencionados por Avieno no Sul de Portugal, integravam-se em estruturas étnicas complexas, constituindo um estrato particular dessa estrutura: *Cempsi* e *Saefes* eram *Kelticoi*; *Cynetes* (mais tarde chamados *Konnioi*) pertenciam a um estrato pré-indo-europeu que se pode designar convencionalmente de *Turduli* (Alarcão, *com. pes.*).

A teoria que referimos em 1 não é sustentável.

A que mencionamos em 2 é sustentável, pode inclusivamente ser tomada como provável, mas não é uma teoria explicativa, já que deixa no vazio todos os fenómenos que levam à efectiva ocorrência desse processo de decomposição/recomposição e é, na prática, uma teoria redundante com a mencionada em 4. Tal processo não pode ocorrer se cada etnia tiver como centro um único povoado, circunstância em que se esperaria uma mais imediata detecção no registo

arqueológico destes intrincados processos.

A teoria que referimos sob o número 3 introduz um elemento de indeterminismo, que nos parece incomportável e relativamente ao qual se vêm a encontrar indícios que o desmentem.

Em trabalho de 1992, J. Alarcão problematizava, e bem, o problema da transmissão dos etnónimos e da sua correspondência à efectiva organização da sociedade peninsular. Punha a hipótese de, infamiliarizados com a língua, os autores clássicos terem propositadamente omitido alguns, como se passa mais tarde com Plínio (mas em situação radicalmente diferente do ponto de vista político e cultural). Como vimos, uma leitura possível da *Ora Maritima* conclui de forma diferente. A coincidência de que o périplo que lhe terá servido de base e Heródoto transmitam ambos o etnónimo *Cynetes/Kynesioi* também não abona em favor de uma aleatoriedade da transmissão. Sobretudo, não é crível que Políbio não tivesse um conhecimento exacto da situação política dos menos de quatrocentos quilómetros que vão de Cadiz a Lisboa; que, tendo-o, não o tivesse transmitido, e que, transmitindo-o, Estrabão (directamente ou através de Possidónio) não o tivesse utilizado.

A teoria que referimos sob o número 4 é, potencialmente, a que menos objecções encontra, mas note-se que elimina o único argumento historiográfico a favor de uma invasão de *Kelticoi*, em qualquer data.

Todas estas teorias assentam, no entanto, na noção base que criticámos, a que um etnónimo veiculado numa fonte é sinónimo da existência de um grupo discreto de população, portador de um património genético e linguístico distinto dos outros.

Aceite, do ponto de vista historiográfico, este pressuposto e, do ponto de vista arqueológico, enfatizadas mais as inevitáveis divergências das evoluções micro-regionais e dos dados disponíveis sobre elas que as tendências mais generalizadas da evolução milenar das redes de interacção supra-regional, a coincidência de resultados e conclusões é inevitavelmente marcante. A polémica reduz-se a questões quilométricas (o território A tinha um raio x , o de B um raio y , ou antes pelo contrário), mas esta história-*ersatz* não acrescenta um ponto aos nossos conhecimentos sobre a evolução socio-política dessas sociedades, confundindo, de passagem, dados linguísticos que podem ter uma explicação simples, com testemunhos de uma complexa (e improvável) situação populacional (como uma “sociedade multi-racial”, que não se imagina facilmente o que seja num povoado com um par de milhares de habitantes, máximo).

É o avanço, imprudente, na exegese das fontes que suporta a “inflação” dos dados arqueológicos de base, e a argumentação circular que assim se instala não pode ser aceite como suficiente para demonstrar a existência de cidades-estado de cariz étnico no Sul de Portugal na Idade do Ferro.

2. OS POVOS PRÉ-ROMANOS

2.1. A questão

“Tenho horror a setas em Pré-história.” (Guillaine 1984, 161).

O “horror” às setas, produto de uma tendência da Nova Arqueologia para explicações funcionalistas e autárquicas para quase todos os problemas, é talvez injustificado. Os povos pré-históricos movimentavam-se, existiam invasões e deslocamentos maciças de grupos sociais (Harbison 1979). Estes movimentos podem, por vezes, acarretar soluções de continuidade no registo arqueológico, como vem a acontecer mais tarde no séc. IV DC. Mas a arqueologia tem de proceder segundo outros métodos operativos, na tentativa de descodificar o registo arqueológico, onde a detecção de eventos específicos directamente ligados a acontecimentos históricos documentados nas fontes clássicas (o que nem sequer é o caso das migrações proto-históricas) é sobremaneira rara.

A migração démica é um dado fundamental na análise historiográfica que J. de Alarcão conduz. Sem ser claramente expressa, é também uma noção basilar à equação que A. Arruda faz entre materiais arqueológicos de origem num ponto x (todos sabemos o valor que estas atribuições têm, na ausência de estudos físico-químicos) e filiação de um determinado complexo historico-cultural.

Propôr explicações da evolução social em regiões determinadas, baseadas exclusivamente nas características étnicas, nos dias que correm, causa horror, como as “setas” (de outra coisa não se trata) fazem a J. Guillaine. Este tipo de explicações remonta, no que ao assunto que abordamos diz respeito, a A. Schulten. A realidade arqueológica, no actual estado de investigação, desmente por completo o complexo panorama étnico e migratório que o aparato crítico que o autor alemão teceu nas *Fontes Hispaniae Antiqua* pressupunha.

O problema étnico, na perspectiva de Schulten (que podemos pensar nunca ter sido dada como concluída: cf. Tovar 1971, 43-4) integrava-se no espírito da época, incluindo, de passagem, outros movimentos com o dos Tirsenos para a Península ou o dos Etruscos para o Egeu. Encontrou o seu apogeu em P. Bosch-Gimpera, senhor de um aparato crítico linguístico notável, mas que nunca foi absolutamente convincente para quem tratava em bases mais seguras os problemas arqueológicos de base (Savory 1974, 247-9. Cf. Hoz 1992, 3).

Uma abordagem moderna do problema só pode ser problematizante.

Problema central em toda esta questão é, evidentemente, a questão do etnónimo *Keltikoi*, indiscutivelmente localizado no Sudoeste Peninsular, a partir de uma data a determinar (pelo menos suficientemente antiga para informar Heródoto), antes da qual o etnónimo não estaria presente (como seria a do putativo périplo que serviu de base a Avieno).

Levantam-se dois problemas concomitantes: o que significa, neste contexto, *Keltikoi* e o que significa *populus*.

2.2. Os dados do problema

2.2.1. A definição de etnicidade

As explicações da pré- e proto-história baseadas nas *Volkerwanderungen* são racistas. Esta afirmação, redundante, deve ser mantida bem presente no espírito dos arqueólogos que lidam com a complexidade social e com a afirmação da etnicidade porque, mesmo antes das implicações sociais e políticas que a arqueologia inevitavelmente tem nas sociedades em que nos integramos, o racismo inerente a essas explicações tem implicações directas na autenticidade das narrativas que construímos a propósito do nosso passado.

No momento em que, verificada no registo arqueológico uma discontinuidade de significado cronológico acompanhada por alterações nos estados dos atributos x, y ou z, tal facto é atribuído à substituição física dos agentes de formação do registo, o arqueólogo está:

- a) a atribuir aos agentes de uma “fase” 1 a incapacidade de produzir essa alteração.
- b) a imaginar os agentes da fase 2 providos dos dotes de produzir “evolução”.

Está, em suma, a ser racista, mesmo que isso seja fruto de uma forma naturalmente dialéctica de compreender o mundo (Levi-Strauss 1986, 15), e sem que tal permita considerá-lo um crápula de maus sentimentos.

A premente necessidade de abstenção deste género de raciocínios não decorre, nem da consciência do mau uso que a política pode fazer da ingénua academia, como aconteceu na Alemanha nazi, nem de uma hodierna preocupação com a “correção política”, por respeitáveis e importantes que sejam — e são-no — essas preocupações. Pode igualmente decorrer, prosaicamente, da constatação, ingénua e académica, de que as explicações baseadas na intervenção de blocos démicos destacados e em movimento não colhem em **nenhum** problema da arqueologia europeia, do Megalitismo à decadência do Império Romano, inclusive.

Um moderno entendimento antropológico desmente as asserções racistas, no sentido de provar que os diversos grupos humanos não se distinguem essencialmente pelas suas capacidades intelectuais. Explicações assim baseadas são, portanto, necessariamente desadequadas.

A transferência de indivíduos entre pontos afastados do espaço europeu fez parte das formas usuais de interacção na pré- e proto-história. Essa interacção é fundamental na evolução das sociedades, mas os seus efectivos demográficos mantiveram-se maioritariamente inalterados.

O problema está mais estudado para o Neolítico do que para a questão indo-europeia (mas veja-se Renfrew 1987 e Sokal *et al.* 1898, 1992 e 1993a e b), mas parece evidente que mesmo modelos não difusionistas/não invasionistas (Ammerman 1979 e 1984, *id. et al.* 1973; Cavalli-Sforza 1991, *id. et al.* 1994; Sokal *et al.* 1991) como o da “onda de crescimento demográfico” colocam demasiada ênfase na migração populacional e subestimam o contacto interregional não-migratório, talvez porque a base de dados em que laboram é colhida sob pressupostos historico-culturalistas (Cf. Sokal *et al.* 1993).

As poucas análises conduzidas na Península Ibérica a este título, tampouco suportam a existência de imigrações importantes (Calafell *et al.* 1993, especialmente 741, e Bertranpetit *et al.* 1991).

A arqueologia europeia demonstra a possibilidade, a riqueza até, da demarcação de entidades políticas através da análise dos efeitos que essas entidades tiveram na distribuição de elementos da cultura material (Rowlett 1994, Brun 1988). Todavia, será necessário distinguir etnicidade, enquanto conceito, da mera variação espacial de qualquer fenómeno, devendo aquela referir-se à consciente identificação com um grupo social específico (Shennan 1994). Nem arqueológica nem historicamente se tem acesso a esta identificação consciente, portanto, deve ser com prudência que a identificação arqueológica dos *populi* se faz (Cf. Veit 1994).

A reconstrução da etnicidade repousa frequentemente na equação de Childe (1929, v-vi, Cf. 1977, 17-20) cultura arqueológica > povo > língua (Clarke 1972, 54). A reconstrução de culturas arqueológicas traz problemas... Que dizer da reconstrução linguística? Como tomar seguramente o termo médio da equação?

A etnicidade é, em grande medida, matéria aberta a opções: algumas comunidades nunca chegam a definir-se em termos étnicos, enquanto outras adoptam essa forma de identificação. Para além disso, é sempre possível a assimilação de indivíduos originalmente estranhos ao grupo social (étnico ou não. Renfrew 1994, 157), e sempre existiram marginais (para usar uma frase do malgrado Carlos Alberto Ferreira de Almeida).

Não devemos assumir que a expressão étnica que gregos e romanos impuseram aos chefados guerreiros que encontraram pela Europa fora correspondam exactamente a entidades démicas de distinta origem (no sentido genético do termo). As culturas arqueológicas, tão pouco quanto esses etnónimos, não podem ser directamente equacionados com povos de entidade étnica bem definida e afirmada conscientemente (Renfrew 1994, 161).

Existem, aliás, indícios na historiografia clássica que, mesmo a nível de povoados inteiros, a adesão a coalições militares de cariz étnico (como os Lusitanos) estava aberta a negociação.

2.2.2. A definição de celticidade

O problema da “celticidade” das (ou de algumas) populações ibéricas é um velho problema, que conta com bibliografia tão numerosa quanto repetitiva e desactualizada. É talvez aconselhável colocar algumas questões prévias (Kurtz 1995, Almagro *et al.* 1992, 472-5), antes de sufocar sob a avalanche de erudição que imediatamente se adivinha quando se enuncia a palavra “celtas”.

Em primeiro lugar surge uma questão de conceito: seguindo o mesmo rumo que apontámos acerca da noção de etnicidade, a celticidade como um facto inelutável, uma pertença étnica superestrutural irrecusável e insusceptível de evolução é um conceito que vai sendo abandonado.

A. Prodoscimi (1991) é um exemplo de uma abordagem processualista das línguas celtas, no sentido em que I. Diakonov (1985, 93, 106-7) apontava como uma necessidade para todo o problema indo-europeu.

A. Prodoscimi (1991, 55) propõe, baseado em casos (como o Lusitano) de atribuição difícil, senão impossível com o actual volume de dados, que se abandone uma perspectiva dicotómica na classificação de entidades linguísticas, como o referido Lusitano ou o Lígure onomástico, a favor de um critério de gradualidade. Neste sentido, entre as línguas célticas *optimo iure* (britónicas ou goidélicas) e as línguas, em absoluto céltico, *nullo iure*, ficarão várias línguas, célticas *iure non optimo*, cuja evolução é variegada, em direcção às línguas célticas, ou antes pelo contrário.

No entanto, como todos os campos no interface entre campos científicos distintos, a evolução é particularmente lenta. Aparentemente (Polomé 1994, v.g.) nem a verificação do beco sem saída que representa a equação isoglossas > complexos historico-culturais > movimentos démicos é suficiente para estimular um salto epistemológico, como se esperaria depois de ter sido maioritariamente aceite que a *Wellentheorie* (teoria das vagas) é mais adequada à realidade conhecida das línguas europeias do que a *Stammbaumtheorie* (teoria dos ramos); esta segunda correspondia precisamente a explicações historico-arqueológicas baseadas nas *Volkerwanderungen*. O problema reside no próprio método comparativo utilizado pelos linguistas nas suas reconstruções, que favorece naturalmente conceitos normativos historico-culturais. Este facto raramente é tido em conta por arqueólogos que trabalham no interface entre a Arqueologia e a Linguística (Zvelebil 1995, 41).

Estas teorias são distintas pela forma de explicar a clivagem das várias línguas indo-europeias:

– a hipótese de separação em ramos (*Stammbaumtheorie*) não parece confirmar-se pois essas línguas não são recortadas por um grande número de isoglossas (a clivagem *centum/satem*, por exemplo, apesar de muito importante e marcada, não encontra coincidência em mais nenhum fenómeno do género. É por isso apenas mais uma isoglossa).

– a hipótese de evolução por vagas (*Wellentheorie*), correspondendo essas vagas a fenómenos que, com origem numa língua, se espalham nas suas colindantes, segundo percursos aleatórios, adapta-se melhor à realidade conhecida.

Desta forma, é a própria reconstituição da evolução linguística que desmente a hipótese de a situação demográfica corresponder a blocos de origens geográficas precisas e trajectos migratórios bem direccionados (*Volkerwanderungen*).

Em segundo lugar uma questão de terminologia:

– europeu-antigo, lígure, proto-celta, são formas de, com nuances, designar conjuntos de fenómenos linguísticos — bem definidos e consensuais entre todos os que se debruçam sobre o assunto, note-se — cuja forma de ligação ao problema geral de evolução do céltico continental não é pacífica (Tovar 1985, 251-3); o problema do céltico continental não é pacífico!

Os fenómenos em questão (perda ou manutenção do *p*, alguma toponímia, *et alia*) ligam as línguas indo-europeias hispânicas às línguas célticas *optimo iure*, tal como ocorre com o conjunto de fenómenos linguísticos que se designa por lígure (simplificando por esta expressão a realidade de um conjunto de fenómenos decididamente europeus, peri-alpinos, mas fora da área céltica. Prodescimi 1991).

A escolha entre um dos três termos — indo-europeu arcaico, lígure ou celta — pode ser feita por variadíssimas razões (entre elas a escola em que se estudou); P. Bosch-Gimpera escolhia o termo *celta* “car il est inutile d’en chercher un autre qui ne ferait que créer des confusions” (1953, 74). A simplicidade degenerou em simplismo e este numa confusão maior do que aquela que se pretendia evitar. Infelizmente, raras vezes a primeira atribuição étnica de uma língua em processo de descoberta se veio a confirmar completamente.

Os tempos estão, portanto, maduros para reposicionar o problema, simultaneamente do ponto de vista do conceito e da terminologia, ainda que este segundo ponto melhor se deixe aos linguistas.

2.2.2.1. A celticidade peninsular

Três vectores têm a ver com a conceptualização deste problema, no que diz respeito à Península Ibérica:

– a posição do Celtibérico, relativamente às línguas célticas continentais e como testemunho linguístico de uma cultura arqueológica bem definida com que, aparentemente, está em estrita relação.

– a classificação do Lusitano.

– o problema das línguas meridionais (tartéssica e, no que diz respeito ao Sul de Portugal, peri-tartéssica).

A análise da morfologia e da flexão da língua celtibérica está em permanente evolução (Villar 1986, 339-41), com implicações determinantes na estimativa possível do grau de arcaísmo, ou pelo contrário, dessa língua relativamente ao céltico continental (*id.* 372-4). Já K. H. Schmidt (1979, 104-113) se tinha deparado com a multiplicidade de aspectos da questão e com o resultado aparentemente paradoxal de uma tentativa de classificação.

Os vários indícios, só aparentemente contraditórios, concorrem no apoio do facto de, ao contrário do normalmente assumido, o processo de formação da cultura (e de “estabilização” da língua) celtibérica ter sido longo e complexo (e antigo). É seguro que, para além de uma pertença genérica ao ramo das línguas célticas (no sentido de europeias-antigas) se atesta na Celtiberia um contributo propriamente gaulês, talvez responsável pela adopção dos rasgos linguísticos pertencentes ao ramo galo-britónico das línguas celtas (no sentido de “La Tenianas”) mas tratam-se (*Berones e Galli*) de não-celtíberos (Marco 1989; Burillo 1987; Hoz 1992, 10).

Ora, numa área geográfica de limites nem sempre precisos (veja-se Albertos 1979, 131-3) o registo arqueológico funerário demonstra a existência de uma situação que se pode comparar com este panorama linguístico: uma fase proto-celtibérica situada nos finais do séc. VII, com raiz anterior e, dessas datas em diante, uma evolução pontuada por evidências de contactos regulares, com a área ibérica evidentemente, mas também num espectro mais vasto que abrange a Europa transpirenaica (Cerdeño 1992).

Dentro dessa zona, verificamos a existência de um sistema de afirmação social de natureza gentilícia, claramente assumido pelos indivíduos, que supera muito em complexidade a usual designação de *gentilitates* (Faust 1979, González *et al.* 1986), um panorama proto-urbanizado em que a numismática demonstra a afirmação de elites burocratizadas ligadas a povoados específicos com intensas relações entre si (Beltran 1986) e uma divisão tópico-tribal cuja afirmação consciente é inequívoca (Burillo 1991), mas a adopção do conceito de *Celtibero* não existe — é imposta de fora, exclusiva do legado literário clássico.

O lusitano participa de algumas características arcaizantes do celtibérico, mas distingue-se dele de uma forma sensível, que levava A. Tovar (1985, 253) a afirmar que o seu processo de introdução na Península era necessariamente

independente. K. H. Schmidt (1985, 338) verificava, no entanto, similitudes onomásticas entre lusitano e celtibérico, sustentando também a existência de relações sintácticas e vocabulares entre aquela língua e o céltico continental. Em suma, a faixa de contacto do lusitano e do celtibérico, ou é epidérmica, como no que diz respeito à onomástica (cf. Schmidt *loc. cit.*), ou reside precisamente nos rasgos arcaizantes de uma e outra língua. A posição de A. Tovar que referimos, que se contextualiza com “invasões”, deve portanto tomar, num distinto contexto de explicação arqueológica, um sentido novo: a de um processo longo e sincopado, de datação mais alta que o que é normalmente proposto.

Se a língua celtibérica se relaciona com um momento antigo da evolução das línguas celtas e vem, provavelmente, do séc. VII AC, e a língua lusitana parece ser, quando comparada com a celtibérica, ainda arcaizante, somos necessariamente conduzidos aos inícios do Iº milénio (Cf. Hoz 1992, para uma cronologia provavelmente ainda mais alta).

Só a cronologia alta pode eficazmente resolver o problema da aparente contradição levantada entre os rasgos arcaizantes das línguas hispano-celtas e outros não arcaizantes. Esta teoria não é nova, do ponto de vista arqueológico (Almagro 1977, Almagro *et al.* 1987), e integra-se, aliás, em tendências europeias de recuar a data e caracterizar de forma diferente todo o processo de indo-europeização (Renfrew 1990, Zvelebil 1995, 56).

Neste sentido tem sido utilizado o termo de **celtização cumulativa**, e tem sido apontada a utilização de elementos simbólicos de um “estilo céltico” (Berrocal 1992, 282-5; 1995b), talvez em função de uma evolução das formas de representação das comunidades em contexto de intensa interacção.

Note-se, todavia, que este processo cumulativo só faz pleno sentido se for interpretado como o resultado de um fenómeno de alteração linguística por contacto, tal como podemos falar de alteração de componentes do registo arqueológico por interacção a distância, e não por uma simples operação aritmética que consiste em dividir por muitas sucessivas os estimados efectivos de uma única invasão de “celtas-de-espada-na-mão”.

A longa duração do processo explicaria que, só em finais do Milénio, Plínio (*Nat. Hist.* III, 1, 13-14) estivesse em condições de transmitir um verdadeiro relato etnográfico, digno tanto de Célticos como de Celtas ou Gálatas. E, ainda assim, isso aplica-se a um (relativamente) pequeno grupo de povoados, geograficamente circunscritos.

A situação do Sul de Portugal é especialmente interessante pelas perspectivas que se abrem a uma interpretação, nestes termos, do percurso histórico a que assistiu no Iº Mil. AC. A situação toponímica (coexistência de topónimos em *-briga*, em *-urgis* e em *-ippo*) é um dos indicadores de que a evolução se

pode ter feito pelo contacto entre grupos multi-lingues que não tinham claramente estabelecida uma língua de prestígio, criando uma situação de *Sprachbund*: quando, em zonas localizadas, línguas pertencentes a famílias diferentes desenvolvem traços comuns entre si, por adulteração ou creoulização, que não se encontram noutros membros das suas famílias originais (Zvelebil 1995, 45).

Um certo grau, indeterminável no actual estágio de investigação, de multilinguismo é testemunhado, indirectamente, pela adaptação da escrita do Sudoeste (Hoz 1996, Correia n. p. b)

Este é um fenómeno que pode ser crucial no desenvolvimento linguístico, especialmente se considerarmos que se trata de uma evolução linguística sem base genética, não requerendo difusão demográfica ou migração para efectivar essa evolução (Zvelebil 1995, 47-8). Alguma transferência de indivíduos, a nível de elites sociais, por exemplo, é, todavia, mais que provável.

É necessário indagar a forma como se desenrola a evolução que verificamos existir no domínio linguístico e no domínio arqueológico. A contribuição antropológica é necessária, como também é a diversificação das perspectivas propriamente arqueológicas de abordagem. A narrativa histórica a que os arqueólogos peninsulares normalmente chegam é, quase sempre, machista, ou pelo menos masculino-centrada. Todavia, são as redes de interacção consistentes nos sistemas de parentesco que parecem uma das estruturas com maiores probabilidades de terem desempenhado um papel relevante nestes fenómenos: aí o papel das mulheres foi certamente crucial, mas não tem sido indagado.

2.2.2.2. As redes de interacção nos inícios do Iº Milénio

O panorama linguístico convencionalmente designado por *Sprachbund* não é diferente do que aquele que J. Maluquer de Motes (1957), no domínio da arte, encontrou no estudo do Bronze Carriazo, na sua fina miscigenação de conceitos indo-europeus e iconografia oriental. O mesmo fenómeno vai sendo identificado em joalheria orientalizante extremeña (Berrocal 1989).

Neste sentido, compreendemos a intuição de J. Alarcão de que existiria no Sul de Portugal uma situação linguística complexa, mas não conflitual. Não aceitamos, no entanto, a ênfase étnica do autor.

A existência de um processo muito longo, remontando aos inícios do Iº Mil. AC, ao longo do qual teria lugar a indo-europeização do Sul do país explicaria a presença de alguns antropónimos desse âmbito linguístico em inscrições do Sudoeste (Correa 1989), sem que seja notável qualquer outro conjunto de fenómenos de idêntica natureza linguística, e sem que isso se possa tomar por paradoxal (Hoz 1989b, 597).

É talvez possível encontrar alguns vestígios muito localizados de conjunturas em que os contactos subjacentes aos fenómenos de interacção tiveram lugar nos inícios do milénio: Nora Velha e Cerro das Antas. Estes exemplos, que se integram mal na sequência muito fechada de um ritual funerário muito tradicional ao longo do Bronze II do Sudoeste e da Iª Idade do Ferro, encontram objecções, sendo-lhes apontada uma data tardia (Arruda *et al.* 1995, 248) ou um carácter propriamente orientalizante e não indo-europeu (Bendala 1992, 33-34). Todavia, a nossa opinião é diferente.

Na reutilização da tholos da Nora Velha (Viana 1960) para deposição de urnas cinerárias, utilizaram-se dois vasos que encontrariam fácil integração nas cerâmicas de Alpiarça (fenómeno particularmente evidente depois de desmontado o desastroso restauro do tempo do escavador e de os vasos terem sido tratados convenientemente). Associado (?) estava um caldeirão de bronze de um tipo de inspiração greco-oriental (o que corroboraria as posições de M. Bendala), conhecido já na Península na sepultura de El Carpio (Pereira *et al.* 1986), onde também existem cerâmicas pintadas, tal como na Nora Velha. As urnas do Cerro das Antas (Viana *et al.* 1957) estavam provavelmente associadas a braceletes maciços de tipo atlântico.

Este fenómeno deve estar ligado ao desejo de apropriação de espaços de elevado valor simbólico, como também ocorre no Cerro do Gatão (Fabião, *com. pes.*).

Em suma, existe uma hipótese em aberto: a de considerarmos que a existência de cemitérios de incineração depositada em urna em Alpiarça constitui testemunho de interacção com o espaço indo-europeu ou, pelo contrário, supôrmos uma introdução da incineração no Sudoeste através da prática púnica arcaica da incineração ritual (Cf. Fabião 1993, 105-6).

Em qualquer dos casos, o carácter disperso dos vestígios e a sua ligação a monumentos de datas antigas leva a defender, a existência de uma muito complexa esfera de contactos no Sul de Portugal, que associa, provavelmente em pé de igualdade, os contactos orientais, com os atlânticos e com os europeu-continetais. Esta situação ocorre, no entanto, em casos excepcionais, frente a um profundo tradicionalismo da prática funerária (nas arquitecturas, nomeadamente), enquanto outros indícios falam também de uma estrutura económico-social basicamente imutável.

Esta situação compagina-se com a restituição de uma evolução linguística complexa, fruto de um processo de evolução por contacto ao longo de um espaço de tempo dilatado, sem que qualquer destas restituições obrigue a imaginar um movimento demográfico importante. Tais explicações, recorrendo a imigrações ou a invasões, não dão conta de alguns fenómenos verificados, e acarretam aliás problemas de interpretação delicada. São, portanto, de abandonar.

A convergência de arqueologia e linguística podem até encontrar exem-

plos paradigmáticos na explicação dos topónimos em *-briga*, não numa qualquer celtização de povoados específicos em datas a determinar, mas sim, como já se indicou para Conimbriga (Blondin 1977, Correia 1993 a) na difusão contemporânea de novas realidades demográficas e urbanísticas, como sejam os povoados fortificados centralizadores de largos tractos territoriais (Almagro 1994) e das realidades linguísticas que os denotam, a partir dos inícios do Iº Mil. AC. Que tal interacção tinha lugar biunivocamente não deve ser posto em causa: alguns achados de características peninsulares na área halstática provam-no bem (Spindler 1973) e trazem também à ribalta a interacção pessoal, muito provavelmente no estrato superior da sociedade, e feminina.

Esta restituição da evolução socio-linguística da Idade do Ferro do Sul de Portugal justifica que a historiografia e a geografia clássicas situem no Sul de Portugal uma entidade étnica a que chamam *Keltikoi* ou *Celtici*, não *Keltoi* ou *Celti*. Equivale isto a chamar-lhes “celtoides”, não celtas (Cf. Maia 1980, 68-9).

Também neste contexto se compreende a intensificação dos contactos intra-peninsulares que vão dar origem, a partir do séc. III, a um estilo étnico de características muito marcadas, em algumas zonas do Sudoeste, particularmente as vertentes oeste da *Baetouria* e o Alentejo (Beirão *et al.* 1986, Berrocal 1995b, Barrio 1987). Motivado, por um lado, pela tendência decrescente dos contactos com as costas e com as sociedades mais fortemente orientalizadas aí localizadas; desaparecidos, por outro lado, todos os contactos com a esfera atlântica, é a Meseta que supre as necessidades de interacção, inerentes a estas sociedades (Renfrew 1988). É também provável que a ingerência cartaginesa na Península tenha tido um efeito directo na maior mobilidade de elites guerreiras por todo o espaço peninsular (Beirão *et al.* n.p.), tal como intensificou decididamente a mobilidade de parte dessas elites para fora do espaço peninsular (Bellido 1969).

Nesta conjuntura, a afirmação consciente de uma solidariedade trans-organizacional, que agrupa indivíduos de várias estruturas tribais, de vários povoados, de várias áreas geográficas, pode ter adoptado uma expressão étnica, com um elemento estilístico, de representação, muito importante, como foi o caso da *Baetouria* (Berrocal, com. pess.).

3. CONCLUSÕES

3.1. População, língua e interacção

“Gaulês’ não é linguisticamente compacto, mas variegado tal como se

poderia esperar da situação histórica — que é infelizmente subestimada, se não ignorada, pelos linguistas — de que os Gauleses se subdividiam em povos (ou tribos ou outras divisões) de uma forma tal que, talvez não sendo excepcional para o mundo antigo, nunca foi contemplada, nem pode ser contemplada, por alguém usando a simples etiqueta de ‘Gauleses’.” (Prodoscimi 1991, 52. Sublinhado meu).

Esta equação entre um grupo populacional, o(s) seu(s) designativo(s) e a sua língua parece-nos paradigmática para a situação da “Hispânia Céltica”.

A população do Sul de Portugal durante a Idade do Ferro não exprimia a sua organização social através da identificação étnica. Correspondia isto, provavelmente, a uma consciência, talvez mitológica, de um processo histórico em que a manutenção de efectivos demográficos em crescimento paulatino e regular se conjugava com uma permanente interacção com sociedades vizinhas (ou por vezes até distanciadas). A sua situação linguística reflectia, provavelmente, isso mesmo: línguas de antiga origem, desde há muito indo-europeizadas, muito abertas a contributos de outras línguas, nomeadamente as hispánicas pré-indo-europeias.

A sua organização social era complexa: estava, no entanto, longe de se poder considerar um estado. Faltava-lhe para isso a rigidez dos mecanismos de controle e a perenidade das relações formais entre estratos distintos da sociedade, que os chefes de linhagens não eram ainda capazes de impôr aos seus dependentes e aos outros chefes seus vizinhos, nem a população que já vivia concentrada em povoados incipientemente urbanizados era capaz de chamar a si, nem tão pouco a classe sacerdotal emergente dominava (Cf. Yoffee 1993).

Existem modelos históricos para estas sociedades onde o papel dos indivíduos é determinado pela sua idade, dentro do grupo, e pela posição do grupo a que pertence frente a outros. Conhece-se também a importância do valor individual (especialmente porque se trata de sociedades guerreiras), da riqueza e da sua obtenção, e da hereditariedade (Finley 1988, 49 ss. e especialmente Martin 1996, 48-50).

A interacção, dos indivíduos com os outros, das comunidades locais entre si, das linhagens e da sua política de enriquecimento, é também fundamental, e disso é bom testemunho o passo de Hesíodo (*Os trabalhos e os dias*, 342 ss):

Chama o teu amigo para um festim, mas deixa o teu inimigo sozinho;

Chama aquele que vive perto de ti, porque se algum mal acontecer aí, os vizinhos vêm arreados, mas os parentes ficam a arrear-se.

Em contexto pré- ou proto-urbanizado existe uma contradição, ou uma situação dialéctica, entre duas vertentes fundamentais na forma de agregação

dos indivíduos e, conseqüentemente, na definição (em termos culturais também) das sociedades que eles formam. O passo de Hesíodo refere-se-lhes: um destes fenómenos, a linhagem, é tradicional, o outro, a vizinhança, é emergente.

É o reforço do povoamento concentrado e fortificado, numa situação de conflitualidade latente endémica, que faz emergir a importância das relações de vizinhança.

Existe uma profunda diferença funcional entre um povoado fortificado e outro, não fortificado. Um povoado rodeado por uma muralha (até certo ponto, basta que se trate de um povoado implantado num local com boas condições naturais de defesa) está delimitado. Este espaço confinado oferece protecção, mas impõe regras de convivência e ocupação do espaço que são desnecessárias em povoados abertos, providos de uma extensão teoricamente infindável para crescimento da área construída. O desenvolver destas relações cria uma rede intragrupal de relações que se sobrepõe, na prática, às relações genéticas, que a exogamia dilui em espaços demasiado vastos para serem operativos (Cf., v.g. Hoz 1992, 23).

A complexificação social, a urbanização, *a la limite* o estado, nascem destas realidades tópicas, e não de uma qualquer elaboração das relações genético-linhagísticas.

Estabelece-se assim uma dialéctica entre realidades organizacionais de raiz tópica e outras, de base genética, que entram rapidamente no domínio da mitologia. A etnicidade, ligada à complexificação social, pertence ao primeiro destes campos, a linguística, não.

A etnicidade não é a mera soma das realidades tribais, nem estas são a soma das realidades genéticas. Necessita de uma afirmação consciente do estado de pertença que só ganha sentido através de realidades organizacionais de base necessariamente tópica (local ou regional), com expressão territorial em âmbito definido ou, pelo menos, definível.

A linguística (ou, para o que nos interessa, a determinação da língua falada por um determinado indivíduo) não depende de tal territorialidade, é essencialmente inconsciente, em fase de aprendizagem, e, em grande medida, é determinada por relações de base genética ou organizacional-familiar.

A escala das comparações etnográficas normalmente utilizadas (com África, por exemplo) parece por vezes radicalmente desajustada. É seguramente improvável que uma etnia abranja dois grupos de indivíduos de línguas distintas, mas a coincidência de limites de um e outro domínio termina aí mesmo.

3.2. A evolução da Idade do Ferro

O estudo dos povoados da Idade do Ferro do Sul de Portugal sugere uma evolução de uma posição de predominância dos pequenos sítios não fortificados para uma de maior importância dos povoados fortificados maiores. Fernão Vaz está datado dos inícios do séc. VII ao séc. V, e outros pequenos povoados não se datarão muito diferentemente (os da região de Castro Verde, *v.g.*). Os grandes povoados fortificados parecem mais tardios e estender-se-iam até ao período romano (em abono desta asserção vêm também Arruda *et al.* 1995, 241).

Esta evolução é paralela à distribuição da epigrafia, que é um factor primordial na identificação de sepulturas de prestígio. Quer as inscrições, quer os grandes monumentos funerários têm uma larga distribuição por muitas necrópoles que, na maioria dos casos, estão associadas a pequenos povoados, não fortificados, e não a centros urbanos.

O padrão de distribuição das inscrições e dos sítios associados parece ser função da dispersão de recursos naturais na península do sul de Portugal, onde só nalguns poucos troços de rios se encontra água no Verão, os mesmos junto dos quais se encontram os poucos terrenos férteis, e ainda os mesmos que expõem nas suas margens encaixadas, os estratos do Devónico que constituem a faixa piritosa do SO.

Assim, se as inscrições são um indicador de um alto *status* social dentro da sociedade da época, argumentar-se-ia que esse *status* estava directamente ligado a unidades demográficas organizadas em pequenos grupos, dispersos, que exploravam directamente áreas localizadas de recursos naturais particularmente ricos (Correia *n.p.* b).

A existência de povoados fortificados maiores integrar-se-ia neste panorama se eles se considerarem como centros que centralizavam algumas funções económicas, mas que não centralizavam aquelas funções sociais determinantes, que dependiam ainda da exploração directa dos recursos naturais e em nas quais as relações intra-grupais e o *status* social assentavam.

Uma tal organização dos grupos humanos estritamente ligada às condições naturais não diverge muito daquela que se adivinha no Bronze Final II do SO. Teorias recentes, aliás, tentam demonstrar que o impacto orientalizante não é sentido para além do estrato de topo da sociedade do Bronze Final e Ferro Inicial, e é efectivamente demonstrável que em datas altas este estrato de topo adoptou uma larga gama de características culturais de origem oriental, mas que o padrão de ocupação do espaço e provavelmente a organização económica da sociedade como um todo, se manteve praticamente inalterada (Aubert 1982).

Esta argumentação tenta demonstrar que a adopção de traços culturais orientais, tal como se detectam na arte, ou genericamente tal como a escrita ou

a maneira de vestir (que verificamos pelo surgimento das fíbulas) ocorre ao nível do estrato social que controla a transferência dos recursos naturais para fora dos territórios que controla. Só num segundo estágio, e como um processo de evolução interna da sociedade, alguns dos dados adoptados são divulgados no conjunto da sociedade. Neste sentido, o uso da escrita e o seu subsequente desaparecimento no séc. V, é elucidativo das eventualidades a que algumas das aquisições estiveram sujeitas.

Se se aplicar este modelo ao fenómeno de urbanização, o processo de concentração de população e de funções socio-económicas em grandes povoados de aspecto monumental, também aqui se identificaria o resultado da interacção com as colónias fenícias. Estas foram na realidade os primeiros povoados na Península Ibérica a demonstrarem a cabal aplicação de um urbanismo, e foram também muito provavelmente os primeiros locais onde o poder não dependia de chefias personalizadas, mas sim de formas mais sofisticadas de relacionamento intra-comunitário e de sistemas socio-políticos mais complexos. A interacção com estas colónias teria resultado na adopção de técnicas de construção, de novas concepções do espaço edificado, facilmente adaptáveis aos sistemas locais, e só depois, com o continuar das relações, outras novidades, mais subtis e menos facilmente detectáveis no registo arqueológico, mas que caracterizam o urbanismo, viriam a ser incorporadas. Esta evolução levaria as chefias locais a concentrarem num só sítio de tipo urbano as funções que antes estavam dispersas por vários locais de cariz rural.

O processo de nascimento destes sistemas de controlo dos centros urbanos e dos seus territórios está portanto relacionado com o próprio processo de urbanização, mas a explicação deste levanta o problema de saber como e até que ponto as influências orientais atingiram as populações do interior.

Dois modelos alternativos podem ser imaginados, distintos na ênfase que se coloque em diferentes processos socio-políticos que atingem as populações do interior:

a) a urbanização decorre da crescente coordenação entre as unidades de exploração dos recursos naturais. Estas unidades agrupam-se num determinado ponto e para aí transferem as funções sociais que desempenham (decerto junto com os seus elementos mais importantes), criando centros urbanizados.

b) a urbanização é um resultado do aumento das capacidades de alguns centros, que em todo o tempo centralizaram funções económicas, de se apropriarem de funções sociais, que antes eram desempenhadas pelos elementos dominantes das pequenas unidades de exploração de recursos, os quais finalmente se transferem para os povoados centrais.

O modelo que aqui traçamos (fizémo-lo nos mesmos termos mas apoiados em mais pormenores em Correia 1995 a) confere valor arqueológico directo ao

modelo historiográfico que C. Beirão e M. Varela Gomes traçaram em 1980 pois, entre outros factos, incorpora a questão fundamental, a dicotomia entre um período dotado de manifestações epigráficas e outro período, subsequente, ágrafo. Segundo a nossa proposta isso corresponde a duas formas diferentes consecutivas de expressão do *status* dos indivíduos dominantes dentro da sociedade.

Um fenómeno idêntico ocorre, na Península, com a escultura ibérica. Os fenómenos partilham, para além disso de outras características comuns, como a da existência de uma conjuntura de eliminação activa dos testemunhos de data anterior: destruição da escultura ibérica (Maluquer 1979, 209-10) e reutilização das lápides epigrafadas.

Estamos portanto perante manifestações, desfasadas no tempo e no espaço, de mecanismos económico-sociais com raízes profundas nas sociedades peninsulares, no que esse espaço geográfico mais intimamente lhes confere de traços de união: uma posição a cavalo entre a esfera mediterrânica e a atlântica (Cunliffe 1995), uma rede de contactos polimorfa desde muito cedo (Clemente 1989), uma intensa circulação interna (Galan 1993, 61 ss.).

3.2.1. A articulação de um modelo a várias escalas

A proposta de modelos de interpretação, de ferramentas conceptuais e a afinação dos instrumentos heurísticos que não podemos dispensar é o objectivo deste trabalho, como dissemos

Parece-nos sustentável um quadro de distintas escalas de análise, cuja falta se nos afigura uma razão maior para alguns becos-sem-saída por onde vimos encaminhar-se a investigação. Propomos que o problema se aborde nas seguintes dimensões:

1 – as entidades étnicas mencionadas nas fontes clássicas, correspondentes provavelmente a conceitos exógenos, mais que a fórmulas de identificação próprias das sociedades a que esses etnónimos se aplicam.

2 – as entidades políticas que os povoados compõem e que, por vezes, se devem ter confundido com o nível superior (ainda que não necessariamente).

3 – a rede de lugares centrais, em povoados fortificados, com as suas respectivas esferas de comportamento territorial.

4 – o efectivo padrão de povoamento, de que estamos radicalmente desprovidos de dados para o abordar na maioria das áreas do Sul de Portugal.

Na escala superestrutural (1) tomamos, seguindo uma sugestão de J. Alarcão (Cf. *supra*), uma posição distinta das até aqui publicadas: os *populi* mencionados por Avieno no Sul de Portugal, integravam-se em estruturas étnicas com-

plexas, constituindo um estrato particular dessa estrutura: *Cempsi* e *Saefes* eram *Celtici*; *Cynetes* (mais tarde chamados *Konnioi*) pertenciam a um estrato pré-indo-europeu designável convencionalmente de *Turduli*.

No entanto parece-nos muito importante ter em conta que a etnicidade é, em grande medida, matéria aberta a opções: algumas comunidades nunca chegam a definir-se em termos étnicos, enquanto outras adoptam essa forma de identificação, além do que é sempre possível a assimilação de indivíduos originalmente estranhos ao grupo social (étnico ou não). Ora, parece-nos ser no foro dos equilíbrios políticos e económicos de conjuntos de geometria variável de povoados (2) que muitas destas opções terão sido tomadas (ou impostas).

A escala seguinte (3), a das realidades políticas de interacção coincide com a escala em que é necessário analisar o problema linguístico, e especificamente o problema da indo-europeização do Sul de Portugal. Os povoados, individualmente, estabeleciam a interacção, criando redes preferenciais e deixando zonas exclusas. Desta forma se seleccionavam os contactos culturais mais rapidamente absorvidos e aqueles aos quais a reacção era negativa. Muitas das inovações assim introduzidas terão trazido com elas as realidades linguísticas que as denotavam.

Mais material linguístico chegaria com o material humano que a multiplicação das redes de parentesco (quantas vezes, sem dúvida, fruto de verdadeiras operações estratégicas, planeadas multigeracionalmente) fazia circular.

A antiguidade do processo impõe-se; só ela resolve o problema da contra-dição entre rasgos arcaizantes e rasgos não arcaizantes das línguas hispano-celtas. Tendências europeias de recuar a data e caracterizar de forma diferente todo o processo de indo-europeização encontram aqui (numa teoria que não é nova) um suporte (Almagro 1977, Almagro *et al.* 1987, Renfrew 1990, Zvelebil 1995, 56).

Ganha assim sentido o termo de **celtização cumulativa**, contexto em que a utilização de elementos de um “estilo céltico” na representação exterior de comunidades em contexto de intensa interacção (como as da *Baetouria*) constitui um culminar, aliás tardio, com uma intensificação da interacção no final do séc. II (Berrocal 1995 c) que talvez explique a muito repetida locução pliniana (*Nat. Hist.* 3.13.4. Cf. Estrabão, *Geog.* 3.3.5) acerca dos célticos betúricos provirem da Celtibéria (Berrocal 1995a, 176).

A situação do Sul de Portugal é especialmente interessante: a situação toponímica é um dos indicadores de que a evolução se pode ter feito pelo contacto entre grupos multi-lingues que não tinham claramente estabelecida uma língua de prestígio e a convergência de arqueologia e linguística pode encontrar a explicação de topónimos em *-briga*, noutros fenómenos que não a celtização de povoados específicos (como em Conimbriga. Blondin 1977, Cor-

reia 1993a).

A difusão contemporânea de novas realidades demográficas e urbanísticas, como sejam os povoados fortificados centralizadores de largos tractos territoriais, e das realidades linguísticas que os denotam, a partir dos inícios do Iº Mil. AC, constituindo o elemento fundamental da explicação toponomástica no domínio indo-europeu, deve poder ser alargada a outros campos linguísticos.

Que a população do Sul de Portugal durante a Idade do Ferro não exprimia a sua organização social através da identificação étnica e que a sua identificação organizacional superstrutural não estava condicionada pela língua falada parece ser a conclusão maior a retirar (Cf. Herodoro de Heracleia, *apud* Maia 1986, 445).

Essa organização era, aliás, menos elaborada do que tem sido defendida. À sua organização social, ainda que complexa, faltava rigidez dos mecanismos de controle e perenidade nas relações entre estratos distintos da sociedade.

A epigrafia é, para um momento antigo, um indicador fundamental. O *status* social dentro da sociedade em que se utilizam estelas epigrafadas estava directamente ligado a unidades demográficas organizadas em pequenos grupos, dispersos, que exploravam directamente áreas localizadas de recursos naturais particularmente ricos e representavam esse status nas estelas. Povoados fortificados maiores centralizavam funções económicas, provavelmente ligadas ao minério e a algum intercâmbio mas não centralizavam funções sociais determinantes (Cf. Coelho *et al.* 1986).

A urbanização pode ter tido lugar segundo dois modelos alternativos, distintos na ênfase que se coloque em diferentes processos socio-políticos que atingem as populações do interior:

a) ou a urbanização decorreu da crescente coordenação entre as unidades de exploração dos recursos naturais, estas unidades passam a agrupar-se num determinado ponto e a para aí transferirem as funções sociais que desempenhavam (decerto junto com os seus elementos mais importantes), criando centros urbanizados.

b) ou a urbanização foi um resultado do aumento das capacidades de alguns centros, que em todo o tempo centralizaram funções económicas, de se apropriarem de funções sociais, que antes eram desempenhadas pelos elementos dominantes das pequenas unidades de exploração de recursos, os quais finalmente se transferiram para os povoados centrais.

Em qualquer caso, o papel desempenhado no intercâmbio a média e longa distância pelos povoados centrais é fundamental no devir do processo. É precisamente em zonas onde o fluxo é maior (como o Algarve, na descrição de Estrabão *Geog.* 3.2.4-5, ou em Alcácer do Sal) que uma elite administrativa

mais cedo adopta a amoedação (Fabião 1993, 170).

Existe aqui, no entanto, um outro problema, também ele relacionado com as escalas de análise: não será problemático detectar os centros de transformação e evolução quando lidamos com as escalas de análise mais pormenorizadas (onde podemos encontrar até paralelos históricos dentro da Península Ibérica. Cf. Ruiz *et al.* 1993, 262-5), desde que disponhamos de suficiente evidência de campo, mas a correlação, a níveis mais elevados, entre intercâmbio, urbanização e etnicidade só pode ser feito da forma mais aproximativa. A tentação a que logicamente se é conduzido de fazer depender esses fenómenos de centros precisamente localizados é demasiada. Reside precisamente aí o problema (Szynkiewicz 1994, 152).

Não parece possível ou aconselhável chegar mais longe do que a admitir alguma probabilidade de mútua exclusão entre dois comportamentos das sociedades (Shennan 1994, 14-17):

– uma afirmação política, quando existem condições de urbanização. A representação desta afirmação é organizacional e administrativa.

– uma afirmação étnica, quando essas condições não existem. A representação desta afirmação é estilística e comportamental. Neste sentido a etnicidade corresponde a um mecanismo social mais simplificado e com um maior perigo de caducidade.

Como o comportamento territorial, que não é sequer específico da raça humana, é um fenómeno comum, não devemos estranhar que mesmo mecanismos simples e tendencialmente caducos tenham manifestação territorial. Basta que a esse mecanismo, enquanto opera, correspondam um processo recorrente de tomada de decisões (mesmo informais) e uma determinada esfera territorial onde essas decisões se aplicam. A esfera territorial está imediatamente definida e passa, potencialmente, a estar presente no registo arqueológico. Podemos passar daqui à determinação da pertença étnica de um indivíduo ou grupo de indivíduos? Não!

3.3. Para onde?

A investigação arqueológica não pode, de ânimo leve ou inconsideradamente, ignorar a análise integrada destas várias escalas de entendimento do problema, sob risco de enveredrar por uma sucessão de becos sem saída, sob a espada de Dâmocles de um registo arqueológico em permanente erosão erradicar os elementos essenciais à restituição da situação política, social e económica das sociedades sidéricas (penso, por exemplo, no caso de Alqueva).

É habitual repetir, depois de G. Clarke (Cf. 1968, 20 e 642-3), que os

modelos traçados, a reconstituição que fazemos num dado momento de uma qualquer questão arqueológica, vai ter uma importância determinante no desenrolar da investigação; por isso devemos cuidar da adequação dessas reconstituições. Nem por ser um chavão, no entanto, essa afirmação merece o olvido.

Parece-nos fundamental tomar como premissa de trabalho que os povoados fortificados que conhecemos compõem, com outros elementos de povoamento, unidades políticas.

Primeira linha de investigação a desenvolver: explicar o funcionamento dessas unidades.

Entidades políticas que interagem, com efeitos na distribuição do povoamento e na formação de um registo arqueológico complexo.

Segunda linha de investigação, principalmente teórica: aprofundar os nossos critérios acerca da qualificação informativa de elementos específicos desse registo.

A interacção destas entidades faz-se num largo espectro geográfico, e segundo várias modalidades.

Terceira linha de investigação, no interface entre arqueologia e linguística: explicar a indo-europeização do Sudoeste Peninsular.

Seguros de existirem em Portugal os recursos intelectuais necessários ao prosseguimento destas linhas de investigação, e de outras melhores e mais profícuas, como os arqueólogos de que me permito discordar em tantas coisas são perfeito testemunho — Trabalhemos!

AGRADECIMENTOS

O prezado Sr. Professor Jorge de Alarcão, os meus caros colegas Dr^a Ana Arruda e Dr. Carlos Fabião e o meu querido Luís Berrocal, professor, colega, amigo e “hermano”, tiveram a gentileza de ler e criticar uma primeira versão deste trabalho, poupando-me os embaraços de muitas incorrecções de espírito, forma e expressão. Dividimos os eventuais méritos aqui vertidos.

Algumas das críticas foram aqui tidas em conta mas, manifestamente, nem tanta generosidade foi suficiente para suprir as minhas obtusidades. Recai, portanto, exclusivamente sobre mim a responsabilidade pelos erros e outros defeitos do trabalho, de que peço absolvição: *pecavit sine malitia*.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. e CORREIA, V. H. 1994: Cerâmicas comuns da Idade do Ferro de Conimbriga. In *Idade do Ferro, Catálogo* (Figueira da Foz, Museu Municipal Dr. Santos Rocha), 99-102.
- ALARCÃO, J. 1992: Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. In Almagro-Gorbea, M. e Ruiz Zapatero, G. (eds.) *Paleoetnologia de la Península Ibérica* (Madrid, Ed. Complutense), 339-46.

- ALARCÃO, J. 1995: Para uma epistemologia da arqueologia. *Conimbriga* 34, 5-32.
- ALARCÃO, J. 1996a: Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 19-36
- ALARCÃO, J. 1996b: O primeiro milénio a.C. In Alarcão, J. (Coord.) *De Ulisses a Viriato* (Lisboa, Instituto Português de Museus, catálogo da exposição), 15-30.
- ALARCÃO, J. 1996c: *Para uma conciliação das arqueologias* (Lisboa, Ed. Afrontamento).
- ALBERTOS, M. L. 1979: La onomástica de la Celtiberia. In Tovar, A., Faust, M., Fischer, F. e Koch, M. *Actas del II colóquio sobre linguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica* (Salamanca, Universidad), 131-68.
- ALMAGRO Gorbea, M. 1977: El Pico del Corbo y los Campos de Urnas del NE de la Península Ibérica. *Saguntum* 12, 89-141.
- ALMAGRO Gorbea, M. 1994: El urbanismo en la Hispania "céltica"; Castros y oppida. In Almagro Gorbea, M. e Martin, A. M. (eds.) *Castros y oppida en Extremadura* (Madrid, Complutense), 13-76.
- ALMAGRO Gorbea, M. e LORRIO, A. 1987: La expansión céltica en la Península Ibérica: una aproximación cartográfica. In *I Simposium sobre los Celtiberos* (Daroca, Inst. Fernando el Católico), 105-122.
- ALMAGRO Gorbea, M. e RUIZ Zapatero, G. 1992: Paleoeconomía de la Península Ibérica: Reflexiones y perspectivas de futuro. In Almagro-Gorbea, M. e Ruiz Zapatero, G. (eds.) *Paleoeconomía de la Península Ibérica* (Madrid, Ed. Complutense), 469-500.
- AMMERMAN, A.J., 1979: The wave of advance model for the spread of agriculture in Europe. In Renfrew, C. e Cooke, K.L. (ed.) *Transformations - Mathematical approaches to culture change* (Nova Iorque, Academic Press); 275-94.
- AMMERMAN, A.J., 1984: *The neolithic transition and the genetics of population in Europe* (Princeton NJ, Un. Press).
- AMMERMAN, A.J. e CAVALLI-SFORZA, L.L., 1973: A population model for the diffusion of early farming in Europe. In Renfrew, C. (ed.) *The explanation of culture change - Models in Prehistory* (Londres, Duckworth); 343-58.
- ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R. 1993: *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria, Vol.1* (Lisboa, Inst. Port. Museus).
- ARRUDA, A. M. 1993: A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. In Tavares, A. A. (ed.) *Os fenícios no território português* (Lisboa, Instituto Oriental), 193-214.
- ARRUDA, A. M. 1996: Particularidades, especificidades e regularidades na Idade do Ferro do Sul de Portugal: aproximação a um modelo explicativo. In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 37-50.
- ARRUDA, A. M., GUERRA, A. e FABIÃO, C. 1995: O que é a IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 35 (2), 237-57. (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular VI).
- AUBET, M.E. 1982: Zur problematik des orientalisierenden horizontes auf der Iberischen Halbinsel. In Niemeyer, H.G. (ed.) *Phonizier im Westen* (Mainz, Madrider Beitrage 8), 309-31.
- BARRIO Martin, J. 1987: Los vasos trípodes de la necrópolis de las Erijuelas de San Andrés (Cuellar, Segovia). Apuntes para su estudio. *O Arqueólogo Português* IV-5, 101-24.
- BEIRÃO, C. M. 1972: Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transição para a

- Idade do Ferro no Sul do país. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Vol. II (Lisboa, AAP), 193-221.
- BEIRÃO, C. M. 1986: *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)*, (Paris, De Boccard).
- BEIRÃO, C. M. e CORREIA, V. H. 1990: Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz. In *Homenage a J. M^a Blazquez* (Madrid, Ed. Clássicas), Vol. 1, 285-302.
- BEIRÃO, C. M. e CORREIA, V. H. 1991: A cronologia do povoado de Fernão Vaz. *Conimbriga* 30, 5-11.
- BEIRÃO, C. M. e CORREIA, V. H. n. p.: A II Idade do Ferro no Sul de Portugal. Estado actual dos nossos conhecimentos. In XXI Congreso Nacional de Arqueologia (Teruel, 1991), no prelo.
- BEIRÃO, C. M. e GOMES, M. V. 1980: *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal, Epigrafia e Cultura* (Lisboa, M.N.A.E., Catálogo da exposição).
- BEIRÃO, C. M. e GOMES, M. V. 1985: Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal. In HOZ, J. (ed.) *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Salamanca, Ed. Universidad), 465-502.
- BEIRÃO, C. M., GOMES, M. V. e MONTEIRO, J. P. 1979: *As estelas epigrafadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal* (Setúbal, MAEDS, Catálogo da exposição).
- BEIRÃO, C. M., TAVARES DA SILVA, C., GOMES, M. V. e GOMES, R. V. 1985: Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português* IV-3, 45-135.
- BEIRÃO, C. M., TAVARES DA SILVA, C., SOARES, J. GOMES, M. V. e GOMES, R. V. 1986: Um depósito votivo da II Idade do Ferro no Sul de Portugal e as suas relações culturais com a Meseta. In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 207-22.
- BELLIDO, A. G. 1968 (4^a ed.): *España y los españoles hace dos mil años, según la "Geografía de Strabón"* (Madrid, Espasa-Calpe).
- BELLIDO, A. G. 1969: Otros testimonios mas de la presencia de mercenarios españoles en el Mediterraneo. In *Simpozio Internacional de Colonizaciones* (Barcelona), 201-4.
- BELTRAN Martinez, A. 1986: Las excavaciones de Contrebia Belaisca: síntesis cronológico-cultural. In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 265-74.
- BENDALA Galan, M. 1992: La problemática de las necrópolis tartéssicas. In Blaquez Perez, J. e Antona del Val, V. *Congreso de Arqueologia Iberica. Las Necrópolis* (Madrid, Un. Autonoma), 27-36.
- BERROCAL Rangel, L. 1989: Placas áureas de la Edad del Hierro en Meseta Occidental. *Trabajos de Prehistoria* 49, 279-91.
- BERROCAL Rangel, L. 1992: *Los pueblos célticos del suroeste de la Peninsula Ibérica* (Madrid, Complutense).
- BERROCAL Rangel, L. 1994: *El altar prerromano de Capote* (Madrid, Autónoma).
- BERROCAL Rangel, L. 1995 a: La Beturia: Definición y caracterización de un territorio prerromano. In Velazquez, A. e Enriquez, J. J. (Eds.) *Celtas y Turdulos: La Beturia* (Merida, Museo Nacional de Arte Romano), 151-204.
- BERROCAL Rangel, L. 1995 b: Indoeuropeos, célticos y celtíberos en el territorio extremeño. *Extremadura Arqueológica* 4, 123-50.

- BERROCAL Rangel, L. 1995 c: Etnogénesis y territorio: Jefaturas, estatalización y moneda entre los pueblos betúricos. In Garcia-Bellido, M. P. e Centeno, R.M.S. (ed.) *La Moneda Hispánica, Ciudad y Territorio* (Madrid, CSIC/SPN).
- BERROCAL Rangel, L. n.p.: Etnogénesis entre los célticos del Suroeste: una interpretación de la Edad del Hierro en Extremadura y el Sur de Portugal. In *II Congresso de Arqueologia Peninsular* (Zamora, 1996), no prelo.
- BERTHELOT, A. 1934: *Festus Avienus: Ora Marítima* (Paris, Librairie Ancienne).
- BERTRANPETIT, J. e CAVALLI-SFORZA, L.L. 1991: A genetic reconstruction of the history of the population of the Iberian Peninsula. *Annals of Human Genetics* 55, 51-7.
- BLONDIN, R. 1977: Le toponyme Conimbriga. *Conimbriga* 16, 145-59.
- BOSCH-GIMPERA, P. 1953: Les Mouvements celtiques. *Études celtiques* VI, 71-127.
- BRUN, P. 1989: Les "residences princíères" comme centres territoriaux: éléments de verification. In *Les princes celtes et la Méditerranée* (Paris, La documentation française), 129-44.
- BURGESS, C. 1991: The East and the West: Mediterranean influence in the atlantic world in the Later Bronze Age, c. 1500-700 B.C.. In CHEVILLOT, C. e COFFYN, A., *L'Age du Bronze Atlantique* (Beynac-et-Cazenac, Association des Musées du Sarladais), 25-45.
- BURILLO Mozota, F. 1987: Sobre el origen de los Celtiberos. In *I simposium sobre los Celtiberos* (Daroca, Inst. Fernando el Catolico), 75-95.
- BURILLO Mozota, F. 1991: Los celtiberos. In *Los celtas en la Peninsula Ibérica* (Madrid, Zugarto), 18-25.
- CALAFELL, F. e BERTRANPETIT, J. 1993: The genetic history of the Iberian Peninsula a simulation. *Current Anthropology* 34; 735-45.
- CARDOSO, J.L. 1995: O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga* 34, 33-74.
- CAVALLI-SFORZA, L.L. 1991: Genes, Peoples and Languages. *Scientific American* (Nov. 1991) 263; 72-8.
- CAVALLI-SFORZA, L. L., MENOZZI P. e PIAZZA, A. 1994: *The History and Geography of human genes* (Princeton, Un. Press).
- CERDEÑO, M. L. 1992: Necrópolis celticas, celtibericas y ibericas: una vision de conjunto. In Blaquez Perez, J. e Antona del Val, V. *Congreso de Arqueologia Iberica. Las Necrópolis* (Madrid, Un. Autonoma), 473-508.
- CHAMPION, T. C. 1995 (2nd. ed.): Introduction. In Champion, T. C. (ed.) *Centre and Periphery. Comparative studies in archaeology* (Londres, Routledge), 1-21.
- CHILDE, V. G. 1929: *The Danube in prehistory* (Oxford, Un. Press).
- CHILDE, V.G. 1977: *Introdução à arqueologia* (Lisboa, Pub. Europa-América).
- CLARKE, D. L. 1968: *Analytical Archaeology* (Londres, Methuen & Co.).
- CLARKE, D. L. 1972: Models and paradigms in archaeology. In Clarke, C. L. (ed.) *Models in archaeology* (Londres, Methuen & Co.), 1-60.
- CLEMENTE Martin de la Cruz, J. 1989: El Bronce en el valle medio del Guadalquivir. In Aubet, M. E. (coord.) *Tartessos, arqueologia protohistórica del bajo Guadalquivir* (Sabadell, AUSA), 121-43.
- COELHO, L. 1971: Inscrições da necrópole proto-histórica da Herdade do Pêgo, Ourique. *O Arqueólogo Português* III-5, 167-180.
- COELHO, L. e ALVES-DIAS, M.M. 1986: South-West Iberian Early Iron Age: A theoretical hypothesis. *Veleia* 2-3, 447-8.

- CORREA, J. A. 1989: Posibles antropónimos en las inscripciones en escritura del SO (o tartesia). *Veleia* 6, 243-52.
- CORREIA, V.H. 1990: A expansão orientalizante na fachada atlântica peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 30, 177-85; 31, 217-9.
- CORREIA, V. H. 1993 a: Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo Mondego. In Tavares, A. A. (ed.) *Os fenícios no território português* (Lisboa, Instituto Oriental), 229-284.
- CORREIA, V. H. 1993 b: As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: Arquitectura e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XXXIII, Fasc. 3-4, 351-70. (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, II).
- CORREIA, V. H. 1993 c: A ocultação de jóias na proto-história alentejana. *Lucerna* II-3, 105-22.
- CORREIA, V. H. 1995 a: The Iron Age in South and Central Portugal and the Emergence of Urban Centres. In Cunliffe, B. & Keay, S. (Eds.) *Social Complexity and the development of towns in Iberia* (Londres, The British Academy), 237-62. (*Proc. Brit. Acad.* 86).
- CORREIA, V. H. 1995 b: A transição entre o período orientalizante e a Idade do Ferro na Beturia Ocidental (Portugal). In Velazquez, A. e Enriquez, J. J. (Eds.) *Celtas y Turdulos: La Beturia* (Merida, Museo Nacional de Arte Romano), 127-50.
- CORREIA, V. H. 1996 a: A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica (Porto, Ed. Etnos).
- CORREIA, V. H. 1996 b: Os povoados da 1ª Idade do Ferro do Sul de Portugal. In Alarcão, J. (Coord.) *De Ulisses a Viriato* (Lisboa, Instituto Português de Museus, catálogo da exposição), 82-7.
- CORREIA, V. H. 1996 c: O sítio arqueológico de Garvão e o seu depósito ritual. In Alarcão, J. (Coord.) *De Ulisses a Viriato* (Lisboa, Instituto Português de Museus, catálogo da exposição), 101-6.
- CORREIA, V. H. n.p. a: O desenvolvimento da escrita pré-latina no Sudoeste da Península Ibérica. In *II Congresso de Arqueologia Peninsular* (Zamora, 1996), no prelo.
- CORREIA, V.H. n.p. b: Fernão vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica. In *II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Faro, 1996), no prelo.
- CUNLIFFE, B. 1995: Diversity in the landscape: the geographical background to urbanism in Iberia. In Cunliffe, B. & Keay, S. (Eds.) *Social Complexity and the development of towns in Iberia* (Londres, The British Academy), 5-28.
- DAMÁSIO, A.R. 1995: *O erro de Descartes* (Lisboa, Pub. Europa-América).
- DIAKONOV, I. M. 1985: On the original home of Indo-european. *Journal of Indo-european Studies* 13, 92-174.
- EVELYN-WHITE, H. G. (trad.) 1982 (15ª ed.): *Hesiod* (Harvard, Loeb Classical Library).
- FABIÃO, C. 1993: O passado proto-histórico e romano. In Mattoso, J. (coord) *História de Portugal* (Lisboa, Estampa). Vol. 1, 79-300.
- FAUST, M. 1979: Tradicion linguística y estructura social: el caso de las gentilitates. In Tovar, A., Faust, M., Fischer, F. e Koch, M. *Actas del II colóquio sobre linguas y culturas prerromanas de la Peninsula Ibérica* (Salamanca, Universidad), 435-52.
- FEIO, M. 1951: A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 32(2), 303-478.
- FEIO, M. 1983 (2ª ed.): *Le Bas Alentejo et l'Algarve* (Évora, INIC).
- FERREIRA, J. R. 1985: *Ora Marítima - Avieno* (Coimbra, INIC).

- FINLEY, M. I. 1988 (3ª ed.): *O mundo de Ulisses* (Lisboa, Presença).
- FRANKENSTEIN, S. 1994: Regional development in the first Millennium BC: The Phoenicians in Iberia. In Kristiansen, K. & Jensen, J. (Eds.) *Europe in the First Millennium B.C.* (Sheffield Archaeological Monographs, 6), 41-4.
- GALAN Domingo, E. 1993: *Estelas, paisaje y territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*, (Madrid, Ed. Complutense).
- GAMITO, T. J. 1988: *Social Complexity in Southwest Iberia 800-300 BC. The case of Tartessos.* (BAR, Int. S. 439).
- GONZALEZ Rodriguez, M. C. e SANTOS Yanguas J. 1986: El caso de las llamadas gentilitates: revision y propuestas. In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 373-823.
- GORROCHATEGUI, J. 1986: En torno a la clasificación del lusitano. In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 77-92.
- GUERRA, A. H. 1995: *Plínio-o-Velho e a Lusitânia* (Lisboa, Ed. Colibri).
- GUILAINE, J. 1984: Jean Guilaine responde a Victor Gonçalves. *Clio/Arqueologia* 1, 157-66.
- HARBISON, P. 1979: Celtic migrations in Western Europe. In Tovar, A., Faust, M., Fischer, F. e Koch, M. *Actas del II colóquio sobre linguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica* (Salamanca, Universidad), 225-36.
- HODDER, I. 1988: *Interpretacion en Arqueologia* (Barcelona, Ed. Crítica).
- HOZ, J. 1989 a: Las fuentes escritas sobre Tartessos. In Aubet Semmler, M. E. (Coord.) *Tartessos, Arqueologia protohistorica del Bajo Guadalquivir* (Sabadell, Ed. AUSA), 25-43.
- HOZ, J. 1989 b: El desarrollo de la escritura y las lenguas de la zona meridional. In Aubet Semmler, M. E. (Coord.) *Tartessos, Arqueologia protohistorica del Bajo Guadalquivir* (Sabadell, Ed. AUSA), 523-87.
- HOZ, J. 1992: The Celts of the Iberian Peninsula. *Zeitschrift für Celtische Philologie* 45, 1-37.
- HOZ, J. 1996: El origen de las escrituras paleo-hispánicas quince años después. In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 171-207.
- JONES, H.L. (trad.) 1988 (5ª ed.): *The Geography of Strabo* (Harvard, Un. Press).
- JORDÁ Cerdá, F. 1986: Sobre la celtización tardía de Asturias. In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 261-4.
- KURTZ Schaefer, G. 1995: Lo celtico en la arqueología europea. In Velazquez, A. e Enriquez, J. J. (Eds.) *Celtas y Turdulos: La Beturia* (Merida, Museo Nacional de Arte Romano), 9-48.
- LASSERRE, F. 1966: *Strabon Géographie T.II - Livres III-IX* (Paris, Les Belles Lettres).
- LEVI-STRAUSS, C. 1986: *O olhar distanciado* (Lisboa, Ed. 70).
- MAIA, M. 1980: Povos do Sul de Portugal nas fontes clássicas - Celtici e Turduli. *Clio* 2, 67-70.
- MAIA, M. 1986: Algumas reflexões em torno da Cultura do Sudoeste. *Veleia* 2-3, 433-45.
- MALUQUER de Motes, J. 1957: De metalurgia tartessica. El bronce Carriazo. *Zephyrus* 8, 157-68.
- MALUQUER de Motes, J. 1979: El peso del mundo griego en el arte ibérico. In *La Baja*

- época de la Cultura Ibérica, (Madrid, Ass. Esp. Amigos de la Arqueologia), 219-230.
- MANGAS, J. e PLÁCIDO, D. (ed.) 1994: *Avieno* (Madrid, *Testimonia Hispaniae Antiqua*, 1)
- MARCO Simon, F. 1989: Lengua, instituciones y religion de los celtiberos. In *Los celtas en el valle medio del Ebro* (Aragón, Caja de Ahorros de la Inmaculada), 99-130.
- MARTIN, T. R. 1996: *Ancient Greece* (New Haven, Yale Un. Press).
- MURPHY, J.P. 1977: *Rufus Festus Avienus. Ora Maritima* (Chicago, Ares Pub.).
- PEEBLES, C. S e KUS, S. M. 1977: Some archaeological correlates of ranked societies. *American Antiquity* 42(3), 421-48.
- PEREIRA Sieso, J. e ALVARO, E. 1986: Aportes orientalizantes en el valle del Tajo. *Revista de Arqueologia* 62, 29-39.
- POLOMÉ, E. C. 1994: Isoglosses and the reconstruction of the Indo-European dialectal split. *Journal of Indo-European Studies* 22, 289-306.
- PONTE, S. 1979: As fíbulas de Mirobriga. *Setúbal Arqueológica* 5, 195-204.
- PONTE, S. 1983: Algumas das fíbulas do distrito de Setúbal. *O Arqueólogo Português* IV-1, 315-22.
- PONTE, S. 1985 a: Fíbulas de Vaiamonte (Monforte). In Hoz, J. (ed.) *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Salamanca, Ed. Universidad), 137-58.
- PONTE, S. 1985 b: Algumas fíbulas de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português* IV-3, 137-54.
- PONTE, S. 1986: Valor residual de seis fíbulas da região de Beja. *Arquivo de Beja* II-3, 75-88.
- PRODOSCIMI, A. 1991: The language and writing of the early celts. In *The celts* (Milão, Bompiani, catálogo da exposição), 51-60.
- REDMAN, C. L. 1978: *The rise of civilization* (S. Francisco, Freeman & Co.).
- RENFREW, C. 1988: Introduction: peer polity interaction and socio-political change. In Renfrew, C. e Cherry, J. F. (eds) *Peer polity interaction and socio-political change* (Cambridge, Un. Press), 1-18.
- RENFREW, C. 1990: *Arqueologia y language. La cuestion de los orígenes indoeuropeos* (Barcelona, Ed. Crítica).
- RENFREW, C. 1994: The identity of Europe in prehistoric archaeology. *Journal of European Archaeology* 2.2, 153-74.
- RIBEIRO, J. C. 1996: A Ora Maritima de Avieno e a descrição da costa atlântica entre o Cabo da Roca e a Foz do Sado. A propósito da localização de Poetanion. In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) (eds.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 279-300.
- RICOUER, P. 1986: Do texto à ação (Lisboa).
- ROWLETT, R. M. 1994 (2ª ed.) Detecting political units in archaeology. An Iron Age example. In Shennan, S. J. (ed.) *Archaeological approaches to cultural identity* (Londres, Routledge), 219-30.
- RUIZ Delgado, M. M. 1989: *Fíbulas Protohistóricas en el Sur de la Península Ibérica* (Sevilha, Pub. Universidad).
- RUIZ Delgado, M. M. 1989: Las necropolis tartessicas: prestigio poder y jerarquias. In Aubet Semmler, M. E. (Coord.) *Tartessos, Arqueologia protohistorica del Bajo Guadalquivir* (Sabadell, Ed. AUSA), 247-86.
- RUIZ, A. e MOLINOS, M. 1993: *Los Iberos. Analisis arqueológico de un proceso historico* (Barcelona, Ed. Crítica).
- SAVORY, H. N. 1974: *Espanha e Portugal* (Lisboa, Verbo).

- SCHMIDT, K. H. 1979: Probleme des keltiberische. In Tovar, A., Faust, M., Fischer, F. e Koch, M. *Actas del II colóquio sobre linguas y culturas prerromanas de la Peninsula Ibérica* (Salamanca, Universidad), 101-16.
- SCHMIDT, K. H. 1985: A contribution to the identification of Lusitanian. In Hoz, J. (ed.) *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Salamanca, Ed. Universidad), 319-42.
- SCHULE, W. 1969: *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel* (Berlim, W. de Gruyter v.).
- SCHULTEN, A. 1952: *La Geografía de Estrabón* (Barcelona, Libreria Bosch). [*Fontes Hispaniae Antiquae* III].
- SCHULTEN, A. 1955 (2ª ed.): *Avieno, Ora Marítima* (Barcelona, Libreria Bosch). [*Fontes Hispaniae Antiquae* I].
- SERVICE, E. R. 1971 (2ª ed.): *Primitive social organization* (Nova Iorque, Random House).
- SHENNAN, S. J. 1994 (2ª ed.): Introduction: Archaeological approaches to cultural identity. In Shennan, S. J. (ed.) *Archaeological approaches to cultural identity* (Londres, Routledge), 1-32.
- SHERRAT, A. 1995: Reviving the grand narrative: archaeology and long-term change. *Journal of European Archaeology* 3.1, 1-32.
- SILVA, A. C. F. da 1990: A Idade do Ferro em Portugal. In Alarcão, J. de (coord.) *Portugal das origens à romanização* (Lisboa, Presença), 289-343.
- SOKAL, R. R., JAQUEZ, G. M., ODEN, N. L., DiGIOVANNI, D., FALSETTI, A.B. e McGEE, E. 1993: Genetic relationships of European populations reflect their ethnohistorical affinities. *American Journal of Physical Anthropology* 91; 55-70.
- SOKAL R. R. e LIVSHITS, G. 1993: Demographic variation of six dermatoglyphic traits in Eurasia. *American Journal of Anthropology* 90; 393-407.
- SOKAL, R. R., ODEN, N.L. e WILSON, A.C. 1991: New genetic evidence supports the origin of agriculture in Europe by demic diffusion. *Nature* 351; 143-144.
- SOKAL, R. R., ODEN, N.L. e THOMPSON, B.A. 1992: Origins of the Indo-Europeans: genetic evidence. *Proceedings of the National Academy of Sciences U.S.A.* 89; 7669-7673.
- SOKAL, R. R., ODEN, N.L., LEGENDRE, P., FORTIN, M.J., KIM, J. e VAUDOR, A. 1989: Genetic differences among language families in Europe. *American Journal of Physical Anthropology* 79; 489-502.
- SPINDLER, K. 1973: Decouverte d'une boucle de ceinture d'origine ibérique sur la colline du Magdalenberg près de Villingen en Foret-Noire. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Vol. 1 (Lisboa, AAP), 229-44.
- SZYNKIEWICZ, S. 1994 (2ª ed.): Interaction between the nomadic cultures of central Asia and China in the Middle Ages. In Shennan, S. J. (ed.) *Archaeological approaches to cultural identity* (Londres, Routledge), 151-8.
- TAVARES, A. A. (ed.) 1993: *Os fenícios no território português* (Lisboa, Instituto Oriental).
- TOVAR, A. 1971: Consideraciones sobre geografía e historia de la España Antigua. In Tovar, A. e Caro Baroja, J., *Estudios sobre la España Antigua* (Madrid, C.S.I.C./Fundacion Pastor), 9-50.
- TOVAR, A. La inscripcion del Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos. In Hoz, J. (ed.) *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Salamanca, Ed. Universidad), 377-96.
- TRIGGER, B.G. 1992: *Historia del pensamiento arqueológico* (Barcelona, Ed. Crítica).

- VEIT, U. 1994 (2ª ed.): Ethnic concepts in German prehistory: a case study on the relationships between cultural identity and archaeological objectivity. In Shennan, S. J. (ed.) *Archaeological approaches to cultural identity* (Londres, Routledge), 35-56.
- VIANA, A. 1960: Notas históricas, etnográficas e arqueológicas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja* 16, (sep. num. própria).
- VIANA, A., FERREIRA, O. V. e ANDRADE, R. F. 1957: Monumentos megalíticos dos arredores de Ourique. *Comunicações dos Serviços geológicos de Portugal* 38, 409-13.
- VILLALBA I Varneda, P. 1986: *Ruf Fest Avié, Periple* (Barcelona).
- VILLAR, F. 1996: Fonética y morfología celtibéricas. In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 339-78.
- WAGNER, C. G. 1990: Recensão a Gamito 1988. *Trabajos de Prehistoria* 47, 399-406.
- WAGNER, C. G. 1992: Tartessos en la historiografía: una revisión crítica. In *La colonización fenicia en el sur de la Peninsula Ibérica. 100 años de investigación* (Almería, Instituto de Estudios Almerienses), 81-116.
- YOFFEE, N. 1993: Too many chiefs? (or, Safe texts for the '90s). In Yoffee, N. e Sherratt, A. (eds.) *Archaeological theory: who sets the agenda?* (Cambridge, Un. Press), 60-78.
- ZVELEBIL, M. 1995: Indo-european origins and the agricultural transition in Europe. *Journal of European Archaeology* 3.1, 1-32.

RÉPLICA A VIRGÍLIO H. CORREIA

O artigo de Virgílio Hipólito Correia, “Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua arqueologia” dirige-se contra os trabalhos que Ana Arruda e eu mesmo temos produzido, considerados sem muita justiça como “mero “mastigar” de dados já conhecidos”.

Parece o autor atribuir-me a ideia de que as sociedades pré-romanas do Sul de Portugal estavam organizadas em estados correspondentes a substratos étnicos e linguísticos distintos que manteriam relações de conflitualidade. Admiti, para os Cónios, mas apenas para estes, uma organização proto-estatal; não defendi a correspondência estado=etnia=língua, antes claramente afirmei a comunidade étnica e linguística de Cónios e Cinetes, bem como de uma possível etnia mirtilense; e não postulei relações de conflitualidade entre as unidades étnico-políticas, antes defendi boas relações de vizinhança e uma sociedade multi-racial.

O problema básico, na opinião do autor, diz respeito à existência de etnias e à sua natureza. Esperaríamos que Virgílio Correia nos dissesse alguma coisa sobre o seu entendimento do conceito de etnia. Não o faz. Critica-nos por deixarmos de lado um elemento essencial: o registo arqueológico. Ora que fiz eu (embora sem o conhecimento do registo arqueológico que reconheço ao autor) se não procurar nesse registo uma confirmação das divergências étnicas, confrontando, por exemplo, os monumentos funerários dos Cónios e dos Cinetes?

Em 1.1.1., Virgílio Correia acusa-me de ter uma concepção classificatória e nomotética das sociedades antigas, coisa que não sei o que seja. Sei o que é uma concepção nomotética da Arqueologia, mas não compreendo o que seja uma concepção nomotética das sociedades antigas. Também não vejo que modelos teóricos insanavelmente contraditórios adoptei. Como o autor cita, neste contexto, o meu pequeno livro *Para uma conciliação das Arqueologias*, parece-me ver aqui uma alusão à posição conciliatória que naquele trabalho assumi. Não é este o momento adequado para abordar este assunto, ao qual aliás voltei na recente mesa-redonda organizada no Porto sobre *Conceptualização e Interpretação em Arqueologia*. Devo dizer, porém, que não estou sozinho nesta tentativa de demonstração da compatibilidade das diversas Arqueologias, mas muito bem acompanhado por Renfrew, Trigger e pelo próprio Hodder, este último na sua posição mais recente.

Considera Virgílio Correia insuficientemente fundados os cálculos da popu-

lação que atribuí aos Cónios e aos seus “casais”. Admito que Fernão Vaz possa não ter atingido os 50 habitantes que hipoteticamente lhe atribuí como *maximum*. Mas o importante no meu artigo foi chamar a atenção para o estatuto de “casais” daquilo que até agora se tem chamado “povoados”. A expressão de “povoados” parece-me ambígua, por poder entender-se como aldeia de vizinhos, isto é, como habitat pluri-familiar. Ao meu ver, os “povoados” da região de Ourique são unidades uni-familiares que não ultrapassariam, como norma, os 30 habitantes. Gostaria que Virgílio Correia, com a experiência que tem destes “povoados”, se pronunciasse sobre esta minha hipótese.

Segundo Virgílio Correia, cada necrópole corresponderia a um núcleo de povoamento. A expressão é, mais uma vez, ambígua. O que é um núcleo de povoamento? É um casal (ou povoado)? É um conjunto de casais, como proponho? O autor não se pronuncia sobre um dos pontos que reputo mais importantes do meu artigo e afirma que a “integração global destes núcleos de povoamento era feita, certamente, por núcleos populacionais maiores, localizados em povoados fortificados”. Onde estão eles? Por que é que Caetano Beirão, que tantas batidas fez no Baixo-Alentejo, nunca os encontrou?

Virgílio Correia concede que temos de entender os “círculos culturais” como “entidades orgânicas, necessariamente políticas, em interacção.”. Só que não admite que os Cónios possam ter constituído um estado. E porquê? Só porque *magister* (leia-se Wagner) *dixit* que Tartesso não constituiu um estado; por isso os Cónios, em situação periférica a Tartesso, não poderão ter tido o estatuto que a área central também não teve. Mas não terá mesmo Tartesso atingido o estatuto de proto-estado, estado primitivo ou *early state*?

Admito poder ter ido longe demais atribuindo aos Cónios um nível, ainda que primitivo, de organização estatal. Mas que propõe Virgílio Correia? Uma sociedade baseada em linhagens. Ora isto não constitui alternativa, pois a linhagem é compatível com o chefado e até com formas primitivas de estado que podem ser largamente familísticas. Ou quererá Virgílio Correia atribuir às sociedades da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal um sistema de linhagens segmentárias, para usar a expressão de Sahlins? Neste caso, se eu caí em excesso, não estará Virgílio Correia a tombar no excesso oposto, postulando uma organização social demasiadamente primitiva? E não será a escrita um elemento mais compatível com uma sociedade estatal do que com um sistema social de linhagens segmentares? E a importância socio-política dos sacerdotes que o autor sugere não será também mais compatível com os níveis de chefado e de estado do que com um sistema de linhagens segmentares? Não é certo, como disse Service, que o chefado e o sacerdócio parecem ter surgido juntos como duas formas gêmeas de autoridade?

Virgílio Correia não examina devidamente a minha hipótese de derivação de

casais por um processo que Sahlins designa de esporulação e Firth, de ramagem: os mais novos da família abandonariam a residência original para fundarem novos casais, ficando os casais derivados todavia solidários no seio de uma linhagem que manteria um cemitério comum.

A minha proposta de que os “círculos culturais” correspondem a etnias não merece a concordância de Virgílio Correia, que claramente afirma: “quanto a nós, tal coincidência não existe”. E continua, manifestando-se contra a ideia de que “um etnónimo veiculado numa fonte é sinónimo da existência de um grupo discreto de população, portador de um património genético e linguístico distinto dos outros”. Quanto a nós, não vemos razão para duvidar de que os etnónimos citados pelos autores clássicos sejam sinónimos de grupos discretos, mas nunca pretendemos que Cónios e Cinetes tenham sido genética e linguisticamente distintos; antes pelo contrário, afirmámos que as etnias da 1ª Idade do Ferro do Sul de Portugal (Cónios, Cinetes e uma hipotética etnia mirtilense) se integravam no mesmo fundo genético e linguístico. Afirmar que as etnias citadas pelos autores antigos não correspondem a etnias reais é uma pura hipótese, que o autor não defende de modo convincente.

Afirma ainda Virgílio Correia que as explicações baseadas nos movimentos de povos são racistas. Como concilia o autor esta sua afirmação com esta outra, que também faz, que “os povos pré-históricos movimentavam-se, existiam invasões e deslocações maciças de grupos sociais”? Como eu admito deslocações de Cempsos, Sefes e Célticos, estou a ser racista, embora Virgílio Correia conceda que o facto de alguém ser racista “não permite considerá-lo um crápula de maus sentimentos”.

Em conclusão: não creio que as minhas hipóteses tenham sido demolidas por Virgílio Correia; o autor apresenta hipóteses alternativas, abrindo um debate que espera a contribuição de outros autores.

Jorge de Alarcão

TEOLOGIA MORAL E RELAÇÕES DE PARENTESCO. LEITURA ANTROPOLÓGICA DO LIVRO “PRACTICA DO CONFESSIONÁRIO” DE 1737

por

Fernando Matos Rodrigues* & José Augusto Maia Marques**

1. PREAMBULO

1.1. Introdução

Este trabalho, que nos foi sugerido pelo Prof. Doutor Rui Rodrigues da Universidade Nova de Lisboa, a quem deixamos o nosso preito de gratidão, tem como ponto de partida um livro setecentista intitulado “Practica do Confessionário e Explicação das Proposiçoens Condenadas pala Santidade de Innocencio XI e Alexandre VII”, impresso em Lisboa em 1737.

Ao utilizar esta obra para outros trabalhos deparou-se-nos, num extremamente curioso VIII capítulo, intitulado “Do Sacramento do Matrimónio”, um conjunto de Árvores de Consanguinidade e de Afinidade.

Relendo o texto à luz deste novo enfoque, logo nos pareceu que, dada a forma como as questões fundamentais da moral cristã, do campo histórico, eram relacionadas com as questões do parentesco, do campo antropológico, poderia estar-se em presença de um interessante tema que juntasse as perspectivas da História e da Antropologia, nem sempre de braço dado, antes muitas vezes, infrutiferamente, de costas voltadas.

Definido esse objectivo, houve que, paralelamente à esquematização do trabalho, buscar bibliografia para desenvolver, completar e confirmar a fonte de que nos iríamos servir.

* Pós-graduado em Antropologia. Docente da ESAP - Escola Superior Artística do Porto. Director da Revista “Ruralia”.

** Pós-graduado em Antropologia. Docente do ISMAI - Instituto Superior da Maia. Director do Forum da Maia.

Assim, e como contraponto diacrónico para o volume que possuíamos, utilizamos a edição facsimiliada do “Tratado de Confissom” de 1489. Isto é, foi-nos possível, na medida em que isso fosse importante, verificar se evoluíram e como evoluíram os princípios fundamentais da moral cristã em 250 anos.

Mas, dado que o livro de “Practica do Confessionário” era essencialmente um manual para confessores, como veremos de seguida, utilizamos como referência, testemunho e confirmação dos princípios doutrinários nele expressos, um tratado de Teologia intitulado “Templo Theológico Especulativo e Pratico”, impresso em Lisboa justamente um ano antes, isto é, em 1736.

1.2. Os Manuais de Confissão

Como afirma Mário Martins para o séc. XV, mas perfeitamente aplicável a épocas posteriores “Ao contrário do que muita gente supõe, os clérigos portugueses [...] estavam bem longe de serem bons latinos” (Martins, 1956: 83). E, mais adiante “Toda esta obra está escrita em forma didáctica, íamos a dizer ensinante. Pouca ou nenhuma afectividade e muita Doutrina (idem: 84).

Mário Martins falava a propósito de um outro tratado idêntico, o “Livro das Confissões” de Martim Pérez, obra do séc. XIV.

Mas o que eram, afinal, estes “tratados de confissão”?

Conhecidos desde os séculos XIV-XV, relativamente comuns no séc. XVI, tornam-se abundantes nos sécs. XVII e XVIII.

Como o seu próprio nome indica, trata-se de manuais de confessor, logo especialmente destinados aos confessores, mas tendo também alguns capítulos direccionados aos penitentes.

Através destes manuais, não só se procurava clarificar algumas ideias a propósito da licitude ou ilicitude de certas práticas e usos, como também se estruturavam e hierarquizavam por ordem de gravidade os pecados e respectivas penitências a aplicar aos pecadores. Tudo isto era frequentemente conseguido através ou de exemplificações casuísticas ou da formulação de perguntas e das respectivas respostas, perguntas essas que corresponderiam, com toda a certeza, a eventuais prováveis dúvidas que o próprio confessor poderia ter no exercício daquela delicada função.

É bom de ver que a abundância, o conteúdo e a estruturação destes “manuais” têm uma justificação comum — a notória falta de preparação litúrgica, pastoral e teológica dos clérigos que, nas paróquias, exerciam o seu *munus*, e a impossibilidade de os seus Bispos suprirem, como era desejável, estas graves lacunas de preparação. Por outro lado, legitimavam-se as penitências decretadas para a respectiva absolvição.

2. FAMÍLIA, RELAÇÕES DE PARENTESCO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

2.1. Objectivos

Este nosso estudo parte de uma reflexão sobre a problemática antropológica da "Teologia Moral e das Relações de Parentesco", a partir de duas obras de cariz religioso do século XVIII. São elas a *Practica do Confessionário* de 1737, e o *Templo Theológico* de 1736. Outras fontes foram necessárias a uma abordagem deste tipo de temáticas, como é por exemplo o caso das «Summae Theologicae», das «Reflexões Christians», entre outras.

Pensamos também ser útil um olhar sobre os fenómenos das relações de parentesco e dos sistemas «cognatícios» das sociedades ditas primitivas, como forma de contextualizar a problemática das regras e códigos sociais que organizam essas mesmas relações sexuais face ao casamento e suas estratégias matrimoniais, numa dimensão espacio-temporal diacrónica e sincrónica.

É que, quando falamos de relações de parentesco, a partir de uma perspectiva antropológica, torna-se útil olhar para as pequenas comunidades ou etnias que se caracterizavam por um sistema complexo de organização social, onde o sistema de parentesco e o sistema económico e político dependiam de uma complexa rede de códigos e regras normativas profundamente severas e rígidas, em torno da própria sexualidade, do parentesco, da linhagem e do património.

Materializadas num conjunto diversificado de rituais, de cerimónias e valores, os quais regularizavam as relações sexuais de forma a funcionarem como suportes da manutenção da estrutura e organização da sociedade¹, estas sociedades caracterizam-se, na sua maior parte, por um sistema de parentesco exogamico, isto é, os indivíduos casam sempre fora do seu grupo, família, linhagem. Estamos, também, perante sociedades agnáticas, onde o masculino é predominante.

Segundo Jack Goody, "estas formas de casamento têm por sua vez relação

¹ "Na verdade, as regras de decência e decoro entre os trobriandeses são tantas quantas as suas liberdades e os seus deleites. Entre todos os costumes que autorizam a liberdade e a licenciosidade sexual, não há um sequer que não comporte certos limites bem definidos; não há um afrouxamento dos tabus sexuais que não seja compensado de uma ou de outra maneira. Todas as instituições dos trobriandeses têm seu lado negativo tanto quanto positivo: elas outorgam privilégios mas também implicam renúncia. Assim é que o casamento apresenta um grande número de vantagens legais, económicas e pessoais, mas comporta, em compensação, a proibição de relações sexuais extraconjugais, sobretudo para a mulher, e um grande número de restrições quanto aos costumes e à conduta" (Malinowski, 1983: 421). Aparece-nos como exemplo a própria instituição da bukumatula, isto é, as chamadas casas de solteiros, com os seus tabus e os seus privilégios, etc.

com certos sistemas produtivos e com os seus modos de distribuir a propriedade; a correspondência geral em relação à idade e à propriedade não está em contradição com certa disparidade, nos casos em que a idade ou a segurança são confrontadas com a propriedade” (1995:118).

Assim, pode à primeira vista parecer de todo anacrónica e difusa esta primeira abordagem aos sistemas de parentesco de sociedades ditas tribais, no entanto é através deles que podemos melhor compreender e estudar a problemática do casamento e das regras matrimoniais nas sociedades ocidentais; uma necessidade vital para a classificação de certas teorias e conceitos em redor da família e das relações de parentesco, etc.

O tipo de fontes que servem de coluna à nossa reflexão — dois livros utilizados por confessores, que transportam ao longo da nossa análise crítico-interpretativa um conjunto variado e rico de informações sobre o carácter normativo e conservador desta realidade social — dá-nos também a conhecer as implicações socio-culturais e religiosas que este tipo de manuais traduzem quer do ponto de vista da teologia, quer do ponto de vista das interacções entre os diversos actores ou agentes sociais, no que respeita aos códigos da moral e da honra².

Eles definem exactamente as regras do jogo matrimonial. Todavia, não podemos deixar de colocar a questão sobre as implicações sociais destes códigos normativos sobre as mentalidades e os comportamentos dos casais dos séculos passados.

Nestes manuais de confessores vamos encontrar as fontes que nos explicam a natureza rigorosa de toda a moral da Igreja. Onde a ideia de pecado e o admitir que o homem também é por natureza um pecador nos conduz a um conceito de pecado pessoal e a uma noção de contrição e de perdão através do sacramento e da penitência.

² “Todas as sociedades têm regras de conduta: na realidade, os termos «sociedade» e «regulamentos sociais» são coextensivos. Todas as sociedades sancionam as suas regras de conduta, recompensando os que lhes obedecem e punindo os que delas se afastam.(...) O que é específico dessas valorizações é serem usadas como padrão de medida do tipo de personalidade considerado representativo e exemplar de uma dada sociedade” (J.G. Peristiany, “Introdução”, in *Honra e Vergonha. Valores das Sociedades Mediterrânicas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 3-4). Jack Goody, no seu livro *Família e Casamento na Europa*, estabelece uma clara distinção entre o Ocidente, onde a honra é questão de ser, e o Oriente, onde é questão de possuir (1995:25-27). Francisco Sanchez Perez, no Cap. 5 “El laberinto de la honra”, do seu livro, *La Liturgia del Espacio*, fala-nos da natureza social e simbólica dos espaços territoriais dos homens e das mulheres, e da sua própria classificação em espaços femininos e espaços masculinos, de tal forma que se a rua era um espaço privilegiado do homem, a casa era um espaço dominado pela presença feminina. A sobrevivência moral da mulher depende menos do homem, que a dele da mulher, porque a integridade moral da mulher se fundamenta na casa. Assim, mulher e casa estão perfeitamente unidas: são a razão de ser uma da outra, isto é, a natureza moral da mulher sem o correspondente referente à casa torna-se incompleta.

Neste estudo vamos também encontrar uma sensível e frágil descoberta da consciência, motivada pelo descobrir dos méritos de uma formação da personalidade que interioriza o dever e coloca o cristão perante a sua consciência, isto é, a sua «awareness».

Desta forma, viver como cristão e fazer progressos é reconhecer os seus pecados e confessá-los³.

Quando nos interrogamos sobre as naturezas sociais, históricas e religiosas que envolvem toda a problemática da sexualidade do homem ao longo deste processo histórico, sentimos que os comportamentos sexuais, desde a sensualidade ao prazer, da castidade à abstinência sexual, nos obrigam a ter presente que estamos perante códigos socio-religiosos que brotam da complexidade social e cultural contribuindo para uma organização, formação e estruturação dos comportamentos dos indivíduos integrados numa rede complexa de códigos, regras e princípios morais que condicionam as atitudes e os comportamentos dos homens e das mulheres em relação ao casamento e às relações familiares e de parentesco, etc⁴.

Cada sociedade ou civilização tem os seus padrões de vida social próprios, onde a constituição das famílias pode ter um arranjo inteiramente diferente de grupo social para grupo social. Desta forma, quando empregamos conceitos como amor, linhagem, individualismo, ou patriarcado, temos de ter consciência do seu valor relativo e nunca absolutizante na sua capacidade de se aplicar a todas as sociedades, sejam elas ocidentais, orientais e asiáticas, sejam elas tipicamente tribais, senhoriais, cortesãs ou modernas (Elias, 1987:121-181).

Torna-se útil traçar um perfil comparativo entre os sistemas africanos de parentesco e matrimónio e os sistemas de parentesco e de matrimónio das sociedades ocidentais do século XVIII europeu, de forma a estabelecermos uma hermenêutica interpretativa e crítica entre os dois sistemas, salvaguardando as suas diferenças sincrónicas e diacrónicas e respeitando as suas idiossincrasias de forma a evitar reducionismos estreitos.

2.2. Parentesco, Família e Sexualidade

Jack Goody refere, em relação aos padrões europeus de matrimónio, que eles se caracterizam por um matrimónio tardio, tanto nos homens como nas

³ Vide *Templo Theológico Especulativo e Prático*, Lisboa Occidental, na officina de Manoel Ferreira da Costa, 1736.

⁴ O casamento, segundo a Teologia do séc. XVIII, aparece-nos como um mistério, em relação à união de Cristo e da Igreja como modelo de matrimónio. Onde a união de Cristo e da igreja faz com que o casamento se transforme em sacramento. "...toda a união conjugal era, em si mesma, signo da união esponsal de Cristo e da Igreja e da aliança entre Deus e o seu povo" (Métral, 1977:98-99).

mulheres, e um alto grau de celibato, características que, no aspecto demográfico, estão associadas a taxas brutas relativamente baixas de natalidade (abaixo de 40 por mil) e também, embora com menos segurança, de mortalidade (1995:7).

A relação entre os problemas de parentesco e a doutrina teológica cristã, permite-nos, compreender como “é o homem um dos animais zoológicos, cuja reprodução parece mais sujeita a variações locais, a que chamamos culturais”, para além das regras de casamento específicas, válidas para todos os indivíduos da espécie *Homo sapiens*. De mais a mais visto os costumes matrimoniais se revestirem de carácter cultural (Tornay, 1988:48-49).

Aliás, como nos é possível verificar nos Dogon do Mali, “a natureza humana é, pois, concebida à imagem da androginia, combinando em doses iguais princípios masculinos e femininos, gémeos dois a dois. Neste contexto, a ambivalência dos seres confunde-se com a sua essência” (Rodrigues, 1995:25). Refere ainda este autor que, a “sociedade Dogon, além de patrilinear, é marcada por uma hierarquia rígida entre os sexos, com predominância evidente dos homens, ao ponto de as mulheres terem sempre um estatuto de menoridade, mesmo quando mais velhas” (Ibidem).

Como podemos verificar, todas as sociedades, todas as culturas e civilizações interferem na regulamentação das relações de parentesco e da própria sexualidade; mesmo até no que se refere ao matrimónio como vector da dinâmica da ordem social. Estes excertos sobre as realidades sexuais e a dinâmica do matrimónio na produção e reprodução social destas civilizações ditas “primitivas”, demonstram nos que este fenómeno é extremamente complexo e holístico pois nele vamos encontrar representados todos os signos e símbolos socio-culturais e políticos de uma dada realidade etnológica.

Assim, as relações matrimoniais estão integradas num complexo fundo de mitos e medos representativos da sua própria cultura. Por exemplo, nos Macondes de Moçambique, “(...) durante o período de aleitamento a mulher encontra-se impedida de praticar o acto sexual, não só com o marido mas também com qualquer outro homem”. Isto é, “marido e mulher estão, pois, interditos de manter relações sexuais porque, como atrás se refere, não podem encontrar-se simultaneamente em situação de homologia: dador-dadora” (Rodrigues, 1995:32). Em suma, é necessário ter como referencial a existência de um registo que elege o corpo como espaço privilegiado do investimento simbólico e, também, como reservatório primário dos elementos necessários à construção de uma arquitectura de discurso simbólico.

Com esta abordagem à “Familia, Moral e Relações de Parentesco”, pretendemos demonstrar que a necessidade de domesticar e aculturalizar as práticas da sexualidade foi sempre uma constante ao longo da história da humanidade, e não um atributo exclusivo das sociedades letradas (Bourdieu, 1980:271-331).

Segundo Bronislaw Malinowski, "todo o homem e mulher nas Trobriand estabelece-se finalmente no matrimonio depois de um período de brinquedo sexual na infancia, seguido de geral licenciosidade na adolescência e mais tarde por um tempo em que os amantes vivem juntos em um amor secreto mais permanente, partilhando, juntamente com dois ou três outros casais, uma «casa de solteiro» comunal" (1973:25). O casamento é «patrilocal», isto é, a mulher vai-se juntar com o seu marido na casa deste e emigra para a comunidade deste. Os filhos por sua vez crescem numa comunidade legalmente estranha, onde não têm direito ao solo nem se podem orgulhar das glórias da aldeia, pois o seu lar e o seu centro tradicional de patriotismo local encontram-se noutra lugar.

Assim, desde tenra idade, os filhos e as filhas da mesma mãe ficam separados da família devido ao estreito tabu que prescreve que não pode haver relações íntimas entre eles e determina que qualquer assunto relacionado com o sexo lhes está interdito (Malinowski, 1973:24-28).

Por exemplo, os Lozi, sociedades de organização cognática, que vivem nas pradarias alagáveis do Alto Zambeze, na Zâmbia, possuem um sistema de organização social e de parentesco que assenta numa prática flexível da escolha do domicílio, isto é, ao casar-se, todo o indivíduo tem o direito de se estabelecer na aldeia do seu pai ou na de um dos seus avós paternos ou maternos.

Sabemos também que os Lozi não têm clãs, mas nomes de linhagem, que se podem comparar aos nossos nomes de família, com a diferença de que o nome de linhagem da mãe ou de qualquer dos antepassados paternos ou maternos pode ser invocado e herdado com o mesmo direito que o do pai. Um Lozi pode também casar-se com uma mulher que tenha o mesmo nome de linhagem, pois um grupo de parentes acaba por tornar-se tão vasto que as relações de parentesco se perdem com o tempo.

Em suma, só aos primos muito próximos é vedado o casamento, isto é, todos os primos em primeiro e segundo grau são designados como «irmãos e irmãs», portanto, parentes que se não podem casar. Não respeitar esta regra implicava para os cônjugues a impossibilidade de separação até à morte (cf. Tornay, 1988:57). Segundo este autor, a ausência de distinção entre parentes cruzados e paralelos, ao nível dos termos de parentesco, é manifestada na geração Ego, na de seus filhos e netos, assim como na de seus avós.

Assim, na geração do pai de Ego, os irmãos e irmãs do pai são denominados «pais»; e os irmãos germanos da mãe, «mães». O mesmo autor refere que, fica mal desposar uma «irmã» — mesmo só de nome, isto é, uma prima chamada «irmã» — da primeira mulher. Os Lozi pensam que este tipo de união aumentaria as ocasiões, já frequentes, de querelas entre cônjugues, e por conseguinte o número de divórcios. Do ponto de vista dos impedimentos de casamento, encontramos num universo de regras muito próximo do nosso (Tornay, 1988:57-58).

Ao passarmos para o estudo das múltiplas realidades do casamento e nas sociedades ocidentais, onde a religião cristã e a Igreja Católica são predominantes na organização e definição das regras e códigos sociais, verificamos também uma complexa rede de impedimentos. Por exemplo, segundo os cânones católicos são proibidos os vínculos de «cognatio», isto é, “os vinculos de parentesco, que dirime o matrimonio e que são três. O primeiro he o parentesco espiritual; e este se contrahe pelo Sacramento do Bautismo, ou da Confirmação. Este parentesco só o contrahe o Ministro do Bautismo, ou da Confirmação com o bautizado, ou confirmado, e com seus pays e os padrinhos com o mesmo bautizado, ou confirmado, e com seus pays; porém os Padrinhos não contrahem parentesco entre si”⁵.

O segundo vínculo de parentesco é aquele que neste momento mais nos interessa pois está relacionado com o parentesco legal, isto é, aquele que “(...) procede da adopção perfeita; e este parentesco dirime até o quarto grao, no sentir de alguns; e até o segundo no sentir de outros; ainda que Cast. Pal. part.5.tr.28. disp.4. punct.10. num.14. diz que só dirime entre o adoptante, e aquelles filhos do adoptado, que estavam debaixo do patrio poder ao tempo da adopção, e entre o mesmo adoptado, e os filhos do adoptante que ao tempo da adopção estavam também debaixo do poder patrio; e entre o adoptante, e a mulher do adoptado, e a mulher do adoptante”.

Por terceiro e último vínculo de parentesco temos o carnal de consanguinidade e afinidade, em que “huma e outra dirime até o quarto grao inclusive, assim na linha recta, como na transversal igual, ou desigual; e para conhecer o grao de parentesco, em que se achão os parentes de sanguinidade, ou affinidades, servem as arvores seguintes”⁶. Como podemos observar nas “Arvores de Consanguinidade em linha Recta” e na “Arvore de Consanguinidade em Linha Transversal igual”, o matrimónio cristão aparece-nos como uma instituição submetida à jurisdição da Igreja.

Assim, na qualidade de sacramento, o matrimónio é essencialmente uma consagração feita pela Igreja e à Igreja, onde o próprio simbolismo do sinal sacramental nos faz ver que a única fonte de salvação e de santidade é a comunhão de caridade entre Cristo e a Igreja. O matrimónio como sacramento está colocado sob a exclusiva alçada das leis da Igreja. Só a Igreja tem autorização para fixar os impedimentos proibitivos, que são contrários à liceidade, e os dirimentes (que implicam a invalidade), bem como para prescrever a forma requerida tanto para a validade como para a liceidade⁷.

Em relação a estas Árvores de Consanguinidade, apresentadas como exemplo

⁵ Cf. *Practica do Confessionário e Explicação das Proposições Condenadas Pela Santidade de Innocencio XI e Alexandre VII*, Lisboa Occidental, na officina de Gabriel Soares, 1737, p. 94-95.

⁶ *Ibidem* p. 97-103.

⁷ Cf. *Código de Direito Canônico*, can.1013, §1.

dos vínculos de parentesco e seus impedimentos para com a celebração do matrimónio cristão (Vide Fig. 1 e 2), verificamos que na primeira árvore (Fig. 1), que é a da “Consanguinidade Em Linha Recta”, “(...) se achão tres linhas, huma recta, e duas transversaes. Na linha recta se poem os Ascendentes, e descendentes de Pedro, ou de outra qualquer pessoa, cujo grao de parentesco se busca. Em huma das linhas collateraes, ou transversaes, se poem os tios de Pedro, irmaos dos seus Ascendentes: e os sobrinhos do mesmo Pedro, filhos de seu irmão. Na outra linha se poem as tias de Pedro, irmãs dos seus Ascendentes; e os sobrinhos de Pedro, filhos de sua Irmã”⁸. Assim, na primeira regra para conhecer o grau de consanguinidade na linha recta, é necessário ver quantas gerações há. De tal modo, que o pai e o filho estão no primeiro grau porque só há uma geração entre eles.

Por sua vez, o neto está em segundo grau com o próprio avô, isto porque entre ambos há duas gerações, uma do pai, que é filho do seu avô, e outra do mesmo filho do avô ao neto. O bisavô está em terceiro grau com o bisneto, porque entre eles há três gerações: uma do bisavô ao avô; outra do avô ao pai, e por último outra do pai ao filho que é o bisneto⁹.

A partir destes dados podemos colocar a questão referente à problemática do próprio conceito de «família conjugal» como grupo social. Mas é só a partir do final do século XVIII e início do XIX que a «família» nos aparece com o acento no casal e nos filhos, ao contrário das definições que sublinham quer toda a unidade doméstica, incluindo criados (Silva, 1991), quer todo o grupo de parentes (Anderson, 1984:40-41).

Para Flandrin o conceito de família tal como hoje é mais ou menos entendido e definido, só existe na cultura ocidental desde uma data relativamente recente. Para Laslett a perduração («perdurancia») prolongada e a distribuição generalizada de um sistema de família nuclear é uma das características chave do sistema familiar ocidental. Anderson conclui que “não só a família não era um grupo claramente distinto, mas os seus membros não tinham direitos significativos à privacidade. Dentro da unidade doméstica prevalecia a promiscuidade geral. A presença contínua de estranhos, residentes (criados) ou outras (por exemplo, sócios de negócios e clientes), associada a uma forma de arquitectura doméstica que não atendia (excepto minimamente na cama) à privacidade mesmo entre as pessoas ricas (os pobres, nas suas casas minúsculas tinham poucas oportunidades de privacidade), obstavam a qualquer possibilidade de desenvolvimento dos modernos sentimentos familiares” (1984:41).

Para muitos autores, no século XVI, ou mesmo muito mais tarde noutras regiões, o comportamento da família é considerado como sendo caracterizado por

⁸ Ver *Practica de Confessionário*, cit. pags. 98-101.

⁹ *Ibidem*, pags. 98-99.

fortes elementos de deferência, patriarcais e autoritários. O poder do marido sobre a mulher e as crianças é amplamente citado, não só relativamente às questões económicas, mas também ao controlo moral incluindo o direito, e em certas regiões aparentemente o dever de usar a força física sobre as mulheres e as crianças. Tratava-se, pois, de uma sociedade onde quase toda a gente achava difícil estabelecer quaisquer laços emocionais, onde a violência surgia facilmente e ninguém era de confiança. Por exemplo Flandrin, através de um estudo de manuais de confessores, não encontrou provas do dever de amar (no sentido moderno) o cônjuge ou os filhos; em vez disso, o respeito, a deferência e a obrigação são claramente sublinhados, enquanto as ligações afectivas e emocionais são tratadas com suspeita e encaradas como susceptíveis de provocar desordem (Cf. Flandrin, 1983:114).

Shorter, por exemplo, vê as relações conjugais no seio dos camponeses caracterizadas pela distancia e pelo formalismo —, em França ele assinala que os casais deixavam de usar o «tu» no dia do casamento e adoptavam a forma de tratamento de «você» — com a subordinação das mulheres simbolizada pelo facto de ficarem de pé enquanto os maridos comiam¹⁰. Sugere-se que o casamento era encarado mais como uma relação económica, produtiva e reprodutiva do que como uma relação emocional, constituindo um mecanismo para a transmissão da propriedade e do estatuto social de geração para geração (Medick e Sabeau, 1983).

No primeiro capítulo, intitulado “La terre et les stratégies matrimoniales”, do livro de Pierre Bourdieu, *Le Sens Pratique* (1980), o autor dá-nos a conhecer de forma analítica e interpretativa a importância das «estratégias matrimoniais» ou «de casamento», na política de alianças ou contratos conforme aos interesses da linhagem familiar de um grupo, de forma a salvaguardar e a aumentar o seu próprio capital material e simbólico. Para Bourdieu, as “...estratégias matrimoniais visam sempre, pelo menos no seio das famílias mais favorecidas, fazer um «bom casamento» e não apenas um simples casamento, isto é, visam maximizar os proveitos económicos e simbólicos associados à instauração de uma nova relação; comandadas em cada caso pelo valor do património material e simbólico que pode ser utilizado na transacção e pelo modo de transmissão que define os sistemas de interesses próprios das diferentes categorias de património, segundo o seu sexo e a sua categoria de nascimento” (1980:250).

Desta maneira poderemos concluir que nascimento, sexo e família, e consequentemente posição social, podem contribuir para a definição do valor económico do seu património material e simbólico. Segundo Bourdieu, todos os meios são válidos para a protecção da integridade do património e, para suspender as virtudes da divisão da propriedade e da família, já que cada casamento traz

¹⁰ Ver Geraldes, 1989:206-214.

consigo essa ameaça. Daí que, "Os princípios que, por meio do dote, tendem a excluir os casamentos entre famílias muito desiguais, em termos de uma espécie de cálculo implícito do óptimo visando maximizar o proveito material e simbólico susceptível de ser procurado pela transacção matrimonial nos limites da independência económica da família, combinam-se com os princípios que concedem a supremacia aos homens e o primado aos mais velhos para definir as estratégias matrimoniais" (Bourdieu, 1980:255).

Mas quais são os factores que asseguram e assumem a reprodução das pessoas e do sistema social? Há que considerar o grupo doméstico, a família e o casamento. Para além de um conjunto de formas que regulam a circulação de conhecimento dentro da família, das pessoas através do casamento, e das terras pela herança que, como diria Bourdieu, constituem os factores que assumem a reprodução das pessoas e do sistema social (ver por ex. Iturra, 1991:55). Este autor, a partir de dados recolhidos em estudos sobre diversas aldeias da Península Ibérica, defende que é possível detectar o que ele tem denominado por «sistema reprodutivo heterogéneo». Assim, para ele, "O matrimónio, que desde o ponto de vista legal e também cultural, é a forma mais evidenciada de produzir seres humanos, surge nos meus dados como uma das formas possíveis, entre várias, para produzir produtores; podia dizer-se que, na realidade, é a forma ritual de declarar quem está aliado com quem e a que terras vai ficar adstrito, segundo o que o cônjuge seja: proprietário eminente, proprietário do uso, trabalhador sem terra ou proprietário directo" (1991:56).

O casamento aparece-nos, em documentação da época a que se reporta este nosso estudo, como uma das formas de um sistema complexo de práticas sociais reprodutivas, isto é, existe um conjunto de práticas sociais que redefine os laços de parentesco, os quais são o resultado quer do casamento, quer de outras formas de acasalamento. Para Iturra, "o casamento aparece, hoje em dia, numa primeira aproximação, como a instituição abrangente que, aos olhos das próprias pessoas, funda o grupo doméstico" (1991:112).

O acto de casar não consagrava uma relação amorosa mas era, antes, um negócio de famílias: um contrato que duas pessoas firmavam não para seu prazer mas na base do conselho das respectivas famílias e para bem das mesmas famílias (Flandrin, 1983:121-122).

Retomando a perspectiva da Antropologia do Parentesco, temos então que, como referem Laburthe-Tolra e Warnier (1994:57) "Certos factos biológicos enquadram o parentesco humano: relações sexuais, gestação, infância, longa imaturidade da criança, morte. Estes factos da natureza são remodelados por cada cultura".

O sexo e as práticas sexuais foram sempre regulamentados pelas sociedades humanas. Obviamente que de forma diferente de sociedade para sociedade. En-

quanto algumas sociedades tolerarão e/ou integrarão as práticas de homossexualidade, a pedofilia, a bestialidade, outras não só não as toleram como não as admitem sequer.

Grande parte das sociedades admitem um período de liberdade no fim da adolescência. Mas mesmo aquelas onde parece admitir-se práticas mais livres, não deixam de, muitas vezes, ritualizar, controlando estreitamente, a postura do acto sexual e mesmo a moral conjugal pós-matrimonial. Quantas sociedades, para além da muçulmana e da judaico-cristã, valorizam profundamente a virgindade até ao casamento.

Ainda segundo aqueles autores (Ibidem, 58) “... não pode confundir-se as liberdades tradicionais de certos grupos com a permissividade actual, devida, no mundo inteiro como na Europa, à anomia engendrada pelas mudanças. O sexo banalizado, que hoje frequentemente encontramos como pratica corrente, não exprime senão saúde corporal, robustez física e não proporciona senão um prazer «desportivo»; a busca do prazer conduz ao eu e não ao outro. Muito menos dá acesso ao sagrado. A utopia da libertinagem exótica quebra-se pelo facto de muitas das sociedades representativas, em termos de população e território, do Terceiro Mundo serem, mais ainda do que as cristãs, amarradas e controladas por interdições e pelo culto das morais familiares. Entre os Mossis da Costa do Marfim ou entre os Peules do Senegal, ninguém se despe para o acto sexual; isto contraria as visões erotico-religiosas de muitos investigadores, que sofrem, ao fim e ao cabo, de profundo etnocentrismo. O sexo não se liga ao sagrado senão pela dialética do interdito e da transgressão”.

Como afirmava Durkheim, o sagrado liga-se ao tabu, isto é, ao social. Ora o sexo condiciona a troca de mulheres, isto é, a constituição da própria sociedade.

3. SEXUALIDADE CONJUGAL E TEOLOGIA MORAL

Nas linhas que se seguem é nossa intenção abordar, de forma crítica e analítica, a dimensão social e teológica da “sexualidade conjugal” à luz de um manual de prática de confissão do século XVIII. É a partir deste documento eclesiástico que vamos tentar compreender a vida sexual dos casais de antigamente.

Assim, no centro da própria teologia e moral cristãs, existe uma profunda desconfiança em relação aos prazeres carnavais, já que eles obrigam o espírito a ficar prisioneiro do corpo. Perfeitamente verificável neste livro de “Practica de Confessionário”, o qual nos refere que “(...)

- P. Padre accusome, que depois da última confissão pequei tres vezes com huma mulher publica.
- C. Julgava v. m. que era peccado mortal o ter acto com mulher publica? Faço esta pergunta, porque muita gente vulgar não sabe fazer distinção entre ser permittida humacousa, ou ser licita por ver que em muitas terras, por evitar mayores dannos, se permitem casas publicas: Mas oh Deos Immenso, que a tanto tem chegado a mallicia, e licença humana? e estes julgão que he licito ter acesso com as mulheres publicas. Porem é necessário que o Confessor lhes advirta, que essa permissão não dá licença para que ninguém peque"¹¹

A sexualidade segundo os tratados de teologia, os manuais de confissão, etc., tem como principal fim a reprodução. Por exemplo: "(...) He tambem illicito, o que se não usar pelo vaso natural, ou seminar extra; e querem muitos, que tambem seja, quando se não guardar a postura natural, sem causa justa, usando da contraria, ou prepostera; ainda que outros o não condenão, quando não ha perigo de derramar fóra, e seja com fim *ad generationem*"¹². De tal modo que se a utilizarmos para outros fins, como por exemplo para o prazer, é abusar dela e contrair o pecado.

O casamento aparece-nos como um remédio que Deus deu ao homem para se preservar da impudicícia (Flandrin: 1983, 112). Mas, para alguns teólogos cristãos, pelo menos a partir do século XVI-XVII, se os esposos se unirem sem ter como fim principal a busca do prazer mas essencialmente a procriação segundo as regras e os mandamentos da Lei de Deus, não correm qualquer tipo de pecado mortal, desde que nada façam para impedir a procriação, a qual continua a ser o objectivo essencial do acto sexual.

Em suma, as relações sexuais voluntariamente desvirtuadas da sua função procriadora, tais como o «coito interrompido», ou seja o «crime de onan», provavelmente um dos meios contraceptivos mais utilizado no Ocidente, seriam profundamente condenáveis; segundo alguns teólogos, também o seria a cumplicida-

¹¹ Cf. *Practica de Confessionário*, cit., pag. 85, col. 2.

¹² Cf. *Templo Theológico*, cit., pags. 274-275.

de da esposa.

Inserido neste amplo rol de pecados apresentados pelos teólogos mais conservadores e moralistas cristãos, surgem-nos também os pecados da «luxúria».

Sob a designação genérica de «luxúria» agrupa-se um conjunto de pecados que, relacionados com a sexualidade e o casamento, eram considerados, pela Moral Cristã, comportamentos desviantes. O que não significa, obviamente, que alguns não fossem praticados com certa constância, embora não à luz do dia.

Segundo o Tratado de Confissom de 1498, era necessário que, neste domínio, e no interrogatório do confissionário, o sacerdote inquirisse do penitente:

Ainda Ihe pregũte se forni-
gou com manceba solteira
se com casada. Se conrõpeeo vir-
gem. Se em si meesmo spertou
luxuria. Se trautou sem vergo-
nha as partes vergonhosas. Se foi
polutu per sonho. Se cometeo
sacrilegios ou cõjuraçõs por luxu-
ria. Se se delectou lõgo tempo em
pensametos de luxuria. Se per algũ
modo cometeo luxuria contra na-
tura. Se olhaste ou desejaste algũ-
a molher desonesta mente. Se pro-
vocaste per ti ou per outrem alguna
molher a luxuria. Se por que se afi-
tou bem. Se provocaste os outros a
esto. Ou se parou metes em este
pecado quando ho outrem fazia.
Se pecou com suas parentas. Se
andou em dãças por parecer bem¹³.

As várias espécies da luxuria consideradas já em 1736 são “seis *naturaes*, e quatro *contra naturam*. As *naturaes* são: *simplex fornicatio, adulterium, stuprum, incestus, raptus, sacrilegium*. As *especies contra naturam* são *pollutio, sodomia, bestialitas, & diversa corporum positio*”¹⁴.

Em 1498, no Tratado de Confissom, afirmava-se serem sete os modos da fornicação: “O primeiro he chamado *simplez fornício sc. mulher solteira* e em

¹³ Cf. *Tratado de Confissom*, cit., pag. 5.

¹⁴ *Ibidem*, pag. 11.

esto ha deferecia que ou he solteira de mãebia ou nõ, ou viuva ou nõ sc. viuva mais grave pecado he, por que os direitos hõrrã as viuvas [...] O segũdo modo de fornicção he: Fazer força as molheres aĩda que sejã solteiras. Outro corrõper virgem [...] E o quarto modo he cõ casadas. E o quinto modo he com religiosas ou paretas, aque do quinto grau. E o sexto he cõ suas mãos [...] e digo que ha hi outro fornicio spiritual, e este he quando a alma leixa de servir a Deus pelo qual ela foi criada.."¹⁵.

Por exemplo, a sodomia é condenada porque ela faz parte dos pecados contra naturam, isto é, pode ser pecado mortal e venial, conforme a causa; assim, pode apresentar-se de tres modos: a primeira *masculini ad masculum*, a segunda *interpositum instrumentum, vel partiu faemine ad faeminam per confricationem*; a terceira *masculini ad faeminam in vase praeopostero*¹⁶.

Da poluição (trata-se segundo o pensamento da Igreja, de um pecado contra naturam), do debito («debitum») conjugal e do seu abuso, podemos verificar que o Livro da Practica do Confessionário de 1737, nos informa que "(...), O acto conjugal sendo exercitado devidamente, he bom e meritório póde ser viciado de muitos modos..."; refere o mesmo texto, "também se pode viciar o acto conjugal pela circunstancia do lugar em que se exercita, como se for em presença de outros, ou na Igreja sem necessidade; e nestes casos he culpa mortal"¹⁷.

Exortando o mesmo manual cristão para que os confessores advirtam os casados de que "os tactos sendo aliás permittidos aos casados, são peccado mortal sendo tidos em presença de outros"; e devem mesmo manter a maior descrição e ponderação na presença dos filhos, da família da casa, e de outros. De forma a não "cahir no detestavel erro de certos hereges, que preversamente ensinavão que não havia de haver pejo das cousas, que são naturaes".

Termina o doutrinador com uma alusão metafórica às origens dos tempos primordiais, ao afirmar de que "certamente os nossos pays considerando a sua torpeza, se envergonharão, e se vestirão com folhas de figueira, como consta do Genesis, cap. 3".

Noutro manual do século XVIII, que dá pelo título de Templo Theológico (1736), se refere que a impudicícia consiste em "tactos, e aspectos impudicos, palavras deshonestas, e torpes, osculos, e amplexos impudicos, estes se reduzem à especie de peccado, a que dispoem"¹⁸, por outro lado, verificamos que a própria «deleitação morosa», nos aparece como pecado mortal.

Daf que toda a actividade sexual exterior ao casamento, ao ter obrigatoria-

¹⁵ Ibidem, pag. 7.

¹⁶ Ibidem, pag. 14.

¹⁷ Ver *Practica de Confessionário*, cit. pags. 116-117.

¹⁸ *Templo Theológico*, cit., pag. 1.

mente outro fim, que não seja o da procriação, constitui um pecado. Nenhuma é, por isso, permitida. Assim, a Igreja através de todas estas regras, pretendeu cristãmente transformar a intemperança e os excessos desaconselhados por razões de saúde e pelas regras do bem viver, em pecados, todos eles tendentes à concupiscência, todos eles antecipadores do sexo realizado por prazer.

A Igreja consegue desta forma postular o sacramento do matrimónio como um mal menor; a Epístola aos Coríntios, de S. Paulo, ilustra bem a noção de obrigação conjugal: “Para evitar a impudicícia, que cada um tenha a sua mulher e que cada mulher tenha o seu marido. Que o marido proporcione à mulher o que Ihe deve, e que a mulher actue do mesmo modo para com o marido. A mulher não tem autoridade sobre o seu corpo — é o marido quem a tem: e assim também o marido não tem autoridade sobre o seu próprio corpo, mas é a mulher quem a tem” (I Cor. VII, 2-4). O matrimónio, além de indissolúvel, só abençoava a cópula carnal se realizada com o objectivo de procriação e tendo em vista a continuidade da espécie.

Aliás, já o Tratado de Confissão estipulava “E porque o casamento he mais solto, assi deve de ser guardados os seus termos como os da castidade por que o direito Ihe chama castidade cõjugal, e castidade deve mãteer salvo nos tempos cõvinhavees e certos e cõ eteçõ de fazer fruto que serva a Deus e nõ nos dias das festas e sãctos...”. E, adiante “Por que diz o propheta no psalmo: Nõ queirades seer feitos como cavalos e mulas e nos quaes nõ ha etedimeto por que os que cõtra esto vaã nõ se guiã per razõ de home mas de besta ou de outra animalia...”¹⁹.

Sobre o sexo conjugal, a Igreja erigiu rígidas e complexas regras que proibiam o casamento, e consequentemente o acto sexual, entre pessoas que tinham relações de parentesco por afinidade ou de consanguinidade (vide as árvores genealógicas de afinidade e de consanguinidade, Figs. 1 a 5),

Este parentesco até ao sétimo grau transforma em incestuosas as relações entre um amplo círculo de pessoas que ia muito além das relações incestuosas entre parentes consanguíneos de primeiro grau.

No tratado de Confissom, diz-se “...incesto que he com parenta ou com cunhada carnal, ou spiritual ou com pessoa religiosa” e precisa-se “com religiosas ou parêtas, aquẽ do quinto grau”.

Parece, assim, que com o andar dos tempos se vai alargando mais o horizonte das relações incestuosas e vão aparecendo cada vez mais impedimentos.

Sobre as virtudes necessárias a uma vida conforme aos ensinamentos, diz-se: “Por que três estados sõ fora dalgũu deles nenhũ nõ se pode salvar: o primeiro he virgindade; o segundo he castidade; o terceiro he casamento”.

¹⁹ *Tratado de Confissom*, cit., pag. 12.

Por exemplo, segundo a Igreja, a «cognação» *vinculum personarum*, é de quatro modos: consanguinidade, afinidade, espiritual, e legal; a legal é a propinquidade de pessoas que nascem de adopção perfeita, como quando se toma a pessoa estranha em lugar de filho, passando a estar debaixo do poder do que o adopta, para Ihe suceder, ou como herdeiro necessário por testamento na quarta parte, ou *ab intestato*, ou em tudo; e define-se esta por “*Expropinquitias personarum ex adoptione proveniens*”.

Em suma, através dos manuais de confessores, a Igreja definiu as posições lícitas e recomendáveis em que o acto sexual conjugal poderia ser realizado, partindo do princípio de que qualquer manipulação que não visasse a concepção de um novo ser, era pecado: tais como carícias e beijos em «partes vergonhosas» tendentes a promover a poluição, posição *contra-natura*, característica do acasalamento dos animais, e nomeadamente a sodomia, que nos aparece como o «pecado nefando». Amar a esposa como uma amante, era, pois, segundo estas regras um pecado. Mas a estas regras correspondiam algumas excepções, como é lógico, por exemplo no caso de um marido muito gordo que não se pudesse unir à esposa na posição «natural».

Aparece-nos como fim último a reprodução mas naturalmente que a procriação de um novo ser exige a emissão do esperma masculino, e necessita, no mínimo, que o vaso feminino esteja aberto a recebê-lo. Assim, o dever da mulher é ceder o seu corpo aos desejos do marido, como também é dever deste ser potente, isto é, ser capaz de ejacular e de ter acesso ao corpo da esposa.

Ângela Mendes de Almeida refere-nos que “A Igreja definiu assim, ao nível da sexualidade, um mecanismo de reciprocidade em que se falava de «deveres» da esposa e do marido, quase que com um sentido de débito, de dívida contraída no acto do casamento, concebido como um contrato entre duas partes. Dessa forma a mulher, submetida em todos os outros níveis, tinha neste terreno um trunfo: seu marido tinha para com ela o dever imprescritível de realizar regularmente o acto sexual, sem o qual a procriação, fim último do casamento seria impossível. Era, pois, o único plano onde tinha o direito de reivindicar” (1988:5).

Os manuais que seleccionamos para a elaboração deste pequeno estudo, enquadram-se nas linhas gerais da moral cristã, tais como: em primeiro lugar, o carácter irreversível da escolha do cônjuge; em segundo lugar, a situação de absoluta subalternidade da mulher; em terceiro lugar, o conceito de reciprocidade ao nível sexual, dos «deveres» da mulher e do marido.

Flandrin verifica que no que respeita à doutrina cristã do matrimónio, desde o século XI ao século XX, que a procura do prazer sexual é vigorosamente condenada, assim aquilo que nós chamamos de “...o amor continua estranho à problemática cristã do casamento”, de tal maneira que “...a fornicção é busca de prazer, o casamento é dever de procriação. E toda a busca de prazer no casamento

faz do acasalamento um adultério” (1981:101-102).

Assim, a condenação do prazer e, consequentemente, a reabilitação do casamento para a boa procriação, existe já desde a construção agostiniana, que refere que os cristãos se casam unicamente para gerar filhos, mas se por qualquer motivo nos recusarmos a casar, devemos ser completamente castos e devemos praticar a continência sexual. Estas disposições e regras definidoras de teor teológico, exprimem a natureza social e normativa de uma religião conservadora e ideologicamente pré-moderna, no sentido de que a modernidade postula um casamento e consequentemente um matrimónio sem pecado mortal; mas como uma forma de as pessoas, homem e mulher, se realizarem num amor sem constrangimentos morais ou religiosos.

Deste modo não admira que no Tratado de Confissom se inclua uma tabela intitulada “Sabe que destes casus adiante escriptos nom ha de absolver o sacerdote se nom ouver poder do bispo salvo ã artigo de morte” e onde, entre outros pecados “não perdoáveis” aparecem: “O quarto he os que dormem com as que bautizaram ou com as que teverum ao bispo quando crisma ou com aquelas que ouvirom de confissom. O quinto he os que dormem com as molheres per outra maneira salvo como a natureza demãda. O sexto he os que dormem com virgem pela força ou per engano. O seitimo he molher que dorme com religioso durando em religiõ. O oitavo he os que dormem cõ suas parentas. O nono he a molher que cõcebeu e nom he de seu marido...O decimo he fazer matrimonio em caso defeso assi como com parênta ou com madrinha ou filha spiritual ou afilhada ou com a madre ou com outra pessoa defessa pola sãcta eigreja ou dormir com algũas destas pessoas sobre ditas”²⁰.

Esta era uma norma de um manual de confissão quatrocentista.

Como sabemos muita coisa vai alterar-se depois do Concílio de Trento. A influência do pensamento tridentino estará bem patente nas obras congêneres posteriores àquele grande acontecimento religioso.

No entanto, noutro tipo de fonte documental da legislação teológica sobre a regulamentação da actividade sexual, podemos verificar no livro *Templo Theológico*, do ano de 1736, no Arco XXVI, Sexto Preceito “Não Fornicarás”, que:

P. Quid est simplex fornicatio?

R. Est concubitus soluti cum soluta;
aquellas palavras soluti cum soluta
querem dizer que não tenham mais im

²⁰ Ibidem, pag 6.

pedimento, nem vinculo que o do sexto preceito²¹.

P. A simplex fornicção est prohibita, quia mala, ou he má, quia prohibita?

R. Que he intrinsecamente má, & sic prohibita, quia mala, como consta da proposição 48. condenada por Innocencio XI. e he peccado mortal de sua natureza, porque se oppoem à boa criação dos filhos²².

P. Haverá caso, em que a fornicção seja peccado mortal?

R. Que em dous casos. O primeiro he, quando procede da falta do uso da razão, como em hum louco, ou em hum, que está ebrio, e não previo antes esse tal effeito. O segundo caso he cum soemina vi oppressa patitur fornicationem sine consensu; e neste caso a mulher assim violentada não está obrigada a maltratar ao que a violenta, porém deve chamar, e dar gritos, se não he que dahi julgue que se lhe hà de seguir infamia, ou outro notavel detrimento, aut si nimia verecundia prematur. Note-se que a simplex fornicção he mayor peccado, que o furto, e menor que o homicidio; também he menor entre as especies da luxurja²³.

²¹ Ibidem, pags. 10-11.

²² Ibidem, pag. 11.

²³ Ibidem, pag. 14.

Ainda, para muitos moralistas cristãos, a instituição familiar é a que melhor se adapta à educação dos filhos; daí que não se pode conceber filhos legítimos senão no casamento legítimo.

Para Marie-Odile Métral, o “Sistema e dispositivo de aliança, de sexualidade e ainda de amor que no Ocidente se misturam até se confundir - para nossa grande ilusão - o casamento, apresentado como uma perda da virgindade, representaria para nós o espaço da sexualidade desabrochada e a obrigação do amor...”. Refere ainda a mesma autora que “dentro do casamento e fora do casamento suportamos um regime de repressão sexual. Repressão operada sob a injunção de castidade dirigida ao próprio casamento sob o antigo poder do ascetismo, ou repressão concentrada no íntimo recanto da vida conjugal, a retenção impõe-se à sexualidade nos tempos rígidos e hipócritas da burguesia” (1977:13).

4. CONSTATAÇÕES FINAIS

Como foi dito no início, foi nossa intenção abordar a forma como as questões fundamentais da Moral Cristã se relacionavam com as questões do parentesco.

Dado o âmbito e as limitações deste trabalho, optamos por um tipo de abordagem simultaneamente sincrónica e diacrónica, servindo-nos de tipos de fontes diversos e de épocas diversas.

Obviamente que muito mais há a fazer.

Não só as fontes não estão, bem longe disso, esgotadas na sua riqueza documental, como é possível, e mesmo desejável em outra abordagem mais profunda que se impõe, explorar mais documentação (testamentos, obras de teologia e moral, outros manuais de confissão), que sabemos estarem disponíveis.

Apesar das referidas limitações, penso que será possível deixar aqui algumas constatações finais, como referencial do que poderão ser novas hipóteses para um trabalho mais profundo.

Em primeiro lugar verifica-se que os dois pontos base sobre os quais assenta esta perspectiva da moral cristã setecentista são o comportamento sexual e o casamento.

O casamento impõe um conjunto de normas culturais que sancionam a paternidade e que procuram conferir uma base estável para o cuidado e a educação dos filhos. É, assim, o principal mecanismo cultural para assegurar a continuidade da família e, logicamente, de todas as instituições baseadas na estrutura familiar. Nas sociedades ocidentais, as normas culturais consideram reprovável a união sexual não marital, conquanto não restam dúvidas que ela existia, acontecia mesmo com grande frequência, e nem “religiosos” nem “clérigos” a ela escapavam.

Esperava-se que os indivíduos permanecessem castos até ao matrimónio e que, uma vez este consumado, se reduzissem as actividades sexuais aos contactos com as respectivas esposas e maridos.

A grande (diríamos única) meta da cópula era a procriação. O prazer carnal era condenável. O dar prazer a outrem ainda mais.

O "amor", no sentido que hoje lhe damos, nem sequer era equacionado em termos de pensamento religioso. Esse sentimento só teria aliás admissão e expressão se se desenvolvesse entre marido e mulher.

Um dos grandes perigos, um dos grandes tabus, associados às uniões carnis, mesmo que lícitas, era o do incesto.

Os mecanismos reguladores do incesto visavam proibir o matrimónio ou a cópula entre categorias determinadas de parentes consanguínios ou ligados por laços de afinidade.

A principal dissuasão em relação ao incesto é o facto de ele ser considerado um pecado de luxúria e, como tal, pecado mortal, não susceptível de ser perdoado pelo Padre, a não ser que ele para isso tivesse autorização expressa do seu Bispo.

Confrontando cronologicamente as fontes, verifica-se que a influência da doutrina tridentina tende a "apertar as malhas" da moral cristã. Exemplos flagrantes deste facto são as sucessivas penalizações das faltas e o alargamento do "círculo incestuoso" da quinta para a sétima geração.

Finalmente, da análise das fontes e do seu cotejo com o que conhecemos da época, não restam dúvidas que a Família e o Parentesco desempenhavam um papel primordial como meio de manter relações ordenadas e cooperativas entre os membros de uma sociedade, isto é, eram factores fundamentais de ordenamento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Angela Mendes de (1988) "Casamento, Sexualidade e Pecado - Os Manuais Portugueses de Casamento dos Séculos XVI e XVII", *Ler História*, nº 12, pp. 3-21.
- ANDERSON, Michael (1984) *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*. Lisboa, Quercus.
- BOURDIEU, Pierre (1980) *Le Sens Pratique*. Paris, Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1993) "A Propos de la Famille Comme Catégorie Réalisée", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 100, 1993, Paris, Editions de Minuit, pp. 32-6.
- ELIAS, Norbert (1987) *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Ed. Estampa.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1981) *Le Sexe et l'Occident. Évolution des Atitudes et des Comportements*. Paris, Seuil.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1983) "A Vida Sexual dos Casais na Antiga Sociedade: da Doutrina da Igreja à Realidade dos Comportamentos" in *Sexualidades Ocidentais*, Lisboa, Contexto Editora, pp.111 -27.

- FLANDRIN, Jean-Louis (1984) *Familles, Parenté, Maison, Sexualité dans l'Ancienne Société*. Paris, Seuil.
- FOX, Robin (1986) *Parentesco e Casamento*. Lisboa, Vega.
- GERALDES, Alice (1989) "A Mulher de Caxinas" in *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, INIC, pp. 203-218.
- GIDDENS, Anthony (1995) *Transformações da Intimidade*, Oeiras, Celta Editora.
- GOODY, Jack (1994) *Production and Reproduction*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GOODY, Jack (1995) *Família e Casamento na Europa*, Oeiras, Celta Editora.
- ITURRA, Raul (1991) *A religião como teoria da reprodução social*, Lisboa, Escher.
- LABURTHE-TOLRA, Ph., WARNIER, J.-P. (1994) *Ethnologie-Anthropologie*, Paris, P.U.F.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1973) *Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem*. Petrópolis, Editora Vozes.
- MARTINS, José V. de Pina (1973) *Tratado de Confissom*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MARTINS, Mário (1956) "O Livro das Confissões de Martim Pérez", in *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, Livraria Cruz, pp. 81-92.
- MEDICK, Hans; SABEAN, David Warren. (orgs.) (1984), *Interest and Emotion: Essays on the Study of Family and Kinship*. Cambridge/Paris, Cambridge University Press/ Edition de la Maison des Sciences de l'Homme.
- MÉTRAL, Marie-Odile (1977) *Le Mariage. Les Hésitations de l'Occident*. Paris, Éditions Aubier-Montaigne.
- RODRIGUES, Rui (1995) "Aquém e Além da Sociedade", *Etnologia*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, n°1-2, pp. 23-41.
- SANCHEZ PEREZ, Francisco (1990) *La Liturgia del Espacio. Casarabonela: un pueblo aljamiado*, Madrid, Editorial Nerea.
- SEGALIN, Martine (1981) *Sociologie de la Famille*, Paris, Armand Colin.
- SHORTER, Edward (1977) *Naissance de la Famille Moderne*, Paris, Ed. de Seuil; (trad. port. *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995).
- SILVA, Manuel Carlos (1991) "Casa e Casas em Espaço Rural Minhoto: O Poder Doméstico", *Cadernos do Noroeste*, vol. 4 (6-7), Braga, 79-99.
- TORNAY, Serge (1988) "O Estudo do Parentesco", in *Antropologia - Ciência das Sociedades Primitivas*, Lisboa, Edições 70, pp. 45-95.

EXEMPLAR DA CONSANGUINIDADE.

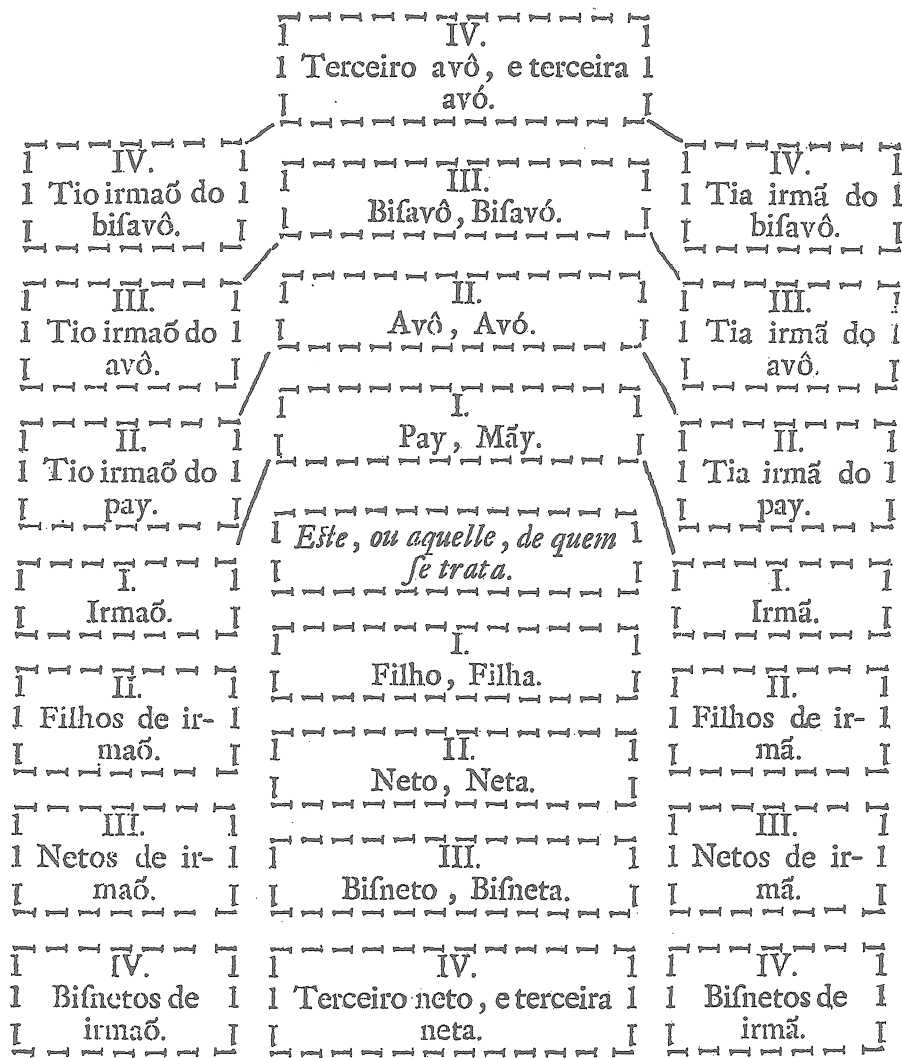


Fig. 1 - Exemplar de Consanguinidade.

ARVORE DE CONSANGUINIDADE NA LINHA TRANSVERSAL DESIGUAL.

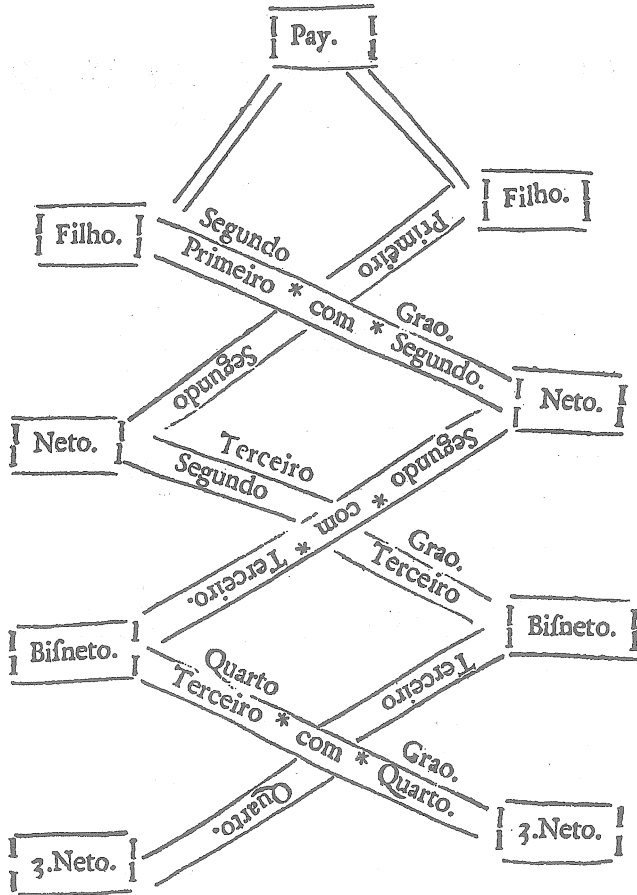


Fig. 4 - Árvore de Consanguinidade em linha transversal desigual.

MANAGING A NEW ROCK ART SITE

por

Jane Kolber*

In a world where we frequently believe we have found all there is to be found, new places and sites are discovered daily. Rock art sites like Chauvet Cave in France and the Côa valley sites in Portugal are among these new discoveries. When significant sites are found, it is important for us to be prepared to manage them appropriately. Unfortunately very little research has been devoted to rock art site management and although models for rock art site preservation and site management are in place in many parts of the world, the effectiveness of these systems has not been extensively evaluated. A review of the current literature makes it clear that the French and the Australians are the leaders in rock art site management (Lambert 1989, Rosenfeld 1988, Vidal 1991, Pearson and Swartz 1991). Work has been done in the United States by Georgia Lee (Lee 1991), Daniel McCarthy and Peter J. Pilles of the United States Department of Agriculture Forest Service, Joseph Labadie of the United States Department of Interior National Park Service, the Australian Rock Art Research Association (Pearson and Swartz 1991) and the American Rock Art Research Association (ARARA 1988, Crotty 1989) among others.

Whereas other countries of the world have recognized the importance of their sites, giving them prominent status and the highest levels of governmental protection, in the United States there is only a single National Park that is dedicated solely to rock art. Petroglyph National Monument, partially in the city of Albuquerque, New Mexico, was created to protect and interpret a large group of petroglyphs and provide for visitor use. The site is found on a 27 kilometer long basalt escarpment encompassing an area of 5142 hectares (Southwest Regional Office, National Park Service (SWRO, NPS) 1988:7). The petroglyphs on the site, often referred to as West Mesa, have been known for a long time and through the decades various efforts toward recording them have taken place. Colonel James

* PO Box 1844, Bisbee, Arizona 85607 USA.

G. Bain recorded with a volunteer group in the 1960's. Matthew F. Schmader worked there in the 1980's (Schmader 1986 and 1987). In 1972 portions of the area were set aside as a State park. During the 1970's and 1980's the City of Albuquerque bought additional lands as open space (United States Department of the Interior, National Park Service [USDI, NPS] 1996:114-115). Even with this protection, however, the growing urban development within Albuquerque threatened major portions of the site and groups of citizens formed an organization to protect the petroglyphs and propose it for national park status. In 1987 a feasibility study was undertaken to evaluate the site's cultural and natural significance and to suggest alternative management plans (SWRO, NPS 1988:7) and in 1990, legislation was passed by the United States Congress establishing Petroglyph National Monument (United States Department of the Interior 1996:451). The legislation indicated that the following should be considered in planning for the development of the new national monument:

- the number of visitors and the types of public use that can be accommodated while protecting the monument resources;
- a resource protection program;
- a general interpretive program;
- a plan to implement the American Indian Religious Freedom Act;
- a general development plan, including proposals for a visitor center and the estimated cost thereof;
- a plan for a petroglyph research center (Petroglyph National Monument 1996:3).

In recent communication with me, Larry Beal the planner for Petroglyph National Monument discussed the necessary considerations for preparation and maintenance of a national park dedicated to rock art. He emphasized the use of cautionary and careful methods. The overriding principles by which a site should be managed must be understood by creating a mission statement that is agreed to by all concerned. These principles should help day to day managers address the priorities and conflicts of levels of visitor use and protection. Following the approval of the mission statement, a survey and inventory should be undertaken to assess the area, the varieties and amounts of rock art images, and any other significant resources. Emergency actions to protect and preserve any threatened rock art should be immediately taken in this initial stage of development.

Once the initial threats to the site have been mitigated or eliminated, a planning process, based on the mission statement, should proceed. Plans with goals for recommended future conditions need to be set within variable time

frames such as both five and twenty years. Early on in the process, the Park boundaries need to be reevaluated to determine if they fulfill the needs of the Park, the rock art and its protection, access, and appreciation. Local people, adjacent landowners, elected officials at all levels of government, academia, private organizations and others connected to the land must be included in the planning process in a way that they can express their needs and concerns.

Various parts of the park should be examined and decisions reached as to which areas should be open, closed or restricted for tourists. The requirements for parking and access need to be defined as well as the numbers of visitors. Whether the visitors should always be on guided tours or if self guided tours can also help visitors to appreciate the area must be considered. Areas are managed to provide a range of opportunities so that the needs of the many different types of visitors can be addressed and they can be taught to appreciate the value of protecting rock art sites. Clear explanations and the expectation of proper conduct for site visitation must be delineated (Bock and Lee 1992:23). With the visitation other aspects of the site's management are needed such as educational priorities and whether the rock art should be interpreted through signs, a visitor center, or a museum. Often a variety of interpretive approaches allows the messages to be understood by a variety of people. A clear and concise interpretive message about the rock art should be generated and the dissemination of this message should be uniform throughout the interpretive program. This is not to suggest that new ideas should be discouraged, but the accepted explanations should be offered by all the guides and this same information should be presented in the visitor center and museum. Outreach beyond the immediate site is also necessary to the public and professional communities through press releases, meetings and focus groups. The addition of traveling exhibits can bring examples of the treasures to schools and civic organizations.

There is no single, preferred method for managing a rock art site. However, everyone associated with the site management must agree on the important principles to manage the site or the program will fail. Constant monitoring for necessary changes must exist with continuous refinement and adjustment to the ever changing situations and to the knowledge of experience. (Lawrence Beal, personal communication 1997).

Perhaps the greatest error made in rock art site management is the rush to open it to the public. This can result in allowing irreversible changes to occur without fully understanding the impacts. Paving or constructing trails too close to rock art panels can make it too easy for visitors to touch and accelerate the deterioration or damage of the resources. Governmental authorities who manage sites are often inclined to develop sites for tourism or other economic reasons before they have been adequately studied. It is essential that detailed

documentation of the site take place prior to opening it to the public. The study of rock art sites should include “state of the art” recording techniques and an assessment of the site for conservation purposes. Each and every element including modern graffiti and natural damage should be carefully recorded. Recorders should attempt to abstain from interpretation as much as is possible. Notes should be taken on each aspect with explanations of their purposes for the clear understanding of the future researcher. This recordation should include various complementary and completely non — intrusive techniques to insure accuracy and comprehensive coverage. The recording methods will vary according to the particular characteristics of a site and the resources available and because rock art recording is in its infancy, methods continue to change and expand. Many are experimental and should be noted as such. Most methods can have validity as long as they neither touch, nor alter, nor impact the images, the rocks, the rock surfaces, and their immediate surroundings. Recording techniques with proven reliability are preferable.

Conservation and protection procedures can be recommended based on the detailed documentation. These measures may range from hiding fragile panels to physically removing graffiti or stabilizing boulders. They should be based on both the natural and the human impact of the past, present and future. Monitoring systems need to be established to assist in tracking problems and problematic areas. Educational programs should include underlying protective messages.

Even though it is frequently overlooked or treated in a casual way, the management of the records of the site may be the most important part of rock art site management (Loendorf 1997). The records for rock art sites present some particular problems, such as the storage of large drawings that need to be kept flat or the maintenance of the thousands of photographs which accumulate over the years. At the outset of the planning process, all data should be gathered that pertain to the site in all its aspects and from as far back in recorded history as possible. Judgements regarding the importance of the materials should be kept at a minimum as error on the side of “keeping it all” is more appropriate than discarding things. Site materials should be curated to provide easy accessibility. Archival quality storage should be provided with temperature and humidity controls to insure the safe maintenance of the collections. Copies and backups of the extremely significant materials should be maintained in an auxiliary facility. Funds need to be appropriated for all these tasks.

As more data are amassed, provisions for entering it into the records should be considered. Often it is worthwhile to assign a specific worker to this task. Research using the collected records and reports should be encouraged within adequate storage and study facilities. Continuous record keeping should include information on every contact with the site.

In the Final General Management Plan for Petroglyph National Monument the following items are delineated for cultural resource management: (1) inventorying, evaluating, and monitoring, (2) direct preservation, protection, maintenance, and stabilization actions, (3) protecting the cultural landscape, (4) research, (5) directing visitor use/designing and locating facilities, (6) law enforcement, and (7) educational and interpretive programs.... The petroglyph research center/ function would be an integral part of managing the cultural resources. No petroglyphs would be located or repositioned (SWRO, NPS 1996:31).

More emphasis must be placed on number four and the complete detailed documentation which frequently tends to be downplayed by the bureaucrats.

Provisions must be made for ongoing monitoring, for changing site and visitor needs, and adaptation to new educational or technological advancements. Both the adjoining and widespread public should be involved in the park projects as "protective part owners and educators". Dedicated and informed staff personnel should allow an open quality of conversation between all interested and affected persons to both protect the integrity of the site and provide for the needs of the public. Volunteer programs are a way to involve adjacent communities in the management of the site and to supplement park staff.

Rock art is a precious part of the world's heritage, and it should be treated as such. If we are privileged, through some fortunate circumstance, to be part of the discovery of a significant new site, we are obligated to treat it correctly. The site needs to be maintained and displayed in its optimum condition, with respect, and sensitivity.

ACKNOWLEDGEMENTS

Lawrence Beal provided much information and advice from his experience as planner at Petroglyph National Monument and editing assistance. Lawrence L. Loendorf provided much information and advice regarding site management and recording and much editing assistance. Without Larry and Larry's help, this paper would have not been possible. This paper represents my ideas and not necessarily any organization that I am associated with.

REFERENCES CITED

- AMERICAN ROCK ART RESEARCH ASSOCIATION (1988) *Conservation Guidelines of the American Rock Art Research Association*. San Miguel, California.
- BOCK, A.J., AND GEORGIA LEE (1992) *Footsteps to Destruction: A Guide for visiting and/or Recording Rock Art Sites*. *American Indian Rock Art* vol.18, Frank G. Bock,

- general editor. American Rock Art Research Association, San Miguel, California.
- CROTTY, HELEN K. (1989) *Preserving Our Rock Art Heritage*. American Rock Art Research Association. San Miguel, California.
- LAMBERT, DAVID (1989) *Conserving Australian Rock Art*. Aboriginal Studies Press, Canberra.
- LEE, GEORGIA (1991) *Rock Art and Cultural Resource Management*. Wormwood Press, Calabasas, California.
- LOENDORF, LAWRENCE L. (1997) Use and Abuse of Rock Art Site Management. Paper prepared for Society of American Archaeology Meetings, Nashville, TN.
- PEARSON, COLIN AND B. K. SWARTZ, JR. (1991) *Rock Art and Posterity*. Australian Rock Art Research Association, Melbourne.
- ROSENFELD, ANDREE (1988) *Rock Art Conservation in Australia*. Australian Government Publishing Service, Canberra.
- SCHMADER, MATTHEW F. (1986) *Archaeological Resources of the Piedras Marcadas Area*. City of Albuquerque.
- SCHMADER, MATTHEW F. (1987) *The Archaeology of the West Mesa Area*. Southwest Regional Office, National Park Service, Santa Fe.
- SOUTHWEST REGIONAL OFFICE, NATIONAL PARK SERVICE (1988) *Albuquerque West Mesa Petroglyph Study*. United States Government Printing Office, Washington, D.C.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF THE INTERIOR, NATIONAL PARK SERVICE (1996) *Petroglyph National Monument, New Mexico*. Resource Planning Group, Denver.
- VIDAL, P., J. VOUVE ET J. BRUNET (1991) La Grotte Des Combarelles I Aux Eyzies. In *Rock Art and Posterity*, edited by Colin Pearson and B. K. Swartz, Jr. Australia Rock Art Research Association, Melbourne.

FAMÍLIA E HERANÇA EM PORTUGAL

II - Famílias, Casas e Localidades - Perspectivas Diacrónicas

Organização

de

BRIAN JUAN O'NEILL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O conjunto de artigos reunidos neste tomo de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* constitui a segunda e última parte do dossier “Família e Herança em Portugal”, tendo a primeira parte (I - Sucessão, Herança e Fragmentação) sido já integrada no tomo anterior desta mesma revista (fascículos 1-2, pp. 105-246).

Como alguns aspectos da lógica, origens e organização interna desta segunda parte foram já delineados sumariamente na “Nota de Apresentação” e *Appendix* que abriram o dossier no tomo anterior (pp. 107-111 e 112-120 respectivamente), chama-se a atenção apenas para duas características essenciais dos textos aqui reunidos. Em primeiro lugar, esta parte prossegue no espírito interdisciplinar da primeira, através da conjugação de contribuições de historiadores e antropólogos.

Em segundo lugar, frisamos a natureza heterodoxa do uso do termo *família*: reiteramos que não é propósito destes ensaios contribuir para uma definição ou sistematização da palavra mas, antes, esclarecer outros e novos ângulos através dos quais famílias concretas no espaço e no tempo podem ser perspectivadas. São os casos dos grupos domésticos de Oeiras no século XVIII analisados por Álvaro Ferreira da Silva e das famílias operárias da indústria têxtil no Vale do Ave entre as décadas de 30 e 70 focadas por Alice Ingerson. Numa linha semelhante, as *casas* suburbanas do Alto Alentejo tratadas por Denise Lawrence-Zúñiga, tal como as *localidades* de “Vila Velha” e de uma freguesia rural da região do Dão analisadas respectivamente por Francisco Ramos e José Manuel Sobral, constituem dois campos paralelos ao da família; articulam elementos clássicos do estudo antropológico das formas locais dos laços de parentesco com novas dimensões arquitectónicas e espaciais da comunidade rural.

Todos os artigos demonstram, além disso, uma procura de perspectivas *diacrónicas* nas quais se possa evitar a focagem obsessiva do momento fugaz do “presente etnográfico”.

Note-se que o *Posfácio* da autoria de Georges Augustins se reporta às duas partes do dossier, a do tomo anterior e a do presente.

Abril de 1997.
Brian Juan O'Neill

A POSIÇÃO FAMILIAR DOS JOVENS NO SÉCULO XVIII

por

Álvaro Ferreira da Silva*

Abstract: This article intends to contribute towards a renewed approach to the social roles of the young in societies of the past, via analysis of the residential conditions of unmarried children within a municipality in the Lisbon hinterland between 1738 and 1811. Using diverse methodological angles — from biographies of domestic groups to the statistic interpretation of individual behaviour — I focus upon the residential circumstances of single children, following the life-courses of these youths within their respective families, the timing of their permanence within or departure from the paternal home, and — in the latter case — the precise moment at which the act of leaving home took place. Based on these images of the dwelling characteristics of unmarried children, I attempt to discriminate the motives that dictated such patterns of behaviour. Among these, we can point with particular clarity to the role played by different forms of these, we can point with particular clarity to the role played by different forms of economy and organization within the domestic group, reflected in the distinctly centripetal effects of the family upon its descendants.

1. INTRODUÇÃO

Uma abordagem da organização do grupo doméstico a partir da posição que os filhos solteiros nele ocupam só inadvertidamente pode parecer um aspecto marginal para a história da família. Três razões justificam um estudo que particularize a posição dos filhos no interior do grupo doméstico. A primeira decorre da própria evolução da historiografia da família, pelo menos, nos últimos quinze anos¹. Não existe qualquer razão para continuar obstinadamente a encarar a tipologia da estrutura familiar dos agregados domésticos como o único, ou sequer o principal, indicador de síntese sobre a composição dos grupos domésticos². Pelo contrário, é francamente limitado «assumir que o agregado doméstico é adequa-

* Faculdade de Economia – Universidade Nova de Lisboa.

¹ Os estudos de P. Laslett (1983) e de R. Wall (1983) constituem as referências fundamentais sobre esta questão. Para um tratamento mais desenvolvido dos problemas metodológicos relacionados com o estudo histórico da família veja-se o que escrevi em Silva (1989 e 1993).

² Ao invés, a síntese mais recente sobre a história da família em Portugal, para o período que aqui evoco, publicada na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, continua a utilizar a tipologia de Hammel-Laslett de 1972 como único indicador das formas de organização dos grupos domésticos.

damente descrito por uma contagem do número de fogos que têm uma estrutura familiar simples, extensa ou múltipla» [Wall, 1987:78].

Uma segunda razão radica no papel dos filhos solteiros na variação da dimensão dos grupos domésticos. De facto, exceptuando os trabalhadores domésticos, é o número de filhos solteiros que constitui a variável explicativa fundamental, relegando a presença de outros parentes para uma posição muito subalterna³. Tal significa que a variação na presença de filhos solteiros pode ter uma função discriminante decisiva entre grupos residenciais, nomeadamente quando se pretende conhecer o impacto na organização do grupo doméstico de diferentes formas de economia familiar.

Por último, uma análise histórica da situação dos filhos solteiros no grupo doméstico mobiliza ainda problemas fundamentais, relacionados com a posição social da juventude no passado. É conhecido o contributo de Philippe Ariès, ao empurrar para o período contemporâneo o nascimento da juventude como grupo social, salientando a inexistência duma distinção entre infância e juventude nas sociedades europeias medievais [Ariès, 1960]. Gillis [1974] generalizou as conclusões formuladas por Ariès, na senda do que os sociólogos apresentavam como característico das sociedades do passado quando se debruçavam sobre os problemas da juventude no mundo contemporâneo⁴. A ideia de que a afirmação da juventude como grupo social teria sido uma criação da sociedade moderna e industrial tem vindo a ser contestada em alguns estudos sobre história da família⁵. Ora, um alargamento do número de estudos sobre os jovens e a sua extensão a áreas geográficas ainda não abordadas contribui para o fortalecimento de uma história social da juventude.

No entanto, como assinalava Richard Wall [1987:79], se é certo que o trabalho doméstico dos jovens tem suscitado alguma atenção, relacionando-o nomeadamente com a idade ao casamento tardia para ambos os sexos e a formação neo-local do grupo doméstico, muito menos realce tem sido dado ao momento em que se processa a saída dos filhos de casa dos pais e às suas consequências para a organização do grupo doméstico.

Este artigo pretende ser um contributo para uma abordagem renovada do papel social da juventude nas sociedades do passado. As conotações juvenis,

³Esta conclusão baseia-se num trabalho de maior fôlego que empreendi para Oeiras, mas é seguramente extensiva a todas as regiões em que a configuração familiar de referência se baseia no casal e filhos solteiros. Cf. Silva, 1993, cap. 5.1, em que se apresenta um modelo causal para a dimensão dos grupos domésticos. Veja-se nomeadamente a figura 5.1.

⁴Veja-se uma síntese da perspectiva sociológica em Cruz, 1984.

⁵Os estudos sobre a instituição do trabalho doméstico juvenil, ao longo do período pré-matrimonial, contribuem para uma outra visão da juventude. Vejam-se Wall, 1978 e 1987; Laslett, 1977 e 1983; Hajnal, 1983. Uma abordagem mais recente da relação entre trabalho doméstico e juventude é apresentada por Mitterauer, 1990.

pré-matrimoniais, do trabalho doméstico foram já objecto dum anterior estudo [Silva, 1987]. Agora é o modo como os filhos solteiros se integram nas formas de organização familiar observáveis num município da periferia de Lisboa entre 1738 e 1811 que se pretende analisar. Dois aspectos vão ser objecto de um tratamento mais detalhado. Em primeiro lugar, a capacidade de atracção do grupo doméstico sobre os filhos solteiros. Em segundo lugar, o momento da trajectória de vida individual em que se processa a saída de casa dos pais. Em Oeiras a configuração maioritária das relações familiares entre os coresidentes baseava-se na família nuclear, a neo-localidade de residência ao casamento era a regra, mesmo quando existia a possibilidade de viver com os pais de qualquer dos noivos⁶. Logo, o casamento implicava a saída de casa dos pais por parte da esmagadora maioria dos casais. No entanto, tem um significado e consequências diferentes a saída processar-se no momento do casamento ou efectuar-se antes. As consequências destes dois comportamentos são particularmente evidentes na organização do mercado de trabalho, na estruturação das relações intra-familiares ou na posição social dos jovens.

A análise da situação familiar dos filhos solteiros não é apenas feita à escala agregada da freguesia. Um dos resultados que creio mais interessantes do estudo que efectuei sobre as formas de organização do grupo doméstico entre os habitantes de Oeiras durante o século XVIII foi a conclusão de que comportamentos modais observáveis em algumas das características do grupo doméstico (tipos de parentes co-residentes ou neolocalidade da residência ao casamento, por exemplo) escondem diferenças importantes entre os vários grupos sociais [Silva, 1995]. Neste artigo procuro saber até que ponto a integração e permanência dos filhos no grupo doméstico ou a idade em que abandonavam o lar paterno são condicionadas pelos grupos ocupacionais a que pertenciam os seus pais.

Limitarei a análise aos fogos de lavradores e jornaleiros. A referência à ocupação desempenha aqui um duplo papel. Por um lado, existe a preocupação de observar as modificações na situação residencial dos filhos originadas pela prática de diferentes actividades profissionais⁷. Por outro lado, pretende-se conhecer até que ponto aquela situação residencial é permeável ao facto do grupo doméstico poder ser simultaneamente um grupo de trabalho.

Socorro-me dos modelos de economia doméstica sintetizados por Louise

⁶Veja-se a este propósito o que escrevi em Silva, 1993, cap. 4, sec. 3. Para as fontes históricas exploradas veja-se igualmente este trabalho.

⁷Esta caracterização ocupacional de um grupo doméstico é limitadamente unidimensional. De uma realidade multifacetada que são as fontes de rendimento dos grupos domésticos, cria-se uma imagem a preto e branco, utilizando a ocupação do chefe de família como elemento definidor do conjunto das receitas familiares. Tendo em conta esta limitação, entenda-se a classificação do grupo doméstico quanto à ocupação como uma tentativa de delimitar a origem das suas fontes de rendimento.

Tilly e Joan Scott [1978:14-15]⁸, para caracterizar os agregados familiares de lavradores e trabalhadores. No primeiro caso, o grupo doméstico era o local de produção e de consumo, ao passo que no segundo era apenas um lugar de consumo⁹. Entre os lavradores, a composição da família estava vinculada ao seu desempenho como unidade de produção. Nos trabalhadores, os rendimentos do grupo doméstico eram auferidos através do trabalho assalariado, pelo que teoricamente não existia qualquer limite ao número de filhos que podiam residir em casa, potenciais geradores de rendimentos através do seu emprego como assalariados. Estas duas formas de economia doméstica foram definidas numa forma que interioriza o papel do agregado familiar como grupo de trabalho: *family economy*, caracterizaria agregados domésticos como os dos lavradores; em contrapartida, *family wage economy* seria aplicável a famílias em que a economia doméstica se assemelhasse à dos trabalhadores.

Algumas palavras mais sobre problemas metodológicos. Falar em formas de organização dos grupos domésticos desloca desde logo o centro de atenção do mero conhecimento da morfologia familiar dos grupos domésticos. A noção de formas de organização dos grupos domésticos é mais ampla. Engloba as características estruturais que dominam os processos de formação e desenvolvimento dos grupos domésticos. São estas características que permitem explicar as diferentes configurações de familiares coresidentes e igualmente as dinâmicas de evolução dos grupos domésticos. Dito isto, não se pretende traçar qualquer distinção rígida entre uma análise dos grupos domésticos de tipo longitudinal e uma outra de tipo transversal, tal como é preconizado por Bradley e Mendels quando abordam o conceito de *family organization*¹⁰. Considero, pelo contrário, que a melhor forma de compreender o que chamei as características estruturais dos processos de criação e desenvolvimento dos grupos domésticos deve combinar os dois tipos de análise, embora privilegiando uma perspectiva processual.

Também não creio inteiramente pertinente a separação feita por Mitterauer e Sieder entre «método biográfico» (que caracterizaria uma postura de análise longitudinal) e «método agregado ou estatístico» (específico da abordagem transversal)

⁸Veja-se igualmente a síntese de R. Wall [1986].

⁹«The unit's need for wages, rather than for laborers, defined the work of family members»: eis como aquelas autoras diferenciariam o segundo do primeiro tipo de economia doméstica [Tilly e Scott, 1978, p. 15].

¹⁰O conceito *family organization* é sintetizado da seguinte forma: «family organisation [...] is the fundamental process whereby composition is generated, of which one of the main determinants, but not the only one, is the way in which generations succeed one another in a house or farm» [Bradley e Mendels, 1978, p. 381]. Para estes autores, o estudo da organização do grupo doméstico é baseado na análise longitudinal. Em contrapartida, a composição do grupo doméstico acede-se por uma análise transversal. Também Mitterauer e Sieder [1979 e 1983] dão uma grande importância a esta distinção, embora não utilizando o conceito de organização do grupo doméstico.

[Mitterauer e Sieder, 1979:277-8 e 1983:311]. A generalização torna-se difícil numa abordagem longitudinal, unicamente baseada na realização de biografias familiares, e perde-se em fácil tradução estatística dos comportamentos observados o que se ganha na percepção mais colorida da vida familiar do passado. Conjuguéi a análise das trajectórias familiares (através de esboços próximos das biografias) com a quantificação, sempre que a natureza das informações o possibilitavam. Utilizando processos simples de organização gráfica ou de classificação das informações sobre as características da transformação da morfologia dos grupos domésticos, foi possível combinar os estudos de caso com uma análise agregada¹¹.

2. ECONOMIA LOCAL E MODELOS DE ECONOMIA DOMÉSTICA

A freguesia que vai ser analisada tem a sua sede na vila de Oeiras, a cerca de quinze quilómetros da cidade de Lisboa e contava em 1738 com cerca de 1930 habitantes. O período que medeia até 1773 vai ser de forte crescimento populacional, atingindo então os 3600 habitantes, população que se mantém até 1810, com ligeiras oscilações¹².

A proximidade da capital e o facto de ser banhada pelo rio Tejo, via de transporte rápida e barata, foram um incentivo precioso ao desenvolvimento de uma agricultura apostada na produção frutícola e na vitivinicultura, não desdenhando também a cerealicultura. Os casais e quintas — prédios em que a produção agrícola se concentrava — têm em comum o facto dos seus proprietários raramente residirem na freguesia, sendo maioritariamente de Lisboa, numa demonstração da expansão de capitais citadinos na propriedade de bens de raiz das zonas periurbanas¹³.

Os lavradores, cujas trajectórias familiares irão ser analisadas, são os cultivadores dos prédios designados «casais». Raramente são proprietários dos prédios que cultivam, tendo quando muito uma ou outra courela de terra de pão ou alguma vinha. Todavia, o arrendamento destes casais permanece na mesma família durante várias gerações. A transmissão da autoridade no fogo a um dos

¹¹ Isto está patente na análise da evolução da dimensão dos grupos domésticos ao longo da vida numa unidade conjugal. Para uma aplicação mais vasta desta metodologia — nomeadamente a composição familiar do grupo doméstico — veja-se Silva, 1993, Cap. 6.

¹² Cálculo a partir das listas dos róis de confessados. A falta de registo dos menores de confissão (menos de 7-8 anos) foi corrigida através da estimativa do peso relativo destes grupos na estrutura etária da população.

¹³ Um dos grandes proprietários de casais e quintas era o Marquês de Pombal. O rendimento fundiário proveniente de casais ou quintas que eram propriedade da Casa Pombal oscilou entre 20% e 50% da totalidade do rendimento fundiário destes prédios, dependendo do momento que se considera.

filhos (geralmente o mais velho), vai a par com a sua sucessão como rendeiro¹⁴.

Por seu turno, os trabalhadores¹⁵ não mantinham situações de complementaridade com o cultivo da terra. Muito poucos tinham terras ou vinhas, e eram também raros os que tomavam algum destes prédios em regime de arrendamento¹⁶. O seu afastamento da propriedade de bens de raiz estendia-se mesmo às próprias casas de habitação, já que apenas cerca de 25% dos grupos domésticos de trabalhadores habitam em casas de que são proprietários plenos ou enfiteutas.

Diversidade das actividades económicas e da estrutura ocupacional que lhe correspondia, complexidade da estrutura económica e social presente nesta comunidade, descentramento dos habitantes face à propriedade dos bens de raiz (sejam eles casas ou lojas, casais ou azenhas e moinhos): eis as principais conclusões que enquadram o quotidiano das famílias que irão ser analisadas.

Mesmo numa versão muito pouco rígida das regras que definiam os grupos domésticos como grupos de trabalho, o contexto económico e social de Oeiras durante o século XVIII não permitia que grande parte das famílias tivesse o controlo sobre as suas fontes de rendimento. Os trabalhadores (mais de 20% das famílias residentes em Oeiras) não tinham qualquer relação de complementaridade entre o trabalho assalariado e o cultivo independente de uma leira de terra. Entre os artífices (cerca de 30%) muitos também não constituíam unidades de trabalho. Trabalhavam por conta de outrem, fora do agregado doméstico, derivando desse trabalho uma parte essencial do rendimento da família. Um número desconhecido dos fogos de que não foi identificada a actividade profissional de qualquer dos seus membros, nem existiam outras indicações sobre a sua posição social, corresponderia a núcleos residenciais de pobres e idosos, dependendo de transferências de rendimentos de tipo assistencial.

Para o jornaleiro agrícola ou o assalariado dos ofícios era nítida a separação entre local de trabalho e residência. O fundo comum que sustinha o agregado familiar como unidade de consumo era obtido através do trabalho por conta de outrem e não a partir da actividade dos co-residentes como grupo de trabalho. Como tal, a sua composição passava a não estar dependente da adequação entre a dimensão do agregado doméstico e os recursos económicos da empresa familiar. Afastada estava a possibilidade do cultivo de terras próprias ou arrendadas, a não ser num número muito limitado de casos. Era-lhes interdito o acesso aos direitos

¹⁴ Este invulgar comportamento de lavradores que não têm qualquer título de posse sobre as terras que fazem parte da sua lavoura foi detalhadamente abordado em Silva, 1993, Cap. 6.

¹⁵ O termo não é unívoco, tanto podendo designar o assalariado agrícola, como o trabalhador indiferenciado da indústria. A maior parte das vezes referia-se ao primeiro caso.

¹⁶ Em 1763, dos 101 grupos domésticos referenciados como trabalhadores só cinco eram proprietários deste tipo de bens. O arrendamento também não era frequentemente utilizado como meio de exploração de uma parcela de terra ou de um pedaço de vinha: em dois únicos casos se observa esta solução.

de pastagem, caça, recollecção de frutos ou de lenha, que noutras sociedades locais faziam parte da hierarquia de direitos de usufruto que caracterizavam a organização agrária e o sistema de posse¹⁷. Nestas circunstâncias, a família teria dificuldades em estar vinculada a qualquer processo de desenvolvimento em que existissem mecanismos de autoregulação entre a sua composição e as actividades económicas em que participasse como grupo de trabalho, mesmo abrangendo parcialmente os seus membros.

Isto não significa que as actividades económicas, da agricultura ao comércio, não continuassem a ser desempenhadas tendo a escala doméstica como ponto de referência. Situação visível não apenas no importante peso da mão-de-obra que residia no fogo do seu amo, como criados, oficiais ou aprendizes. Os trabalhadores por conta de outrem — fossem jornaleiros agrícolas ou oficiais —, mesmo quando residiam em casa própria, faziam parte de um grupo de trabalho, instalado na família do lavrador ou mestre, seus empregadores. Nestes, a família era a unidade de produção e de consumo; a casa ou os terrenos que a enquadravam, o espaço físico de trabalho e de residência. De um ponto de vista meramente especulativo, a composição do grupo doméstico — os filhos e outros parentes co-residentes, em idade laboral, ou os trabalhadores domésticos — podia continuar a estar dependente dos recursos económicos disponíveis, a exemplo do que era preconizado pela relação clássica entre grupo de trabalho e grupo doméstico.

3. O GRUPO DE FILHOS CO-RESIDENTES

O número de filhos solteiros que residem com os pais é o primeiro aspecto que irá ser abordado. Através dele pode-se obter uma imagem da capacidade centrípeta dos grupos domésticos face aos descendentes e compará-la com outros contextos geográficos. É igualmente possível testar a importância que teriam formas distintas de economia doméstica na capacidade do grupo doméstico fixar filhos solteiros. A tabela 1 sintetiza a informação sobre o número e composição dos filhos solteiros que residiam em casa dos pais, comparando as famílias de lavradores, trabalhadores e a totalidade dos fogos em dois momentos distintos, 1763 e 1806¹⁸.

¹⁷O estudo mais lúcido da importância económica, social e mesmo psicológica dos direitos colectivos de usufruto de certos bens e recursos, e da sua influência nas práticas de sucessão e na formação dos grupos domésticos, foi realizado por E. P. Thompson [1976], tendo como referência o caso inglês. Em *Whigs and hunters* [Thompson, 1975] tinha empreendido um estudo minucioso do impacto da perda de direitos colectivos em áreas florestais de Inglaterra durante o final do século XVII e primeira metade do século XVIII.

¹⁸Estes anos correspondem ao primeiro e ao último da série de róis de confessados em que foi possível cruzar a informação desta fonte com a proveniente dos livros de décima, respeitante nomeadamente às características socio-económicas das famílias e indivíduos. Sobre os problemas meto-

Tabela 1: Filhos presentes nos grupos domésticos (1763 e 1806)

Ocupação	Nº de fogos		Nº de UC		Nº de filhos		Sex ratio		Média por UC	
	1763	1806	1763	1806	1763	1806	1763	1806	1763	1806
Lavradores	33	35	30	33	53	84	165	155	1,77	2,55
Trabalhadores	101	44	94	37	119	44	105	110	1,27	1,19
Todos os fogos	660	869	508	669	648	812	95	92	1,26	1,21

Uma primeira constatação decorre da observação do número médio de filhos de ambos os sexos por cada unidade conjugal, para o conjunto dos fogos (última linha e última coluna da tabela 1). Os valores não são muito diferentes para os dois anos, reflexo de alguma estabilidade de comportamentos, pelo menos ao nível da globalidade dos agregados domésticos, como se irá ver um pouco mais adiante. Quando comparados com outras comunidades, estes valores revelam a existência de um reduzido número de filhos co-residentes, muito mais expressivo se se escolher o indicador mais utilizado noutros estudos: o número médio de filhos por fogo, que fica sistematicamente abaixo de uma unidade¹⁹. É certo que a não inclusão dos menores de confissão irá acrescentar cerca de 50% aos valores calculados²⁰. No entanto, mesmo se o número médio de filhos por fogo estiver entre 1,36 e 1,47 nos anos que têm estado a ser considerados, continua a situar-se entre os mais baixos que têm sido apresentados²¹. Quando é possível uma

dológicos, nomeadamente os que se referem ao cruzamento nominativo com os livros de décima a partir da década de 80 do século XVIII cf. Silva, 1993. Considerei que o número médio de filhos por unidade conjugal constituía uma medida mais eficaz do seu grau de concentração, quando comparada com um outro indicador possível: o número médio por grupo doméstico. Impede-se, assim, que os fogos sem estrutura conjugal possam interferir no cálculo da média.

¹⁹ Em qualquer dos dois anos o número médio de filhos não chegava a um por fogo (em 1763 era 0,97 e em 1806 era 0,91). Ao longo da série dos róis de confessados o valor mais alto é atingido em 1747 com 1,07 filhos por fogo.

²⁰ Os valores da tabela 1 não foram corrigidos, tendo em conta a intenção primordialmente comparativa entre grupos ocupacionais da mesma freguesia a que se destina a tabela e a existência de margens de erro elevadas na aplicação de estimativas da população menor de confissão para pequenos efectivos. No entanto, para o conjunto da população é possível oferecer estimativas relativamente seguras (cf. método em Silva, 1993, secção 4.1). É vulgar a ausência de qualquer correcção noutros estudos.

²¹ Os valores mais baixos de que tenho conhecimento cifram-se em 1,1 por fogo para a Inglaterra contemporânea (censo de 1970). Veja-se os dados apresentados por James Casey e Bernard Vincent [1987:176] em que a média é de 1,49 filhos por fogo, sendo aliás considerada como um valor muito baixo. Na Figueira da Foz oitocentista o número de filhos por fogo era de 1,81 [Cascão, 1985, cálculo sobre dados do quadro XXVIII], valor semelhante ao que podia ser encontrado por João Arriscado Nunes para uma freguesia próxima de Guimarães [Nunes, 1986:57]. Em contrapartida, Guilhermina Mota [1988:32] encontrou uma média superior de filhos por fogo (2,11). Os estudos publicados em Wall *et al.* [1983] apresentam médias geralmente superiores a dois filhos por fogo. Alguns exemplos: Dinamarca rural (1787-1811) 2; Flandres (1814) 2,7; Bruges (1814) 1,9; Inglaterra (1750-1821) 2,1.

aproximação ao número médio de filhos por unidade conjugal noutras sociedades locais, Oeiras permanece com o *ratio* menos elevado²².

Para esta menor dimensão dos filhos solteiros co-residentes várias explicações podem ser apresentadas. Deixem-se de parte as que resultariam de diferentes estruturas demográficas. Uma primeira razão podia ser atribuída às insuficiências do indicador que mede o número de filhos por fogo, por ser particularmente sensível à influência depreciativa dos agregados domésticos em que não existe qualquer estrutura conjugal²³. Nesta circunstância, a variação no número de filhos co-residentes seria ditada por causas exteriores à inserção familiar dos descendentes. Esta razão não é válida para o caso de Oeiras, em que a comparação possível com o indicador mais fiável — número de filhos por unidade conjugal — revelou um comportamento idêntico.

Uma segunda explicação possível seriam as condições que presidem à permanência de filhos solteiros na casa de seus pais ou, em alternativa, ao seu abandono. Sintetiza, em suma, a diferente capacidade centrípeta do grupo doméstico sobre os filhos solteiros. Ora, estas diferenças no número de filhos que permaneciam em casa dos pais sobrepunham-se a estruturas do grupo doméstico que se assemelhavam, quando identificadas pela tipologia de composição familiar estabelecida por Laslett e Hammell. Tome-se o exemplo do interessante trabalho desenvolvido por Guilhermina Mota sobre várias freguesias da diocese de Coimbra em 1801 [Mota, 1988]. A estrutura das relações de parentesco presentes no interior do grupo doméstico é muito semelhante à que podia ser observada em Oeiras pela mesma altura: peso esmagador da família nuclear e reduzida importância dos fogos complexos, como imagem do relevo assumido por formas neo-locais de formação do agregado doméstico. Na comparação que Guilhermina Mota [1988: 60] estabelece com os critérios de organização do grupo doméstico propostos por Laslett, a região de Coimbra estaria claramente incluída num modelo semelhante ao que vigoraria no Noroeste europeu. Porém, quando se olha com mais atenção para a composição do fogo, tomando como ponto de referência os filhos solteiros co-residentes, então as diferenças são profundas, prefigurando a existência de formas de organização do grupo doméstico que não são identificadas pela tipologia de Laslett-Hammell. Mais importante do que o problema metodológico da utili-

²² Este cálculo só pôde ser feito para Urgeses (Guimarães) e para as freguesias da zona de Coimbra estudadas por Guilhermina Mota. Considerei o número de fogos das categorias 3, 4 e 5 como uma aproximação ao número de unidades conjugais e refiz os cálculos para Oeiras, introduzindo uma correcção para os menores de confissão. Em Oeiras os valores oscilam entre 1,77 e 1,95 filhos por unidade conjugal, enquanto que nos outros casos ultrapassam os dois filhos por casal, com particular destaque para a região de Coimbra em que se atinge 2,47.

²³ Encontram-se nesta situação os grupos domésticos de solitários e todos os que não são baseados na conjugalidade, como os grupos domésticos de irmãos, tios-sobrinhos ou avós-netos, só para referir os exemplos mais comuns.

zação desta tipologia como elemento identificador da organização do grupo doméstico — referido no início deste texto — é o apelo que esta constatação faz a um estudo mais particularizado da composição do grupo doméstico, a formas inovadoras de abordar a história da família.

Podemos agora debruçarmo-nos sobre as diferenças no número de filhos que residem com os seus pais, consoante estes são trabalhadores ou lavradores. É nítida a capacidade de atracção dos grupos domésticos de lavradores sobre os filhos solteiros (tabela 1). Os filhos do sexo masculino são também em maior número nos fogos de lavradores do que nos de trabalhadores. Esta diversidade na composição do grupo doméstico entre os lavradores, destaca-se igualmente face à totalidade das famílias residentes na freguesia. Por último, comparando os dois momentos, continua a verificar-se entre os lavradores a maior dimensão e a mais pronunciada masculinização do grupo de filhos solteiros coresidentes.

Esta diversidade de comportamentos residenciais pode ser uma consequência de vários factores: uma demografia diferencial mais favorável em famílias mais abastadas (aqui representadas pelos lavradores), traduzida numa menor mortalidade pré-matrimonial e numa maior fecundidade feminina; uma mais precoce idade ao casamento entre os filhos dos trabalhadores, compartilhada pela maioria esmagadora dos grupos domésticos coresidentes; uma saída de casa dos pais no período prévio ao casamento que seria mais intensa entre os trabalhadores.

Infelizmente não é possível testar todos estes factores com o mesmo grau de segurança. O cálculo de taxas de fecundidade e de mortalidade infantil com os diminutos efectivos que decorrem da diferenciação entre fogos de trabalhadores e de lavradores retira eficácia a esta medida²⁴. Porém, a análise da evolução das famílias destes dois grupos ocupacionais não deixa margens para dúvidas: não se notam traços de uma demografia diferencial separando trabalhadores de lavradores. Os níveis de fecundidade calculados por cada mulher casada que pôde ser observada ao longo do seu período fértil apontam para valores médios de 3,8 e 3,9 filhos, respectivamente entre as mulheres de lavradores e de trabalhadores²⁵. A mortalidade infantil apresenta uma maior disparidade: em média, desapareciam cerca de 21% dos filhos dos trabalhadores antes de terem completado os 20 anos,

²⁴ O pequeno número das famílias de trabalhadores e lavradores fazem com que o cálculo das taxas de mortalidade e de fecundidade após a reconstituição de famílias enfrente várias dificuldades. Em primeiro lugar, o cálculo destas taxas está sujeito a forte influência de oscilações aleatórias. Em segundo lugar, a mobilidade das famílias de trabalhadores dificulta a observação dos nascimentos ao longo do período fértil da mulher ou dos óbitos durante a trajectória de vida duma criança ou dum jovem.

²⁵ Estes indicadores dos níveis de fecundidade diferencial incidiram sobre todas as mulheres de lavradores ou de trabalhadores cuja data de casamento era conhecida e em que pude seguir a evolução da família durante o período fértil da mulher. Os nascimentos foram contabilizados a partir dos registos de baptismo.

ao passo que entre os lavradores se poderia esperar um valor próximo dos 17%. Em suma, nada que explicasse as diferenças observáveis entre o número médio de filhos residentes por unidade conjugal.

A idade ao casamento poderia explicar parte destas diferenças. O casamento revelava-se francamente mais precoce entre os filhos dos trabalhadores de ambos os sexos: os filhos casavam-se com uma idade média de 22,4 anos e as filhas com 21,6 anos. Os mesmos indicadores entre os filhos dos lavradores apresentavam os valores de 28,5 e 24,6 anos, respectivamente. Assim, um casamento mais precoce entre os filhos trabalhadores traduzia-se num abandono mais rápido de casa dos pais. Em condições idênticas de fecundidade e de mortalidade pré-matrimonial recairia sobre o ritmo de saída do lar paterno a explicação para as diferenças entre o número médio dos filhos coresidentes. Resta saber se a saída de casa dos pais seria apenas coincidente com o casamento, concentrando no diferencial de idades ao casamento entre trabalhadores e lavradores a responsabilidade pela diferença no número médio de filhos por unidade conjugal. Mais adiante esta questão será retomada, quando se abordar a distribuição por idades dos filhos que saem de casa.

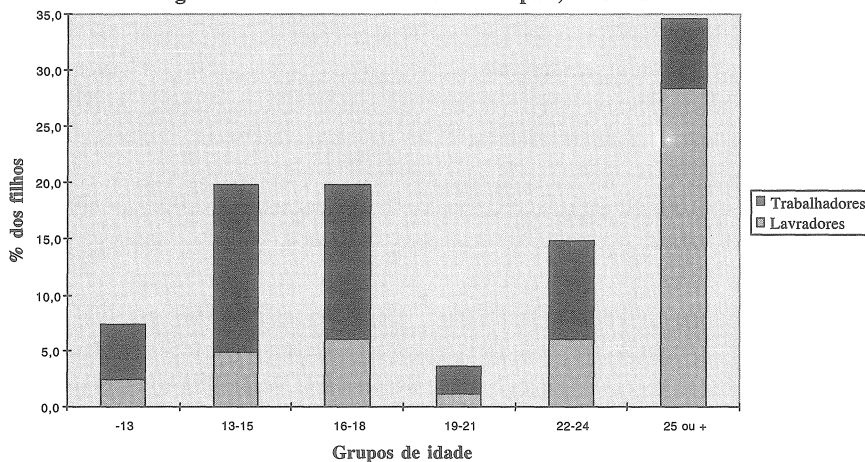
Uma terceira e última possibilidade de explicação residiria na existência de uma maior saída de filhos de trabalhadores no período anterior ao casamento. O trabalho doméstico ou a aprendizagem de um ofício seriam as motivações maioritárias destes movimentos. A tarefa principal será determinar o que diferenciava as dinâmicas dos grupos domésticos de trabalhadores e lavradores por forma a explicar este abandono mais precoce do lar paterno por parte dos filhos dos trabalhadores.

4. A IDADE DE SAÍDA DE CASA DOS PAIS

É possível ter uma imagem mais nítida da idade em que se processava a saída de casa dos pais (figuras 1 e 2). Simultaneamente, ganha-se uma percepção agregada do comportamento de saída do lar por parte dos filhos de lavradores e de trabalhadores e enquadra-se os exemplos que vão ser focados mais adiante. É uma forma de adicionar as informações agregadas, passíveis de quantificação, à observação da trajectória desta ou daquela família²⁶.

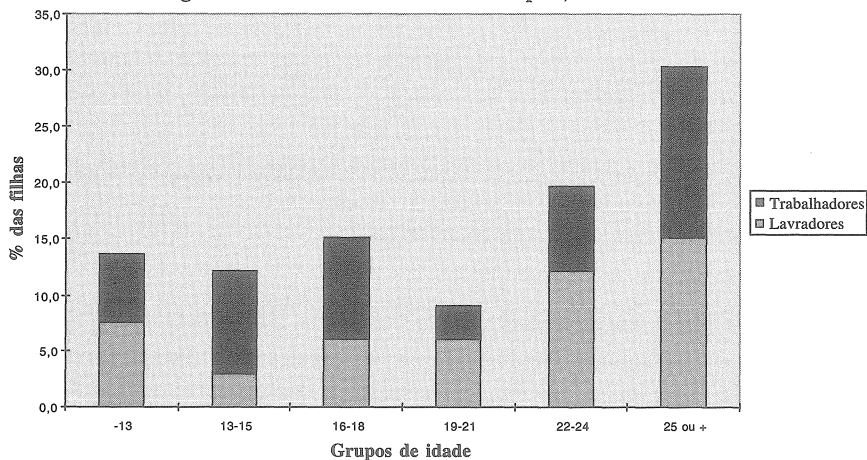
²⁶ Utilizou-se a idade em que ocorria a primeira saída de casa dos pais. Não se fez qualquer distinção entre os filhos que saíram devido ao casamento e os que deixaram o lar por outro motivo. Este procedimento foi imposto pela existência de lacunas na identificação dos casamentos que não se realizavam na freguesia. Esta falha é menos importante nas mulheres, mas muito relevante para os filhos do sexo masculino, principalmente dos trabalhadores. O trabalho de R. Wall [1978] representa uma referência fundamental. Veja-se igualmente o seu retorno mais recente a este tema em Wall [1987].

Figura 1: Idade de saída de casa dos pais, sexo masculino



A saída do lar não estava confinada ao casamento: esta a primeira conclusão que se pode retirar da análise de qualquer dos gráficos. A idade de 20 anos é um limiar mínimo de entrada no matrimónio para os jovens desta época, tendo em conta que nenhum filho de lavrador ou de trabalhador casou com menos de 20 anos, enquanto que apenas duas filhas o fizeram, uma com 17 e outra com 18 anos. Ora, os grupos de idade até aos 19 anos congregam 44% de todos os jovens, com particular realce para os do sexo masculino, em que quase metade saía antes de completar 19 anos. Fosse qual fosse a ocupação dos pais, o casamento não iniciava o processo de saída da casa paterna. O trabalho doméstico ou a aprendizagem dum ofício motivavam uma saída mais precoce.

Figura 2: Idade de saída de casa dos pais, sexo feminino



São menos os descendentes do sexo masculino dos lavradores que saem antes dos 19 anos: 28% contra 66% entre os trabalhadores. No sexo feminino esta diferença não é tão vincada: 33% das filhas de lavradores saíam de casa antes dos 19 anos, contra 48% no caso dos trabalhadores. Denunciam a existência de comportamentos distintos entre os dois grupos ocupacionais, ditando o momento e a intensidade das saídas de casa. Mais esbatidos quando os filhos eram do sexo feminino; plenamente evidentes quando se tratava dos jovens do sexo masculino.

No caso dos lavradores notam-se ritmos diferentes de saída de casa consoante o sexo dos filhos. As filhas têm uma distribuição mais equilibrada pelos diferentes grupos de idades, ao passo que as saídas dos filhos se concentram no grupo que inclui os jovens com 25 e mais anos. As relações de masculinidade superiores a 100 no grupo de filhos de lavradores que continuam a viver na casa paterna (cf. tabela 1) são reveladoras desta saída diferencial entre os sexos. Considerando as idades médias ao casamento para filhos e filhas de lavradores, pode-se mesmo concluir que existia uma maior propensão para os jovens do sexo feminino saírem de casa antes do casamento. A necessidade de retenção de mão-de-obra de jovens do sexo masculino explica esta diferença.

Não existe uma idade em que se concentre o abandono do lar paterno por parte dos filhos²⁷, exceptuando o marcado predomínio das saídas dos descendentes de lavradores depois dos 24 anos. No caso dos trabalhadores, o êxodo é gradual. No entanto, podem ser evidenciadas duas regras quanto à idade de saída dos filhos no período prévio ao casamento: por um lado, eram raras as saídas em idades inferiores a 13 anos; por outro lado, aos 18 anos parecia terminar uma fase de intensa saída por parte dos filhos dos trabalhadores.

Descortina-se alguma diferença de comportamentos na idade de saída de casa, consoante o sexo dos protagonistas. No sexo feminino, a saída de casa era mais precoce: 14% das filhas (independentemente da ocupação dos seus pais) já tinham abandonado o lar paterno antes dos 13 anos, contra 7% entre os filhos. Não foi possível obter para Oeiras a distribuição dos criados e criadas por idades, para comprovar se no destino prioritário destes jovens se encontraria uma idêntica diferença entre as idades dos dois sexos. Todavia, recorro às idades de criados e criadas, conhecidas para outras localidades portuguesas para encontrar uma justificação para esta mais precoce saída das filhas. As informações são concordantes: em Salvaterra de Magos ou em Coruche no final do século XVIII, na freguesia de Urgeses em 1878, constata-se que existe um maior peso relativo das criadas nas idades mais jovens, numa proporção face aos domésticos do sexo masculino

²⁷ Conclusão semelhante é apresentada por R. Wall para os jovens ingleses [1978, pp. 189-194].

que se cifra em cerca do dobro²⁸. A entrada no trabalho doméstico seria mais precoce no sexo feminino explicando as diferentes idades de saída de casa por parte das filhas e dos filhos.

5. TRAJECTÓRIAS FAMILIARES: A DIMENSÃO DO GRUPO DE CO-RESIDENTES

A existência de mais filhos residindo no fogo paterno pode ser considerada como uma característica das famílias de lavradores que as diferencia de outros grupos domésticos. Em contrapartida, a complexidade das relações familiares no interior do grupo doméstico não assumia uma grande função discriminante: a existência de outros parentes, exteriores ao núcleo conjugal e seus filhos solteiros, pouco diferenciava as famílias de lavradores, embora se notasse alguma propensão para que nestas surgissem com mais frequência²⁹. Concorrendo com a função discriminante do número de filhos solteiros coresidentes apenas surgia a dimensão dos trabalhadores domésticos coresidentes: criados ou escravos³⁰.

Se o número de filhos coresidentes desempenha uma função discriminante tão importante e, simultaneamente, influi na dimensão atingida pelo fogo, a observação da variação do número de indivíduos que coabitam pode revelar-se útil para deslindar as formas de organização do grupo doméstico típicas de lavradores e trabalhadores³¹. Na medida em que permite observar os momentos em que os filhos saíam do lar paterno contribui igualmente para esclarecer os motivos que suscitavam este abandono. Por último, tem o interesse adicional de testar a utilidade das duas componentes da análise de tipo processual, apresentadas no início deste artigo: a abordagem agregada e a abordagem biográfica.

Os modelos de ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico advogam, implícita ou explicitamente, a existência de fases distintas quanto à dimensão do grupo de familiares presentes³². A proposta de Meyer Fortes [1958] é aquela em

²⁸ Em Urgeses 23,6% das jovens com menos de 15 anos são criadas, contra 12,5% dos jovens [Nunes, 1986:63]. Em Salvaterra de Magos 14% das criadas têm menos de 15 anos, face a 7% dos criados [Silva, 1987:544]. Por último, em Coruche a percentagem cifrava-se, respectivamente, em 18% e 10% [*ibid.*].

²⁹ Veja-se o capítulo 5 de Silva, 1993, para um tratamento aprofundado.

³⁰ Eram praticamente inexistentes entre os trabalhadores, enquanto que nos fogos de lavradores quase que atingiam uma média de dois por fogo (cf. tabelas 44 e 45 de Silva, 1993).

³¹ A análise da dimensão do grupo doméstico que se segue apenas toma em consideração os co-residentes ligados por laços de parentesco. A inclusão dos trabalhadores domésticos seria um factor de dispersão face aos objectivos deste estudo.

³² Sobre a problemática do ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos veja-se M. Murphy [1987], Hareven [1978], Fortes [1958], Berkner [1972] e Mitterrauer e Sieder [1979 e 1983].

que a variável dimensão surge melhor articulada com as fases que caracterizam o processo de desenvolvimento dos grupos domésticos. Representado graficamente assumiria a forma cíclica. No momento inicial o grupo doméstico seria de reduzida dimensão. Em seguida, o aumento do número de co-residentes coincidiria com a fase da expansão, entre o casamento e o fim do período de procriação, até atingir o zénite. Durante uma fase denominada dispersão processar-se-ia uma descida gradual da dimensão do fogo, até que, com a substituição geracional, se daria origem a uma repetição de todo o processo.

As figuras 3 e 4 apresentam a dimensão dos fogos de trabalhadores e de lavradores por períodos consecutivos de cinco anos após a formação da unidade conjugal.

A evolução da dimensão média dos grupos domésticos de lavradores apresenta de forma mais vincada a existência de uma fase de crescimento do número de familiares por fogo, que se inverte a meio da vida conjugal de um casal. Nos trabalhadores observa-se também um período de zénite na evolução do grupo doméstico ao longo do tempo de duração de uma unidade conjugal, mas não é tão expressivo quanto o dos lavradores. Até aos vinte anos de casamento o número médio de indivíduos nos fogos de trabalhadores — embora sempre crescente — oscila em torno das três pessoas, para alcançar um nível próximo das quatro entre o 21.º e o 35.º anos de casamento. Este será o período em que se atinge o nível máximo de indivíduos por fogo, quando o casamento está no seu quinto quinquénio de vida, após um período de expansão que durou cerca de 20 anos.

Figura 3: Dimensão do fogo, trabalhadores

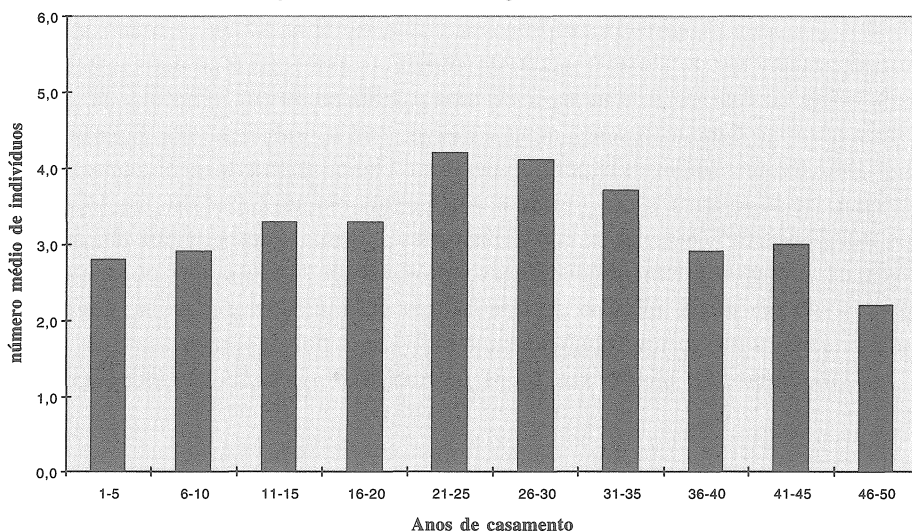
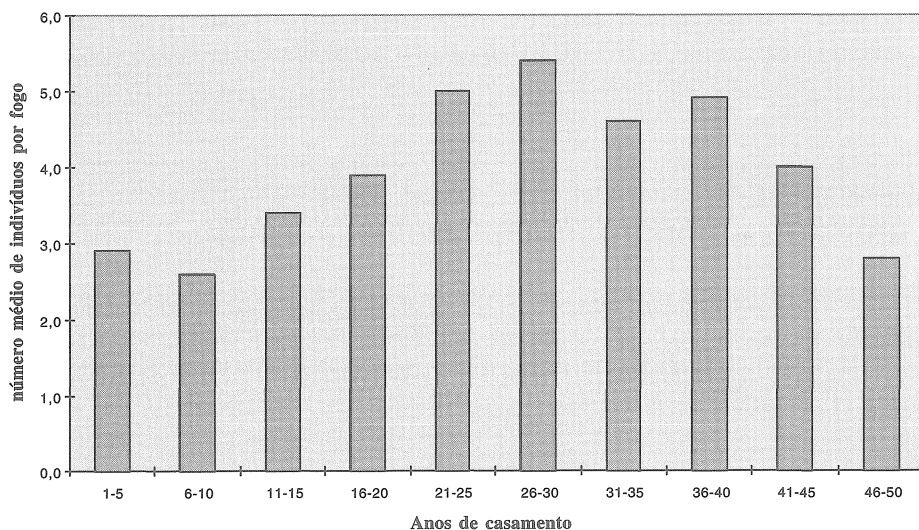


Figura 4: Dimensão do fogo, lavradores



Porém, este período de expansão nunca se processa com um ritmo suficientemente forte para ultrapassar uma variação média de uma unidade ao longo de todos estes anos. Observe-se a situação diferenciada da evolução do tamanho dos grupos domésticos dos lavradores, no que diz respeito aos seus membros que estão relacionados por laços de parentesco. O momento em que a dimensão do fogo atinge o seu ponto mais alto coincide praticamente com o que se observa nos trabalhadores — entre o 26.º e o 30.º anos de vida do núcleo conjugal. Mas o ritmo a que essa progressão se processa é distinto. Em primeiro lugar, é mais vincado o aumento do número médio de indivíduos por fogo logo após o segundo quinquênio do casamento, em lugar de uma estabilização em torno dos três indivíduos por fogo durante 20 anos, como é visível para os trabalhadores. Em segundo lugar, a extensão temporal do período de «fogo cheio» (número médio de residentes igual ou superior a quatro) cifra-se nos lavradores no dobro do que acontece nos trabalhadores³³. Mesmo se contabilizarmos apenas os quinquênios em que os fogos de lavradores têm uma dimensão próxima de 5 familiares coresidentes, aqueles são em maior número do que os três quinquênios em que os fogos de trabalhadores atingem um tamanho de 4 indivíduos por agregado familiar.

Uma análise de alguns dos fogos de trabalhadores e de lavradores poderá

³³ Entre os lavradores a dimensão média mantém-se a um nível elevado entre os 16 e os 45 anos de casamento, ao passo que nos trabalhadores o período se estende entre o 21.º e o 35.º anos de vida conjugal.

esclarecer estes diferentes ritmos de expansão e contracção³⁴. As tabelas 2 e 3 mostram a composição ao longo do tempo dos fogos de, respectivamente, um trabalhador e um lavrador, no que diz respeito aos indivíduos ligados por laços de parentesco³⁵.

Tabela 2: Evolução do fogo 399 (Trabalhador)

Anos	Chefe de Família	Mulher	Filha	Filha	Filha	Filha	Filha	Filho	Sogra
(...)									
1762	X	X							X
1763	X	X							
1764									
1765	X	X	1						X
1766	X	X	2	1					X
1767	X	X	3	2					X
1768	X	X	4	3					
1769	X	X	5	4	1				
1770	X	X	6	5	2				
1771	X	X	7	6	3				
1772	X	X	8*	7	4				
1773	X	X	9	8	5	1			
(...)									
1778	X	X	14		10*	6	1		
1779	X	X	15		11	7	2		
1780	X	X	16			8	3		
1781	X	X	17			9	4		
1782	X	X	18			10*	5	1	
1783	X	X	19	18*		11	6	2	
1784	Faleceu	X	20	19	16	12	7	3	
1785		CF	21			13	8	4	
1786		X	22				9	5	
1787		X	23				10	6	
1788		X	24					7	
1789		X						8*	
1790		X					13	9	
1791		X						10	

Notas: Os números correspondem às idades; X representa a presença de um indivíduo com idade desconhecida; * regista o momento em que a criança passa a surgir registada no rol de confessados.

³⁴ Escolhi apenas um exemplo relativo a cada grupo socioprofissional. Para uma análise mais detalhada cf. Silva, 1993, 6.2.

³⁵ Os artigos de Mitterauer e Sieder já citados são a base desta organização da informação. No eixo horizontal estão representados todos os parentes que alguma vez partilharam a residência, durante a

Tomemos o agregado familiar resultante do casamento de Manuel da Silva, trabalhador, e Maria Joaquina. Casam em 1760 e vivem em Laveiras ao longo dos anos em que a sua presença foi assinalada nos róis de confessados³⁶. Entre 1762 e 1767, de forma descontínua, está presente a sogra do chefe de família, acompanhando os recém-casados e o nascimento das suas duas primeiras filhas³⁷. A partir desta última data não surge nenhum outro parente estranho ao núcleo conjugal. Isto é, nos fogos sem criados, as variações na dimensão do fogo são fundamentalmente o resultado do processo de nascimento, criação e saída dos filhos e não da adição de quaisquer outros parentes. Outra coisa não seria de esperar após a constatação da reduzida importância dos parentes co-residentes exteriores à família nuclear e do seu peso residual como determinantes da dimensão dos fogos.

O nascimento dos filhos, a fase da sua criação e por fim a sua saída do lar, retomando o fogo a dimensão do casal, agora na fase terminal da sua vida, são justamente as fases usualmente associadas aos processos de expansão e contracção dos grupos domésticos no «ciclo de vida da família moderna». A inexistência ou a reduzida importância dos parentes co-residentes, para além do casal e seus filhos, não deve, porém, fazer esquecer as significativas diferenças face ao modelo de desenvolvimento da família contemporânea que podem ser observadas na evolução dos grupos domésticos dos trabalhadores. No grupo doméstico de Manuel da Silva e Maria Joaquina apenas em 1784, ano da morte do cônjuge masculino, encontramos todos os filhos vivos do casal vivendo no mesmo espaço. Desde idades mais ou menos tenras, os filhos vão saindo do grupo doméstico, regressam temporariamente, como aconteceu no ano em que se regista o falecimento do chefe de família, provavelmente após doença prolongada que exige o retorno das duas filhas que antes tinham abandonado o lar³⁸. Servir como moças

vida da unidade conjugal. No eixo vertical especificam-se os anos de observação do fogo durante a duração da unidade conjugal, assinalando-se para cada ano os familiares presentes. Esta indicação é feita de duas formas: quando se dispõe das idades, resultantes da reconstituição de famílias, inscreve-se a idade que o indivíduo tinha nesse ano, assinalando assim a sua presença no fogo; quando não existe esta informação, um "X" toma a vez da idade. Por outro lado, considerou-se que nos anos anteriores à idade de confissão (logo, ao início do registo dum indivíduo no rol de confessados) qualquer filho menor residia em casa dos pais. De qualquer modo, um asterisco assinala o ano e a idade a partir dos quais a criança surge pela primeira vez registada no rol de confessados.

³⁶ Os hiatos encontrados nestes quadros referem-se aos anos em que não existem róis de confessados. Ocasionalmente, um grupo doméstico pode não ser registado num determinado ano e surgir no ano consecutivo, sem que se descortine qualquer razão para esta lacuna.

³⁷ Assinale-se que a média dos familiares nos fogos de trabalhadores (figura 2), logo após o casamento, está bem próxima de três pessoas por agregado doméstico, em lugar do par resultante do laço conjugal, que se deveria manter até que o primeiro filho fosse visível nos róis de confessados. Tal deve-se a esta presença de parentes nos primeiros anos após o casamento.

³⁸ Existiriam motivos mais imperscrutáveis para o retorno temporário a casa paterna, como o testemunha o regresso da filha Maria das Neves em 1790, quando tinha 13 anos. Dificuldades temporárias de trabalho?

ou moços, aprender um ofício como aprendiz, seriam sem dúvida os motivos mais frequentes que podiam explicar esta saída do lar, num período prévio ao casamento. A presença sincopada no fogo é um traço característico de alguns destes jovens. Outros filhos há que permanecem em casa até ao casamento (como no caso da filha mais velha, Bárbara Teresa, que reside ininterruptamente com os pais até ao momento em que casa com Vicente João, em 1789), mas a saída antes do matrimónio fazia parte do comportamento dos jovens descendentes das famílias dos trabalhadores, mesmo quando não tinha um carácter definitivo.

É este abandono precoce do lar paterno por parte de alguns dos jovens que proporciona o declive pouco pronunciado da curva que traça o tamanho da família. O próprio zénite da dimensão do fogo, alcançado na 5^a. década, é significativamente baixo quando comparado com os fogos dos lavradores. Duas consequências podem ser retiradas. Em primeiro lugar, o casamento do primeiro filho não dá origem ao início do processo de «esvaziamento» do fogo no começo da fase da dispersão, retomando a terminologia de Meyer Fortes. A entrada dos filhos no mercado laboral, indo servir como moços ou aprendizes, constitui uma etapa prévia para muitos dos jovens, filhos de trabalhadores, iniciando o período de dispersão³⁹. Em segundo lugar, o aumento gradual da dimensão dos grupos domésticos de trabalhadores, não proporciona uma fase de expansão que correspondesse ao máximo possível, com os níveis de fecundidade por casal existentes, mesmo com as arremetidas da igualmente forte mortalidade infantil.

A figura 5 pretende esboçar o que seria a dimensão máxima possível do fogo do trabalhador atrás referido, comparando-a com a sua efectiva dimensão⁴⁰. As diferenças entre a dimensão esperada ou possível e a dimensão efectiva são consideráveis, fazendo-se sentir principalmente a partir do 15^o. ano de duração do casamento, precisamente a altura em que os filhos mais velhos alcançariam a idade que lhes permitiria ingressar como criados ou aprendizes numa outra família. Os modelos de economia doméstica testados por Richard Smith justapõem-se a esta propensão para a separação entre as duas linhas a partir dos 15 anos de casados⁴¹. O défice da economia familiar atingiria nesta data o seu nível mais

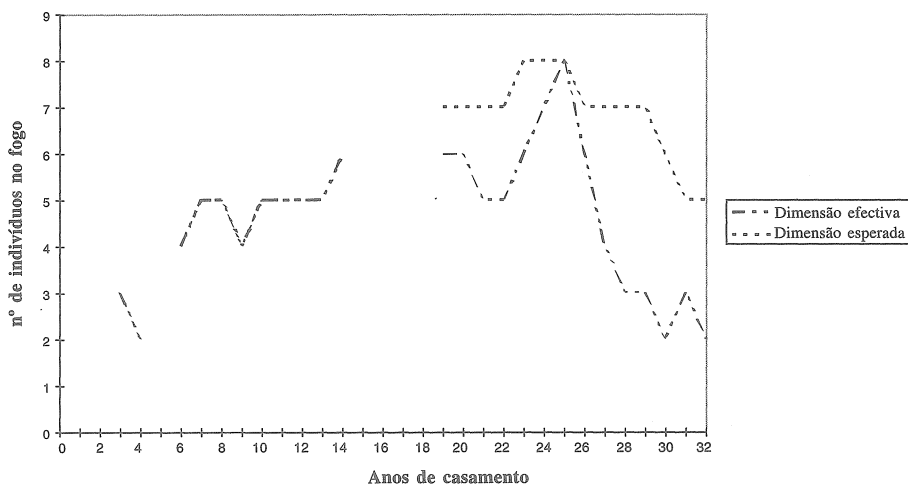
³⁹ Em boa verdade, devido ao carácter intermitente da saída dos filhos do lar, com vários períodos de retorno antes do casamento, a utilização do termo «dispersão» destaca precisamente as dificuldades de aplicar os conceitos desenvolvidos pela sociologia da família.

⁴⁰ Considerou-se como dimensão efectiva o número de coresidentes prováveis, isto é, mesmo os filhos menores de confissão, pressupondo que não estariam fora do lar paterno nos primeiros 10 anos de vida. Por outro lado, o cálculo da máxima dimensão possível, tomou como ponto de partida que nenhum filho abandonaria a casa dos pais a não ser para casar.

⁴¹ Veja-se a análise deste processo efectuada por R. Smith [1984:68-72 (nomeadamente o quadro 1.9 na p. 70) e 1986:197-199 (principalmente os gráficos 1 e 2, nas pp. 198 e 199)]. Utilizando o mesmo método, Chayanov tinha chegado também à conclusão que a primeira metade do ciclo de vida familiar seria aquela em que a família camponesa teria mais dificuldades [Chayanov, 1966:58-60]. Só

intenso e manter-se-ia sensivelmente no mesmo plano entre os 15 e 20 anos de casamento, como se pode observar através da figura 6⁴². Ora, uma forma de reduzir o impacto do défice entre rendimento e consumo, simultaneamente na sua extensão temporal na biografia familiar e nos valores negativos que poderia alcançar, seria através da «exportação» de filhos para fora do lar, e fazendo-o o mais precocemente possível. No interior do grupo doméstico não existiam os meios de empregar esses braços, assim que pudessem iniciar uma vida activa como trabalhadores. A saída dos filhos representava, portanto, um meio de adaptar a dimensão do grupo doméstico às suas possibilidades de angariar rendimentos. A curva pouco pronunciada da subida da dimensão dos fogos de trabalhadores é a tradução deste comportamento.

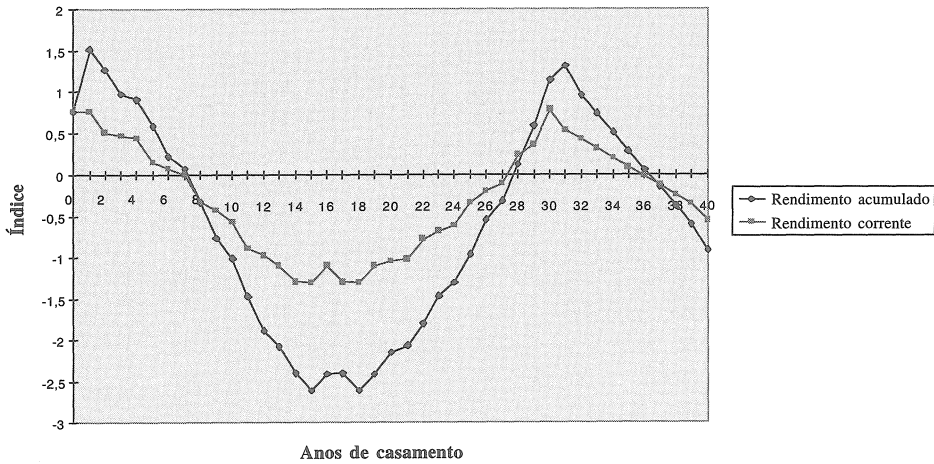
Figura 5: Evolução do fogo 399, trabalhador



que integrava esta constatação na concepção da existência de uma mobilidade social cíclica, baseada na evolução demográfica da família. Para uma argumentação idêntica veja-se também T. Shanin, 1983:147-161. Numa aplicação à história da família existe o trabalho pioneiro de L. K. Berkner, 1972, nomeadamente p. 414.

⁴²Neste gráfico pretende-se retratar a evolução do rendimento numa família dum trabalhador, com base em coeficientes de rendimento e consumo per capita e por idade. Estes coeficientes de rendimento e de consumo baseiam-se nos pressupostos do modelo apresentado por Richard Smith [1984 e 1986], modificando os parâmetros relativos à idade ao casamento (25 anos) e à idade de saída do lar por parte dos filhos (15 anos), por forma a adaptá-los à situação de Oeiras.

Figura 6: Evolução do rendimento familiar hipotético duma família de trabalhadores



Nos fogos de lavradores é maior a semelhança com a imagem tradicional dum rápido crescimento do número de familiares por fogo e duma saída dos filhos tendencialmente coincidente com o casamento. A tabela 3 retrata a evolução do grupo doméstico de um lavrador, Vicente Antunes, que em 1750 tinha casado com Teodora Leonarda. Ambos naturais da freguesia e relacionados por laços de parentesco com outros fogos de lavradores, residem em Terragem ao longo de toda a sua vida. Entre 1751 e 1767 o casal vai ter oito filhos, dos quais seis sobrevivem até à idade de confissão. Exceptuando José Antunes, o quarto filho, todos os outros permanecem em casa dos pais até ao momento do casamento ou até atingirem uma idade superior a 20 anos. Singularmente, esta excepção relaciona-se com um filho que mais tarde vai exercer o ofício de carpinteiro: a sua ausência de 1774-77 a 1779 seria o resultado da aprendizagem do ofício? É uma hipótese que parece plausível.

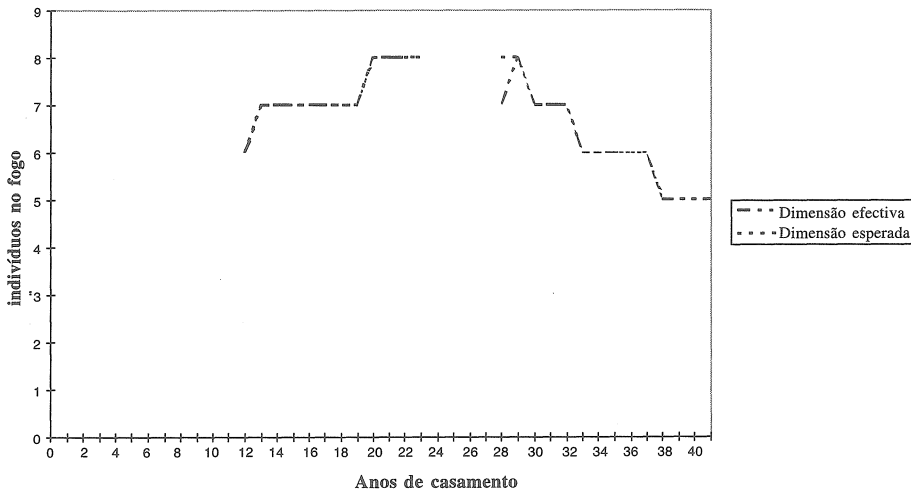
Tabela 3: Evolução do fogo 470 (Lavrador)

Anos	Chefe de Família	Mulher	Filha	Filha	Filha	Filha	Filha	Filho
(...)								
1762	X	X	11*	10*	4	2		X
1763	X	X	12	11	5	3	1	
1764	X	X	13	12	6	4	2	
1765	X	X	14	13	7	5	3	X
1766	X	X	15	14	8	6	4	X
1767	X	X	16	15	9	7	5	X
1768	X	X	17	16	10	8	6	
1769	X	X	18	17	11*	9*	7	
1770	X	X	19	18	12	10	8	1
1771	X	X	20	19	13	11	9*	2
1772	X	X	21	20	14	12	10	3
1773	X	X	22	21	15	13	11	4
(...)								
1778	X	X	27	26	20		16	9*
1779	X	X	28	27	21	19	17	10
1780	X	X	29	28		20	18	11
1781	X	X	30	29		21	19	12
1782	X	X	31	30		22	20	13
1783	X	X		31		23	21	14
1784	X	X		32		24	22	15
1785	X	X		33		25	23	16
1786	X	X		34		26	24	17
1787	X	X		35		27	25	18
1788	X	X		36			26	19
1789	X	X		37			27	20
1790	X	X		38			28	21
1791	X	X		39			29	22

Notas: Ver tabela 2.

A evolução da dimensão efectiva e da dimensão esperada ou possível deste fogo de um lavrador (figura 7) é o resultado de um ritmo de saída dos filhos que tendencialmente coincide com o seu casamento, ao contrário do que tinha sido registado nos fogos dos trabalhadores. A distinção no processo de desenvolvimento dos dois grupos domésticos reside, pois, não na diferente fecundidade individual dos casais, mas na diferente capacidade centrípeta da casa dos pais sobre o grupo dos descendentes.

Figura 7: Evolução do fogo 407, trabalhador



A coincidência entre a dimensão esperada (ou possível) e a dimensão efectiva é praticamente total. A comparação com a figura 5, salienta o impacto de distintas formas de economia doméstica na dimensão do fogo e na sua variação durante a biografia da família. Nas famílias de jornaleiros é imperioso a saída de filhos do lar, no momento inicial da sua juventude. Nos lavradores a permanência dos filhos na casa paterna adequa-se mais aos padrões de desenvolvimento do ciclo de vida usualmente apresentados: uma fase de expansão que culmina no ponto mais alto da dimensão do fogo com o nascimento do último filho e que inicia a sua curva descendente quando se processa o primeiro casamento, seguindo-se o «esvaziamento» da unidade de residência.

Num aspecto o processo de evolução dos grupos domésticos de lavradores e trabalhadores é semelhante: a inexistência do nascimento dos filhos concentrado num curto período de tempo, uma característica do «ciclo de vida moderno». Os fogos de trabalhadores e lavradores caracterizam-se por um longo período de sucessivas maternidades. Nem todas as famílias evidenciam este comportamento. Mas aí são os casos da morte prematura de um dos cônjuges ou da esterilidade que ditam a sua lei. Como regra tendencial, as maternidades acompanham todo o período fértil da mulher. Não estando o nascimento dos filhos confinado a um curto período na vida conjugal do casal, não existe igualmente uma separação completa entre uma fase de nascimento dos filhos e uma outra em que se processaria a sua criação e crescimento no interior da família, até que a dispersão se concretizasse. Em contrapartida, a imagem dos agregados familiares em que a morte não interrompia a carreira procriativa do casal — e de modo muito mais

flagrante no caso dos trabalhadores — é a de uma sucessiva «entrada» de crianças, a que se junta uma não menos importante «saída»: ditada pelos omnipresentes acasos da morte (do período natal à juventude), pelo trabalho ou pelo casamento. As relações familiares e os papéis sociais no interior do grupo doméstico não ficam imunes a esta influência. Sucessivas «entradas»⁴³ e «saídas» significam uma inerente modificação no lugar ocupado por cada filho no interior do fogo. Mitterauer e Sieder chamaram a atenção para a importância deste aspecto como gerador da inexistência de focos constantes de afecto⁴⁴. Conclusão importante a que se deve agregar uma outra: a da existência de uma multiplicidade de referenciais de afecto e de obrigação de auxílio. Em situações de necessidade estes laços podiam ser activados com muita facilidade, particularmente aqueles que ligavam irmãos entre si. A diferença de idades que podia existir entre irmãos, tornava possível a junção do papel de pai ao de irmão⁴⁵.

Podendo existir um tão grande intervalo entre o nascimento do primeiro e do último filho, tornava-se impossível a existência de um período de residência do casal sem filhos no final da sua vida. Com maior probabilidade morreria um dos cônjuges, antes do último filho ter sequer podido alcançar a juventude.

6. CONCLUSÃO

Creio que ao longo deste trabalho se demonstrou a importância duma análise minuciosa da situação residencial dos filhos solteiros. Relembrem-se as principais linhas de inquérito. Em primeiro lugar, a existência de padrões localmente diferenciados quanto à situação dos filhos nos lares paternos, revelando comunidades em que a força de atracção da família sobre os jovens se exerce com graus de intensidade distinta. Uma lacuna importante deste estudo residiu no isolamento do peso específico das variáveis demográficas, face às que têm as suas raízes nas formas de organização do trabalho, nas oportunidades de emprego ou na estrutura social. Uma segunda linha de inquérito dirigiu-se para a análise dos comportamentos diferenciados entre grupos ocupacionais, incidindo sobre dois que tinham níveis de riqueza distintos e que se fundavam sobre formas antagónicas de economia doméstica. Utilizando abordagens metodológicas diversas, da biografia dos

⁴³ A que se poderiam igualmente associar as reentradas, quando se trata de filhos que saíram para ir trabalhar como domésticos, que voltam para ficar um ou outro ano e tornam a sair.

⁴⁴ Mitterauer e Sieder, 1983, p. 335; cf. também 1979, p. 266. No «ciclo de vida moderno» as relações familiares processam-se com uma maior estabilidade.

⁴⁵ É este aspecto que explica a inusitada frequência do surgimento dos irmãos como relação de parentesco mais citada nos vários anos de róis de confessados. Sobre a importância social do parentesco entre irmãos veja-se Silva, 1993, cap. 4.

grupos domésticos à tradução estatística dos comportamentos individuais, procurou-se detectar as características residenciais dos filhos solteiros, seguir as suas trajectórias no interior das famílias, os seus ritmos de permanência ou saída do lar paterno e o momento em que o faziam. A partir destas imagens sobre a situação residencial dos filhos solteiros tentou-se aceder aos motivos que ditavam tais comportamentos.

Uma primeira conclusão permite destacar o papel do trabalho doméstico como destino provável de grande parte dos jovens que saíam de casa antes do casamento. Assim, a situação residencial dos jovens pode ser entendida como mais um dos atributos do sistema de organização do grupo doméstico baseado na neo-localidade da residência, na falta de continuidade geracional dos agregados familiares e no casamento tardio. Hajnal e Laslett sublinharam a relevância do trabalho doméstico dos jovens como uma das componentes da matriz da organização do grupo doméstico de uma vasta área da Europa ocidental⁴⁶. André Burguière quando fala da função dos criados para o padrão de condutas familiares do Noroeste da Europa apelida-os, enfaticamente, de «agentes secretos do grupo doméstico ocidental» [Burguière, 1986:43]. Casamento neolocal e trabalho doméstico são associados a atitudes familiares caracterizadas por uma maior independência entre as gerações. De facto, a possibilidade de saída da casa paterna, o trabalho e a residência em casa de outra família, fazia com que o grupo doméstico natal passasse a ter um papel menos relevante na viabilização económica da vida entre o início da juventude e o casamento. Do mesmo modo, também a existência de um período de trabalho doméstico durante a juventude, se incorpora num padrão de nupcialidade em que o casamento tardio é a norma e o celibato definitivo uma realidade que escapa à excepção. Embora não questionando a validade desta interpretação, a comparação entre os resultados obtidos para Oeiras e os que se podem inferir do trabalho de Guilhermina Mota para Coimbra aponta para a necessidade de um tratamento mais aprofundado deste tema, utilizando nomeadamente um leque mais amplo de variáveis, como as que dizem respeito às formas de organização do trabalho e da economia doméstica, na linha das propostas de Peter Laslett [1983:525-531]. Razão para voltar a assinalar o carácter catalizador de um feixe variado de problemas revelado pela pesquisa sobre a posição familiar ocupada pelos jovens.

A análise das diferenças de comportamento entre trabalhadores e lavradores, enquanto exemplos de duas formas de economia doméstica, permitiu outras conclusões que reputo interessantes. As diferentes formas de economia doméstica encontram-se reflectidas em distintas capacidades centrípetas da família sobre os

⁴⁶J. Hajnal, 1983; P. Laslett, 1977 e 1983. Cf. igualmente o recente trabalho de síntese sobre o trabalho doméstico à escala europeia efectuado por Michael Mitterauer [1990].

descendentes. Uma maior propensão para a saída dos filhos era uma característica dos grupos domésticos em que mais se faziam sentir as pressões do consumo sobre a capacidade de angariação de rendimentos por parte da família, e em que existia a impossibilidade de serem integrados num grupo de trabalho doméstico. Durante a primeira metade da «biografia» de um agregado doméstico, entre o 7.º e o 20.º. anos após o casamento, desenhava-se um período de maiores dificuldades para a economia doméstica, decorrente do desequilíbrio entre o rendimento gerado pelos membros da família angariadores de receitas e o consumo familiar, num momento em que o nascimento sucessivo dos filhos aumentava o número de consumidores⁴⁷. A saída de filhos para irem trabalhar por conta de outrem e viver numa outra casa, libertava a economia doméstica de pressões excessivamente fortes.

Tudo é diferente nas famílias dos lavradores. Nestes fazia-se sentir a sua condição de unidade de produção como incentivo à maior permanência dos filhos em casa dos pais no período prévio ao casamento. Não só a permanência de filhos no grupo doméstico é maior, como num período de diminuição do trabalho doméstico masculino, a partir do último quartel do século XVIII, se nota a capacidade do agregado familiar em reter um maior número de filhos como força de trabalho, traduzida no acréscimo do número médio de filhos por unidade conjugal entre 1763 e 1806, como se pode ver na tabela 1. Diminuindo as possibilidades de colocação dos filhos como trabalhadores domésticos, são os lavradores que com mais facilidade os integram nos seus fogos. Por seu turno, as famílias dos trabalhadores (ou a grande maioria dos fogos de artífices) continuavam a sentir as mesmas dificuldades em adequarem os rendimentos familiares ao período do ciclo de vida em que qualquer acréscimo numa unidade de consumo faz diminuir substancialmente o nível de vida da família.

Era muito menos nítida a existência de qualquer relação de dependência entre o funcionamento do grupo doméstico como grupo de trabalho e a presença de familiares exteriores ao núcleo conjugal e seus filhos. Esta solução estava longe de ser universal e de ter um impacto significativo na composição do grupo doméstico, como assinalai noutra ocasião. A acção centrípeta do grupo doméstico sobre a mão-de-obra familiar podia surgir como uma característica dos grupos residenciais que se constituíam como unidade de produção. Mas atingia sobretudo os filhos do casal, deixando de lado os outros parentes. O outro grupo de co-residentes com uma presença fortemente desequilibrada em favor dos lavradores era afinal o dos criados, que complementavam a mão de obra familiar recrutada

⁴⁷R. Smith [1984 e 1986], Chayanov [1966] ou Shanin [1983] para a análise do equilíbrio rendimento-consumo ao longo da vida conjugal de uma família. Veja-se a aplicação desta metodologia em Silva, 1993.

entre a família conjugal⁴⁸.

Uma outra conclusão prende-se com os dois modelos de economia doméstica apresentados no início deste artigo. O fulcro do modelo de «economia doméstica com base no salário» (*wage economy*), naquilo que se relacionava com a adequação entre a composição do grupo doméstico e a natureza da sua posição no processo de trabalho, era a defesa de que não existia qualquer limite ao número de membros activos da família que poderiam residir no mesmo fogo, que não existiam constrangimentos ao número de filhos que poderiam permanecer em casa. A necessidade dos filhos saírem de casa dos pais para entrada no mundo laboral no início da adolescência é uma importante limitação à co-residência de filhos em casa dos pais de famílias de assalariados e, concomitantemente, à proliferação de agregados domésticos numerosos⁴⁹.

Quanto aos fogos de lavradores, cujas características mais se adequavam ao modelo de «economia familiar», a coincidência entre grupo doméstico e grupo de trabalho permite que os filhos possam ser mais facilmente integrados na economia doméstica. Demonstram uma maleabilidade superior face à escolha quanto ao momento, à intensidade e ao sexo dos filhos que saem de casa. Porém, esta constatação da maior capacidade centrípeta dos fogos de lavradores não pode fazer esquecer os importantes desvios face a um modelo em que se valorizava o recrutamento familiar da mão-de-obra. Subjacente àquele modelo estava um equilíbrio entre necessidades e recursos internamente gerados, na linha das propostas de Chayanov quanto às características da «economia doméstica da família camponesa». Do lado das necessidades estavam as exigências de consumo familiar, enquanto que os recursos eram determinados pela composição e dimensão da mão-de-obra familiar [Chayanov, 1966; Shanin, 1971, 1973 e 1983]. O factor dinâmico residiria na micro-demografia da família, pela capacidade de angariar força de trabalho para o cultivo da exploração agrária⁵⁰. Contudo, nos lavradores que temos seguido a adequação entre bens agrícolas cultivados e mão-de-obra residente faz-se sobretudo através da contratação de criados e menos pela concentração de familiares⁵¹. Os recursos em força de trabalho de cada grupo doméstico de lavradores não se baseavam estritamente na mão-de-obra familiar, fosse ela

⁴⁸ Em 1763, dos 101 fogos de trabalhadores apenas um tem uma criada, enquanto os 33 fogos de lavradores têm em média cerca de dois criados ou escravos por fogo.

⁴⁹ Uma outra razão diz respeito ao espaço físico disponível para albergar os co-residentes.

⁵⁰ No modelo de Chayanov a dimensão da exploração agrícola não era susceptível de criar embaços aos recursos em mão-de-obra internamente gerados, devido à peculiar organização agrária russa em que baseou o seu modelo.

⁵¹ Procurei testar a relação entre a dimensão da exploração agrária e os diferentes sectores da força de trabalho residente nos grupos domésticos dos lavradores em Silva, 1993, cap. 5.2. A dimensão do grupo de filhos de lavradores apresentava alguma covariação com a dimensão da exploração. Porém, a conclusão fundamental — que aqui se retoma nos seus traços essenciais — é a de que deve ser

oriunda do grupo de filhos ou proveniente do leque mais amplo de familiares. O recrutamento de mão-de-obra não estava dependente de qualquer «fatalismo demográfico», relacionado com a fecundidade dos casais de lavradores. Face a um modelo em que o factor dinâmico residia na micro-demografia da família, destaca-se o papel desempenhado pelo dinamismo do trabalho doméstico dos jovens na adaptação entre necessidades e recursos. Pela saída de filhos das casas dos lavradores com uma menor dimensão da exploração, absorvendo os défices entre o consumo familiar e o rendimento das terras que cultivavam; através da contratação de trabalhadores domésticos exteriores à família, como meio de superar as lacunas em força de trabalho familiar⁵².

De qualquer modo, a percentagem dos filhos permanecendo em casa entre a idade de comunhão e os 20 anos é um bom indicador da capacidade económica da família. É um reflexo das oportunidades económicas existentes junto da família de procriação e de distintas formas de economia doméstica, como já tive oportunidade de sublinhar. Uma saída precoce de casa dos pais, bem como o carácter reversível desta decisão, não deixam de ter consequências importantes para o processo de desenvolvimento dos grupos domésticos, para além daquilo que se manifesta na sua dimensão ao longo dos anos. Realçam duplamente as repercussões sociais e económicas do casamento neolocal. Primeiro, porque a mobilidade originada pelo abandono do lar paterno num momento anterior ao casamento dá origem a espaços de interconhecimento muito mais amplos, a potenciais mercados matrimoniais mais vastos. Segundo, porque a família de procriação nos fogos de trabalhadores e em grande número dos artífices, nada tinha a ver com qualquer função de empregadora da mão-de-obra familiar, devido ao desprendimento que manifestava face aos meios de produção. O bem-estar do indivíduo deixava de estar vinculado à co-residência com os pais e à dependência da herança, condições importantes para que formas de família troncal tivessem pouco ou nenhum significado.

Um modo de organização do grupo doméstico que rompe com a descontinuidade geracional da residência, típica dos trabalhadores é, afinal, uma característica dos lavradores. Nestes, a organização do grupo doméstico manifesta uma tendência para a sua perpetuação no tempo. Torna-se difícil definir um princípio e um fim no processo de desenvolvimento dos grupos domésticos. Esta perpetuação dos grupos domésticos de lavradores é assegurada pela sucessão intergeracional da autoridade no grupo doméstico e do controlo dos recursos que fundamentam a sua exploração

minimizado o papel da mão-de-obra familiar como base fundamental da exploração agrária. A economia do trabalho inscrevia-se num leque variado de oportunidades e combinações possíveis, dificilmente antecipáveis ou previsíveis. O percurso analítico para esta conclusão não é aqui apresentado remetendo-se o leitor para esse trabalho.

⁵² Análise semelhante em A. Kussmaul [1981:27] e R. Smith [1984:22-23].

agrária. Fomenta a fixação e a continuidade na mesma residência⁵³.

A fixação de filhos no lar não ficava imune a esta característica dos grupos domésticos de lavradores. A transmissão da exploração agrária entre gerações é mais um elemento de fixação dos descendentes no grupo doméstico dos lavradores, tanto mais que, na maior parte dos casos, a sucessão na chefia do fogo se faz maioritariamente apenas após a morte de ambos os elementos do casal. Em contrapartida, os grupos domésticos de trabalhadores não são afectados por qualquer processo de sucessão. À falta de continuidade geracional na mesma residência, alicerçada no modelo de residência neolocal, associava-se uma outra descontinuidade que se desenrolava ao longo da biografia numa unidade conjugal. A saída de casa paterna por parte dos filhos de trabalhadores não ocorria nem concentrada num único período da trajectória do grupo doméstico dos progenitores, nem de forma irreversível, nem apenas no momento do casamento e muito menos do desenlace de qualquer processo de sucessão. Ritmada por saídas com a duração de alguns anos, que depois se transformavam em retornos a casa dos pais, onde viviam por mais um ou outro ano, a variação na dimensão do grupo de filhos parece corresponder a um ajustamento da composição da família a vários constrangimentos: o espaço de habitação disponível e a relação consumo-rendimento⁵⁴.

Em suma, os distintos ritmos de saída de casa paterna por parte dos filhos de lavradores ou de trabalhadores surgiram plenos de consequências. Revelaram formas diferenciadas de economia doméstica e processos radicalmente diferentes de protagonizar a trajectória dos grupos familiares ao longo do tempo. As relações intra-familiares também não ficam imunes. A maior independência entre gerações originada pela carácter sincopado do processo de desenvolvimento dos grupos domésticos de trabalhadores tem as suas raízes na saída precoce de casa paterna, levando a um afastamento residencial, em muitos casos para o exterior da freguesia ou mesmo do concelho em que residiam os pais. Falei já na importância desta mobilidade geográfica para um alargamento do próprio horizonte do mercado matrimonial. Porém, ela é também responsável pela criação de novos canais de socialização para os jovens [Mitterauer, 1990:29], antes da escolarização de massas e do recrutamento obrigatório no exército nacional. Sinal evidente de que a transição brusca entre infância e idade adulta, inaugurada em muitos casos por um rito de passagem que realçaria ainda mais a descontinuidade⁵⁵, não seria característico de sociedades locais como a que aqui foi analisada.

Janeiro de 1997.

⁵³ Os processos de sucessão nos grupos domésticos de lavradores foram analisados em Silva, 1993, cap. 6.2, e em Silva, 1995, bem como a explicitação das diferenças entre distintas formas de organização dos agregados familiares, típicas de trabalhadores ou de lavradores.

⁵⁴ Não se trata do equilíbrio produção-consumo das famílias camponesas, na teorização de Chayanov, mas do equilíbrio entre rendimentos do trabalho e consumo.

⁵⁵ Veja-se uma vez mais Mitterauer [1990], Ariès [1972] e Gillis [1974].

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARIÈS, Philippe (1960) *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, Ed. du Seuil.
- BERKNER, L. K. (1972) «The stem family and the developmental cycle of the peasant household: an eighteenth-century Austrian example», *American Historical Review*, 77, pp. 398-418.
- BRADLEY, B. P. e MENDELS, F. (1978) «Can the hypothesis of a nuclear family be tested statistically?», *Population Studies*, 32, 2, pp. 381-394.
- BURGUIÈRE, A. (1986) «Les cent et une familles de l'Europe», in A. Burguière *et al.*, *Histoire de la Famille*, vol. 2, Paris.
- CASCÃO, Rui (1985) «Demografia e sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX», *Revista de História Económica e Social*, 15, pp. 83-122.
- CASEY, J. e VINCENT, B. (1987) «Casa y familia en la Granada del Antiguo Régimen», in J. Casey *et al.* (orgs.) *La familia en la España mediterránea (siglos XV-XIX)*, Barcelona, Crítica.
- CHAYANOV, A. V. (1966) *The Theory of Peasant Organization*, Homewood, Illinois (org. de D. Thorner *et al.*).
- FORTES, Meyer (1958) «Introduction», in J. Goody (org.), *The developmental cycle of domestic groups*, Cambridge, Cambridge Univ. Press.
- GILLIS, J. R. (1974) *Youth and history*, New York.
- HAJNAL (1983) «Two kinds of pre-industrial household formation system», in R. Wall *et al.* (orgs.) *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HAREVEN, T. K. (org.) (1978) *Transitions: the family and the life course in historical perspective*, New York, Academic Press.
- KUSSMALL, Ann (1981) *Servants in husbandry in early modern England*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LASLETT, P. (1977) «Characteristics of the western family considered over time», in Peter Laslett, *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LASLETT, P. (1983) «Family and household as work and kin group: areas of traditional Europe compared», in R. Wall *et al.* (org.) *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MINTZ, Sidney (1973) «A note on the definition of peasantries», *Journal of peasant studies*, 1, pp. 91-106.
- MITTERAUER, M. (1990) «Servants and Youth», *Continuity and Change*, 5, pp. 11-38.
- MITTERAUER, M. e SIEDER, R. (1979) «The developmental process of domestic groups: problems of reconstruction and possibilities of interpretation», *Journal of Family History*, 3, pp. 257-284.
- MOTA, G. (1988) «Estruturas familiares no mundo rural: grupos domésticos no Bispado de Coimbra em 1801», *Revista Portuguesa de História*, 25, pp. 1-66.
- MURPHY, M. (1987) «Measuring the family life: concept, data and methods», in A. Bryman *et al.* (orgs.), *Rethinking the life-cycle*, London, Macmillan.
- NUNES, João Arriscado (1986) «On household composition in North-Western Portugal. Some critical remarks and a case study», *Sociologia Ruralis*, 26, pp. 48-69.
- SHANIN, T. (1971) *Peasants and peasant societies*, Harmondsworth, Penguin.
- SHANIN, T. (1973) «The nature and logic of the peasant economy», *Journal of peasant studies*, 1, pp. 63-90; 1973, 2, pp. 137-162.
- SHANIN, T. (1983) *La clase incómoda*, Madrid, Alianza (trad. castelhana de *The Awkward*

- Class*, Oxford, Oxford University Press, 1972).
- SIEDER, R. e MITTERAUER, M. (1983) «The reconstruction of the family life course: theoretical problems and empirical results», in R. Wall *et al.* (orgs.) *Family forms in historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1987) «Família e trabalho doméstico no 'hinterland' de Lisboa: Oeiras, 1763-1810», *Análise Social*, 97, pp. 531-562.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1989) «A 'família mediterrânica' – um trajecto bibliográfico», *Penélope*, 1989, 3, pp. 111-127.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1993) *Propriedade, Família e Trabalho no 'hinterland' de Lisboa: Oeiras, 1738-1811*, Lisboa, Ed. Cosmos.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1995) «A solução dum paradoxo entre duas abordagens da família: a composição do grupo doméstico e as trajectórias familiares», *Ler História*, 29, pp. 45-66.
- SMITH, R. M. (1984) «Some issues concerning families and their property in rural England 1250-1800», in R. Smith (org.) *Land, Kinship and Life-cycle*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SMITH, R. M. (1986) «Transfer Incomes, Risk and Security: The Roles of the Family and the Collectivity in Recent Theories of Fertility Change», in Coleman e Schofield (orgs.), *The state of population theory. Forward from Malthus*, Oxford, Basil Blackwell.
- THOMPSON, E. P. (1976) «The grid of inheritance: a comment», in J. Goody *et al.* (orgs.) *Family and inheritance*, Cambridge, Cambridge University Press.
- THOMPSON, E. P. (1985) *Whigs and hunters*, Harmondsworth, Penguin (1ª ed. 1975).
- THORNER, Daniel (1971) «Peasant economy as a category in economic history», in T. Shanin (org.), *Peasants and peasant societies*, Harmondsworth, Penguin.
- TILLY, L. A. e SCOTT, J. W. (1978) *Women, work and the family*, New York, Academic Press.
- WALL, Richard (1978) «The age at leaving home», *Journal of family history*, 3, pp. 181-202.
- WALL, Richard (1983) «Introduction», in R. Wall *et al.* (orgs.) *Family forms in historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WALL, Richard (1984) «Real property, marriage and children: the evidence from four pre-industrial communities», in R. Smith (org.) *Land, Kinship and Life-cycle*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WALL, Richard (1986) «Work, welfare and the family: an illustration of the adaptive family economy», in L. Bonfield *et al.* (orgs.) *The world we have gained. Histories of population and social structure*, Oxford, Basil Blackwell.
- WALL, Richard (1987) «Leaving home and the process of household formation in preindustrial England», *Continuity and Change*, 2, pp. 77-101.
- WOLF, Eric (1966) *Peasants*, Englewood Cliffs (NJ), Prentice-Hall.

A FAMÍLIA COMO IDEOLOGIA E PRÁTICA NA INDÚSTRIA TÊXTIL DO NOROESTE DE PORTUGAL NA ÉPOCA DE SALAZAR, 1930-70*

por

Alice Ingerson**

Abstract: In this article we analyze the lack of correspondence between the formal ideology of the “patriarchal family” — idealized and perpetrated systematically by the New State in Portugal from the 1930's through the 1970's — and the daily experiences and aspirations of actual working-class families within the textile industry in the Northwestern Portuguese region of the Vale do Ave. Special attention is granted to the roles of married women in the local workforce, in their domestic groups, and in the simultaneously political and familistic corporatist ideology expounded by Salazar. Both quantitative statistical sources as well as qualitative documents are examined: firstly, the national censuses of 1930, 1940, 1950, and 1960 along with three local surveys of factory workers and their families from 1935-36, and secondly, deferential personal letters written by working-class women petitioning Labour Ministry delegates or metaphorically addressing the government as a “father figure”. We conclude that whatever minimal correspondence ever existed between the State ideology extolling the wife/mother figure anchored in the home and the real conditions and practices of salaried labourers in the textile industry probably resulted solely from the strategic adaptation of these workers to specific conjunctures of unemployment and wider industrial contraction. Workers did *not* view their families as miniature, male-based, authoritarian cells nor did they blithely accept the image of family relations as a metaphor for relations between workers and employers or between workers and the State.

A ideologia explícita da família nuclear patriarcal de António de Oliveira Salazar ajudou a moldar as relações entre o Estado Novo corporativista¹ e a classe operária em Portugal desde os anos 30 até aos anos 70, o período em que Portugal foi governado primeiro pelo próprio Salazar e, mais tarde, pelo seu sucessor,

* Tradução da versão original (Abril de 1991) em língua inglesa de Brian Juan O'Neill, revista pela autora, Paulo Castro Seixas e Vítor Oliveira Jorge.

** Directora de Publicações — Lincoln Institute of Land Policy, Cambridge, Massachusetts.

¹ Tenho designado o Estado Novo como *corporativista*, que parece mais simples do que o evitar da classificação política do regime através do epíteto “salazarista” (que fornece uma definição correcta mas sem especificar o conteúdo político), desde que a espécie política do Estado Novo não seja a questão principal a ser focada.

Marcelo Caetano. Salazar interpretou o patriarcalismo (*patriarchy*) — no sentido duma família cujos membros aceitavam, e dependiam de, um marido/pai — como uma alternativa à consciência de classe e uma metáfora para as relações entre os trabalhadores e o Estado. O Estado Novo tratou as mulheres explicitamente como uma forma de mão-de-obra em reserva para a indústria e relegou-as preferencialmente para o lar.

Tanto Salazar como os analistas políticos após a revolução socialista de 1974 em Portugal supunham que havia uma correspondência nítida entre, por um lado, a família patriarcal idealizada pelo Estado Novo corporativista e, por outro, as experiências quotidianas das classes operárias rurais (quer agrícolas, quer industriais) do Norte do país. Howard Wiarda afirma, por exemplo, que as tradições políticas portuguesas sustentavam o uso da família patriarcal por Salazar como um “modelo e metáfora” apropriados para o Estado, visto como uma “autoridade forte mas paternalista”, com “um projecto maior que a soma das suas partes individuais” (Wiarda 1977:105). Sem aceitar esta tese geral, uma série de investigadores tem afirmado que os camponeses e as classes operárias nortenhas essencialmente aceitaram e mantinham a ideologia familiar de Salazar porque ela se adaptava às suas experiências e aspirações quotidianas. Fernando Medeiros sugere que a implantação da indústria têxtil do algodão no Noroeste no final de oitocentos “foi ditada pela proximidade de comunidades familistas (*familistic communities*) organizadas ainda numa base em geral pré-capitalista” (Medeiros 1978:105). M.V. Cabral retratou os trabalhadores rurais industriais do Norte como uma “classe semi-proletária, cujas referências culturais e ideológicas básicas não podem ser senão as da família camponesa pequena e patriarcal” (Cabral 1978:419-20).

Mas, em vez de provir de uma suposta predilecção preexistente para o patriarcalismo de entre os próprios trabalhadores, qualquer correspondência entre a estrutura ou o comportamento de famílias trabalhadoras e as imagens defendidas pelo regime corporativista podia ter resultado, antes, da intervenção activa do Estado no sentido de remodelar as famílias conforme a sua ideologia política ou, alternativamente, da adaptação estratégica de trabalhadores aos programas do Estado. Tanto as provas quantitativas como qualitativas analisadas a seguir suportam as duas últimas interpretações. As estruturas familiares e as estratégias económicas no Noroeste de Portugal foram apenas esporadicamente patriarcais e, mesmo nesses casos, foram-no não independentemente — mas antes como resultado — dos programas económicos e sociais do Estado Novo.

Na região nortenha do Vale do Ave focada neste texto, as famílias operárias da indústria têxtil foram-se aproximando mais da família nuclear patriarcal de Salazar ao longo do percurso do regime, desde o início da década de 30 até aos primeiros anos da década de 70. Certamente, a família típica da região tendia a ser nuclear, composta por um casal e seus respectivos filhos, incluindo apenas

ocasionalmente um avô ou avó viúvo/a ou reformado/a, ou o cônjuge de um dos filhos. Nestas famílias, a estrutura da autoridade era potencialmente patriarcal, na medida em que uma só pessoa preenchia o papel do “marido/pai” economicamente activo. Praticamente nenhum destes grupos domésticos contava com irmãos casados co-residentes, situação em que mais que um homem casado poderia teoricamente reclamar o papel de “pai”. Sob o Estado Novo, foram cruciais os contributos dos homens nos rendimentos da família, devido aos despedimentos mais frequentes das mulheres das fábricas. Além destes factores estruturais favorecendo a dependência da família dos seus membros masculinos, alguns dados provindos dos arquivos das delegações laborais do Ministério do Trabalho sugerem que os operários da região adoptaram imagens e metáforas da família patriarcal precisamente para lidar com o Estado corporativista — por exemplo, exigindo empregos ou protestando contra despedimentos.

Mas, mesmo no começo do período corporativista, as famílias dos operários da indústria têxtil no Vale do Ave não poderiam considerar-se autenticamente patriarcais; era muito raro encontrar-se uma família suportada por um só homem como ganha-pão. Estariam mais propensas a trabalharem nas fábricas as mulheres casadas e seus filhos do que os homens casados. A proporção destas na força de trabalho da indústria têxtil variava entre pouco menos e definitivamente mais de metade de todos os trabalhadores empregados naquela indústria desde os anos 30 até aos 70 (ver Quadro 1). Na medida em que estas famílias dependeram durante esses anos de seus elementos masculinos, tal processo foi um resultado directo de programas estatais que desencorajavam o emprego de mulheres na indústria. Assim, quaisquer tendências patriarcais na estrutura familiar ao longo desta época derivavam, pelo menos, tanto da coerção económica (porque, de facto, as mulheres não podiam manter os seus postos) como de qualquer consenso político (baseado no princípio de que as mulheres não deveriam trabalhar fora do lar).

Parece ainda mais significativo o papel da coerção económica à luz dos dados não estatísticos. Aqueles trabalhadores que solicitaram empregos invocando as suas responsabilidades familiares, ou que adoptaram o papel metafórico de “filhos” requerendo ao Estado como “pai”, fizeram-no mais amiudadamente nas alturas de desemprego elevado. Logo quando a Guerra Civil de Espanha, a II Guerra Mundial e a emigração para a Europa do Norte nos anos 60 e 70 originavam escassez relativa de trabalho, no entanto, os operários da região estavam muito mais propensos a fazerem greve ou a abandonarem os empregos sem nunca sequer solicitar compensação ao Estado. Parece por isso provável que os trabalhadores no Vale do Ave utilizavam a família patriarcal num sentido defensivo ou até cínico para obter patrocínio do Estado, sem necessariamente aceitarem as políticas de deferência e dependência que — mantinha Salazar — cresciam naturalmente no seio da família patriarcal.

A IDEOLOGIA CORPORATIVISTA EM PORTUGAL

O Estado Novo apresentou a família patriarcal ideal como a unidade básica de — e o modelo para — as relações de classe social. M. F. Mónica sintetiza a importância deste familismo na ideologia corporativista do Estado Novo: “A nova sociedade que Salazar procurava edificar pressupunha um regresso à antiga família patriarcal... uma instituição cujas relações se fundavam não no confronto mas na colaboração, e em cujo âmago estava uma hierarquia ‘natural’. Como centro de solidariedade e referência ideológica, a família serviria de perfeito substituto da classe” (Mónica 1978:268-9).

O familismo ocupava um lugar central nos próprios discursos de Salazar, como também na legislação, nos livros escolares e virtualmente todas as outras formas de discurso público ou estatal. Num discurso de 1933 sobre os “conceitos económicos da nova constituição”, Salazar propunha que o Estado Novo iria corrigir os erros fundamentais do liberalismo:

“Nós adulterámos a noção de trabalho e a pessoa do trabalhador... não nos lembramos sequer de que ele é elemento da família e que a vida não está só nele, mas na mulher, nos filhos, no lar.

Fomos mais longe: dissociámos este; chamámos a mulher e a criança como valores menores, mas baratos, da produção — unidades soltas, elementos igualmente independentes uns dos outros, sem ligações, sem afectos, sem vida em comum — e desfizemos praticamente a família. Dum só golpe desmembrámos o núcleo familiar, aumentámos a concorrência dos trabalhadores com o trabalho feminino, e não lhe demos em salário o correspondente à produtividade da boa dona de casa e à utilidade social da exemplar mãe de família.... A família é a mais pura fonte dos factores morais da produção.” (Salazar *Discursos I*:190-91, 201).

Salazar salientou que o corporativismo poderia restaurar a dignidade do trabalho e dos trabalhadores ao tratar ambos na sua natureza simultaneamente moral e económica. Com a esposa e a mãe no seu seio, a família era a fonte destas duas formas de valor, que não podiam ser agregadas se aquela figura trabalhava fora do lar. Salazar utilizava a família amiúde como modelo das relações entre o Estado Novo e todas as classes sociais na sociedade portuguesa. Num discurso de 1934, por exemplo, sugeriu que “Como uma grande família ou uma grande empresa, a Nação precisa, pela defesa dos seus interesses comuns e para a realização dos fins colectivos, duma cabeça coordenadora, dum centro de vida e de acção” (citado em Campinos 1975:47).

A legislação básica do Estado Novo reflectiu com bastante clareza as opiniões conservadoras de Salazar. Por exemplo, o Artigo 5 da Constituição de 1933 reconheceu a “igualdade perante a lei” de todos os cidadãos, sem referência a

qualquer “privilégio de nascença, nobreza, título, sexo ou posição social, salvo apenas a distinção devida às mulheres em virtude da sua natureza e no interesse da família”. O Artigo 12 estipulava que o Estado assegurasse a constituição e protecção da família como fonte de “preservação e desenvolvimento da raça”, como a base da educação, disciplina e harmonia social, e como o alicerce de toda a ordem política e administrativa.

A burocracia corporativista erigiu o familismo patriarcal como pilar-base dos seus programas laborais. O Estado Novo definiu as mulheres trabalhadoras como mão-de-obra secundária. Embora oficialmente não existisse diferenciação salarial por sexo em termos de categoria profissional, o Estado Novo explicitamente proibiu o trabalho nocturno feminino (daí o pagamento suplementar de 50% nesse horário), e na prática desencorajava a contratação de mulheres para postos mais permanentes e melhor remunerados, de natureza técnica ou de direcção e supervisão. Além disso, Salazar não defendeu o direito das mulheres a qualquer tipo de emprego fora do lar. Desta forma, ao queixar-se do seu salário ilegalmente baixo, uma mulher poderia mesmo ser rapidamente despedida, se o governo convencesse o seu patrão de que realmente deveria permanecer em casa em vez de trabalhar na fábrica. As mulheres eram frequentemente os primeiros — até os únicos — trabalhadores despedidos em períodos de baixa actividade.

Durante a década dos 30 a burocracia laboral corporativista no Vale do Ave tentou expressamente impedir o ingresso de um maior número de trabalhadores agrícolas nas fábricas e promover a redução do número de mulheres aí empregadas. Em Julho de 1934, por exemplo, o novo delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP) em Braga indeferiu o requerimento duma empresa de um horário nocturno para operários de teares manuais, com a seguinte justificação: (1) todos os homens disponíveis já estavam empregados na indústria têxtil; (2) como resultado, a população estava a abandonar a agricultura completamente; e (3) a empresa teria, por conseguinte, de contratar mulheres e menores, cujas deslocações nocturnas, noutros casos, já “têm originado um grande relaxamento moral” (MTB 34:1934)².

Numa linha de argumentação semelhante, o novo sindicato têxtil no Vale do Ave pronunciou-se contra o emprego de mulheres casadas. Os donos e gerentes

² Os arquivos das delegações do Ministério das Corporações e os sindicatos não foram — à data de elaboração deste artigo (1991) — oficialmente abertos para consulta. Obtive acesso a estas fontes sob a condição de preservar o anonimato de todos os indivíduos mencionados e, tanto quanto possível, das próprias empresas. Atribuí um número a cada uma das empresas têxteis cujos registos analisei nas delegações distritais do Ministério do Trabalho em Braga e Porto e nos gabinetes dos sindicatos locais; no texto, todas estas referências utilizam três iniciais para identificar o gabinete no qual se localizam os registos, um número para a empresa e o ano a que diz respeito o dossier (por exemplo, MTB 1:1945 para *Ministério de Trabalho Braga*/empresa número 1/ano). Ver o apêndice a Ingerson (1984b) para mais discussão metodológica destas fontes, e das histórias orais discutidas na conclusão deste artigo.

de fábricas muitas vezes tiraram proveito directamente deste programa governamental. Num caso, o sindicato informou: “tendo recebido protestos da parte deste pessoal, alegando o mesmo que enquanto passavam fome, na fábrica se encontravam a trabalhar homem e mulher da mesma casa, resolvemos tomar a iniciativa de propor à gerência da Fábrica acima citada, o ingresso de pessoal sem recursos, nos lugares das mulheres dos homens que também trabalham. A nossa sugestão foi aceite pela dita gerência” (MTB 1:1939).

Igualmente em 1939, outra fábrica utilizou um raciocínio semelhante ao justificar um despedimento de cerca de 600 operárias. O anúncio afixado na fábrica lia-se virtualmente como se fosse uma citação directa do discurso de Salazar, sugerindo que os salários que as mulheres auferiam nas fábricas não conseguiam compensar os custos morais de não ter uma mãe no lar. O governo deu o seu aval incondicionalmente ao referido despedimento.

“...embora com mágua e de acordo com os prazos estabelecidos pela lei, são hoje fixados em todas as secções as listas com os nomes das operárias cujos serviços somos obrigados a dispensar. São todas as mulheres casadas, cujos maridos trabalham cá, ou fora. Procede-se assim por se julgar a forma mais justa e menos prejudicial a todo o pessoal. Na verdade, o lugar da mulher casada com ou sem filhos é em casa. É lá que ela melhor pode ajudar o marido, e sobretudo olhar pelos filhos que tão desprezados são quando a mãe não está em casa. Estamos persuadidos que na maioria dos casos a diminuição de salário provocada pela saída da mulher casada da fábrica será em breve compensada por uma melhor arrumação caseira, por uma melhor educação dos filhos, que andarão mais limpos e bem tratados, e por tudo aquilo que uma mulher sabe e pode fazer quando quer o bem do seu marido e dos seus filhos. Para as vagas que for necessário preencher iremos buscar os filhos das famílias mais numerosas como acostumamos fazer” (MTB 63:1939).

Durante a II Guerra Mundial, o Estado Novo prolongou a sua oposição ao emprego de mulheres na indústria. Em 1941, o sindicato do sector têxtil advertiu em relação à prática de se permitir horários extraordinários nas fábricas “porque apenas existem desempregados, na área desta secção, mulheres casadas, que todos os industriais têm relutância em colocar, e homens provavelmente inaptos para o desempenho do lugar na sua categoria profissional” (MTB 31:1941). Essencialmente, o governo colocou as mulheres casadas na posição de homens incapazes — ambas estas categorias eram consideradas indesejáveis. Apesar deste programa, porém, a escassez de mão-de-obra em relação à procura de têxteis criada pela guerra conduziu, durante os anos 40, a um número crescente de operárias nas fábricas.

Na década de 50, o Estado Novo incentivou a concentração de capital no Vale do Ave sob o pretexto de que apenas uma indústria têxtil portuguesa modernizada poderia competir nos mercados mundiais, particularmente desde que as indústrias têxteis dos países combatentes se recuperaram da guerra. A lógica

corporativista exigiu a “defesa da família” como prioridade sobre o desenvolvimento económico. A forma menos onerosa de reduzir uma mão-de-obra inflacionada, e de mecanizar a indústria têxtil, seria reenviando as mulheres para o lar. Em 1952, por exemplo, o Ministro do Trabalho insistiu que a campanha para o crescimento industrial e a modernização então em curso não significava que o Estado iria tentar fechar definitivamente todas as empresas pequenas porque estas últimas eram economicamente ineficientes. Pelo contrário, “se tem sustentado a necessidade de fomentar decididamente o artesanato e as pequenas unidades, mesmo à custa da dimensão óptima da empresa e dos inerentes desperdícios de rendimento material... A própria defesa da família — primeira célula do agregado nacional — não pode deixar de determinar as soluções que fortaleçam a sua estrutura e estimulem a sua actividade produtiva” (Dias Rosas 1953:38). Em 1958, o Ministro do Trabalho respondeu assim às perguntas de jornalistas estrangeiros sobre o trabalho feminino:

“Com efeito, o problema nuclear do trabalho feminino não está, quanto a nós, em promover o seu desenvolvimento. Embora se reconheça que as novas condições técnicas exigem e tornam possível a expansão do emprego feminino, nem por isso pode esquecer-se que a vocação primária da mulher é a maternidade. Assim, o movimento... que em Portugal está na ordem do dia... deve, quanto a nós, definir-se pela forma seguinte: aceitando, como uma realidade, a existência do trabalho das mulheres fora do lar, procura-se garantir que ele não dificulte e muito menos impeça o cumprimento da alta missão maternal da mulher” (Macedo 1958:22-3).

Na prática, os novos programas do governo favoreceram empresas industriais de grande dimensão em vez de pequenas empresas familiares de natureza artesanal. Como nos anos 30, os donos das fábricas planearam os seus despedimentos tendo em vista a política do governo. Em 1952, o sindicato têxtil numa das áreas do Vale do Ave comunicou que “estamos informadas estar vedado naquela Fábrica a admissão de operárias. Os Gerentes deram ordens terminantes nesse sentido e por isso há dois anos que não se verifica naquela Fábrica a admissão de qualquer mulher” (MTB 14:1952). No mesmo ano, outra fábrica seguiu conscienciosamente os princípios do governo ao despedir em primeiro lugar as mulheres, mesmo que estas fossem consideradas trabalhadores de melhor qualidade do que os homens que aí permaneceram: “À parte as aprendizes, são operárias casadas com maridos colocados tendo sido escolhidos de entre aqueles para quem o sacrifício seria menos penoso... A empresa, como sempre, procurou resolver conscienciosamente, e tão conscienciosamente que não olhou à sua qualidade como operários. Os suspensos são quasi todos... dos melhores operários. A empresa mantém ao serviço operários menos capazes que não foram escolhidos

por serem chefes de família e únicos a ganhar no agregado familiar” (MTB 41:1952). Em 1953, a mesma firma que tinha despedido cerca de 600 operárias em 1939, fê-lo de novo, desta vez despedindo 525 trabalhadores, incluindo todas as mulheres casadas.

Nas décadas de 1960 e 1970, tal como sugerem as mudanças na organização dos Censos, o governo português começou a colocar menos ênfase pública sobre o lugar das mulheres no lar. Ao mesmo tempo, o destacamento para as guerras contra os movimentos de independência na África portuguesa, e a emigração massiva de portugueses para França e Alemanha, criaram novamente uma escassez de mão-de-obra e, conseqüentemente, incentivaram o emprego das mulheres. No entanto, as preferências e a política do regime mantiveram-se claras ao longo dos seus quase 50 anos: as mulheres constituíam trabalhadores de último recurso. Os homens ocuparam dentro da família a mesma posição de autoridade incontesteável (mesmo se essa autoridade aparecesse como teoricamente benevolente) que o Estado corporativista ocupava na sociedade portuguesa.

OS DADOS ESTRUTURAIS DO VALE DO AVE NOS ANOS 30

As estatísticas históricas referentes ao Vale do Ave corroboram a conclusão de que as mulheres, em vez dos camponeses ou os semi-proletários, constituíam a mais importante mão-de-obra em reserva. Em contraste com a família rigidamente patriarcal idealizada por Salazar, as famílias no Vale do Ave parecem ter sido altamente flexíveis. Muitas delas claramente enviaram os seus membros femininos para o exterior à procura de emprego, “desmembrando-se”, na linguagem de Salazar, tanto quanto fosse economicamente possível. Qualquer correspondência nítida entre a ideologia corporativista e a estrutura familiar nesta região parece ter sido uma resposta temporária à privação económica, enquanto as famílias reabsorviam aqueles membros desempregados devido a despedimentos ou ao encerramento de fábricas. Sob o corporativismo, estes membros eram mais frequentemente as mulheres, mais como resultado da política do Estado do que de qualquer desejo da classe operária de proteger a família “tradicional”. Ao longo da década, a participação das mulheres no mercado de trabalho foi suficiente para ser reconhecível mesmo dentro das categorias dos Censos corporativistas, que procuravam minimizar essa mesma participação.

O CENSO DE 1930

O Censo nacional de 1930 foi preparado após o golpe de estado que depôs a Primeira República em 1926, mas antecedeu a implantação do Estado Novo por Salazar em 1933. Embora fornecendo informação imprecisa em torno das estruturas das classes sociais e das famílias na região, permite-nos no entanto confirmar que as mulheres desempenharam um papel importante, embora apenas reconhecido indirectamente, na economia local. O Estado Novo supunha e permitia que as mulheres trabalhassem fora da esfera doméstica apenas em circunstâncias excepcionais. No Vale do Ave, porém, estas mesmas circunstâncias excepcionais constituíam a regra nos anos 30.

De certa forma, o Vale do Ave não se distanciava dramaticamente do idílio patriarcal de Salazar em 1930. As famílias apresentavam uma estrutura aparentemente nuclear, pelo menos no sentido de terem por média 4,4 membros em vez duma dimensão maior. A agricultura proporcionava o maior número de empregos na economia local, perfazendo uma média de 38% do total de empregos locais. A indústria têxtil constituía a única actividade económica mais significativa a seguir à agricultura, absorvendo uma média de 16% da população activa. A estruturação do emprego nestes dois sectores era muito diferente: os operários têxteis tinham mais probabilidades de serem classificados como “por conta de empresa”, ao passo que os trabalhadores agrícolas tendiam a ser classificados como “por conta própria” (ver Quadro 1). É interessante notar-se que estas categorias claramente tomaram como modelo o emprego industrial: a distinção entre o trabalho “por conta de empresa” e o trabalho “por conta própria” fazia sentido com referência às tarefas de manufactura, enquanto que em relação à agricultura não se verificou uma distinção tão nítida (um agricultor por conta própria podia ser proprietário dum terreno grande ou pequeno, ou ser até mesmo um caseiro).

O recenseamento de 1930 atribuiu às mulheres do Vale do Ave uma posição económica bem diferente da dos homens. O Censo reconheceu os contributos económicos das mulheres de duas formas principais: como trabalhadoras assalariadas na indústria têxtil e como “membros da família auxiliando os respectivos chefes” noutros sectores. No seu total, as mulheres excederam ligeiramente em número os homens, mas excederam-nos como “ajudantes familiares” flagrantemente no sector da agricultura e, embora menos dramaticamente, ainda na indústria têxtil. Estas trabalhadoras não auferiam necessariamente um salário formal, mas o recenseamento reconheceu o seu papel produtivo dentro de empresas familiares, em vez de as classificar como dependentes dos seus chefes-de-família (o Censo de 1940 inverteu esta decisão, simplesmente eliminando “ajudantes familiares” como parte da “população economicamente activa”). Esta categoria atingiu uma importância tal, com as mulheres a predominar, que estas chegaram a exceder em

número os homens no total da população economicamente activa em 1930, apesar da maioria masculina verificada em todas as outras categorias de pessoas economicamente activas (emprego estatal, no sector privado e por conta própria).

As proporções relativas dos dois sexos na categoria de emprego por conta própria são igualmente sugestivas. Praticamente nenhuma mulher foram classificadas neste grupo na agricultura, mas havia um número sensivelmente maior de mulheres independentes em relação aos homens independentes na indústria têxtil. O Vale do Ave parecia afastar-se dos ideais de Salazar em duas dimensões simultaneamente: as mulheres perfaziam não apenas uma parte significativa da população economicamente activa tanto no sector agrícola como no industrial mas, além disso, possuíam muito melhores potencialidades de se tornarem patroas de si próprias na indústria do que na agricultura. As estatísticas assim parecem confirmar a suspeita de Salazar de que a industrialização debilitava a autoridade patriarcal, no sentido em que a dependência das mulheres dos seus maridos e pais era menos eficaz do que na agricultura.

O número de pessoas de ambos os sexos que trabalhavam “por conta própria” na indústria têxtil contava, no entanto, com menos de 1% da população economicamente activa no Vale do Ave. As brechas mais significativas entre a estrutura social e a ideologia corporativista neste vale verificavam-se, antes, na predominância daqueles que auferiram salários sobre aqueles “por conta própria”, e na das mulheres sobre os homens na população economicamente activa no seu conjunto. Uma segunda fonte quantitativa com informações sobre as práticas económicas e as estruturas de parentesco das famílias da classe operária no Vale do Ave veio confirmar amplamente estas brechas: trata-se duma série de quadros de pessoal e de famílias dependentes de três fábricas têxteis.

OS INQUÉRITOS DAS FÁBRICAS DE TÊXTEIS

Os inquéritos^{N.T.} sobre os trabalhadores e as suas famílias em três fábricas — que continham os dados analisados nesta secção — encontraram-se nos arquivos da delegação distrital do Ministério Nacional do Trabalho em Braga. As semelhanças entre os três inquéritos suscitam a hipótese de que foram compilados em resposta a uma solicitação do governo, embora não encontrássemos nenhum inquérito parecido nos casos das restantes 29 fábricas cujos registos consultámos. De qualquer forma, as instruções do governo não parecem ter sido muito precisas, pois os três inquéritos são semelhantes sem serem idênticos. No entanto, é pos-

^{N.T.} (nota do tradutor) — os referidos quadros de pessoal integrados nos inquéritos analisados são denominados no original inglês ora como *rosters*, ora como *lists*.

sível agregar as informações contidas nos inquéritos atingindo conclusões respeitantes às estruturas familiares dos trabalhadores rurais na indústria têxtil nesta zona do Norte de Portugal em meados dos anos 30.

Ao longo do percurso do regime corporativista, o governo baseava os direitos dos trabalhadores ao emprego — tal como as ordens de encerramento de fábricas, pelas suas flagrantes violações das leis sobre impostos ou trabalho — nas “situações familiares” dos operários. Ou seja, os trabalhadores que constituíam o único suporte das suas famílias recebiam prioridade sobre outros que, ao contrário, apenas procuravam incrementar os rendimentos familiares do chefe; as fábricas que contavam com muitas famílias dependentes recebiam suportes maiores das que empregavam trabalhadores provindos de famílias com empregos diversos. Parece provável que as três listas tenham sido elaboradas em resposta a uma solicitação de informação-base deste tipo da parte do governo, talvez no intuito de preparar o esboço duma política geral de emprego para a região ou para a indústria têxtil em geral. Muitos industriais, por exemplo, afirmaram que não podiam dispor de fundos suficientes para pagar o novo salário mínimo diário instituído em meados da década de 30, e que teriam de encerrar as suas fábricas caso fossem obrigados a cumprir a lei. O governo podia ter pretendido obter informações sobre as “situações familiares” dos trabalhadores em tais fábricas com o fim de determinar se os encerramentos ameaçados tenderiam a causar privação económica e — sendo esta provavelmente uma maior preocupação para o novo regime — agitação política grave.

Para cada um dos 600 trabalhadores enumerados, os inquéritos normalmente incluíam pormenores sobre idades, ocupações e endereços. Além disso, cada fábrica fornecia alguns dados sobre a família do trabalhador: o número de dependentes dos trabalhadores e as suas relações de parentesco com o operário. Em contraste com as cifras do recenseamento oficial, particularmente sob o corporativismo pleno em 1940, estas descrições de famílias não indicaram um indivíduo como “chefe-de-família”: todos os trabalhadores da fábrica foram listados, juntamente com os dependentes dele ou dela e os outros trabalhadores da família. Para além disso, a informação sobre as estruturas de parentesco entre os co-residentes do grupo doméstico simplesmente não existia em nenhum dos resultados publicados que se baseavam no recenseamento. Desta maneira, os inquéritos prometeram fornecer uma confirmação independente — ou uma refutação — das imagens apresentadas no Censo³.

³ Os dados sobre a estrutura dos grupos domésticos contidos nestes inquéritos têm limitações que importa especificar com algum pormenor. Apenas um inquérito — de 380 trabalhadores numa só fábrica — fornece informação aparentemente completa sobre os dependentes e trabalhadores adicionais para cada operário enumerado. Os dois outros inquéritos não incluem nenhum dependente ou

Em primeiro lugar, os inquéritos simplesmente não confirmam a noção de que a indústria têxtil rural no Norte de Portugal empregava predominantemente camponeses-operários ou que providenciava uma receita suplementar em dinheiro líquido para as famílias que dependiam principalmente de outras fontes de rendimento. Do total de 1148 operários mencionados, todos menos 109 trabalhavam numa fábrica têxtil (ver Quadro 2), sendo a construção civil a ocupação não fabril que absorvia a maior parte destes 109 trolhas, carpinteiros e pedreiros. Poucos destes operários tinham postos nas fábricas, apesar do seu trabalho ser sazonal e implicar períodos anuais de desemprego. Os trabalhadores do sector têxtil eram mais propensos a garantir um rendimento contínuo nas suas famílias do que mesmo os artesãos mais qualificados no comércio dos ofícios de construção dos anos 30. Assim, também estas famílias teriam enfrentado uma privação dramática ao perder — mesmo que só temporariamente — um emprego fabril. Apenas 31 operários do total tinham ocupações que podiam ser identificadas como agrícolas conforme os rótulos (*criado de lavoura* ou *jornaleiro*). Mesmo alguns destes jornaleiros foram listados como tendo emprego numa fábrica têxtil, tendo sido provavelmente vinculados às explorações agrícolas do proprietário da fábrica, nomeadamente as suas vinhas⁴.

As listas retratam os operários no sector têxtil do Vale do Ave em meados dos anos 30 como um proletariado industrial, dependente no rendimento salarial do trabalho fabril. Além disso, as famílias dependiam duma só indústria e, em

auxiliar para a maior parte dos operários mencionados. Tenho geralmente excluído estas supostas “famílias de uma pessoa isolada” dos cálculos da dimensão familiar. As listas não fornecem os nomes completos dos trabalhadores adicionais em cada família, o que talvez tivesse permitido uma verdadeira reconstituição de famílias. Foi possível eliminar listagens repetidas de algumas 30 famílias, identificando como trabalhador principal alguém que já fora listado como trabalhador adicional noutra parte do inquérito. No entanto, a esmagadora maioria destas famílias possuíam apenas dois trabalhadores: esposa e marido (deixando no inquérito espaço para o nome completo do trabalhador adicional). Eliminar estas listagens repetidas iria inclinar a amostragem fortemente contra este desvio específico do modelo patriarcal de Salazar, deixando incluídas muitas famílias com mais de dois trabalhadores, listadas tantas vezes quantas houvesse trabalhadores das respectivas famílias naquela fábrica. As distribuições seguintes baseiam-se, por conseguinte, na série completa de 605 entradas, ou, onde fosse assinalado, nas 437 entradas que não aparecem como famílias de uma só pessoa. Ambos os conjuntos incluem as listagens múltiplas determináveis e indetermináveis.

⁴ No total de mais de 1100 operários nestas listas, nem sequer um deles fora registado como *agricultor* ou *caseiro*. É possível que alguns dos operários trabalhassem nos campos após os seus turnos na fábrica ou aos domingos, particularmente durante a vindima. Indubitavelmente, alguns arrendavam e cultivavam alguns terrenos. Nos meados da década de 30, era suposto as fábricas seguirem um horário de oito horas diárias seis dias por semana, com a maior parte dos turnos cobrindo as principais horas de dia, embora com violações frequentes dos horários máximos diários e semanais, e numerosas excepções para horas extraordinárias. Estes arranjos deixavam muito pouco tempo para os operários têxteis se dedicarem à agricultura. Em contraste, os três horários que prevaleceram nos anos 70 e 80 obrigaram os trabalhadores a estarem nas fábricas apenas das 06:00 às 14:00, das 14:00 às 22:00 ou das 22:00 às 06:00 horas cada dia.

muitos casos, mesmo até duma só fábrica, para virtualmente o total dos seus rendimentos. Mesmo admitindo que consideravam a ideologia política de Salazar minimamente verosímil, é difícil imaginar que tal se devesse à correspondência entre a ideologia e a realidade de suas vidas.

A média de 4,4 membros por família nestes inquéritos coincide com o tamanho médio de fogo referido para o Vale do Ave no recenseamento de 1930, e situa-se a meia distância entre as médias de 4,2 coligida do Censo de 1930 e de 4,6 calculada para 1940 a partir dos três inquéritos de fábrica (contando 20 freguesias aí citadas como locais de residência dos respectivos operários)⁵. Certamente, estas cifras sugerem que as famílias de classe operária no Vale do Ave não eram senão nucleares, na medida em que o termo se refere à dimensão absoluta de família. Mas poucas se conformavam ao ideal corporativista de um só chefe-de-família masculino suportando uma esposa e filhos dependentes, justamente porque em cada família dois membros estavam a trabalhar fora do lar (uma média de 2,2 operários por fogo).

Relativamente à sua composição, igualmente, muitos destes grupos domésticos afastavam-se das famílias nucleares dirigidas por um chefe masculino idealizadas nos livros escolares do Estado Novo⁶. De um total de 437 trabalhadores com dependentes, 212 contavam com um pai ou mãe dependente, um padrasto ou madrasta, ou um sogro ou sogra; 204 sustentavam um filho dependente; 90 tinham a seu cargo um irmão ou irmã; apenas 45 mantinham um cônjuge dependente. Em ordem decrescente de frequência, poucos dos operários sustentavam um sobrinho ou sobrinha dependente (23 casos) ou um avô ou avó (17), e menos dispostos a manter um tio ou tia (9) ou um cônjuge de um irmão ou irmã (2). Assim, os operários provavelmente sustentavam os seus filhos, mas estes

⁵ Tomando todos os dados nos inquéritos em conjunto, a dimensão média da família era de 3,5 membros, dos quais por média 1,6 estavam a trabalhar. No entanto, os dados subestimam a dimensão média dos fogos e o número de membros assalariados em cada fogo. Os 168 operários principais listados sem dependentes nem trabalhadores adicionais nas suas famílias provavelmente reflectiam a natureza incompleta do inquérito em vez do número real de indivíduos residindo em fogos de uma só pessoa. Ver a secção seguinte deste artigo para uma discussão da média mais elevada de 4,8 reportada para o conjunto do Vale do Ave no Censo de 1940.

⁶ As relações de parentesco mencionadas nos inquéritos reportam-se ao trabalhador referido (não ao “chefe-de-família” formal). Desta forma, o mesmo dependente ou trabalhador podia ter sido registado como “filho/filha” se o trabalhador listado primeiro fosse o seu pai, ou, alternativamente, como “irmão/irmã” se o trabalhador listado primeiro fosse o seu irmão ou irmã. Nas listas, como nos usos do quotidiano, os termos de parentesco eram relativos: em vez de indicar estatutos fixos — determinados para todos os membros da família por referência a um único chefe-de-família —, definiam os elos entre o operário (ou operária) principal e cada dependente listado à sua frente em cada caso. Embora tal facto tornasse praticamente impossível a “reconstrução” de famílias inteiras a partir da lista, também elimina uma inclinação (*bias*) patriarcal, inclinação essa presente na maior parte dos estudos de reconstrução de famílias dependentes em listagens referentes — quase inevitavelmente — a chefes-de-família masculinos.

eram tão, senão até mais, propensos a ajudar a suportar os seus próprios pais ou sogros.

Poucos sustentavam as suas famílias sozinhos. A pessoa mais apta a contribuir com rendimentos adicionais era o cônjuge do trabalhador listado (173 casos), seguido pelos irmãos deste (170), os pais, padrastos/madrastas ou sogros deste (105) e os filhos dele (75). Em apenas cinco casos se verificou ajuda às famílias destes operários da parte de tias, tios ou cunhados.

Calcular a distribuição dos dependentes por sexo torna-se complicado devido à listagem de grupos de filhos ou irmãos sob o termo genérico (masculino) de parentesco (ver Quadro 3). Dos 946 dependentes enumerados, 309 eram identificáveis como mulheres, 86 como homens, sendo 551 referidos nestes conjuntos de indivíduos de sexo indeterminado (ou, em certos casos, de identificação masculina ou feminina impossibilitada pela letra do compilador). Os filhos constituíam o maior grupo de dependentes, seguido pelos irmãos, os pais e os cônjuges (embora, como se referia na nota 5, houvesse alguma sobreposição entre estes grupos). De entre os dependentes que se podiam identificar por sexo, o maior grupo era o das mães, madrastas e sogras, seguido pelo das irmãs e cunhadas, esposas, pais, filhos, filhas, sobrinhos, avôs, tias, irmãos ou cunhados, avós, maridos e sobrinhos.

Apesar destas provas de que as mulheres constituíam um sector menos privilegiado da mão-de-obra, os dados extraídos dos inquéritos sugerem que as mulheres não eram, afinal, menos propensas do que os homens a trabalhar por um salário. As esposas eram mais dispostas a serem dependentes do que os maridos: por exemplo, havia 41 esposas dependentes mas somente quatro maridos numa população conjunta (trabalhadores e dependentes) de 893 pessoas identificáveis como mulheres e 645 como homens. Porém, era mais provável que as esposas trabalhassem do que permanecessem inactivas (236 estavam empregadas, em comparação com as 41 que eram dependentes). Igualmente, as mães dependentes excederam em número os pais dependentes na proporção de 5 a 1, mas o número de pais a ajudar os seus filhos a sustentar uma família excedeu em número as mães nesse papel apenas na razão de 2 a 1. Ao todo, 583 mulheres (incluindo trabalhadoras listadas e adicionais) estavam a trabalhar, enquanto que os homens empregados perfaziam 560. As mulheres eram aparentemente a grande maioria de dependentes nestas famílias, mas também constituíam uma maioria dos trabalhadores.

As mulheres constituíam 55% do milhar de operários têxteis listados, mas apenas 6% dos 109 operários não inseridos no sector têxtil (ver Quadro 2). Mesmo aquelas famílias mencionadas como tendo pelo menos um membro a trabalhar na agricultura, tendiam a colocar os seus membros femininos nas fábricas em vez de nos campos (somente dois dos 29 jornaleiros listados eram mulheres). Nas

fábricas, as mulheres estavam virtualmente excluídas dos postos melhor remunerados. Dos 44 mestres, encarregados, electricistas, afinadores e debixadores, nenhum era mulher. As mulheres perfaziam 67% das oito centenas de trabalhadores não-dirigentes nas fiações e tecelagens. As diferenças entre a primeira e segunda série de postos não se reduzem exclusivamente às de salário ou estatuto social, mas ligavam-se também à segurança económica: os electricistas, afinadores, etc. Eram pagos normalmente semanal ou mensalmente, e continuavam a trabalhar mesmo durante períodos de inatividade. Fiandeiras e tecelões, no entanto, eram pagos à peça (apesar do Estado Novo exigir que estes últimos se arredondassem pelo menos ao salário mínimo diário oficialmente estipulado), e eram frequentemente despedidos nos períodos de menor procura.

Mas os dados sugerem que a participação das mulheres no mercado de trabalho pago não era mais esporádica do que a dos homens (ver Quadro 4). As distribuições das idades dos dois sexos nesta forma de trabalho eram quase paralelas, mesmo nos anos principais dos nascimentos de filhos no caso das mulheres: 64% das operárias e 56% dos operários tinham idades entre 20 e 39 anos⁷. Eram por média mais jovens que a população do Vale do Ave no seu todo, mas esta diferença não era drástica: não sugeria que os pais tendiam a mandar os filhos solteiros trabalhar nas fábricas enquanto eles próprios continuavam como agricultores ou noutras ocupações. Nem se tratava de diferenças significativas por sexo: por exemplo, os dados não indicam que as mulheres nas fábricas eram jovens filhas residindo no lar paterno, enquanto que os operários eram chefes-de-família. Em geral, as distribuições dos trabalhadores das fábricas por idade e sexo eram representativas das da população geral em idade de trabalhar.

A distribuição de estado civil entre os operários confirmou a impressão de que não se tratava de um sub-conjunto peculiar da população geral. As mulheres casadas eram algo menos propensas a trabalhar nas três fábricas representadas nestes inquéritos do que os homens casados, mas a diferença não era suficientemente grande para sugerir que o casamento e o trabalho assalariado fossem frequentemente antitéticos para as mulheres. Dos operários, 54% estavam casados; das operárias, 47%. Estas percentagens eram praticamente idênticas às proporções de cada sexo que estavam casados dentro da população global em

⁷ Nas listas das fábricas, 40% das mulheres e 37% dos homens tinham idades entre 20 e 29 anos, 24% das mulheres e 19% dos homens entre 30 e 39, e 9% dos homens e 8% das mulheres entre 40 e 49. Conforme o Censo de 1930, da população total com idades superiores a 14, 26% das mulheres e 27% dos homens tinham idades entre 20 e 29 anos, 18% das mulheres e 17% dos homens entre 30 e 39, e 16% das mulheres e 16% dos homens entre 40 e 49. O Censo de 1940 não comporta informação tão pormenorizada sobre as idades, mas sugere basicamente a mesma estrutura de pirâmide etária: da população com idades superiores a 10 anos, 34% das mulheres e 37% dos homens tinham idades inferiores a 24, e 29% das mulheres e 28% dos homens tinham idades entre 25 e 40 anos.

idade de trabalhar⁸. Por conseguinte, a rapidez com que as operárias casavam parecia acompanhar nitidamente o ritmo com que a totalidade das mulheres casava; trabalhar nas fábricas nem encorajava as mulheres a casarem, nem as penalizava por o fazerem.

Finalmente, as operárias no sector têxtil trabalhavam tão continuamente como os seus pares masculinos, frequentemente prolongando as suas carreiras para além das destes. Quase 9% das mulheres nas três fábricas não tinham trabalhado sistematicamente (ora por opção, ora devido a despedimentos), em comparação com cerca de 3% dos homens; mas um total de 339 mulheres tinham trabalhado continuamente, face a 194 homens. O número de homens e mulheres que tinha estado a trabalhar nas fábricas por menos de um ano era praticamente equivalente, mas o ratio de mulheres e de homens cresceu consistentemente consoante a subida do número de anos a trabalhar. Das mulheres, 28% tinham estado a trabalhar por mais de dez anos na indústria têxtil, por exemplo, comparado com 23% dos homens.

Em suma, a estrutura da classe trabalhadora e das famílias da classe operária representadas nos referidos inquéritos contrasta de forma drástica com o ideal fomentado por Salazar e pela burocracia corporativista, onde as mulheres deviam trabalhar fora de casa apenas em circunstâncias extraordinárias; essa estrutura parece no entanto ser representativa da população activa do Vale do Ave em geral. Como os dados dos recenseamentos, os dos inquéritos não nos fornecem pistas sobre as preferências das próprias mulheres, no sentido destas — ou até os seus maridos e pais — terem pretendido que as suas experiências se conformassem ao ideal corporativista. A alta proporção das mulheres casadas e a longevidade das operárias na indústria têxtil reflectiam indubitavelmente o leque mais estreito de empregos aberto às mulheres do que aos homens: se a distribuição por anos a trabalhar reflectir ciclos de vida, os homens tendiam a sair das fábricas para outros tipos de emprego, ao passo que as mulheres tendiam a permanecer operárias têxteis ao longo das suas vidas. Porém, parece evidente que as imagens promovidas pelo Estado — da figura do chefe-de-família masculino e da esposa/mãe doméstica — não correspondiam à experiência quotidiana dos operários têxteis, ou provavelmente da maior parte dos outros operários no Vale do Ave, na década de 30.

⁸ No Vale do Ave, o Censo de 1930 reporta que 47% das mulheres e 55% dos homens com idades superiores a 14 anos estavam casados. No Censo de 1940, os grupos de idade não estavam discriminados de forma tão detalhada, embora referisse que 45% das mulheres e 50% dos homens com idades superiores a 10 estavam casados. Os programas estatais que desencorajavam o emprego de mulheres casadas, sem dúvida, reduziam a proporção relativa de mulheres casadas nas fábricas em décadas subsequentes.

OS DADOS ESTRUTURAIS PARA OS ANOS 40

Este recenseamento foi o primeiro elaborado sob o estado corporativista pleno. Conforme os dados nele contidos, o Vale do Ave correspondia mais à imagem do Salazar dum Portugal agrícola e patriarcal em 1940 do que em 1930. Aparentemente, em 1940 havia uma proporção maior de pessoas empregadas na agricultura do que em 1930, e as mulheres eram mais propensas a depender dos homens para a sua sobrevivência económica.

Mas o elo entre a ideologia corporativista e a estrutura social da região não precedeu — antes se seguiu — a despedimentos massivos de operárias, instigados especificamente pela política do governo e, geralmente, pela depressão mundial nos mercados têxteis. As diferenças entre o Vale do Ave em 1930 e 1940 parecem assim ter sido, mais provavelmente, efeitos directos desta política e não dos “de-sejos do povo” nesta zona. Além disso, grande parte desta aparente mudança deveu-se ao uso de novas categorias de recenseamento da população. O novo sistema não fez qualquer esforço no sentido de dissimular a sua suposição corporativista da incompatibilidade entre o trabalho feminino assalariado, e o papel do chefe-de-família masculino, constituindo a fonte de sustento económico e de identidade social para a família inteira. Os princípios corporativistas que permeavam estas estatísticas de 1940 tornam-se muito visíveis face aos contrastes entre, por um lado, os dados de 1940 e, por outro, os que surgem do Censo de 1930 e os inquéritos de fábricas de meados dos anos 30.

O recenseamento de 1940 não fornece uma divisão da população activa por “situação profissional” fora da agricultura. Incluía, sim, um novo conjunto de categorias focando os “meios de subsistência” da população (ver Quadro 7). Os dez meios possíveis foram listados na seguinte ordem: (1) o chefe-de-família, significando que o indivíduo era dependente dentro do grupo doméstico; (2) outros, implicando que a pessoa dependia de alguém não classificado como o chefe da sua própria família; (3) a caridade, subdividida em caridade institucional e a mendicidade pública; (4) pensões de reforma; (5) meios independentes, indicando que a pessoa vivia de rendimentos providos de propriedades ou investimentos; e, finalmente, (6) trabalho. Esta última categoria aglomerava todos os assalariados, trabalhadores independentes e patrões. Em consequência, o recenseamento agrupou todas as “pessoas trabalhadoras” num único conjunto, independentemente da sua classe social. Em função desta definição, cerca de um terço da população total do Vale do Ave estava “a trabalhar”.

Em contraste com a escassez de pormenores sobre a estrutura da população economicamente activa fora da agricultura, e com nítida aderência ao familismo corporativista, o recenseamento de 1940 oferece uma grande quantidade de informação sobre a estrutura da dependência económica no interior das famílias. Uma

boa parte das tabelas do Censo de 1940 não listava os dependentes pelo seu próprio sexo, mas antes conforme o sexo dos respectivos chefes-de-família. Tal tratamento salientou que os chefes-de-família de casas de agricultores sustentavam mais pessoas dependentes, e que na agricultura os chefes-de-família masculinos mantinham mais do dobro dos dependentes (por média 3,8) em comparação com chefes-de-família femininos (por média 1,6) no Vale do Ave⁹. Em parte como resultado de despedimentos na indústria têxtil, por ordem do governo dirigidos inteiramente às mulheres, houve um acréscimo dramático na dimensão média de todas as famílias durante a década de 30, desde o valor de 4,4 de 1930 até 4,8 em 1940. A média de 1,6 a 2,2 dependentes nas famílias incluídas nos inquéritos de fábricas de 1930 cresceu igualmente para a média de 3,6 dependentes por casa de agricultores em 1940. Numa sociedade que se confrontava com falta de emprego, estas estatísticas sugeriam que a agricultura constituía uma melhor rede protectora do que a indústria, e que as casas chefiadas por homens podiam absorver mais dependentes que aquelas dirigidas por mulheres.

Além do Censo-dentro-do-Censo da população agrícola, o Censo de 1940 incluía uma série de tabelas muito específicas em torno do estatuto das mulheres dentro das suas famílias. Numa delas, as mulheres foram classificadas por três critérios simultaneamente: a sua idade; o número de anos casados (aglomerando numa só categoria todas as solteiras); e o número de filhos, por incrementos curtos de um a três filhos adicionais, até 17 ou mais. Neste esquema, ocuparam tanto espaço as 6% de “mulheres casadas com filhos” que tinham mais de dez filhos como as 78% da mesma categoria que tinham menos de sete. As categorias distintas para elevados números de filhos não tinham utilidade estatística, mas conferiram um reconhecimento político acrescido a famílias numerosas.

Uma tabela especial sobre o número de membros constituindo os grupos domésticos fornece detalhes igualmente estatisticamente gratuitos mas politicamente significativos. Enquanto que o Censo de 1930 simplesmente relatou o total da população residente e o número total de famílias em cada freguesia e concelho, no de 1940 distribuíam-se os fogos em 20 categorias, estas aumentando sucessivamente por cada membro adicional na casa, desde famílias de uma só pessoa até às de 20 ou mais membros. Dos fogos, 76% tinham menos de seis membros, mas na tabela estas famílias ocuparam o mesmo espaço que o menos de 0,3% de famílias com mais de 15 membros.

Outras alterações foram introduzidas no Censo de 1940 em relação ao de 1930 no que respeita ao contributo da mulher na economia. A maior parte das

⁹ As cifras do recenseamento demonstram que das *peças de família* economicamente activas no Vale do Ave em 1940 mais de 60% eram homens, em 1950 e 1960 cerca de 80% eram homens, ao passo que em 1930 mais de 97% eram mulheres.

tabelas económicas, por exemplo, apenas fornecem as cifras para o total dos dois sexos e para os homens: quem se interessa pela contagem específica relativamente às mulheres em cada categoria teria de calculá-la subtraindo o número de homens de cada total. Na agricultura, a categoria de “auxiliando o chefe”, que em 1930 reconheceu o contributo principalmente das mulheres, incluía predominantemente homens. As mulheres que eram “membros de famílias” economicamente activos em 1930 ficaram simplesmente reclassificadas como dependentes economicamente inactivas em 1940. O Censo demonstra que aproximadamente metade de todos os homens trabalhava no Vale do Ave, mas que cerca de 4/5 de todas as mulheres estavam dependentes dos chefes-de-família. Além disso, as mulheres excederam em número os homens na categoria de “dependentes da caridade”, mas os homens excederam largamente as mulheres de entre aqueles que auferiam pensões de reforma. Apesar da importância das mulheres como assalariadas no Censo de 1930, o de 1940 retratou-as como carenciando qualquer fonte de sustento económico no exterior da família ou da caridade pública.

É difícil medir, baseando-se estritamente nas estatísticas de 1940, até que ponto os próprios trabalhadores no Vale do Ave se dirigiram à agricultura e à família patriarcal como primeiras opções económicas, ou em que medida o fizeram como resposta aos programas estatais ou por falta de outras alternativas. As estatísticas especializadas que o Estado Novo começou a publicar em 1943, no entanto, indicam que as mulheres ainda compunham mais de metade dos trabalhadores têxteis na região ao longo da década de 40. Por mais que o desemprego agrícola e os fogos com chefes-de-família masculinos tivessem absorvido o trabalho assalariado das mulheres nos anos 30, a evidência estatística e histórica para as décadas de 50, 60 e 70 sugere que as mulheres da região procuravam trabalho assalariado sempre que possível. Em geral, qualquer correspondência entre as estruturas de dependência económica no Vale do Ave e a ideologia corporativista parece ser devida à pressão económica momentânea, propulsionada em certa medida pelos próprios programas sociais do governo que desencorajavam o trabalho feminino assalariado, e também pelos princípios corporativistas inerentes às novas categorias do recenseamento, em vez de a qualquer consenso moral profundo entre o Estado Novo familista e a classe operária local.

OS DADOS ESTRUTURAIS PARA OS ANOS 50

Sendo o segundo recenseamento realizado inteiramente pelo Estado Novo, o Censo de 1950 ainda conferiu tratamento especial à população agrícola, focando com particular atenção a família como unidade social. Em contraste com o Censo de 1940, todavia, o de 1950 continha provas relativamente directas da apreensão

do regime corporativista face à industrialização e de que a sua oposição ao trabalho da mulher fora da casa não tinha determinado fundamentalmente o rumo da mudança económica e social no Vale do Ave. O Censo conferiu importância acrescida à indústria têxtil, que empregava uma proporção maior da população (36%) do que a agricultura (33%) no Vale do Ave em 1950 (ver Quadro 1). Reconheceu explicitamente, também, as mulheres como 52% da força de trabalho no sector têxtil¹⁰. Estas cifras sugerem que a expansão industrial durante o período de guerra tinha conduzido não só os homens como também as mulheres para as fábricas, apesar da desaprovação oficial do trabalho feminino exterior ao lar.

Até certo ponto, as estatísticas de 1950 sobre o estatuto económico no Vale do Ave suportavam a ênfase agrária e patriarcal na ideologia corporativista e prolongavam essa ênfase já visível no Censo de 1940. Tal como as estatísticas de 1940, as de 1950 mostram o total dos chefes-de-família mantendo mais dependentes do que os chefes femininos, e os chefes-de-família com profissão agrícola sustentando mais dependentes do que os chefes-de-família em geral (Quadro 6). A diferença verificável entre as famílias dedicadas à agricultura e as famílias em geral era menos pronunciada em 1950, no entanto, talvez porque a prosperidade económica em tempo de guerra tenha transferido dependentes das suas casas agrícolas para trabalho industrial. As cifras respeitantes a “meios de subsistência” em 1940 demonstram que cerca de um terço da totalidade da população e um quinto de todas as mulheres, se sustentavam sozinhos através do seu próprio labor (Quadro 5). Em 1950, estas duas proporções aumentaram até, respectivamente, cerca de dois terços e um terço. Apesar das mulheres parecerem ainda depender da família para o sustento económico muito mais do que os homens, a importância crescente da indústria têxtil fez com que fosse mais — não menos — provável que elas se pudessem sustentar a si próprias e às suas famílias independentemente, através do trabalho assalariado fora do lar. O verdadeiro significado desta alternativa à dependência familiar variava consoante a actuação do governo, por um lado, permitindo o aumento do número de operários ou, por outro, diminuindo esse número. Porém, as mulheres obviamente aproveitaram a escassez conjuntural de trabalho no período de guerra para obter empregos nas fábricas, sugerindo que elas e as suas famílias não concordavam definitivamente com a afirmação do governo de que as mulheres tinham uma obrigação moral de permanecerem dentro de casa. Como resultado da actual dependência económica das famílias, as mu-

¹⁰ No Vale do Ave, as mulheres perfaziam apenas 4% dos *empregados e mestres* em postos de direcção na indústria têxtil em 1890, e nunca mais que 1% dos trabalhadores neste nível após 1917. Enquanto a agricultura se tornava (aparentemente) uma ocupação menos desejada na região, a participação das mulheres nas posições de posse ou direcção nesse sector aumentou ligeiramente: as mulheres constituíam apenas 7% dos *patrões e isolados* no Vale do Ave em 1940, mas perfaziam 10% destas categorias em 1950.

danças económicas estavam manifestamente a minar a ideologia do familismo corporativista no Vale do Ave.

OS DADOS ESTRUTURAIS PARA AS DÉCADAS DE 60 E 70

O Censo de 1960 confirmou as tendências sugeridas pelo de 1950, com algumas excepções. Como profissão em 1960, a agricultura absorvia uma proporção menor que nunca da população activa, apenas um quinto (Quadro 1), enquanto que a porção absorvida pela indústria têxtil cresceu ligeiramente até 38%. Os trabalhadores assalariados ainda constituíam quase 2/3 do total da população activa, e as mulheres ainda eram uma parte significativa da mão-de-obra na indústria têxtil. Por outro lado, o Censo de 1960 retratou a estrutura familiar no Vale do Ave como tendo uma correspondência maior ao ideal corporativista do que em 1950, porque menos mulheres se sustentavam pelo seu próprio trabalho em 1960 e dependiam, mais ainda, dos chefes-de-família. Mas tais famílias pareciam vir a tornar-se mais patriarcais com alguma relutância, em vez de voluntariamente.

O Censo de 1960 demonstra com clareza que em 1950 as mulheres estavam mais dependentes das suas famílias e tinham acesso menos directo a salários, provavelmente como resultado de despedimentos mais tendencialmente femininos nos anos 50 (Quadro 5). De alguma maneira, o Censo parece ter conferido maior reconhecimento económico à mulher do que acontecia nos dois anteriores. As tabelas de 1960 não diferenciam os dependentes consoante o sexo dos seus respectivos chefes-de-família, assim evitando que as mulheres aparecessem de novo no Censo como chefes-de-família economicamente ineficientes. O Censo de 1960 também inclui uma nova tabela sobre a “população com ocupações”, categoria que parece ter constituído uma tentativa desajeitada de repor a forma de reconhecimento económico que tinham recebido as mulheres em 1930 como “auxiliando o chefe-de-família” não remuneradas, e que tinha sido retirada em 1940 e 1950. As mulheres perfaziam mais que 98% da “população com ocupações” no Vale do Ave, predominantemente no trabalho doméstico não remunerado e nos empregos de serviço doméstico de baixo rendimento. Através deste tipo de reclassificação, o Estado Novo tentou dignificar essencialmente os contributos económicos das mulheres no interior da família, sem lhes providenciar qualquer acesso independente a salários ou controlo sobre a propriedade. Parece muito pouco provável que as próprias mulheres, ou os seus maridos e pais, premiadas com a distinção dúbia pelo Censo de 1960 de terem uma “ocupação”, tivessem encontrado neste “prémio” compensação suficiente para os salários perdidos por causa dos despedimentos massivos e dos encerramentos numerosos de fábricas nos anos 50. Em 1972, as estruturas económicas e familiares do Vale do Ave já indiciavam

pouca semelhança com o ideal corporativista agrícola e patriarcal de tempos anteriores. A proporção da população economicamente activa da região que trabalhava na agricultura era inferior a 10%. Apesar da ênfase dada pelo Estado Novo ao papel moral das mulheres como donas de casa na década de 50, a escassez de trabalho masculino nos anos 60 parece ter reconduzido as mulheres novamente para as fábricas em proporções iguais às de períodos anteriores.

QUANDO OS OPERÁRIOS SE CONFORMAVAM À IDEOLOGIA CORPORATIVISTA

Os dados quantitativos dos Censos posteriores sugerem fortemente que as estruturas da economia e da vida familiar no Vale do Ave se aproximavam mais da ideologia do Estado Novo após 1940 do que antes daquela data. Essa aproximação podia ter exprimido — como afirmava Salazar — um consenso subjacente entre os operários e o Estado. Esta interpretação presume que uma norma patriarcal tinha prevalecido na região até que o capitalismo a quebrou, tendo a intervenção do Estado Novo simplesmente restaurado essa norma. Alternativamente, esta mudança nas estruturas familiares podia ter sido uma adaptação aos programas do novo regime, mantida em curso apenas enquanto o próprio regime pudesse recompensar essa adaptação e punir qualquer resistência com eficácia. A constatação de que os programas do regime eram consistentes, mas que as estruturas familiares variavam conforme o estado da economia, sustenta a última interpretação, como o fazem também os dados extraídos dos arquivos regionais do Ministério do Trabalho corporativista (Ministério das Corporações) no Vale do Ave.

Os trabalhadores adoptaram prontamente a retórica patriarcal do Estado quando se dirigiam ao governo durante períodos de falta de trabalho pago. Tinham poucas alternativas. Por maiores que fossem as suas razões potenciais para criticar o governo, podiam apenas exprimir esse ressentimento abertamente arriscando os seus próprios empregos. Em vários casos, trabalhadores masculinos pareciam aceitar entusiasticamente o princípio estatal de que as mulheres fossem uma categoria de trabalhador separada e inferior. Numa greve de 1936, por exemplo, as mulheres “disseram que não saíam, e o gerente mandou então chamar alguns homens doutras secções, e que não aderirem à greve e ordenou-lhes que puzessem na rua todas as mulheres que não quizessem trabalhar” (CONF 67:1936). Esta estratégia quebrou a greve. Noutra greve no mesmo ano, um operário entrevistado pela polícia negou que uma das grevistas — uma mulher solteira — tivesse tido qualquer motivação legítima de fazer greve: “O declarante sabe por conhecimento pessoal que essa operária é solteira não tendo pessoas de família a

sustentar e que o que ganha deve ser o suficiente para se sustentar dentro da sua forma de viver desde que tenha uma vida regrada pois do contrário não há dinheiro que chegue para ninguém” (CONF 16:1936). A referência deste operário a “uma vida regrada” ajustou-se intimamente às noções de Salazar de que os trabalhadores deveriam auferir o que *necessitavam*, determinado pelos critérios paternalistas do governo ou dos seus patrões, em vez do que *desejavam* ou poderiam obter através dos contratos colectivos.

Em 1939, outro grupo de trabalhadores aproveitou o familismo do Estado numa tentativa de recuperar os seus próprios empregos. Escreveram ao delegado do Ministério das Corporações em Braga, censurando os seus co-trabalhadores por terem permanecido no emprego mesmo quando tinham mais de um ganha-pão dentro da família: “são todos indigentes, também trazem algumas famílias a trabalhar duas e trez pessoas de cada casa, o que deve ser proibido neste mistre” (MTB 1:1939). Estes trabalhadores não sugeriram explicitamente, no entanto, que devessem ser despedidas as mulheres em vez dos homens; antes se limitaram a recomendar apenas um emprego a tempo inteiro por família.

As cartas¹¹ mais deferenciais de operários ao governo, com os apelos mais directos à essa entidade como “figura de pai”, eram aquelas da autoria de trabalhadores individuais, frequentemente de mulheres. Quando em 1947, após a guerra, o desemprego começou a aumentar, uma mulher tratou o delegado do Ministério “como se fosse o meu pai” e citou os 50 anos de serviço constante do seu próprio pai numa fábrica têxtil específica como razão suficiente para oferecer um emprego ao seu filho:

“...mas eu tenho fé, insperança que V. E. me la impregue porque eu não incomudei mais ninguém por isso foi que me dirigi a V. E. porque eu intendi e intendo que o Sr. Doutor Delegado he homem para todo... por isso digo a V. E. para apertar com ele [o patrão] que eu sei a serteza e abeseluta que V. E. he atendida que o Sr. MR nao olha para as mizérias de ninguém nem para o meu pai que anda na quela caza á perto do 50 anos talvez seja ohomem mais antigo que ali anda naquela Fabrica, nao quer saver das necessidades de ninguém mas eu com isso não tenho nada, só tenho com V. E. que he como seja meu pai se não fosse como meu pai nao dirigia logo o pedido ao Sr. MR e por isso le pesso ao Sr. Doutor Delegado para não esquecer da minha necessidade que nao tenho outra pessoa de Curação tão forte como de V. E.” (MTB 5:1947)*.

¹¹ A ortografia patente nestas cartas de operárias é pouco ortodoxa, mas *não* deverá ser corrigida. Reproduzi fielmente estes “erros” nos meus apontamentos. As palavras e a gramática baseadas em formas locais de falar, em vez da linguagem escrita, constituem uma das provas mais importantes de que as cartas foram escritas pelos próprios trabalhadores.

* N.T. Face à impossibilidade de reproduzir com absoluta fieldade a ortografia original das citações de cartas feitas pela autora, e a pedido dela, limitámo-nos a actualizar os acentos. Desta forma, pelo menos preserva-se algo do estilo e sabor destes documentos de cunho pessoal.

Estas cartas tornaram-se mais frequentes nos anos 50. As mulheres em particular hesitavam mesmo em se queixar sobre o mau tratamento nas fábricas; reconheceram que, do ponto de vista do governo, de facto não tinham qualquer direito aos seus empregos em primeiro lugar. Em 1952, por exemplo, o sindicato têxtil adiantou que uma mulher que tinha sido despedida duma fábrica “se julga inocente das faltas que a firma lhe imputa, mas não quer fazer qualquer participação ao Tribunal afim de não prejudicar a sua admissão em qualquer outra firma” (MTB 14:1952). Num período de pleno desemprego, uma mulher em particular não tinha a possibilidade de defender os seus direitos legais mesmo quando os conhecia.

Em 1959 o sindicato têxtil contou o destino de uma trabalhadora nestas condições que, de facto, se atreveu a relatar uma violação das leis laborais aos inspectores de trabalho, quando a fábrica onde trabalhava não tinha pago o subsídio de maternidade às suas operárias. Foi transferida de um posto no rés-do-chão para um lugar externo, onde tinha que arrancar erva manualmente dos passeios frente à fábrica; mesmo assim, apenas lhe foi conferida a possibilidade de trabalhar três dias por semana.

“Durou esta situação bastante tempo, durante o qual à chuva, ao frio, ao sol, ou ao vento, a operária pacientemente foi suportando tudo. Depois, como não houvesse mais ervas para tirar, passaram a fazê-la estar sentada, sozinha, num quarto onde não tinha que fazer e se limitava a aguardar a chegada das horas de saída. Isto, na intenção de que a mesma se desgostasse e acabasse por se despedir. Até que, como ela não abandonasse o trabalho, acabaram por despedí-la” (CONF: 1959).

Nos anos 60, embora as mulheres tivessem sido readmitidas nas fábricas a ocuparem os lugares de homens que tinham sido destacados para o serviço militar ou que emigraram, elas ainda tinham de depender mais do que os homens do patrocínio do Estado. Por exemplo, em 1962 uma mulher pediu ao sindicato têxtil “caridade” para a sua família porque não assegurava um emprego nem — o que era mais significativo desde o ponto de visto do Estado — um marido:

“eu... cheguei ao conhecimento de que V. E. é na realidade uma Pessoa digna e conscienciosa eu pedia-lhe o favor e esmola de me canseder um pequeno Subsídio para me auxiliar e sustentar estas criancinhas que eu não trabalho e o meu marido não izisto cá no nosso Continente e não me manda dinheiro eu poço provar a V. E. e então eu fico esperando uma resposta agradável...” (STD: 1962).

Mesmo numa data tardia como 1969, outra mulher foi obrigada a pedir a protecção do sindicato face à compensação que um antigo patrão reclamava para

seu filho, que tinha aceite outro emprego com salário mais elevado. Como acontecia com todas as cartas deste género, a da mãe frisava as qualificações morais e a humildade do seu filho, em vez dos seus direitos legais. Neste caso, o filho merecia a comiserção do Estado porque tinha aceite o melhor emprego por causa da sua mãe e suas irmãs, não por egoísmo ou avareza, já tendo sido isento do serviço militar porque era chefe-de-família do seu fogo:

“Eu sou uma viúva pobre estou a viver com ganho do meu filho, trabalha para a Mãe E 2 ermãs menores... tirei o meu filho da tropa por ser ele o amparo da Mãe e 2 ermãs menores... somos pobres nao temos dinheiro para pagar a quantia do dinheiro que o A.A. pede, Exmo Senhor pesso muita desculpa das minhas palavras mas encontro-me muito projeticada com o A.A.... o A.A. não precisa da esmola de um operário pobre, eu Mãe já nem estava para me encomodar com esse dinheiro que me fas faltas mas A.A. é rico e também quer dinheiro de uma pobre, meu filho não tem dinheiro o pouco ou muito que ganha entrega a Mãe...” (STG 1969/#296).

QUANDO OS TRABALHADORES RESISTIAM À IDEOLOGIA CORPORATIVISTA

A falta de influência dos operários no mercado de trabalho reflectia-se na sua deferência, quer como resultado duma crise geral na indústria têxtil (para todos os trabalhadores), quer como fruto dos programas do governo que encorajavam o emprego de alguns operários e desencorajavam o de outros (particularmente as mulheres). Resistência directa ou desafios por parte dos trabalhadores reflectiam — como seria de prever — não apenas a sua irritação perante o desemprego ou o subemprego (ou carências de alimentos durante os anos 40), mas também o seu poder económico nos períodos em que a procura de têxteis excedia a oferta de trabalho nessa indústria. Distanciaram-se notavelmente do modelo patriarcal do governo das relações de trabalho nos mesmos períodos em que as suas famílias se distanciaram do modelo patriarcal do governo da estrutura familiar — quando tinham razões para criticar o governo e meios eficazes de o fazer.

Nos finais da década de 30, por exemplo, os trabalhadores por vezes rejeitaram a ideologia do governo por ser incompatível com a solidariedade de classe que atravessava as divisões por sexo e género. Numa greve em 1936, o delegado do Ministério das Corporações mandou a polícia expulsar os grevistas pela força e encerrar a fábrica até que tivessem concordado em trabalhar com dois teares em vez de um. Como foi o caso em muitas outras pequenas fábricas sem turnos, nesta também a maior parte dos tecelões eram aparentemente mulheres. É interessante notar-se que a divisão sexual do trabalho neste caso tinha um efeito contrário ao efeito provocado pela greve de 1936 quebrado pelos operários que expulsaram as

operárias para a rua: neste caso, o delegado informou que a maioria das mulheres grevistas era das mesmas famílias que os homens grevistas, todas elas apoiando as reivindicações daqueles. Um afinador mais tarde escreveu ao Ministério das Corporações em Lisboa, queixando-se que “Nós os homens como não era nada conosco também fomos castigados sem o trabalho, e foi essa a origem que nos levou a formar uma comissão composta com 5 homens, e ir entendermos com o Senhor Delegado e o Comandante da Política e rebertura do trabalho”. O delegado local do Ministério tinha-lhes prometido que iria reabrir a fábrica se os operários identificassem as grevistas: “que tomasse um apontamento daquelas operárias que foram as promotoras da alteração, que elas eram corrigidas e nos retomávamos o trabalho. Mas eu como não tinha conhecimento algum neguei-me para fazer isso. Por que não queria condenar ninguém injustamente” (MTB 5:1938). Este operário, pelo menos, parecia culpar o Estado e o patrão pelo seu desemprego, afirmando que este último o tinha castigado injustamente; não culpabilizou as mulheres cuja greve tinha provocado esse castigo.

Do mesmo modo, as próprias operárias não aceitaram docilmente a afirmação do governo de que precisavam menos do que os homens dos seus empregos. Uma das trabalhadoras que perdeu o seu emprego no despedimento massivo de 1939 descrito anteriormente queixou-se pessoalmente ao delegado do Ministério de Trabalho. Aceitou o princípio corporativista de que o direito ao trabalho deveria depender das responsabilidades familiares, mas afirmou que as mulheres, tal como os homens, tinham tais responsabilidades. O delegado relatou a irritação da operária em ter sido despedida:

“não por faltas nem por ser fraca operária ou dos seus serviços obter más notas, mas simplesmente e sob o pretexto de que tinha lá seu marido a trabalho, iso é, ser casada com o marido lá a trabalhar, quando é certo que outras operárias também umas sete ou oito lá se encontram, precisamente nas mesmas condições que a suplente, no mesmo estabelecimento a trabalhar, com a agravante que algumas têm alguns meios, como casa de aluguer ou portanto com casa sua, comquando a suplente é extremamente pobre, vive exclusivamente do ordenado do seu marido e ainda desse pequeno rendimento socorre seus sogros pães do seu marido, o que faz por humanidade e não ter filhos, razão porque vive aflitivamente... Como a suplente foi sempre boa e honesta operária e não compreende esta atitude que os seus patrões tomaram, despedindo-a do serviço” (MTB 1:1939).

Sendo uma “boa e honesta operária” não se conferia a uma mulher casada qualquer recurso, no entanto, e a esta concretamente, não foi repostado o seu emprego. O delegado explicou-lhe simplesmente que tinha sido despedida “visto ser orientação social deste momento fazer a mulher casada regressar ao lar para tratar de serviços domésticos e familiares” (MTB 1:1939).

Até certo ponto, o próprio Estado abandonou qualquer tentativa de controlar

o crescimento da indústria ou do emprego das mulheres durante a Segunda Guerra Mundial. Nos anos 40, o próprio sindicato admitiu que pouco podia fazer no sentido de proteger os operários das flutuações do mercado de trabalho, quer restringindo a contratação durante períodos de expansão do mercado, quer impedindo os despedimentos durante épocas de contracção: “a indisciplina de produção provocaria num prazo mais ou menos curto a saturação dos mercados, de que resultaria a crise de trabalho, contra a qual o operário não tem o mais ligeiro anteparo a defendê-lo... Quando não convenha ao patrão a laboração do turno para que foram admitidos, serão despedidos sem que se cure de saber da fome que será levada ao seio das suas famílias” (*ibid.*). A burocracia laboral preferia que as mulheres e os menores trabalhassem apenas nos turnos diurnos e que as fábricas evitassem completamente empregar mulheres casadas. Mas os arquivos ministeriais contêm muito poucas censuras às fábricas por terem violado estas preferências durante a guerra.

A escassez relativa de trabalho nos anos 40 proporcionou aos trabalhadores a hipótese de negociarem directamente com os seus patrões e o Estado por via de greve. Durante a Depressão e novamente durante a crise na indústria têxtil nos anos 50, as greves tinham menos possibilidades de sucesso porque as fábricas estavam já à procura de formas de despedir os operários. Na década de 40, porém, a imprensa clandestina do Partido Comunista Português, e, até certo ponto, a evidência dos arquivos governamentais e da história oral, referiram numerosas greves e manifestações de pequena escala.

Embora seja certo que a produção de alimentos em Portugal não cresceu durante a guerra, Salazar declarou que havia excedentes agrícolas que podiam ser vendidos, aparentemente na maior parte dos casos aos países do Eixo. Além disso, o governo confiscou e racionou cereal e pão dentro do país. O sistema de racionamento e a escassez de alimentos prolongaram-se em algumas zonas do país muito além do fim da guerra. No Vale do Ave, os trabalhadores simplesmente passavam fome porque faltava comida nos mercados, mesmo quando tinham dinheiro disponível. Em particular, as mulheres dirigiram numerosos motins pelo pão e assaltos a celeiros e padarias. Os jornais comunistas *Avante!* e *O Têxtil* referem 14 manifestações por comida, ou assaltos a padarias ou celeiros, nos dois distritos do Vale do Ave entre 1943 e 1950. Durante o mesmo período e na mesma região, os dois jornais referiram dez greves plenas e 21 manifestações públicas ou ameaças de greve pelos salários ou pelas condições de trabalho.

Nos anos 50, quando as greves pareciam ter poucas hipóteses de sucesso, verificaram-se 24 menções de greves e 27 de ameaças de greve ou manifestações no *Avante!* e no *O Têxtil* para os distritos de Braga e Porto. Mesmo tendo em conta a tendência destas fontes para engrandecer pequenos protestos apresentando-os como formas de resistência de grande escala, é claro que os operários no Vale do

Ave não aceitaram o desemprego do pós-guerra inocentemente como sendo no interesse da nação, tal como foi definido pelo Estado patriarcal de Salazar. A título de exemplo, quando em 1953 se verificou descontentamento na freguesia rural que circundava a fábrica que tinha despedido todas as suas operárias (após ter feito o mesmo anteriormente em 1939), surgiu uma troca inquieta de *memoranda* confidenciais entre o governador civil e o Ministro das Corporações em Lisboa. Em Abril de 1954, o governador pediu que o Ministério elaborasse um “inquérito aos factos ocorridos... relativamente ao despedimento de operários fabris. Reputando-se muito grave a situação criada” (MTP 63:1954). Nesse mesmo mês, o governador comunicou ao Ministério da Economia em Lisboa que:

“mantém-se o ambiente de descontentamento e intranquilidade. Como já tive ensejo de referir a V. E. o tal ambiente contribue como causa principal para os resultados que se verificaram em quatro assembleias eleitorais daquele concelho em que a lista da oposição obteve a maioria nas eleições... do ano findo. Tudo faz prever que nas eleições para as juntas de freguesia a realizar no Outubro próximo, outro tanto venha a succeder... o problema pode vir a agravar-se, e a acarretar consequências mais sérias até com perturbações da ordem pública e social que importa prevenir” (MTP 63:1954).

Começando nos meados dos anos 60, a emigração do Vale do Ave para o Norte da Europa, e o recrutamento para o serviço militar nas guerras na África, deram origem novamente à escassez relativa de mão-de-obra na indústria têxtil que tinha dado aos operários influência face aos seus patrões e ao Estado durante a Segunda Guerra Mundial. Além disso, o desenvolvimento económico acelerado dentro de Portugal permitiu que os trabalhadores abandonassem a indústria têxtil em função doutros tipos de emprego no país. À medida que a escassez de trabalho piorava nos começos dos anos 70, alguns operários na região aproveitaram-se deste facto para virarem as costas aos patrões e ao governo. Durante este período, o número de cartas dos patrões de fábricas, que se queixavam que os seus operários não tinham dado aviso prévio *a eles próprios* antes de deixar de trabalhar, em muito excederam o número de cartas de trabalhadores que afirmaram que não tinham tido aviso legal antes de terem sido despedidos. Numa fábrica, os operários organizaram uma greve em dois anos seguidos. No último caso, simplesmente cortaram a electricidade no salão principal da fábrica quando a totalidade dos operários da fábrica deveria ter trabalhado horas extraordinárias para compensar o facto de terem gozado um feriado não oficial no Carnaval. Na década de 50, estes dois trabalhadores seguramente teriam sido despedidos após a primeira greve, mas neste caso, a empresa, “certos que não voltariam a repetir o mesmo acto de indisciplina” (STG 1966), deu-lhes uma segunda oportunidade. A seguir à segunda greve, quando os operários foram chamados ao gabinete da direcção para

justificar as suas acções, eles “responderam que não vinham que sabiam o sítio onde tinham de ir, que alguém lhes devia pagar o dia e que já tinham onde trabalhar” (*ibid.*). Em 1973, a oposição comunista até obteve sucesso ao conseguir eleger e — o que é ainda mais surpreendente — empossar os seus candidatos como delegados oficiais de uma secção concelhia do sindicato têxtil no Vale do Ave.

CONCLUSÕES

No Vale do Ave, nem as estruturas familiares nem os usos políticos de metáforas familiares parecem ter correspondido aos ideais de Salazar. Em primeiro lugar, a relação entre as estruturas familiares e a economia era muito mais flexível do que dentro da ideologia corporativista. As estatísticas sobre “meios de subsistência” nesta zona sugerem que a expansão económica arrancava os operários das suas famílias, e que a contracção económica os empurrava de novo para dentro da família; em grande parte como resultado directo dos programas corporativistas, este ciclo de entrar e sair produzia efeitos mais imediatos sobre as mulheres do que sobre os homens. Qualquer que tivesse sido o tamanho da “rede de segurança” proporcionada pelo sustento familiar no Noroeste de Portugal durante as crises de emprego industrial, foram as mulheres — mais do que os homens — que a utilizava. Com efeito, as mulheres viviam numa estrutura social substancialmente mais polarizada de que a que enquadrava os homens. Tanto na agricultura como na indústria, elas eram muito menos propensas a subirem socialmente, saindo da classe operária, e sob o Estado Novo enfrentavam maiores dificuldades para simplesmente manterem empregos assalariados do que os homens. O facto das mulheres terem conseguido manter uma proporção grande de tais postos, particularmente na indústria têxtil, sugere enfaticamente que nem elas nem as suas famílias alguma vez realmente aceitaram a “defesa da família” corporativista como sendo o melhor interesse dos trabalhadores.

A evidência disponível do comportamento político dos operários no Vale do Ave sob o Estado Novo, mesmo que fragmentária, decerto não implica que aqueles tivessem simplesmente aceite a ideologia salazarista da família, ora como retrato das relações no interior das próprias famílias, ora como metáfora das relações entre os operários e os patrões ou os operários e o Estado. Decididamente, os operários requereram ao governo humildemente ajuda quando o trabalho era escasso — mas estavam igualmente dispostos a se manifestarem ou fazerem greve se pensavam que tinham suficiente influência no mercado de trabalho para conferir algumas hipóteses de sucesso a essas estratégias. Embora as fontes escritas, na sua maior parte elaboradas por homens, não salientem o papel das mulheres nestes acontecimentos, é claro que elas se mantiveram na vanguarda da resistência

aos programas do governo pelo menos durante algum tempo — por exemplo, ao longo dos períodos de crises alimentares dos anos 40.

Porém, a ideologia da família promovida por Salazar não era simplista. Ele cuidadosa e habilmente jogou — por assim dizer — com duas extremidades contra o centro: por um lado lisonjeava as mulheres no sentido de exaltar o seu papel caseiro como pilar de toda a moralidade e produção económica, ao passo que, por outro, lembrava aos homens que as mulheres competiam com estes no mercado de trabalho, e que elas não traziam para casa salários equivalentes em valor aos serviços domésticos que já deixavam de proporcionar às suas famílias. António Figueiredo assinalou que Salazar frequentemente conseguiu desta forma “fazer da necessidade, virtude”. Provavelmente seria impossível determinar a medida precisa de cinismo e sinceridade nas propostas corporativistas, citadas por Figueiredo, no sentido de que os programas de assistência social eram “um mal social, até ao ponto de argumentar que os doentes deviam ser tratados em casa em vez de nos hospitais, para preservar a coesão da família” (Figueiredo 1975:95). Figueiredo indubitavelmente tem razão, no entanto, ao indicar que Salazar se opunha a estes programas, pelo menos, tanto porque implicavam despesas elevadas, como porque minavam a família.

Reconhecendo o cinismo e idealismo simultâneos em muitas afirmações e programas de Salazar, Manuel de Lucena descreve o Estado Novo como “uma surpreendente mistura da mentira e da visão política. Sempre contraditórias, as instituições corporativas começam frequentemente por ‘não existir’, depois existem mas ‘não funcionam’; e finalmente descobre-se que se tornaram deveras consistentes, mas são ao contrário do que as pintam. Olhando porém de mais perto, suspeita-se de que foi mais ou menos assim que as planearam desde o início. E que, portanto, o projecto salazarista é poderoso, sem deixar de ser ridículo... A vida segue portanto um caminho aos soluços... a caminhada de um sistema no qual ninguém acredita mas ao qual quase todos se conformam” (Lucena 1976, 1:378-380). O reverso desta descrição parece aplicar-se ao familismo como ideologia, ou pelo menos aos seus efeitos no Noroeste rural de Portugal. A família nuclear patriarcal tem sido desde longa data um sistema ao qual apenas se conformava uma minoria — pelo menos dentro da classe operária — mas em que muitos trabalhadores afirmavam crer, quando se tornava estrategicamente útil fazer tais afirmações aos representantes do Estado Novo.

QUADRO 1
Composição da Mão-de-obra na Agricultura e na Indústria Têxtil do Vale do Ave

Percentagens da mão-de-obra total empregadas em cada sector

	<i>agricultura</i>	<i>têxteis</i>
1930	38	16
1940	53	—
1950	33	36
1960	20	38
conjunto das indústrias de têxteis, vestuário e calçado	—	42
1970		
sector primário (agricultura, pesca, silvicultura, etc.)	13	—
Conjunto das indústrias de têxteis, vestuário e calçado	—	61

Homens e mulheres como percentagens da mão-de-obra em cada sector

	<i>agricultura</i>		<i>têxteis</i>	
	<u>homens</u>	<u>mulheres</u>	<u>homens</u>	<u>mulheres</u>
1890	—	—	51	49
1917	—	—	41	59
1930	52	48	41	49
1940	79	21	—	—
1949 (só Guimarães e Vila Nova de Famalicão)	—	—	46	54
1950	82	18	48	52
1960	87	13	62	38
1968 (só Guimarães e Vila Nova de Famalicão)	43	57	—	—
1970 (distritos de Braga e Porto)	—	—	49	51
1975 (distritos de Braga e Porto)	—	—	53	47

Fontes: para o período 1930-1960, os recenseamentos nacionais; para as estimativas de 1970, Comissão de Planeamento da Região Norte, *Subsídios Para o Estudo da Área do Pólo de Crescimento Braga-Guimarães* (Porto, 1974).

QUADRO 2
Estrutura Económica da População em 1930

empregado por conta do/a	<u>empregado em:</u>		
	<i>agricultura (%)*</i>	<i>têxteis (%)*</i>	<i>população total (%)*</i>
<i>Estado ou município</i>			
homens	27 —	—	1,131 (1)
mulheres	5 —	—	201 —
total	32 —	—	1,332 (1)
<i>Empresa ou particular</i>			
homens	11,415 (20)	5,114 (26)	28,321 (19)
mulheres	5,312 (9)	6,524 (33)	17,603 (12)
total	16,727 (29)	11,638 (59)	45,834 (31)
<i>Próprio</i>			
homens	7,063 (12)	165 (1)	13,061 (9)
mulheres	801 (1)	180 (1)	6,718 (4)
total	7,864 (14)	345 (2)	19,779 (13)
<i>Família (membros auxiliando os respectivos chefes)</i>			
homens	243 —	21 —	403 —
mulheres	8,888 (15)	2,170 (11)	20,986 (14)
total	9,131 (16)	2,191 (11)	21,389 (14)
<i>População activa total</i>			
homens	18,748 (33)	5,300 (27)	42,826 (29)
mulheres	15,006 (26)	7,449 (38)	45,508 (30)
total	33,754 (59)	12,749 (65)	88,334 (59)
<i>População total</i>			
homens	30,119 (52)	8,646 (44)	71,037 (48)
mulheres	27,398 (48)	11,059 (56)	77,932 (52)
total	57,517 (100)	19,705 (100)	148,969 (100)

* Percentagens da totalidade da população residente.

Fonte: Recenseamento Nacional de 1930.

QUADRO 3
Grupos Ocupacionais de Operários Têxteis e Membros
Trabalhadores das suas Famílias em Três Fábricas, 1935-36*

	<i>mulheres</i>	<i>homens</i>	<i>total</i>
<i>Empregos fabris</i>			
empregos têxteis melhor remunerados	0	44	44
fiação	217	74	293 **
tecelagem	336	197	535 **
acabamentos	4	69	73
força motriz	0	21	21
especializados diversos	0	16	16
não-especializados diversos	20	38	58
total de empregados fabris	577	459	1040 **
<i>Empregos não fabris</i>			
pequena burguesia	8	1	7
artesãos	8	1	7
assalariados diversos	4	0	4
agricultura	2	29	31
construção civil	0	46	46
diversos	2	8	11 **
Total de empregos não fabris	109 **	6	102
Totais - todas as ocupações	583	560	1148 **

* Estes dados foram calculados para todos os trabalhadores, incluindo tanto os primeiros listados como os adicionais em cada família.

** As discrepâncias entre os valores na coluna dos "totais" e a soma dos homens e mulheres numa dada categoria são devidas a pessoas listadas com essa ocupação mas cujo sexo não pôde ser determinado.

QUADRO 4
Dependentes e Trabalhadores Adicionais por Laço de Parentesco com o
Operário Listado em Três Fábricas, 1935-36*

	<i>dependentes</i>	<i>trabalhadores adicionais</i>	<i>total</i>
<i>cônjuges</i>			
mulheres	41	63	104
homens	4	110	114
<i>filhos</i>			
mulheres	28	33	61
homens	28	48	76
sexo indeterminado	387	1	388
<i>pais, incluindo padrastos/madrastas e sogras</i>			
mulheres	160	31	191
homens	31	74	105
<i>irmãos, incluindo cunhados</i>			
mulheres	49	85	134
homens	10	92	102
sexo indeterminado	152	4	156
<i>sobrinhas ou sobrinhos</i>			
mulheres	17	0	17
homens	3	0	3
sexo indeterminado	10	0	10
<i>avôs</i>			
mulheres	5	0	5
homens	10	0	10
sexo indeterminado	2	0	2
<i>tias e tios</i>			
mulheres	9	1	10
homens	0	1	1
Totais	946	543	1489
número médio de dependentes por família	= 1,6*		
número médio de operários por família	= 1,9*		
dimensão média da família	= 3,5*		
número médio de dependentes por família	= 2,2**		
número médio de operários por família	= 2,2**		
dimensão média da família	= 4,4**		

* Incluindo os primeiros 605 operários mencionados nas listas e, conseqüentemente, 168 famílias de pessoas isoladas, no total de 605 famílias.

** Incluindo apenas os primeiros 437 operários mencionados nas listas e, conseqüentemente, nenhuma família de pessoa isolada, no total de 437 famílias.

QUADRO 5
Operários Têxteis por Idade, Estado Civil, Permanência Contínua na Ocupação e Anos na Ocupação em Três Fábricas, 1935-36*

	<i>mulheres</i>	<i>homens</i>
<i>idade</i>		
< 14	13	16
15-19	69	44
20-24	77	40
25-29	71	46
30-34	53	22
35-39	39	26
40-44	28	9
45-49	8	9
50-54	7	12
55-59	6	5
60-65	0	3
> 65	0	2
Totais	371	234
<i>Estado civil</i>		
solteira/o	184	105
casada/o	173	126
viúva/o	14	3
Totais	371	234
<i>Permanência contínua na ocupação</i>		
trabalhou continuamente	339	226
não trabalhou continuamente	32	8
<i>Anos na ocupação</i>		
< 1 ano em 1935	63	63
2 anos	33	22
3-5 anos	74	53
6-10 anos	95	43
11-15 anos	47	17
16-20 anos	36	20
> 20 anos	23	16

* Estes dados foram fornecidos apenas com respeito aos primeiros 605 operários mencionados nas listas.

QUADRO 6
População Total por Meios de Subsistência, 1940-1960

	1940 (%)*	1950 (%)*	1960 (%)*
<i>dependente do/a chefe-de-família</i>			
homens	45,403 (24)	48,092 (21)	67,186 (25)
mulheres	72,399 (39)	77,272 (34)	114,841 (42)
total	117,802 (63)	125,364 (56)	182,027 (67)
<i>sustentado pelo próprio trabalho</i>			
homens	40,171 (21)	56,366 (25)	60,592 (22)
mulheres	18,790 (10)	32,582 (14)	15,429 (6)
total	58,961 (31)	88,948 (39)	76,021 (28)
<i>população total</i>			
homens	90,624 (48)	109,524 (49)	132,940 (49)
mulheres	97,405 (52)	116,109 (51)	139,712 (51)
total	188,029 (100)	225,633 (100)	272,652 (100)

* Percentagens da totalidade da população residente.

Fonte: Recenseamentos Nacionais de 1940, 1950 e 1960.

QUADRO 7
Número Médio de Dependentes por Família

	1940	1950	1960
<i>na população geral</i>			
por família	3.0	2.4	3.1
por chefe-de-família	—	2.6	—
por chefe-de-família masculino	—	3.1	—
por chefe-de-família feminino	—	1.1	—
<i>na população agrícola</i>			
por chefe-de-família	3.6	2.8	—
por chefe-de-família masculino	3.8	—	—
por chefe-de-família feminino	1.6	—	—

Fonte: Recenseamentos Nacionais de 1940, 1950 e 1960.

BIBLIOGRAFIA

- BIVAR, Maria de Fátima (1975) *Ensino Primário e Ideologia*. Lisboa: Seara Nova.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1978) "Agrarian Structures and Recent Rural Movements in Portugal" *Journal of Peasant Studies* 5, 3: 411-445.
- FERNANDES, Evaristo (s/d) *Salazar e Salazarismo*. Porto: Edições Lemos.
- FIGUEIREDO, António de (1975) *Portugal: Cinquenta Anos de Ditadura*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- GRAHAM, Lawrence S. & Harry M. MAKLER (1979) (orgs.) *Contemporary Portugal: The Revolution and its Antecedents*. Austin: University of Texas Press.
- INGERSON, Alice (1984a) "Working Class Culture and the Textile Industry", Charles Bergquist (org.) *Labor in the Capitalist World-Economy*. Beverly Hills, California: Sage Publications.
- (1984b) *Corporatism and Class Consciousness in Northwestern Portugal*. Tese de Doutoramento em Antropologia, Johns Hopkins University.
- LUCENA, Manuel de (1976) *A Evolução do Corporativismo Português*. 2 Vols. Lisboa: Editora Perspectivas e Realidades.
- (1979) "The Evolution of Portuguese Corporatism under Salazar and Caetano", Lawrence S. Graham & Harry M. Makler (orgs.) *Contemporary Portugal: The Revolution and its Antecedents*. Austin: University of Texas Press; 47-88.
- MACEDO, Henrique Veiga de (1958) *Alguns Princípios da Política Social e Corporativa Portuguesa*. Lisboa: Ministério das Corporações e Previdência Social.
- MEDEIROS, Fernando (1978) *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*. Porto: A Regra do Jogo.
- MONICA, Maria Filomena (1978) *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença.
- PORTUGAL. Direcção-Geral das Indústrias (1930) *Estabelecimentos Industriais e Pessoal Empregado. Boletim do Trabalho Industrial* 150.
- PORTUGAL. Direcção-Geral de Estatística (1930) *Séptimo recenseamento Geral*.
- PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística (1930) *Estatística das Sociedades*.
- (1943) *Estatística Industrial*.
- (1940) *Oitavo Recenseamento Geral*.
- (1950) *Nono Recenseamento Geral*.
- (1960) *Décimo Recenseamento Geral*.
- (1960) *Comércio Externo*.
- (1968) *Inquérito às Explorações Agrícolas*.
- (1972) *Recenseamento Industrial*.
- PORTUGAL. Ministério das Corporações e Previdência Social (1952) *Legislação Corporativa e do Trabalho*. Lisboa.
- RIBEIRO, Ernesto K. de Queiroz (1965) *O Algodão: Novos Processos de Produção, Comércio, e Indústria*. Porto.
- SALAZAR, António de Oliveira (1934-1966) *Discursos*. 6 Vols. Lisboa.
- (1954) *Antologia: Discursos, Notas, Relatórios, Teses, Artigos e Entrevistas, 1909-1953*. Lisboa: Editorial Vanguarda.
- SCHMITTER, Philippe (1975) *Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal*. Beverly Hills, California: Sage Publications (Sage Contemporary Political Sociology Series, Vol. 1).
- WIARDA, Howard (1977) *Corporatism and Development: The Portuguese Experience*.

Amherst: University of Massachusetts Press.

(1979) "The Corporatist Tradition and the Corporative System in Portugal: Structured, Evolving, Transcended, Persistent", Lawrence S. Graham & Harry M. Makler (orgs.) *Contemporary Portugal: The Revolution and its Antecedents*. Austin: University of Texas Press; 89-122.

WILLEMS, Emilio J. (1962) "On Portuguese Family Structure", *International Journal of Comparative Sociology* 3: 65-79.

CASAS SUBURBANAS E ESTILOS DE VIDA RURAIS NO SUL DE PORTUGAL*

por

Denise Lawrence-Zúñiga**

Abstract: This study examines the evolution of the form of housing in a rural southern Portuguese community and its relation to changing values and lifestyles of its residents. During this century housing has come to accommodate less an agricultural way of life and more an urban lifestyle as rural residents of all classes have sought to appropriate bourgeois house forms and incorporate improving technologies. The research describes three distinct phases of house construction, traditional, new and suburban, as well as remodeling strategies employed by residents of older houses to update their homes. In the first half of the century, families tried to incorporate an entry area and *sala* or parlor into the home; during the last half of the century, bathrooms and modernized kitchens have been important additions to the home. These latter strategies imply a number of anomalies in remodeling traditional house forms, such as the replacement of *chamine* or hearth for the bathroom, and the exile of the traditional kitchen to an outdoor room. The import of these changes points to, first, the increasing privacy of the family as a distinct and autonomous entity apart from its ties to neighborhood, and secondly, to increasing individual privacy at the expense of familial sociability.

À primeira vista, Vila Branca assemelha-se a qualquer outra vila rural acastelada do Sul ibérico, com as suas casas caiadas e os telhados encarnados agrupados apertadamente no cimo duma colina com condições de defesa. Numa extremidade, situa-se o castelo da Reconquista do século XII; na outra, a igreja matriz. Uma cena graciosa e tradicional — até a vista captar a disposição, em forma de grelha, das novas vivendas resplandentes, de estilo suburbano, espalha-

* Tradução de Brian Juan O'Neill, revista pela autora, Vítor Oliveira Jorge e Henrique Costa Gomes de Araújo.

Este texto baseou-se na comunicação apresentada ao 87º Congresso Anual da *American Anthropological Association*, que decorreu entre 16 e 20 de Novembro de 1988 em Phoenix, Arizona, integrada no painel intitulado "Anthropology Meets History in Portugal: Kinship, Inheritance, and Dynamic Community Models", organizado por Brian Juan O'Neill. Uma versão ligeiramente diferente deste artigo — em língua inglesa e intitulada "Suburbanizing Rural Lifestyles Through House Forms in Southern Portugal" — irá ser publicada no volume *House Life: Space, Place and Family in Europe*, organizado por Donna Birdwell-Pheasant e Denise Lawrence-Zúñiga (Oxford: Berg Publishers, 1998). Esse livro reúne textos de antropólogos sobre as interações socioculturais entre as formas habitacionais e os seus ocupantes na Grécia, Irlanda, Itália, Sérvia e Portugal.

** Professor of Architecture – California State Polytechnic University, Pomona.

das à volta da base ocidental da colina.

Uma das mudanças mais significativas na vida familiar do Ocidente ao longo dos séculos XIX e XX tem sido a importância crescente dos aspectos materiais do lar e a relação desta mudança com a organização da vida familiar, uma tendência associada principalmente ao desenvolvimento das classes burguesas industriais. As classes médias citadinas (os *urbanites*) da Europa e da América do Norte oitocentistas, em particular, promoveram certas formas habitacionais¹ não apenas como meio de melhorar as condições físicas de viver — sobretudo nas cidades industriais marcadas pelas suas condições higiénicas pouco famosas —, mas como veículo de alteração intencional de comportamentos e valores familiares. A adopção de formas de habitação burguesas, incluindo a casa isolada², associa-se a uma transformação de fundo nos estilos de vida e nos valores familiares.

Durante os últimos cem anos, e especialmente desde os finais da década de 1970, têm-se verificado alterações significativas do meio ambiente físico nas comunidades rurais portuguesas, em consequência da consolidação de mudanças nas tecnologias de construção de residências e nas ideias de planeamento. A rápida expansão de capital comercial e privado no sector da habitação, incorporando novas formas de construção, tem transformado tanto a paisagem rural como as famílias que aí residem. Neste trabalho aprofundamos os efeitos socioculturais de mudanças na cultura material numa agro-vila do Sul de Portugal, onde residências suburbanas isoladas e semi-isoladas foram introduzidas nos finais dos anos 70; abordamos alguns dos efeitos, tanto intencionais como inesperados, deste processo na vida familiar. Pesquisamos o papel da cultura material como agente de mudança, e a casa suburbana em particular, como instrumento de deslocação de ênfase no uso e no significado do lar, da sociabilidade familiar para a privacidade individual. Além disso, abordamos as consequências de ideais competitivos e concorrentes do comportamento doméstico e caseiro, que se exprimem de modo algo anómalo nas formas construídas; assiste-se à fragmentação e à recombinação de sentidos e usos em configurações novas antes imprevisíveis.

FORMAS HABITACIONAIS BURGUESAS

O incremento na popularidade de formas habitacionais suburbanas burguesas — idealizada na forma da casa isolada — constitui um fenómeno histórico

¹ Nota do tradutor: *Home*, no original inglês, traduz-se por vezes por “lar” num sentido especificamente doméstico, sem qualquer referência para instituições de terceira idade, e a frase *house form* por “formas habitacionais”.

² N.T. - *The detached single family house* no original, assinalando o carácter independente ou isolado desse domicílio.

relacionado com a Revolução Industrial na Inglaterra e na América do Norte. A criação e desenvolvimento desta forma arquitectónica oitocentista, tal como duma forma anterior de apartamento burguês urbano, exprimiram o culminar de ideias relacionadas com a separação do trabalho da esfera doméstica e com a aquisição do progresso através dum incremento na especialização de funções (Hareven 1991; R. Lawrence 1990). Através da adaptação de ideias arquitectónicas oriundas da aristocracia, e da sua moldagem a meios mais modestos, a burguesia procurou criar uma nova ordem doméstica espacial destinada a proteger a família das condições de vida da cidade central, entendidas como perigosas e desinteressantes³, e a reestruturar as relações familiares. Embora as formas habitacionais suburbanas tenham aparecido tanto na Europa continental como na Inglaterra (Guerrand 1990), parecem ter tido uma popularidade inicial menor nesse continente, onde a aristocracia tinha tido uma tradição de cortes urbanas e olhava para a residência em meio rural como uma forma de desgraça ou exílio (Rybczynski 1986). Nas cidades continentais, então, as famílias burguesas parecem ter continuado a desenvolver o apartamento urbano até aos tempos recentes. A burguesia inglesa, no entanto, seguiu a sua própria tradição aristocrática de herdades rurais, que favoreceu o aparecimento do lar isolado. Este lar suburbanizado, não obstante os meios económicos necessários à sua aquisição, tem ganho em popularidade nos anos recentes como modo de residência preferido nas classes médias europeias.

Contribuíram vários factores para o movimento habitacional da burguesia oitocentista, incluindo a poluição do meio ambiente causada pela expansão da produção industrial, mas, mais importante, por uma população operária em rápido crescimento. A tendência das classes operárias urbanas, e dos pobres, para residirem em *tenements* superlotados, que eram associados a altas incidências de doença e comportamentos desinteressantes, despertou preocupação, na classe média, para o seu próprio bem-estar e sentido de decência. As descobertas científicas revelaram como as condições de vida, incluindo aspectos do meio ambiente construído e os comportamentos sociais e pessoais, contribuíram para a propagação de doenças. Uma boa parte da energia da burguesia foi investida não apenas no reformular dos alojamentos dos operários por meio do uso de conceitos espaciais para criar uma nova ordem moral, mas também na criação duma nova ordem doméstica para eles próprios. Para poder distanciar-se das influências físicas e sociais contaminantes da cidade, a burguesia procurou vários graus de separação através da erecção de muros e espaços de transição, ou por meio da fuga total para as redondezas idílicas nos subúrbios.

A materialidade da forma habitacional burguesa adquiriu excepcional importância na reprodução da família moderna; foi utilizada como veículo na criação

³ N.T. - *Unsavory* no original, sugerindo os sentidos de desagradáveis, desairosas ou pouco apetitosas.

do conceito da família burguesa e na colagem de comportamentos e valores a esse conceito⁴. A família moderna caracteriza-se por sentimentos que entrelaçam os seus membros em três áreas específicas: a escolha de parceiros matrimoniais baseada no amor romântico; as relações mãe/criança que glorificam o amor maternal e conferem maior valor do bem-estar dos filhos do que do dos adultos; e as relações de privacidade e intimidade que requerem a separação física da família do mundo exterior (Shorter 1975:17). A criação de espaços que apoiaram o desenvolvimento da escolha individual e que encorajavam a intimidade no interior do grupo doméstico, sem intrusões externas indesejadas, encontrou expressão nas formas habitacionais que permitiram conter cada família como uma unidade separada.

As moradias de classe média introduziram diversas tecnologias avançadas tendentes a promover condições de vida higiénicas e inovações nos arranjos espaciais para acomodar novos conceitos de privacidade familiar. No apartamento urbano continental, foi usada uma série de hierarquias de separação espacial para distanciar a família das influências exteriores; entre a rua e o próprio apartamento, o primeiro nível de protecção foi fornecido por uma entrada semi-pública correntemente usada por todos os residentes do prédio e vigiado por um *concièrge*. Podia-se encontrar um segundo nível no “foyer” ou entrada da unidade própria do apartamento, atrás do qual apenas indivíduos selecionados podiam passar até às áreas mais privadas do lar (Guerrand 1990). As salas de jantar e os salões podiam ser utilizados para as visitas formais de convidados e para apresentar uma imagem da família construída auto-conscientemente mas permaneciam fora de alcance as áreas verdadeiramente afastadas dos quartos (Rybczinski 1986). Pelo menos nos apartamentos parisienses do século XIX, não se dedicou muita atenção ao esboçar das funções da cozinha e do quarto de banho⁵; a cozinha notoriamente malcheirosa foi relegada até aos últimos limites, longe das áreas de estar formais (Guerrand 1990).

⁴ Se bem que as sociedades mais simples sejam por vezes caracterizadas pela tendência para construir espaços arquitectónicos mais gerais ou multifuncionais, que favorece uma ampla variedade de actividades (Kent 1984), na época moderna, mais do que em qualquer outra anterior, a ênfase na especialização de funções tem contribuído para a proliferação de formas arquitectónicas específicas para incluir comportamentos e sentidos humanos específicos. Além de tais estruturas domésticas como a casa isolada e os edifícios urbanos de apartamentos, foram intencionalmente projectados para estruturar, redefinir e controlar o comportamento humano formas institucionais como as prisões e os manicómios (Foucault 1975; King 1980) e o planeamento urbano (Holston 1989; Rabinow 1989). Na sua forma suburbanizada, a casa moderna, e a estrutura familiar moderna e idealizada a ela associada, constituem um complexo de ideias e comportamentos que provoca ruptura com a época precedente — um passado “tradicional” e de mudança relativamente lenta. Devido à influência universal dos espaços domésticos sobre as pessoas, e da maneira contínua, gradual e quotidiana que essa influência é exercida, estes tornam-se extremamente poderosos no modo como socializam os indivíduos segundo formas de conduta do mundo moderno (e pós-moderno) que se estendem muito para além da esfera doméstica.

⁵ N.T. - Para evitar repetição utilizamos alternadamente *quarto de banho* e *casa de banho*, embora localmente, o segundo termo é, ao que parece, o único empregue.

O aparecimento de casas suburbanas na Inglaterra e na América do Norte promoveu condições de vida higiénicas, o conforto e a facilidade de manutenção doméstica através da planificação (*design*) e das inovações tecnológicas como a ventilação dos espaços de viver, a canalização interna, o aquecimento central e sistemas eléctricos. Mas talvez o desenvolvimento mais significativo na casa isolada, e na sua organização de espaços, tenha sido o alargamento dos conceitos burgueses da privacidade familiar e individual; o lar isolado aumentou a separação entre as casas circundando cada uma delas com o seu próprio quintal, e provendo cada uma do seu próprio acesso à esfera pública. Os ingleses também começaram a considerar o lar como um lugar para passar os tempos livres, e proporcionaram um quarto privativo a cada membro da família, a usar para uma variedade de fins. Enquanto os ingleses desenvolveram a tecnologia das casas de banho com autoclismo, foi ideia norteamericana a casa sem empregados em que se combinavam o lavatório, a sanita e a banheira todos na mesma divisão, que podia ser usada por um indivíduo de cada vez (Rybczinski 1986). O ideal dos espaços interiores privativos e individualizados sustentou a propagação de valores do individualismo na vida familiar burguesa. Assim, a suburbanização da forma habitacional por interesses burgueses exprimia e promovia o desenrolar de um conceito moderno da família — esta seria uma unidade relativamente autónoma que fomentava o crescimento e o desenvolvimento dos seus membros como indivíduos.

O PODER DAS FORMAS CONSTRUÍDAS

O poder das formas construídas apoia-se na noção de que a expressão material duma ideia cultural pode ter efeitos duradouros nas pessoas muito para lá do momento da sua produção inicial. As formas habitacionais das casas definem e cercam os espaços através dos elementos arquitectónicos como paredes, tectos e soalhos, e de elementos permeáveis como portas e janelas; estas formas físicas constroem o comportamento humano, na realidade e a um nível conceptual, mas também lhe providenciam oportunidades. Idealmente, o meio ambiente construído pode exprimir significados e valores simbólicos, ou acomodar a actividade humana, através da criação de algum tipo de articulação entre o comportamento e a forma construída (Rapoport 1969). Apesar daquilo que poderia originalmente ter sido proposto na conceptualização e edificação de formas construídas específicas, no entanto, os seus usos e significados mudam em última instância consoante as pessoas que as utilizam ou apropriam através do tempo.

A origem e difusão da forma habitacional suburbanizada é um facto histórico situado no tempo e no espaço, mas a sua adopção não garante, necessariamente,

mente, a reprodução automática, imediata ou completa das relações sociais familiares modernas, dos estilos de vida e dos valores com ela associados. Ao contrário, as pessoas precisam de se movimentar dentro e através das formas espaciais, apropriando-se das qualidades destas, para que as formas construídas tenham uma influência duradoura. As formas espaciais são apropriadas por indivíduos que trazem a esta experiência valores nos quais foram previamente socializados, e sentidos que são enraizados histórica e socialmente. A apropriação das formas espaciais envolve a actualização do ser social através da percepção, da nomeação, da aquisição, da criação ou da alteração de aspectos do meio ambiente físico (Grumann 1976; Korosec-Serfaty 1985). Por meio da interacção directa com o meio ambiente construído, os indivíduos exteriorizam o ser, produzindo formas objectivadas imbuídas de significados, através das quais as relações sociais são produzidas e reproduzidas. Frequentemente, porém, a reprodução dessas mesmas relações ocorre como uma consequência inesperada das próprias acções dos indivíduos (Bourdieu 1977; Giddens 1984).

Se bem que a introdução da casa isolada possa aparecer como força exógena numa comunidade rural “tradicional” e em lenta mudança, este argumento baseia-se na suposição injustificada de que a população local constitua um sistema relativamente fechado. Dados os factos da história, as comunidades rurais europeias participaram desde há séculos em contextos mais amplos de influência; a apropriação da casa suburbana constitui apenas um elemento num processo longo, contínuo e complexo de influências históricas. De facto, os habitantes rurais têm tido conhecimento, desde há muito tempo, dos desenvolvimentos nas ideias familiares e nas formas habitacionais, através da imprensa, dos média electrónicos, e das visitas e da comunicação por meio de redes de parentesco; muitos residentes locais assimilaram estas ideias, pelo menos parcialmente, antes de apropriar as formas construídas correspondentes e de as incorporar dentro de estilos de vida já existentes. No entanto, o resultado da apropriação de formas habitacionais modernas pode conduzir as pessoas, selectivamente aculturadas nos estilos de vida familiares modernos, a gerar algumas configurações culturais novas, inéditas.

Neste trabalho aprofundamos o desenvolvimento das formas habitacionais e do comportamento familiar representados por três tipos de habitação numa comunidade rural do Sul de Portugal: descrevemos cada uma das formas, os comportamentos e nações familiares que lhes estão associados e os ajustamentos e modificações físicas e comportamentais feitas como resultado das apropriações destas formas construídas pelos seus moradores. Focam-se particularmente, neste estudo, a introdução recente da casa suburbana isolada dentro do contexto das formas históricas anteriores, e o impacto dela em todas as residências na comunidade local. Até que ponto têm mudado os comportamentos familiares, estilos de vida e valores para coincidir com as novas formas construídas? Abordaremos

especificamente as questões da privacidade, tanto da unidade familiar como dos indivíduos nela contidas. Baseamo-nos na nossa pesquisa no terreno, efectuada na comunidade originalmente em 1976-77 e em visitas periódicas posteriores àquela data, tendo a última destas sido feita entre Abril e Setembro de 1993.

VILA BRANCA

Vila Branca⁶ é uma pequena agro-vila do Alto Alentejo com uma população aproximada de 600 habitantes. Tradicionalmente, o padrão latifundiário de posse da terra definia a organização desses habitantes num sistema de classes de grandes e pequenos proprietários, rendeiros e trabalhadores rurais sem terra; também se encontrava presente uma pequena classe de proprietários-comerciantes e artesãos. Devido ao declínio da actividade agrícola após a II Guerra Mundial, muitas pessoas saíram de Vila Branca à procura de emprego, ora nos grandes centros urbanos como Lisboa, ora no estrangeiro, nas ex-colónias africanas. Este processo reduziu a população da comunidade severamente; permaneceu um número desproporcionado de habitantes idosos. Desde aquele tempo, no entanto, desenvolveram ou estabilizaram algumas fontes locais de trabalho: trata-se das pedreiras de mármore próximas e dos empregos na construção, mas também dos órgãos e repartições públicas locais. Se bem que a maior parte dos jovens tenha de partir de Vila Branca para encontrar trabalho, um certo número de famílias jovens tem podido assegurar empregos fixos dentro da área circunvizinha. Além disso, muitos casais mais velhos, que se tinham deslocado anteriormente para áreas urbanas, hoje olham para Vila Branca como um lugar possível para se reformarem, e têm mantido as suas casas familiares como recurso para realizar futuramente estes planos.

A organização da vida doméstica em Vila Branca baseia-se na família nuclear; os noivos idealmente procuram estabelecer um domicílio independente aquando do seu casamento. A idade média do casamento tem descido nos anos recentes para os homens; os que têm idades superiores a 50 anos casaram em média aos 27 anos, e aqueles com idades inferiores aos 50, aos 24,5 anos. Para as mulheres, as médias respectivas são de 23,7 e 21,4 anos. O número ideal de filhos é de dois, preferencialmente um rapaz e uma rapariga; mas o número de filhos por casal tem diminuído — os casais mais idosos, em média, tiveram entre três e quatro filhos, enquanto que os mais jovens agora costumam ter dois. Embora muitos casais novos tenham saído de Vila Branca em busca de emprego, aqueles que ficaram ou que já regressaram aguentaram a escassez de habitação disponível antes dos

⁶ N.T. - Pseudónimo para uma vila localizada no Distrito de Portalegre.

finais dos anos 70. Esta escassez consistiu não apenas num número reduzido de unidades, mas também num nível de vida inferior ao aceitável, incluindo a falta de casas de banho internas e um número de quartos insuficientes para os membros do grupo doméstico. Parte dessa situação de escassez foi criada por famílias que se tinham deslocado para áreas urbanas mantendo as suas casas na comunidade local para férias, mas boa parte também originou-se devido à falta de recursos para construir casas modernas até ao arranque do desenvolvimento mais recente.

A organização física de Vila Branca revela a sua história antiga e o seu estatuto anterior de centro administrativo importante. Entre o castelo da Reconquista e a igreja matriz, encontra-se a Rua Direita, ao longo da qual se situam as instituições governamentais anteriores, a Igreja da Misericórdia e o hospital, hoje em ruínas. Outrora, tratava-se da parte mais prestigiada da vila, ostentando muitas vivendas elegantes de proprietários abastados e diversos clubes sociais. Hoje, nesta rua, residem principalmente casais idosos e viúvas, alguns indivíduos e famílias, e turistas; em 1990, uma empresária recém-chegada abriu uma taberna numa vivenda de dois andares, amplamente remodelada, dum antigo proprietário abastado, e um restaurante para servir os turistas residentes na Rua Direita. Além disso, diversas casas têm sido compradas pela mesma empresária, para fins turísticos, mas uma série de outras moradias pertencem a holandeses, portugueses e um norte-americano, que as utilizam para visitas esporádicas a Vila Branca durante as férias.

O grosso da população permanente de Vila Branca, no entanto, reside para além e por baixo do antigo centro histórico da vila, nas áreas do Arrabalde. São três as fases distintas de desenvolvimento que caracterizam o povoamento do Arrabalde: a primeira delas parece estar associada com a construção de habitações para dependentes perto de alguns *montes* isolados pertencentes aos indivíduos abastados, e que até agora têm sido incorporadas na vila através de conurbação. Se bem que muitas destas casas tivessem sido construídas antes do presente século, lares adicionais foram acrescentados no final do século passado e no início deste por moradores que requereram à autoridade local da vila — a Junta de Freguesia — no sentido desta lhes ceder terreno para a construção de casas. A fase mais recente começou nos anos 70, após a chamada revolução marxista de 1974. Em ambas estas fases, foi utilizado terreno baldio pertencente à vila para finalidades de habitação, terreno esse convertido e subdividido para acomodar as necessidades residenciais e outros usos. No primeiro caso, a construção consistia em filas de casas dispostas numa forma linear, ao longo das ruas que irradiaram do antigo centro da vila: cada casa confina directamente com a rua sem qualquer espaço de transição, embora cada uma retenha um pequeno quintal na parte traseira. Nos anos 60, instalaram-se a electricidade e a água canalizada em cada casa, e, até ao início dos anos 70, completou-se um sistema de esgotos.

O desenvolvimento residencial mais recente — a urbanização — consiste em lotes, organizados conforme um padrão em grelha (ortogonal), ligados por ruas; cada lote destina-se a uma casa isolada ou semi-isolada, de um só agregado familiar, que possui um quintal à frente e outro por detrás, bem como garagem. A construção nesta urbanização começou no final dos anos 70 através do patrocínio duma agência governamental, que tomou a responsabilidade do planeamento da subdivisão, a criação de níveis minimamente aceitáveis de habitação e o fornecimento de assistência às famílias desejosas de construir casas.

A CASA “TRADICIONAL”

Na parte mais antiga de Vila Branca, aglomeradas perto do castelo e da igreja, encontram-se, em filas sucessivas, casas simples, que se distinguem por uma única divisão principal — a cozinha — que confronta directamente com a rua. Estas casas têm um ou mais quartos na área de trás e, às vezes, por cima, numa construção de tipo sótão (*loft*) os quartos de dormir, as dispensas ou, no passado, a cavaleriça para a mula da família (Fig. 1). Tradicionalmente, estes exíguos edifícios foram ocupados por trabalhadores sem terra, seareiros e pequenos proprietários que usavam a cozinha como espaço de trabalho para as actividades agrícolas, mas também como sala de estar. O elemento arquitectónico dominante da cozinha é a chaminé — uma lareira ampla e aberta utilizada para uma multiplicidade de funções incluindo o aquecimento, o cozinhar, o fumar das carnes e as reuniões sociais íntimas dos membros da família e amigos chegados; a chaminé é verdadeiramente a lareira — o centro da vida familiar — mas as suas funções provocam também uma situação suja e malcheirosa. Cozinhar e aquecer com lenha e carvão, mesmo nas chaminés melhor ventiladas, deixa a roupa, a pele e o cabelo cobertos por um resíduo fuligem, e as paredes interiores têm de ser frequentemente caiadas no sentido de as manterem limpas.

Com a chaminé localizada geralmente junto à porta da frente, estas casas apresentavam uma fachada exterior branqueada pela caição que, tradicionalmente, não era pontuada por quaisquer outras aberturas, como janelas; aglomeravam-se apertadamente, cada uma paredes-meias com a do lado. Muitas, embora não todas, tinham um quintal onde se cultivavam legumes e se guardavam os pequenos animais — porcos, cabras, cordeiros, coelhos ou pombos. Além disso, o quintal servia muitas vezes de quarto de banho e para proporcionar, nos meses de Verão, actividades de lavagem do corpo. Ao chegar aos anos 80, a sua ocupação por famílias e por pessoas idosas significava, necessariamente, que as actividades do viver quotidiano se estendiam normalmente até à rua estreita; considerava-se a rua imediatamente fora de cada casa como uma extensão do espaço

de viver. Nos dias quentes, as mulheres juntavam-se nas ruas, sentando-se em pequenas cadeiras para bisbilhotarem, fazer costura ou preparar comida para as refeições enquanto os seus filhos brincavam. Se bem que muita desta actividade tenha diminuído nos anos recentes devido ao decréscimo da população, algumas pessoas idosas ainda se juntam em frente da antiga Igreja da Misericórdia para conversarem nas horas frescas matinais, num dia de Verão.

CASAS NOVAS

Por altura da viragem do século, começou a construção de um novo tipo de casa nas áreas do Arrabalde por baixo do antigo centro histórico de Vila Branca. Estes prédios, consistindo principalmente de filas e de casas semi-isoladas, foram edificados num estilo de classe média urbana por uma classe de negociantes, artesãos e proprietários locais recém enriquecidos; apresentam um corredor centralizado, que abre directamente para a rua e que se estende completamente ao longo da casa, fazendo ligação entre todos os quartos. Geralmente, colocam-se janelas num ou dois dos lados da porta de frente. A casa de entrada constitui uma alternativa ao corredor, consistindo num grande quarto que também faz ligação com as outras divisões. Na parte detrás, encontra-se a cozinha com chaminé, que tradicionalmente abrigava a maior parte da vida familiar, e imediatamente fora, um quintal no qual se localizavam originalmente instalações de sanita (Fig. 2).

Além de ser uma nova forma de organização espacial, o corredor ou casa de entrada introduziu o conceito do espaço semi-privado, onde os habitantes podiam ter conversas com visitantes eventuais fora do alcance dos olhares indiscretos ou intrometidos dos vizinhos. Estas casas também se orgulhavam de ter um salão de um ou de outro tipo — sala de jantar, sala de visitas, sala comum, sala de estar — situado imediatamente por dentro e ao lado da porta de frente onde se convidavam os membros da família e os amigos a entrarem. A sala pretendia ser uma divisão afastada dos usos vulgares mundanos, para ser disfrutada em primeiro lugar para o atendimento formal de convidados; a família usava esta sala para se expor, para exhibir formalmente aos outros a forma das suas melhores mobílias, loiças, pratos, memórias, lembranças e fotografias. No entanto, restringia-se aos parentes e amigos mais íntimos o acesso à cozinha de trás, para além desta área formal.

CASAS SUBURBANAS

A urbanização mais recente em Vila Branca começou a ser construída em 1977 e compunha-se de algumas casas isoladas de dois andares, e outras semi-

-isoladas de um só andar. Desde aquela altura, foram edificadas aproximadamente 28 casas novas, sendo algumas delas estruturas isoladas de um só andar. Embora estes lares tivessem sido construídos por donos individuais, cada um destes tem de respeitar as normas governamentais no que se refere às dimensões mínimas dos quartos e ao tamanho e planta geral, os aspectos sanitários e de segurança, o número mínimo de casas de banho e de quartos de dormir, as técnicas de construção, etc. Os plantas por vezes são fornecidos por empreiteiros que as adaptam, com a assistência e a aprovação do governo, às suas próprias necessidades. As casas normalmente incluem uma cozinha moderna em que a chaminé tradicional tem sido substituída por um exaustor estilizado por cima do fogão, e frequentemente engloba também um frigorífico, uma máquina de lavar roupa, uma arca frigorífica e outros electrodomésticos. As casas são organizadas à volta dum corredor em forma de *T* ou de *L*, que liga dois ou mais quartos, um ou mais salas de jantar ou salas de estar, uma dispensa para armazenagem e um ou mais quartos de banho (Fig. 3).

Os quintais destes edifícios de estilo suburbano conformam-se a um tamanho estandardizado, já que a distância entre a casa e a rua é regulamentada pelo governo. As fachadas podem ter uma organização simétrica ou assimétrica, mas incluem uma ou mais janelas além da porta de entrada; normalmente, a entrada de frente abarca uma varanda ou marquise, que serve de espaço semi-privado para receber convidados. Cada casa é também rodeada por uma curta parede que contém um grande portão de metal para o caminho que conduz à parte de frente da casa, e um pequeno portão com uma campainha eléctrica para o passeio de entrada (*walkway*). Uma parede mais alta, de aproximadamente um metro de altura, separa o quintal próprio do do vizinho. O quintal de trás, actualmente, engloba uma garagem para o automóvel da família e a armazenagem de alfaia. Curiosamente, adjunta às estruturas da maioria das garagens situa-se a chaminé familiar “tradicional” que, dantes, nos dois tipos anteriores de residência, apenas se encontrava dentro da cozinha.

Será muitas vezes a chaminé a primeira estrutura completada num lote subdividido, e está funcional normalmente antes do próprio começo de construção da casa. De facto, muitas famílias usam a estrutura durante o processo de edificação da sua própria casa. Por regra, esta estrutura é chamada “casa de matança” ou “cozinha alentejana” se o seu uso é mais generalizado. A razão aparente dada pela sua construção é de abrigar as actividades para a matança de porco, acontecimento ritual que tem lugar anualmente no decurso de várias semanas, para o qual são convidados membros da família, no sentido de participarem no trabalho e no banquete festivo. A maneira tradicional de preservar o porco é salgá-lo e fumá-lo na chaminé durante duas ou mais semanas. Embora a matança do porco da família seja um acontecimento único, muitos residentes usam a cozinha ao longo

dos meses mais frescos, às vezes até ao longo de todo o ano (c.f. Lawrence 1982).

A cozinha alentejana normalmente contém muito mais do que a chaminé, e amiudadamente inclui uma mesa de jantar com cadeiras, algumas cadeiras pequenas para as pessoas se sentarem em redor da lareira e um fogão a gás para cozinhar. A água potável, e por vezes um frigorífico, também fazem parte do interior da cozinha alentejana, e muitas famílias colocam aí a televisão, para que o espaço possa ser usado durante todo o ano para cozinhar, comer e como espaço de relação. Às vezes, as famílias que têm cozinha alentejana nunca usam a cozinha formal no interior da casa, e por vezes essa divisão não tem sequer utensílios ou electrodomésticos. Os residentes deixam transparecer alguma vergonha se inquiridos sobre as duas cozinhas, mas explicam que preferem cozinhar na cozinha alentejana em vez de sujar a casa; é mais fácil e menos dispendioso aquecer-se com a lenha e o carvão tradicionais. Embora a cozinha alentejana seja o *locus* para as variadas actividades do grupo doméstico, nem todos na família necessariamente concordam com o seu uso. Por vezes, só um ou dois membros utilizam a cozinha, enquanto outros usam o resto da casa, apenas porque gostam de se sentar ao lado do lume com amigos ou isoladamente.

NOVOS ESTILOS DE VIDA, VELHAS FORMAS: VELHOS ESTILOS DE VIDA, NOVAS FORMAS

Se bem que apenas 28 novas moradias tenham sido construídas na urbanização desde os anos 70, praticamente todas as outras casas em Vila Branca têm sido, pelo menos em parte, renovadas ou restauradas. A renovação mais significativa, em quase todos os casos, tem sido a instalação de um quarto de banho interior, enquanto que os acréscimos de quartos e a modernização têm também ocorrido como uma coisa natural. Nas casas mais novas construídas na viragem do século, acrescento um quarto de banho e moderniza a cozinha e os outros quartos não tem sido difícil, visto que os edifícios são relativamente espaçosos, proporcionando o quintal de trás espaço adicional para a casa se expandir; muitos donos destas casas têm também acrescentado uma garagem na parte de trás do quintal com uma cozinha alentejana anexada, enquanto têm modernizado a cozinha interior seguindo as mesmas linhas das da nova urbanização.

Mais difíceis ainda são as renovações de casas no centro antigo da vila, que muitas vezes carecem de espaço para se alargar. Os donos destas estão mais dispostos a acrescentar casas de banho situando-as no espaço fornecido pela chaminé. São dadas várias razões por esta estratégia, mas a mais importante é a facilidade de ligação aos canais de água e esgotos que se localizam junto à porta de frente, perto da chaminé: esta estratégia reduz, significativamente, os custos

envolvidos no encaixe da canalização. Além disso, outros quartos dentro da casa podem já estar destinados a outras funções, parecendo muitas vezes pouco razoável aos residentes retirar espaço precioso nos quartos quando, por exemplo, outros membros da família precisam de sítios para dormir quando esporadicamente fazem visitas. Além disso, o tamanho da chaminé, com o seu interior fundo e alto, amiúde fornece espaço suficiente para construir as paredes que permitem abranger uma banheira, uma sanita, um bidé e um lavatório, sem que estes se estendam demasiado até ao interior da cozinha. Contudo, podem muitas vezes ser detectadas na fachada exterior provas desta transformação, pelo desaparecimento do topo da chaminé e o aparecimento duma pequena janela no meio duma parede, doutro modo caiada e vazia.

No entanto, um efeito secundário da construção da casa de banho dentro da chaminé, e algo surpreendentemente, é a adição frequente duma cozinha alentejana no quintal, que este fique na parte de trás ou ao lado da casa, ou do outro lado da rua. Aqui, opera a mesma estrutura moderna, com nova chaminé e cozinha em pleno funcionamento, como foi o caso outrora no interior; é aqui que se junta a família para cozinhar, comer, se aquecer e conviver. Voltam ao interior do edifício à noite para tomar banho e dormirem. Claro que muitas das casas no centro antigo da vila têm sido compradas por forasteiros para fins turísticos; por isso, foram completamente renovadas para incluir uma cozinha moderna e um quarto de banho, bem como espaços de convívio, varandas e quartos de dormir; apenas algumas têm mantido chaminés velhas, mas utilizam-nas prioritariamente como lareiras.

Ao apropriarem-se de novas formas construídas, os habitantes de Vila Branca reproduziram alguns comportamentos e relações familiares que, com todas as probabilidades, não foram previstos pelos seus criadores, nem encontravam difundidos. Os residentes continuaram a manter um padrão geral dum complexo de comportamentos de lareira, que incluem a cozinha, o comer, o aquecer-se e o convívio no espaço ocupado pela chaminé, apesar da introdução da cozinha moderna. A maioria das mulheres, hoje, utiliza principalmente fogões a gás para cozinhar, mas muitas vezes colocam os seus fogões dentro da chaminé, aproveitando esta última para exalar os odores dos alimentos preparados; aquelas que não cozinham dentro da chaminé, ou que retiram o fogão para fumar os enchidos, podem usar a chaminé para fazer lume para se aquecerem durante os meses do Inverno, apesar de usarem noutros lados aquecedores eléctricos. Não é invulgar encontrar uma família na cozinha alentejana, ao anoitecer, ao redor do lume, vendo televisão após a refeição vespertina. Estas novas combinações de formas arquitectónicas e comportamentos caracteristicamente alentejanas proporcionam alguns momentos fascinantes para a etnógrafa.

Em várias ocasiões, tenho sido convidada a almoçar ou jantar na casa dum

casal cujos elementos foram os primeiros a construir moradia nova na urbanização. A vivenda é de dois andares: no rés-do-chão há uma oficina de metais com um quarto de banho e uma mercearia pequena; no primeiro andar encontra-se a residência propriamente dita — uma sala de estar, sala de jantar, cozinha, casa de banho e três quartos de dormir. No quintal há uma cozinha alentejana com chaminé, mesa de jantar e cadeiras, água potável, lavatório, fogão e frigorífico: todo o cozinhar, comer e vida familiar em geral estão centrados neste espaço. Na maioria das ocasiões, tenho sido recebida também neste espaço, até nos feriados importantes; mas uma vez, quando acompanhada por um colega americano, fomos servido o almoço na cozinha, não na sala de jantar no primeiro andar. A refeição foi preparada na cozinha alentejana e levada, prato após prato, para cima ao primeiro andar. Explicou a família anfitriã que fazem o mesmo quando usam a sala de jantar para ocasiões familiares especiais, preparando todos os alimentos na cozinha alentejana e levando-os para dentro para serem comidos, um prato de cada vez. Quando perguntei a razão pela qual não usavam a cozinha interior, a esposa respondeu que nunca a tinha usado, e que foi mais cómodo cozinhar no espaço exterior.

Repete-se esta aparente anomalia nas casas de um certo número doutros residentes da urbanização, e até noutras secções de Vila Branca, embora talvez não de modo tão extremo. Dentro de uma casa, a cozinha permanece um espaço vazio mas decorado, com uma planta grande em vaso ocupando o lugar reservado futuramente a abrigar o fogão, enquanto a cozinha alentejana é totalmente mobilada e usada continuamente. Contudo, nem todos seguem estes padrões de comportamento; algumas mulheres insistem em cozinhar e servir as refeições às suas famílias na cozinha no interior das suas casas, e utilizam aí aquecedores eléctricos. Noutro caso, a esposa prefere cozinhar e servir as refeições dentro da casa onde, mais tarde, passa o serão vendo televisão, enquanto o marido se retira à cozinha alentejana, sentando-se sozinho na chaminé. Outra família, que tinha remodelado uma enorme casa herdada da família da mulher, tinha o luxo de possuir duas chaminés; uma converteu-se em lareira com o espaço original tornando-se sala, enquanto que a outra, localizada num espaço que servia simultaneamente de garagem e cozinha, servia a família diariamente.

Em contraste com a cozinha moderna, a casa de banho moderna é regular e reconhecidamente usada por aqueles que a instalaram. Nos finais dos anos 70, quando se construíram os primeiros prédios na urbanização, o número de casas de banho interiores em pleno funcionamento em Vila Branca não chegava a 20. As funções desta — como o lavar das mãos, usar a sanita e tomar banho — eram efectuadas em espaços diferentes. Nos prédios mais antigos, havia uma bacia ao lado da porta e da chaminé na cozinha; os habitantes descrevem o processo de se banharem como inconveniente, requerendo um labor árduo de aquecer a água e

encher a banheira, que muitas vezes se encontrava num quarto de armazenagem. As funções de eliminação eram frequentemente feitas num anexo (*outhouse*) no quintal, ou por meio do uso dum balde despejado em pleno campo.

Os residentes salientam que, em tempos anteriores, os proprietários abastados eram os únicos capazes de construir casas de banho nos seus quintais privados, e de empregar criados para os ajudarem a preparar os banhos. Os habitantes mais pobres referem-se à sua própria higiene pessoal embaraçosamente, até com uma nota de vergonha, porque careciam dos recursos para poderem levar a cabo estas actividades facilmente, frequentemente ou com uma privacidade completa. Na melhor das condições, tomava-se banho uma vez por semana, e uma visita ao quarto de banho podia obrigar a sair para ir ao quintal, à vista plena dos vizinhos, ou ir desde casa própria, com um balde, até aos campos do outro lado do castelo. Assim, além da conveniência, uma das grandes vantagens da canalização interior tem sido o assegurar da privacidade individual para as actividades higiénicas dentro do lar. Uma habitante explicou que, antes de construir uma casa de banho interior, não estava convencida de que isso era necessário — era uma vaidade — mas agora sentiu que não podia viver sem ela, especialmente no meio da noite.

Se bem que praticamente toda a gente tenha possibilidades de ter a privacidade e a conveniência do serviço de casa de banho dentro da sua residência, nem todos as adquirem exclusivamente para as suas próprias necessidades pessoais. De facto, os idosos não parecem tomar banho mais frequentemente hoje do que no passado, embora o contrário se verifique no caso dos jovens. Muitas famílias residindo na secção mais antiga da vila sentem-se pressionadas a encontrar espaço para uma casa de banho para se adaptar às necessidades dos membros do grupo doméstico ou visitantes. Uma mulher afirmou em que a filha, que trabalhava e vivia em Lisboa, se recusou voltar a casa para visitar a família se esta não construísse um quarto de banho; dado que a filha muitas vezes trazia amigas à terra com ela, esperava que a sua família lhe proporcionasse o papel de boa anfitriã, com os mesmos confortos de que ela disfrutava na cidade. Outra, ainda, sugeriu que era embaraçoso para o seu filho trazer a mulher e filhos de visita, porque estavam habituados a ter um quarto de banho na sua casa urbana. Frisava no entanto que não gastaria dinheiro a construir um quarto de banho na sua casa arrendada, até que tivesse a possibilidade de a comprar à prima, que até então se tinha recusado a vendê-la.

APROPRIAÇÃO DE FORMAS HABITACIONAIS BURGUESAS

Até à introdução do prédio suburbano com o seu quarto de banho interior obrigatório, a adição mais significativa à casa alentejana “tradicional” foi a sala

e — desde que o espaço o permitisse — uma sala de entrada; ambas estas divisões relembram as primeiras inovações burguesas nas formas de apartamentos urbanos no continente europeu. Elementos desta ordem espacial, importados de áreas urbanas durante o século XIX e os começos do século XX pelas classes médias locais, finalmente penetraram até muitos dos lares de trabalhadores rurais sem terra. Um habitante no centro antigo da vila orgulhou-se duma sala no sótão do primeiro andar de sua casa — um espaço quase inacessível a todos, mas particularmente aos visitantes; embora mobilada com um sofá e fotografias de família, admitiu que na verdade nunca a usava. Outra mulher mostrou os seus planos para dividir a cozinha antiga — praticamente sem uso desde a construção doutra cozinha — em duas novas divisões de casa de entrada e sala de jantar. Desta forma, constituem novos comportamentos e valores o criar dum espaço de apresentação formal da família e o amortecer de contactos entre a família e a esfera pública, estes aprendidos e facilitados através da introdução e apropriação de formas arquitectónicas.

Há outros valores familiares e comportamentos que continuam a evoluir através de formas construídas, e que têm continuidade com as ideias de estilos de vida introduzidas no século passado. A noção oitocentista de que a cozinha e, mais especificamente, a chaminé, são zonas sujas e malcheirosas, são conceitos que vivem com plena força em Vila Branca. A realocização da cozinha alentejana, com a sua chaminé tradicional no quintal, é um acto orientado para a remoção dos elementos poluentes e a preservação da limpeza do interior da casa; contudo, a apropriação da nova cozinha moderna, com o seu fogão ventilado, não eliminou necessariamente os medos dos odores impuros e desagradáveis da cozinha. Na maioria das casas novas, bem como nas antigas, a cozinha e a sala de jantar são separadas entre si pela maior distância possível, mesmo quando a cozinha alentejana se localize no exterior, e mesmo se esta última seja o lugar prioritário para as actividades diárias de cozinhar e comer.

Se bem que a maioria das famílias tenha desde há tempos afirmado a preferência por proporcionarem um quarto de dormir a cada filho, nem sempre existem recursos para satisfazer estes desejos. No mínimo, os filhos de sexo oposto devem dormir em quartos diferentes mas, se apenas houver um quarto, dorme com os pais um deles, normalmente a filha ou o mais novo. Os irmãos do mesmo sexo quase sempre partilham um quarto; num caso, esta economia de quartos permitiu a construção duma sala de estar quando se edificou a nova casa na urbanização. No entanto, nas diversas secções da vila diferem algo os comportamentos das crianças; os que residem em casas mais recentes usam os seus quartos mais frequentemente para estudar ou para visitas de amigos, enquanto que aqueles que vivem no centro antigo da vila utilizam a cozinha para trabalhar e a sala (se houver) para visitas. A ideia da privacidade, e da criança e o seu desenvolvimento

individual, assim, exprime-se com maior firmeza nas residências maiores da classe média, construídas no final do século passado e posteriormente, mas continuam a difundir-se enquanto avança a remodelação e a nova construção noutras secções da vila. Estas variações podem derivar de diferenças de rendimentos, de educação e de classe social entre estas famílias.

Mais recentemente, contudo, uma paixão pelo quarto de banho tem dominado os interesses dos residentes ao modelar as suas casas e os seus estilos de vida. Seguros de que estas comodidades não introduzem odores indesejados no interior do lar, como acontecia outrora com uma tecnologia menos eficiente, os habitantes colocaram-nos numa variedade de sítios. Ao construir e renovar as casas mais novas, os residentes têm podido incorporar quartos de banho facilmente nas suas plantas, geralmente próximas dos quartos, mas os habitantes de edifícios mais antigos têm chegado à conclusão de que o espaço é um problema; a solução mais comum é a de colocar a casa de banho dentro da chaminé, onde muitas vezes se podem manter algumas funções de cozinhar, comer ou conviver naquilo que resta da cozinha adjacente. Embora a casa de banho forneça um espaço privativo no qual os indivíduos possam proceder a lavagens e dejectação, as divisões adjacentes não oferecem muita privacidade de acesso para os outros membros do grupo doméstico ou convidados. Algumas das famílias mais jovens, mas menos abastadas, na parte antiga da vila, têm procurado alternativas, incluindo a de situar a casa de banho na antiga cavalaria ou despensa.

Para a maior parte das apropriações de novas formas construídas em Vila Branca — as salas, o quarto de banho e a cozinha alentejana — são dadas explicações perfeitamente racionais que se relacionam com a melhoria de níveis de vida, da higiene pessoal e da limpeza caseira em geral, mas as implicações destas mudanças a longo prazo não são geralmente reconhecidas. As anomalias na forma construída e no comportamento expressas na manutenção de duas cozinhas (uma das quais realmente usada como a lareira antiga, e a outra um bem moderno decorativo), ou a substituição da chaminé pelo quarto de banho nas remodelações de velhas casas, são assuntos geralmente inexplorados pelos habitantes. Uma sonora gargalhada, ou uma reafirmação de que não há nenhuma outra forma razoável de construir, emperra definitivamente a questão. Apesar destas anomalias, no entanto, o consumo da cozinha moderna e a substituição da lareira — o coração social do lar — por um espaço privativo usado por um indivíduo, constituem ideias mais que irónicas. Significam uma transformação do significado fundamental da casa, de um lugar de trabalho rural e colectivo, para um espaço de lazer burguês que alimenta a privacidade individual e o desenvolvimento pessoal.

CONCLUSÃO

Ao apropriar inicialmente formas construídas novas como a casa suburbana ou atributos a ela associados, os habitantes empregam modos e sentidos dentro dos quais já foram parcialmente integrados, mas que não são necessariamente sentidos com os quais tivessem tido uma ampla experiência tangível. As pessoas desejam a cozinha e a casa de banho modernos por aquilo que sabem que prometem na prática e no uso, mas também pelo seu sentido simbólico; contudo, a apropriação destas formas através da plena construção e uso dá origem a uma realidade diferente, e alarga o processo de socialização. As novas formas podem ajudar a mudar padrões antigos de comportamento, tais como o fazer da higiene pessoal uma tarefa privativa, mas podem também estimular a produção de novas formas construídas adicionais, como a cozinha alentejana.

As formas construídas e os comportamentos aparentemente anómalos em Vila Branca, que agora já chegaram a ser formas residenciais propriamente institucionalizadas, representam as consequências inesperadas da apropriação pelos habitantes das novas formas construídas suburbanas. A cozinha moderna já não abrange as funções anteriormente integradas na lareira, como o cozinhar, o aquecer, o comer e o conviver; antes fragmenta e recombina essas funções com outras actividades. Em vez de se aquecer na chaminé na companhia doutros, utiliza-se um aquecedor eléctrico e olha-se para a televisão, sózinho ou acompanhado, na sala. O desejo de continuar a combinação de funções da lareira dentro da cozinha alentejana, no entanto, estimula a institucionalização duma nova forma construída, uma alternativa ao bem moderno. Por outro lado, as funções de evacuação e de lavagem, anteriormente fragmentadas e socialmente embaraçantes, relegadas para a cozinha e para o quintal, hoje têm sido consolidadas e trazidas para dentro, com vista a acomodar as necessidades higiénicas e encorajar o desenvolvimento dos comportamentos privativos individuais.

Porventura, o efeito inesperado mais esclarecedor destas transformações é a redistribuição de funções. As funções de dejectão, dantes remetidas para o exterior, têm sido consolidadas e trasladadas para dentro do lar, enquanto que as actividades antes compondo o cerne da vida familiar no interior da casa têm sido transferidas para fora, até ao quintal; este rearranjo de espaços, mais do que qualquer outro, significa que os valores da vida caseira contemporânea, quanto à provisão de apoio para a privacidade individual, começaram hoje a suplantar a intensidade da actividade social e dos valores familiares de convivialidade associados à lareira. A transformação será completa apenas quando a cozinha alentejana, e as suas funções associadas de lareira, desapareça de vez. Alternativamente, o processo culminará quando a forma material seja plenamente apropriada para um novo conjunto de actividades burguesas — algo parecido com o churrasco

norteamericano —, onde o cozinhar torna a ser um acto predominantemente cerimonial.

Julho de 1995.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre (1977) *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FOUCAULT, Michel (1975) *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. New York: Vintage.
- GIDDENS, Anthony (1984) *The Constitution of Society*. Berkeley: University of California Press.
- GRUMANN, Carl (1976) "The Concept of Appropriation (*Aneignung*) and Modes of Appropriation", Perla Korosec-Serfaty (org.) *Proceedings of the Third International Architectural Psychology Conference at Louis Pasteur University, Strasbourg*: 113-125.
- GUERRAND, Roger-Henri (1990) "Private Spaces (Scenes and Places)", Michele Perrot (org.) *A History of Private Life: Vol. 4 - From the Fires of Revolution to the Great War* (trans. Arthur Goldhammer). Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; 359-450.
- HAREVEN, Tamara (1991) "The Home and the Family in Historical Perspective", *Social Research* 58, 1: 253-285.
- HOLSTON, James (1989) *The Modernist City: An Anthropological Critique of Brasilia*. Chicago: University of Chicago Press.
- KENT, Susan (1984) *Analyzing Activity Areas: An Ethnoarchaeological Analysis of the Use of Space*. Albuquerque: University of New Mexico Press
- KING, Anthony (1980) *Buildings and Society: Essays on the Social Development of the Built Environment*. London: Routledge & Kegan Paul.
- KOROSEC-SERFATY, Perla (1985) "Experience and the Use of the Dwelling", I. Altman & C. Werner (orgs.) *Home Environments*. New York: Plenum; 65-85.
- LAWRENCE, Denise (1982) "Reconsidering the Menstrual Tabão: A Portuguese Case" *Anthropological Quarterly* 55, 2: 84-98.
- LAWRENCE, Roderick (1990) *Le Seuil Franchi*. Geneva.
- MUMFORD, Lewis (1961) *The City in History: Its Origins, its Transformations, and its Prospects*. New York: Harcourt, Brace & World.
- PERROT, Michele (1990) "At Home (Scenes and Places)", M. Perrot (org.) *A History of Private Life: Vol. 4 - From the Fires of Revolution to the Great War* (trans. Arthur Goldhammer). Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press; 341-358.
- RABINOW, Paul (1989) *French Modern: Forms and Norms of the Social Environment*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- RAPOPORT, Amos (1969) *House Form and Culture*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- RYBCZYNSKI, Witold (1986) *A Short History of an Idea: Home*. New York: Viking.
- SHORTER, Edward (1975) *The Making of the Modern Family*. New York: Basic Books.

Est. I

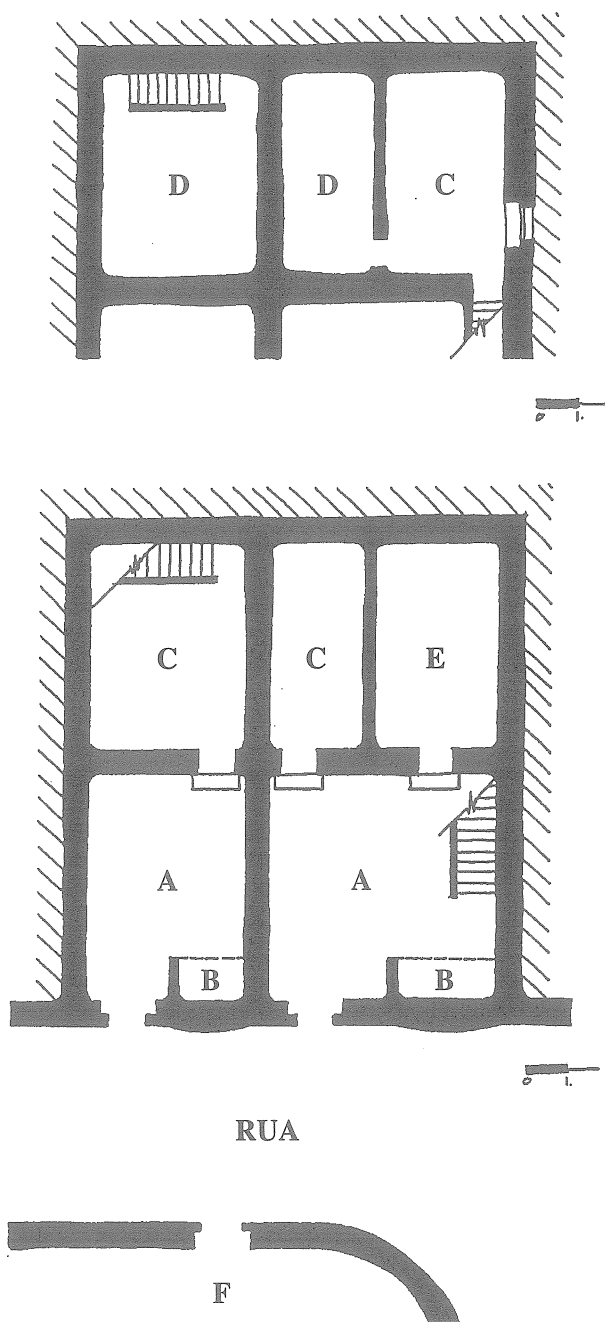


Fig. 1 - Duas casas tradicionais. A. Cozinha; B. Chaminé; C. Quarto; D. Dispensa (sótão); E. Antiga cavaleriça (quarto); F. Quintal. Desenho: Dana Hendrix.

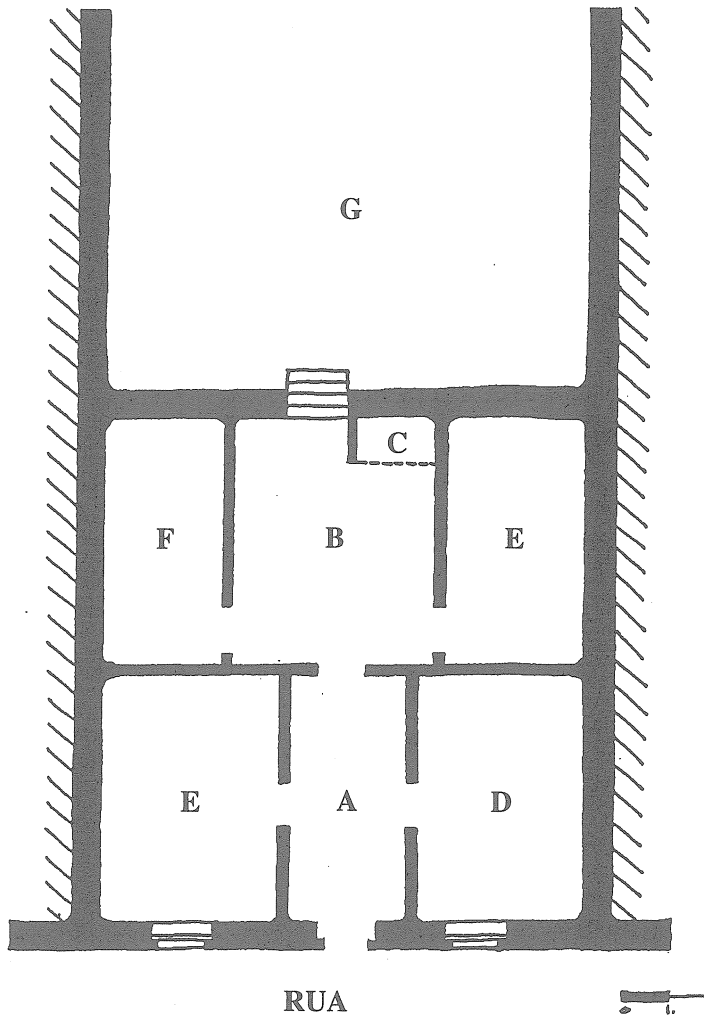


Fig. 2 – Casa nova. A. Casa de entrada; B. Cozinha; C. Chaminé; D. Sala (de jantar); E. Quarto; F. Dispensa; G. Quintal. Desenho: Dana Hendrix.

Est. III

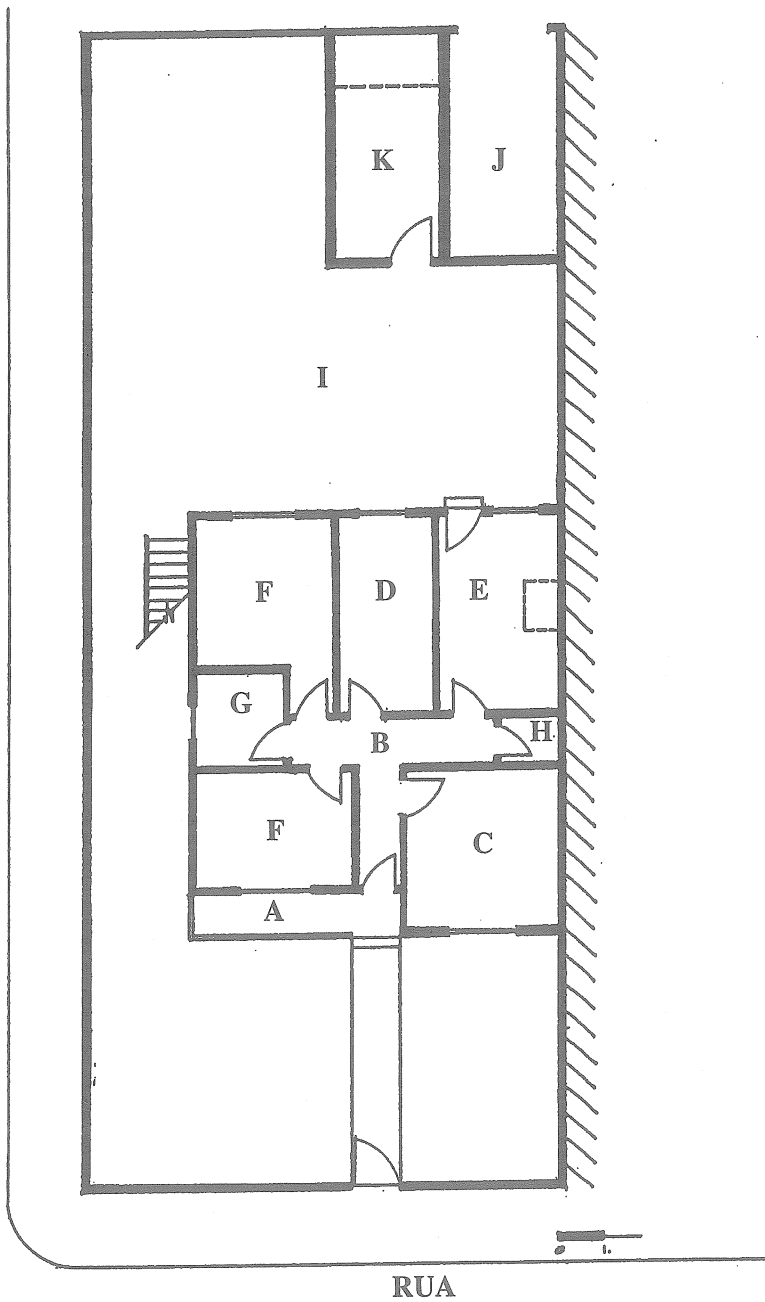


Fig. 3 – Casa suburbana. A. Varanda; B. Corredor; C. Sala de jantar; D. Sala de estar; E. Cozinha; F. Quarto; G. Casa de banho; H. Dispensa; I. Quintal; J. Garagem; K. Cozinha alentejana (com chaminé). Desenho: Dana Hendrix.

VILA VELHA REVISITADA: ANTI-ANTI CUTILEIRO?

por

Francisco Martins Ramos*

Abstract: The following text analyzes the controversial anthropological question of the re-study of communities, from a dual perspective: on the one hand, studies of the same community carried out by different anthropologists, and on the other, research conducted by the same anthropologist returning to a community studied formerly. Clearly, as the latter do not constitute essentially different phenomena, they nevertheless evince singular characteristics of level and scale, suggestive of the so-called “Rashomon Effect” explained by the author. In addition, the author attempts to cross safe and sound the avenues of anthropological post-modernism, which converge emphatically upon the textualization of ethnographic discourse.

O texto seguinte analisa a controversa questão antropológica do reestudo de comunidades, numa óptica dualista: as pesquisas efectuadas por diferentes antropólogos sobre a mesma comunidade e os trabalhos realizados pelo mesmo antropólogo, em pesquisa de retorno. Naturalmente, não sendo, no essencial, fenómenos diferentes, eles são fenómenos de escala e nível singular, no âmbito do chamado “Efeito Rashomon”, adiante explicitado.

Para além dessa questão, o autor tenta atravessar, incólume, as avenidas do pós-modernismo antropológico que convergem enfaticamente para a textualização do discurso etnográfico.

Algum tempo decorreu entre a produção da versão original deste texto e a actualidade. Tentado a modificá-lo, o autor não lhe alterou uma ideia, ou uma linha, por duas razões: em primeiro lugar para não trair a essência do que foi apresentado no Congresso da Associação Antropológica Americana em Phoenix, Arizona (1988); em segundo lugar, porque as orientações pós-modernistas em Antropologia, então embrionárias, têm vindo a concretizar-se no labirinto e nas encruzilhadas etnográficas dos nossos dias.

Convenhamos que a migração das ideias ultrapassou a migração das populações; nesta perspectiva, o pós-modernismo é uma consequência directa do

* Professor Auxiliar – Departamento de Sociologia, Universidade de Évora.

processo de contacto de culturas, área há muito privilegiada pelos estudos antropológicos. Na mediatocracia vigente a pós-modernidade será apenas um intervalo?

Abril/1994.

É do conhecimento geral que a primeira e mais famosa questão do tipo se levantou aquando da polémica entre Robert Redfield e Oscar Lewis sobre Tepoztlán, mas as controvérsias têm crescido assustadoramente quando se confrontam pontos de vista de autores diferentes. Quando o espaço temporal que medeia entre as duas investigações se alarga, naturalmente que as contradições são cada vez mais pródigas e profundamente inconciliáveis. É lógico que assim seja, dado o peso do factor tempo como determinante para a emergência dos processos de mudança, de enviesamento das opiniões e dos lapsos de memória.

Surge paralelamente aquilo que, com feliz acuidade, Brian O'Neill apelida de 'Efeito Montesinos': "... clivagem entre o que é observado durante o trabalho de campo etnográfico, a descrição final dessas observações e a maneira como a descrição é recebida e apreendida pelos leitores" (O'Neill 1988:7). O mesmo autor profetiza o aparecimento de um verdadeiro "terramoto" teórico que abalará cada vez mais os fundamentos da construção antropológica da Europa.

Tais sinais de ruptura e de verdadeira crise já eram há muito visíveis por espíritos perspicazes como o do autor que acabamos de citar e surgiram a público, em força, a partir dos anos oitenta, com a chamada corrente pós-modernista (americana, obviamente) que, apesar de ter um longo caminho a percorrer e um esforço penoso para se afirmar, aí está, eufórica, polémica e espectacular, inovadora e atrevida, nos escritos não necessariamente homogêneos de James Clifford, Renato Rosaldo, Paul Rabinow, Mary Louise Pratt, Johannes Fabian, George Marcus, Talal Asad e outros.

Mas evite-se o "Efeito Montesinos", variante complexa da visão *rashomoniana* e aborde-se apenas o desacordo entre antropólogos a trabalhar no mesmo terreno. Assim, o caso Redfield/Lewis não é único. Algumas querelas posteriores vieram atizar a fogueira da investigação antropológica. Outros exemplos famosos, ou um pouco menos famosos, consubstanciam-se nas disputas entre Margaret Mead e Leo Fortune sobre a guerra entre os Arapesh; as divergências entre Gartrell e Slater sobre os Nyika da Tanzânia; a polémica entre Hippler e Reser sobre os Aborígenes da Austrália e, mais recentemente, o ataque de Derek Freeman às posições de Margaret Mead sobre os habitantes de Samoa. Eu próprio, humildemente desafiei José Cutileiro (há cerca de uma década) sobre o adultério e o patrocinato em Vila Velha, mas só obtive o silêncio... (Ramos 1980).

São afinal todas as etnografias *performances* textualistas vocacionadas e engendradas para o antropólogo contar a história que quer? Bem, já há algum

tempo que estamos de acordo que todo o discurso etnográfico é acerca de nós próprios...

Terminado ou reduzido o exotismo do trabalho de campo longínquo, o que agora está em causa é a autoridade de antropólogo condenado a fazer pesquisa em sítios vulgares (*common places*), para utilizar a expressão de Mary Louise Pratt. Ou seja, “fazer antropologia em casa”.

Esta autora descreve uma situação paradoxalmente escandalosa: a antropóloga Florinda Donner teria plagiado e inventado uma história (*Shabono*) sobre os índios Yanomamo, nossos conhecidos através do clássico de Napoleon Chagnon *The Fierce People* (1968), e doutra obra (ela própria extraordinariamente controversa, por outras razões) *Yanoáma: The narrative of a white girl kidnapped by Amazonian Indians* (editada por Ettore Biocca em 1971). É exactamente este livro (e outros) que Donner teria plagiado.

Para resumir razões, Pratt comenta: “Se Donner fabricou a sua história (o que pode ter acontecido), ela prejudicou a sua profissão mentindo tão bem que ninguém o pode dizer; se a não inventou, experimentou aquilo que pode ser considerado o sonho do etnógrafo: ela foi convidada por aquele povo para estudar a vida deles (Pratt 1986:33).

Para Mary Louise Pratt o caso de *Shabono* reflecte a confusão e a ambiguidade da narrativa pessoal, incólume pela ciência, e levanta a questão do “espaço discursivo” da etnografia. Conclui a autora que não existe texto antropológico sem relatos pessoais das experiências de campo, reconhecidos hoje em dia como verdadeiros subgéneros da escrita etnográfica.

Fugindo a sete pés das ortodoxias dos “cães de guarda metodológicos”, expressão notável e oportuna de Pierre Bourdieu (1989) e renegando com figas o poder estar na pele de Castanedas e Donners, porque não contar o “meu sonho” de Vila Velha? Mato a ciência e estrangulo a descrição objectiva? A narrativa pessoal é tabu? Ou será que a narrativa pessoal do sujeito é um elemento de extrema utilidade para a compreensão do contexto e do cenário em que o observador desempenha o seu papel?

Vivia há cinco meses em Vila Velha. Lenta e progressivamente tinha planeado uma integração sem sobressaltos, pacífica e discreta. Os habitantes começavam a conhecer-me, sabiam para o que estava (na sua ingenuidade, “eu continuava o *romance* do dr. Cutileiro”), decoravam-me os hábitos e gostos, controlavam-me até ao mais ínfimo pormenor. Recebi os primeiros convites para jantares, festas, petiscos e convívios, fui autorizado a invadir os seus espaços domésticos. Começaram a mimosar-me com algumas ofertas, faziam-me perguntas cada vez mais atrevidas, contavam-me histórias anteriormente interditas. Na noite de 6 para 7 de Março de 1988 tive este sonho:

“Era mendigo andrajoso, maltês, doente e velho. Calcorreava com dificuldade

as fragas do Guadiana, as charneças inundadas de cães vadios abandonados por caçadores, passava subtil e célere por “montes” distantes donde me apedrejavam como a um leproso, roubava aqui e além laranjas, uvas e azeitonas, dormia de verão nos fortins das muralhas seiscentistas (as mais afastadas da vila). As crianças escorraçavam-me, os adultos evitavam-me e olhavam-me de soslaio, com raiva, as mulheres, árabes à força, cobriam a cara com lenços negros e escondiam-se.

Estranhamente, três pessoas me traziam, às escondidas, alimento, conforto, palavras de circunstância e calor: José Ferreira, Balixa e Raul. Comida, água, agasalhos, cigarros, mantas e conversa de amigos. Olhavam-me com carinho, admiração, e vergonha pelos outros”.

O paradoxo da situação é que, esses três indivíduos são, na vida real, atrasados mentais, simplórios, parvos na terminologia local. Tão marginais como eu no sonho. Tinham comigo uma relação positiva porque éramos indivíduos da mesma espécie (marginais); tinha com a população “normal” uma relação negativa. Acordei do pesadelo, escrevi-o estremunhado e à pressa, ainda assim não me escapasse qualquer pormenor. Nervoso e pensativo fiquei o resto da noite e ainda hoje o recorde como dos acontecimentos mais marcantes e iluminados do meu trabalho de campo. Porquê? Estava ali a chave e a solução dos meus fantasmas: o medo de não ser aceite pela população “normal”, o temor angustiante de não integração total, “ser da terra e não ser”. Tal obsessão colocara-me ao lado dos marginais, dos anormais, dos não representativos!!

Este sonho individual enquadra-se nas perspectivas psicanalíticas clássicas. Por um lado, ele traduz o desejo inconsciente do sonhador (Freud); por outro lado, ele funcionou como despertador (Jung). A partir dele, não mais deixei de me interrogar: Já estou integrado? já sou como eles? ainda sou um estranho? será que os outros antropólogos terão experimentado as mesmas incertezas, angústias e frustrações, neste labirinto da dúvida que é o trabalho de campo do engajamento absoluto?

Passados alguns meses senti-me tão integrado quanto é possível e, os homens do meu sonho são hoje bons amigos na vida real e referências afectivas obrigatórias na via sinuosa do meu trabalho de campo etnográfico. Um sonho importante, este. Que venha alguém negá-lo na pretensão do academismo rígido e classificá-lo como corrosivo para a ciência.

Quem se esqueceu das descrições pessoais de Malinowski, das narrativas introdutórias de Evans-Pritchard entre os Nuer, do estilo literário de Lévi-Strauss, das descrições anedóticas e angustiantes de Nigel Barley, do diário etnográfico clássico de Michel Leiris ou das peripécias de Brian O’Neill na sua chegada suspeita a Fontelas?

O processo de produção antropológica encontra-se, a partir dos anos sessenta do nosso século, em permanente fermentação, para utilizar a expressão feliz de

Louis Sass. Este autor sintetiza, de maneira admirável, as preocupações de Eric Wolf que, há vários anos, combate os métodos de pesquisa e descrição da Antropologia tradicional. Para Sass, que se apoia nos trabalhos de Wolf, Renato Rosaldo, Clifford Geertz, Pierre Bourdieu e outros, “uma intensa reavaliação do tema tradicional da Antropologia Cultural — e também dos seus métodos de observação e explicação — lançou-a em profundo estado de crise” (Sass 1986:65). Este autor acrescenta todavia que, ao lado desta dúvida generalizada, existe um enorme amadurecimento criador e uma vertiginosa excitação no campo da criação do texto antropológico.

Muitos autores põem hoje em dúvida que os métodos antropológicos tradicionais possam fazer justiça à natureza caleidoscópica da realidade social. Daí que façam apelo a desdobramentos diversos, que vão da história ao feminismo, da filosofia à teoria literária. É uma postura que assumidamente segue a máxima de Clyde Kluckhohn — A Antropologia, sendo um campo interdisciplinar e litigioso, é uma licença intelectual para invadir outras áreas.

Há quem se oponha: Marvin Harris acusa “as mentes literárias”, mas cai nos processos interpretativos e subjectivistas que condena, na sua obra bastante divulgada *Cows, Pigs, Wars and Witches* (1982).

Contrariamente, Michel Foucault, verdadeiro filósofo das ciências sociais, ataca o carácter tradicionalista das ideias racionalistas do ensino e da pesquisa. Ele e Bourdieu “consideram a ciência social não como uma busca neutra da verdade, mas como um sintoma da perversidade da consciência moderna” (Sass 1986:69).

Pierre Bourdieu, ao contrário de Clifford Geertz, que dá ênfase à cegueira (o que o objectivismo não vê), analisa as ilusões que assomam perante o olhar objectivador. Quando os antropólogos descrevem o nativo que segue leis culturais abstractas, eles estão a cair na armadilha da reificação: essas leis são criações intelectuais do observador. Dito por outras palavras: o observador acaba por ser tão prisioneiro como o observado.

Este processo de fermentação vivificante da prática e da reflexão antropológica não fica por aqui. Abordagens recentes, segundo Sass, consideram quase impossível descrever outros povos: algumas etnografias da década de oitenta focam mais o processo do trabalho de campo que as sociedades estudadas; hoje em dia, o pesquisador de campo não é mais omnisciente: ele surge como o anti-herói, o palhaço manipulado pelos informantes sagazes.

A tendência mais recente concentra-se no processo da escrita etnográfica. As etnografias, verdadeiras *alegorias da subjectividade*, podem ser analisadas e interpretadas tal como as obras literárias, “revelando tanto sobre o intérprete e suas suposições culturais, quanto sobre a sociedade sob investigação” (Sass 1986:71).

Lienhardt, ao analisar a última obra de Geertz (*Works and Lives*, 1988)

considera que a grande força da mensagem que pretende transmitir reside em “estratégias literárias superiores, na marca estilística pessoal dos autores nos respectivos textos”. E cita os êxitos das obras de Lévi-Strauss, Evans-Pritchard, Malinowski e Ruth Benedict. Conclui pondo em relevo o papel ambivalente do antropólogo, simultaneamente como intermediário entre as pessoas que estuda e as pessoas para quem escreve. Nessa linha de pensamento Geertz qualifica os antropólogos de hoje como híbridos da arte e da ciência.

Tal situação parece ser uma tentativa para reinventar uma ciência antropológica com a ajuda das mediações textuais. Paul Rabinow levanta algum ceticismo em relação a estas orientações pós-modernistas, mas não deixa de analisar alguns aspectos daquilo que rotula como a viragem desconstrutivo-semiótica. Assim, aponta que James Clifford se orienta para a meta-etnologia textualista, enquanto que Clifford Geertz navega nas águas da antropologia interpretativa. “Clifford’s central theme has been the contextual construction of anthropological authority” (Rabinow 1986:243) seguindo uma orientação que considera que ciência e ficção não são termos opostos mas complementares. Assim, “Advances have been made in our awareness of the fictional (in the sense of “made”, “fabricated”) quality of anthropological writing and in the integration of its characteristic modes of production. The self-consciousness of style, rhetoric, and dialectic in the production of anthropological texts should lead us to a finer awareness of other, more imaginative, ways to write” (Rabinow 1986:244).

Mas a questão não fica por aqui. A tese fundamental de James Clifford é que a escrita antropológica se tem orientado para suprimir a dimensão dialógica do trabalho de campo, oferecendo ao antropólogo o total controle do texto. A posição de Frederic Jameson é próxima. Para este autor, tal como para Habermas, crítico do modernismo, o pós-modernismo chegou à Universidade (logo, à Antropologia), na década de oitenta. Apesar de Jameson escrever acerca da consciência histórica, a mesma orientação está presente na escrita etnográfica: “interpretative anthropologists work with the problem of representations of others’ representations, historians and metacritics of anthropology with the classification, canonization, and “making available” of representations of representations of representations” (Rabinow 1986:250).

Um outro aspecto que este autor considera conducente ao processo de consolidação da prática antropológica da escrita etnográfica é a integração da chamada “conversa de corredor”: “When corridor talk about fieldwork becomes discourse, we learn a good deal. Moving the conditions of production of anthropological knowledge out of the domain of gossip — where it remains the property of those around to hear it — into that of knowledge would be a step in the right direction” (Rabinow 1986:253).

Uma outra posição (a de Stanley Fish) não deixa de ser pertinente. Este

autor argumenta que todos os textos são interpretações e que os factos são, eles próprios, baseados em interpretações. Para Fish, tais interpretações não são questões individuais (subjectivas) mas, acima de tudo, são domínio das comunidades. De tal modo que, “meanings are culturally or socially available, they are not invented *ex nihilo* by a single interpreter” (Rabinow 1986:255).

Voltemos ao reestudo das comunidades. Aspectos importantes da dimensão temporal (oriundos da tradição historiográfica francesa) são postos em destaque por Joaquim Pais de Brito, ele próprio personagem principal de um reestudo em Rio de Onor. Afirma este autor: “Em primeiro lugar, no que respeita ao tempo, sempre curto, de trabalho de campo, a dificuldade em detectar e distinguir continuidades e mudanças, inércias e dinamismos, permanências e inovações confundidos na sincronia do presente da observação. Em segundo lugar, e em íntima relação com o anterior, o facto de ter sido precisamente, no momento histórico de grandes perturbações e mutações nos modos de vida das sociedades rurais do Ocidente, que o antropólogo as foi estudar deparando no terreno com um discurso valorativo estabelecendo o confronto entre um antes e um agora...” (Brito 1989:14).

A situação é paradigmática em Vila Velha: “Maria, uma velha camponesa dos tempos da miséria costuma dizer — dantes, quando tinha bons dentes, não tinha pão; agora, que tenho dinheiro para comprar tudo, não tenho dentes...” (Ramos 1989a:8).

Se em vez de considerarmos o trabalho feito por dois antropólogos em momentos diferentes, focarmos as pesquisas realizadas pelo mesmo antropólogo no mesmo local, a questão não deixa de ser pertinente, interessante e útil. Seguidores desta prática já há, que conheçamos, uma mão cheia: Laurence Wylie em Roussillon (1957, 1981, 1987); Carmelo Lisón-Tolosana em Belmonte de los Caballeros (1966 e 1978); Collin Turnbull no Ituri (1962, 1983); José Cutileiro em Vila Velha (1967, 1971 e 1977); Brian Juan O’Neill em Fontelas (1977, 1987, 1989; Denise Lawrence em Vila Branca (1975, 1988), etc.

Surgem, naturalmente, questões relacionadas com a mudança social, a continuidade e a evolução, as dimensões e ritmos da mudança, as esferas da mudança e da estabilidade. Os estudos de retorno levantam novas questões teóricas que, em geral, escapam às análises e modelos anteriores. “Depois de um período, normalmente entre dez e vinte anos, o etnógrafo volta à comunidade estudada e conclui que: a) tudo mudou, b) nada mudou na sua essência, c) alguns sectores da estrutura social evidenciaram alguma mudança, ou d) o estudo de retorno levanta muito mais problemas teóricos do que se esperava” (O’Neill 1988:16, nota 6).

Em 1950, Laurence Wylie iniciou os primeiros estudos em Roussillon, a que deu o pseudónimo de Peyrane. Voltou lá em 1957, em 1981 e em 1987. O texto de 1987 traduz, com alguma estranheza e desencanto para o autor, o tempo da mudança radical e célere. A agricultura foi trucidada pelo turismo, a comunicação

entre as aldeias vizinhas foi acelerada à velocidade do TGV e da autoestrada, a presença de forasteiros que se instalaram na aldeia tornou-se de temporária em definitiva, arrastando artistas, intelectuais, escultores, celebridades (as residências secundárias de Vila Velha preconizam uma evolução semelhante...). O valor da propriedade imobiliária e dos terrenos circundantes subiu em flecha, a vida social local alterou-se completamente com a mudança do que considera “o ponto de mira social”. Apesar do seu humor, como refere Isaac Chiva, através do texto subtil e essencialmente descritivo de Wylie de 1987 perpassa uma certa angústia e melancolia, porque a “sua Roussillon” de há trinta anos já não existe. A marcha imparável do tempo deixa marcas indeléveis, tanto no mundo rural europeu como nas sociedades “primitivas”, tal como testemunhou Colin Turnbull (1962 e 1983) sobre os Pigmeus da Floresta do Ituri.

Vila Velha, uma comunidade rural do Alto Alentejo, foi sede de concelho até meados do século passado. Cidadela medieval sobranceira à planície, à fronteira extremeña e ao rio Guadiana, reduz-se hoje, na exiguidade dos seus cento e cinquenta e sete habitantes, às funções menores de sede de uma freguesia que, lentamente se esvazia no centro e estagna demograficamente nas aldeias periféricas.

Perdida a importância histórica, eliminada a função militar estratégica de sentinela atenta sobre as margens do Guadiana e os atrevimentos dos Castelhanos, desaparecida a função político-administrativa concelhia, amputada a dinâmica sócio-económica pela fuga migratória dos seus filhos mais jovens, activos e audazes, Vila Velha, tornou-se num centro ritual em vias de extinção.

Em meados da década de 60, José Cutileiro efectuou em Vila Velha o trabalho de campo conducente à tese de doutoramento em Antropologia Social que apresentou na Universidade de Oxford. A obra, que seguiu o modelo mediterrânico vigente apadrinhado pela Escola Inglesa e exemplificado por Julian Pitt-Rivers, foi traduzida para Português e publicada com o título oportuno e eficaz de *Ricos e Pobres no Alentejo*.

Porque me encontro em Vila Velha, “a continuar o romance do doutor Cutileiro” (dizem os meus informantes menos esclarecidos, mas com perspicácia inesperada), eis porque me proponho às presentes reflexões.

O reestudo das comunidades abre novos caminhos à abordagem antropológica porque veicula perspectivas alargadas em relação a certas questões e fenómenos: (in)valida a investigação anterior, testa a problemática da reificação (coisificação), introduz uma visão diacrónica mais alargada e encara o processo de mudança. Relembrando a questão de Tepoztlán, note-se que foi o próprio Robert Redfield que colocou correctamente o problema em 1960, tal como Heider aponta: “An account of a little community is not something that is given out of a vending machine by putting in the appropriate coins of method and technique.

There is no one ultimate and utterly objective account of a human whole. Each account, if it preserves the human quality at all, is a created product in which the human qualities of the creator — in the outside viewer and describer — are one ingredient” (Heider 1988:74).

Oportunamente, Thomas Kuhn, da área das ciências naturais, argumentara que a pesquisa é compartilhada pelo paradigma da época em que ocorre e, outros autores vieram demonstrar que se torna necessário legitimar e justificar os enviesamentos dos observadores.

A etnografia de Vila Velha por José Cutileiro é “a descrição de uma freguesia rural tradicional do Alentejo, em que as questões principais giram à volta do sistema da posse da terra, baseado numa agricultura latifundiária extensiva e na respectiva estratificação social” (Ramos 1989:2). Doutro modo: “The major defining characteristic of the villages, however, was their highly polarised class structure, arising from the extreme inequality inherent in the structure of land tenure and the latifundia system” (Clark and O’Neill 1980:48).

Vila Velha tem sido considerada uma comunidade apropriada para a prática do trabalho de campo, dada a exiguidade da sua população e o ambiente convidativo à reflexão que a localização geográfica e a paisagem exercem nos investigadores. Nos últimos vinte e cinco anos a sua população ficou reduzida a metade, o que ainda facilita mais o contacto e a relação interpessoal, através da malha fina da técnica antropológica. Os tempos têm sido de mudança a vários níveis: político, económico, social, turístico.

Cutileiro, médico que nunca exerceu, pertencia a uma família aristocrática da região e, “não desfazendo, era boa pessoa, bebia com a gente na taberna e o que ele gostava de cantar à alentejana com a gente!”. De facto, ele conquistou os habitantes da freguesia que, até então, nunca se teriam sentado à mesma mesa com um *doutor*. Nada contra Cutileiro: ele imergiu na vivência local, apesar de, num sistema de classes rigidamente estratificado, ocupar, ele próprio, uma posição superior.

Pina Cabral coloca o problema do seguinte modo: “Devido a toda uma tradição de opressão cultural, todo e qualquer camponês ou proletário confrontado com um membro da burguesia detentora da “cultura” (um *Senhor Doutor*, como se diz em Portugal) experimenta uma sensação de inferioridade” (Cabral 1983: 333). A esta dualidade paternalismo/inferioridade que Pina Cabral refere, prefiro eu enquadrá-la naquilo a que desigmo por ideologia da dependência.

Tomando em consideração a mencionada estratificação social da comunidade em estudo, é natural que a referida situação de paternalismo/inferioridade marcasse, dominasse e informasse o espírito e os comportamentos dos habitantes da vila e da freguesia face ao antropólogo da classe dominante. O que quero significar? Gostaria de dizer que, em Vila Velha, Cutileiro coligiu informação ela

própria constrangida pelos limites e pela distância da estratificação social. Nesta linha de pensamento, e reduzidas as diferenças sociais dos anos 60, interrogo-me sobre quais os constrangimentos que condicionarão a minha própria investigação. Parodiando esta e outras questões, há quem afirme que “cada comunidade tem o antropólogo que merece...”.

É, no entanto, notório, que Cutileiro se colocou “do lado dos pobres”. De facto, na sede de concelho mais próxima, Vila Nova, desde agricultores endinheirados a profissionais liberais, desde indivíduos das classes médias a intelectuais, muitos consideram Cutileiro como “traidor”: “Ele usou a nossa amizade e hospitalidade para dar uma imagem falsa sobre nós”, afirmam. Na realidade, várias dezenas de habitantes de Vila Nova leram o livro de Cutileiro...

Aqui se coloca o problema do conhecimento que os nativos devem ter sobre o tipo de investigação que os antropólogos realizam e a percepção que adquirem das questões tratadas. É aqui que surge o chamado “Efeito Montesinos”...

Quanto aos actuais habitantes de Vila Velha, três deles terão lido o livro de Cutileiro. Tenho sérias dúvidas acerca da opinião dos vilavelhenses sobre Cutileiro, se mais pessoas tivessem conhecimento dos pontos de vista do autor sobre o adultério feminino e sobre o sistema de patrocínio na freguesia.

Cutileiro defende fortemente o conceito de patrocínio e, por outro lado, enfatiza a independência moral dos trabalhadores alentejanos. Para complicar a questão, ele considera o adultério como uma verdadeira instituição, referindo que algumas vezes era praticado sob a instigação dos próprios maridos. Em que ficamos? Onde está a independência moral dos trabalhadores alentejanos?

Entre Maio de 1978 e Janeiro de 1979, Sandra Clark, uma antropóloga inglesa, realizou trabalho de campo em Vila Velha. Esta autora e Brian O’Neill publicaram um artigo na revista *Critique of Anthropology*, em 1980, no qual criticam a interpretação específica de Cutileiro sobre o curso da Reforma Agrária, dentro do contexto da Revolução do 25 de Abril (baseando-se sobremaneira no posfácio à edição portuguesa de *A Portuguese Rural Society*).

Tive, entretanto, oportunidade de discutir com Clara, a informante-chave de Sandra Clark, alguns aspectos menos claros da perspectiva desta antropóloga. O que se verifica é que existem diferenças de opinião entre Clark e Cutileiro e, agora, entre Clark e a sua informante; existem diferenças de opinião entre Cutileiro e os seus informantes, entre Cutileiro e eu próprio, entre mim e Clark. Como o papel dos antropólogos é reduzir ou eliminar tais discrepâncias, eis a razão porque coloco o problema.

“Gostaria de mencionar o estranho caso do empregado da Misericórdia que, de acordo com Cutileiro, usava as dependências do hospital como sua residência privada, não cumpria as receitas médicas e, de vez em quando, batia nos doentes. Sandra Clark refere esta ocorrência e chama-lhe bizarra. Também fiquei surpre-

endido e tentei desvendar o enigma.

Um dos meus informantes, José, afirmou-me:

– Nunca ouvi falar disso. O homem era bom enfermeiro e vivia no hospital porque isso fazia parte do contrato.

João, outro dos meus informantes, disse-me:

– Sim, senhor, era verdade. Era um mau enfermeiro e ocupava o hospital sem autorização.

Tentei ir mais além:

– Mas o José disse-me que nunca ouviu nada sobre o assunto!?

– É muito simples, replicou João. Ele disse-lhe isso porque a mulher dele era amante do enfermeiro!

Mais tarde, vim a saber que João, ele próprio aspirante a enfermeiro, tinha sido candidato ao mesmo emprego na Misericórdia!!

Este exemplo paradigmático, tal como as diferentes opiniões de Cutileiro, Clark, José, João, Clara e as minhas próprias perspectivas sobre este e outros assuntos, conduzem-me fatalmente à perplexidade, à dúvida, à angústia” (Ramos 1988:4).

Todas estas discrepâncias trazem-me à lembrança a expressão de Campbell ao afirmar que todo o conhecimento humano é *presuntivo*. Associando o relativismo cultural como o carácter presuntivo do conhecimento humano, devo concluir, na linha de autores como Werner e Schoepfle, que devemos atribuir o mesmo peso ao conhecimento dos nativos que atribuímos ao conhecimento dos outros antropólogos e ao nosso próprio conhecimento. Assim, “The paradox of this situation is that all description, understanding, and explanation of the natives’ cultural knowledge is based fundamentally on two disparate incompletely transmittable, presumptive systems of knowledge — the knowledge of the native and the knowledge of the ethnographer” (Werner and Schoepfle 1987:60).

Por outro lado, uma outra hipótese se coloca quando nos vemos confrontados com indivíduos na prática do trabalho de campo. Ela diz-nos que existe um enviesamento sistemático que tende para o etnocentrismo, durante a recolha de informação sobre um acontecimento ocorrido em dado momento, e a posterior recordação do mesmo acontecimento. Os exemplos citados anteriormente validam esta hipótese e colocam-me numa posição delicada, porque se torna difícil e árduo reduzir contradições e, porque a “minha opinião é mais uma opinião”. O melhor que se pode fazer é tentar compreender as razões que motivam os procedimentos, tentar descobrir as explicações que justificam esta ou aquela atitude, este ou aquele interesse e, procurar legitimar os enviesamentos.

A situação não é nova nem original. Nos anos 50, Akira Kurosawa, um cineasta japonês, realizou um filme cujo nome (*Rashomon*) tem vindo a ser utilizado para qualificar o problema etnográfico que estou a abordar: a reprodução

de versões diferentes sobre o mesmo facto.

O filme localiza-se no Japão medieval e descreve o encontro na floresta de um bandido com um samurai e a sua mulher. “O mistério do filme advém de quatro diferentes relatos sobre o mesmo acontecimento (um encontro sexual que pode ter sido sedução ou violação; e a morte do samurai que pode ter sido assassinato ou suicídio). Cada relato é claramente auto-explanatório, elaborado para dar credibilidade a cada relator” (Heider 1988:73).

De facto, em julgamento, cada contador apresenta a sua verdade: o bandido, a mulher do samurai, o espírito do samurai morto, e um lenhador que acidentalmente passava na floresta. É interessante referir que, a versão do lenhador, pareceria ser aquela que traria a chave do problema, por ser a menos interessada, a mais distanciada e objectiva. Puro engano: O lenhador foi tentado pela pretensa arma do crime: um machado.

Contrariamente aos filmes policiais que no final apresentam a única versão possível e a única verdade, *Rashomon* convence-nos da verdade de cada versão. O “Efeito Rashomon” adoptado pelo discurso etnográfico leva-nos a considerar que “in ethnographic accounts there is not necessarily one account that is truer than any other” (Werner and Schoepfle 1987:149).

Naturalmente que existem mecanismos e processos para evitar situações contraditórias em pesquisas científicas que focam o mesmo objecto de estudo, os mesmos acontecimentos ou os mesmos tópicos. Em certos casos, as chamadas triangulações e perguntas muito simples podem ser esclarecedoras. De facto, há situações em que “alguém está errado”, para usar a expressão de Heider. Noutras situações pode-se estar a olhar para culturas diferentes ou para segmentos diferentes da mesma cultura ou investigando a mesma cultura em épocas diferentes. Como é o olhar do etnógrafo, o seu sistema de valores, a sua orientação teórica, a sua cultura, os seus objectivos e propósitos científicos? E quando o antropólogo muda de opinião? É irrelevante uma permanência mais prolongada no terreno? Existem condições óptimas de trabalho de campo? Há antropólogos que se relacionam melhor com os seus informantes? São irrelevantes o sexo, a idade, o estado, as preferências do antropólogo quando engajado no processo de trabalho de campo?

Neste aspecto, uma postura metodológica aberta é essencial. Torna-se absolutamente necessário eliminar reducionismos que apenas afunilam a perspectiva do objecto. A esse respeito, e referindo-se à Sociologia, Bourdieu alerta-nos dizendo “que a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina — etnologia, economia, história” (Bourdieu 1989:26). Para usar uma

expressão cara a este autor francês, precisamos, como já disse, de nos livrar dos “cães de guarda metodológicos”.

Quer o paradigma do tempo em que vivemos, quer a nossa formação científica, quer os interesses dos intervenientes, quer os contextos em que os fenómenos acontecem, quer ainda o discurso ideológico sobre a realidade, tudo isso contribui para que o “Efeito Rashomon” funcione como o estigma que persegue a investigação etnográfica. Desse modo, ou os fenómenos observados pelo antropólogo/etnógrafo correspondem indubitavelmente à realidade (e são parte e função da História), ou eles existem apenas em função da percepção do etnógrafo?

Aqui vem desembocar a problemática da construção do texto etnográfico como obra literária e como tradução de uma cultura ou de um seu segmento. Tal como Clifford Geertz insinua, a questão crucial que se coloca no trabalho de campo oscila entre o desejo metodológico da observação-participante transformado no dilema literário da descrição-participante (Geertz 1988).

O antropólogo começa a desempenhar cada vez mais um papel ambivalente, simultaneamente como intermediário entre as pessoas que estuda e as pessoas para quem escreve. Geertz avança mesmo com a qualificação de hipocondria epistemológica. Este e outros autores argumentam que, desde Malinowski, a autoridade antropológica se tem apoiado em duas muletas-textuais. A primeira enfatiza o elemento experiencial, “eu estive lá”, e estabelece a autoridade pessoal do antropólogo; a sua supressão do texto estabelece a respectiva autoridade científica, é a segunda muleta textual.

Apesar de Geertz não ser categoricamente convincente e aparentemente cair na sua própria armadilha construcionista, existem outros testemunhos com interesse: “Penso que é nítido que a narrativa pessoal persiste ao longo da objectivação da descrição na escrita etnográfica, porque ela mediatiza uma contradição da disciplina que existe entre a autoridade pessoal e a autoridade científica” (Pratt 1986:32). Não cabe aqui a construção textual de Le Roy Ladurie, toda ela baseada nas interrogações persecutórias do inquisidor. Essa é outra questão que nos levaria longe e nos afastaria dos objectivos deste artigo, apesar da tentação do tema.

Pessoalmente, e na senda de Mary Louise Pratt, penso que as narrativas não matam a ciência. Todavia, no caso de Vila Velha, não sei se serei capaz de reduzir as contradições, e de percorrer, são e salvo, o labirinto metodológico.

Os sinais do “terramoto” teórico previsto por Brian O’Neill passam pelo carácter inovador da etnografia pós-modernista a que George Marcus (1989) atribui três requisitos, não necessariamente únicos: a apropriação dialógica dos conceitos analíticos, a bifocalidade e as justaposições críticas das possibilidades. Tais requisitos exigem, entre outros aspectos, o refazer do observado, o refazer do observador e a problematização da dualidade perspectiva/voz.

Para o autor em referência “the realist ethnography contextualizes with

reference to a totality in the form of a literal situated community and/or a semiotic code as cultural structure. The referent of contextualization for the modernist ethnography, which denies itself any conventional concept of totality, are fragments that are arranged and ordered textually by the design of the ethnographer” (Marcus 1989:27).

Em dois anos, José Cutileiro mudou de opinião sobre as desvantagens do antropólogo que estuda a sua própria sociedade (1973). Sandra Clark passou alguns meses em Vila Velha e preocupou-se essencialmente em criticar Cutileiro. Pais de Brito revisita Rio de Onor mas o seu objectivo não é validar ou invalidar Jorge Dias. Denise Lawrence viu-se, recentemente, confrontada com a emergência do fenómeno turístico em Vila Branca, situação impensável no princípio da década de 70. A minha posição *rashomoniana* já foi explicitada; por outro lado, três anos depois de ter iniciado o trabalho de campo em Vila Velha eu tenho “saudades” de 1987. Nesse interim, também Vila Velha começou a ser assolada por essa hidra avassaladora e predadora que é o turismo de massas. Vinte e cinco anos depois do trabalho de campo que gerou *Ricos e Pobres no Alentejo* não caio na armadilha de ser anti-Cutileiro. Se o “Efeito Rashomon” é um anátema que persegue as nossas próprias consciências e se cada um de nós pode facilmente mudar de opinião (porque os contextos mudam e porque nós mudamos), não vejo outra alternativa senão eliminar a interrogativa que coloquei no título deste texto.

Vila Velha, 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARLEY, Niegl (1986) *The Innocent Anthropologist*, London: Penguin Books.
- BIOCCA, Ettore (org.) (1971) *Yanoáma. The narrative of a white girl kidnapped by amazonian indians*, New York: E.P. Dutton & Co.
- BOURDIEU, Pierre (1989) *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.
- BRITO, Joaquim Pais-de (1989) *A Aldeia, As Casas: Organização Comunitária e Reprodução Social numa Aldeia Transmontana (Rio de Onor)*. 2 vols. Tese de Doutoramento em Antropologia Social, ISCTE (policopiada).
- CABRAL, João Pina (1983) “A Observação Participante na Etnografia Portuguesa”, *Análise Social* 76: 327-339.
- CHAGNON, Napoleon (1968) *Yanomamö, The Fierce People*, New York: Holt, Rinehart & Winston.
- CLARK, Sandra and O’NEILL, Brian (1980) “Agrarian Reform in Southern Portugal”, *Critique of Anthropology* (Vol. 4) 15: 47-74.
- CUTILEIRO, José (1971) *A Portuguese Rural Society*, Oxford: Clarendon Press.
- (1973) “The Anthropologist in His Own Society”, paper prepared for presentation to the Association of Social Anthropologists, St. John’s College, Oxford (policopiado).
- (1977) *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa: Sá da Costa.

- DONNER, Florinda (1982) *Shabono. A visit to a remote and magical world in the south american rainforest*, New York: Harper Collins.
- FREUD, Sigmund (1989) *A interpretação dos sonhos*, (3 vols.), Lisboa: Pensamento Editores.
- GEERTZ, Clifford (1988) *Works and Lives - The Anthropologist as Author*, Stanford: Stanford University Press.
- HARRIS, Marvin (1982) *Cows, Pigs, Wars and Witches*, London: Penguin Books.
- HEIDER, Karl (1988) "The Rashomon Effect: When Ethnographers Disagree", *American Anthropologist* 90: 73-81.
- LEIRIS, Michel (1990) *L'Afrique Fantôme*, Paris: Gallimard.
- LIENHARDT, Godfrey (1989) "O Observador Observado", *Diálogo* (vol. 22) 3: 61.
- MARCUS, George (1986) "Contemporary Problems of Ethnography in the Modern World System" in *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, James Clifford and George Marcus (orgs.), 165-193, Los Angeles: University of California Press.
- (1989) "Past, Present and Emergent Identities: Requirements for Ethnographies of Late Twentieth Century Modernity Worldwide" (policopiado).
- O'NEILL, Brian Juan (1988) "Reflexões sobre o Estudo de Caso Antropológico", *O Estudo da História*, (II série) 5/6: 5-18.
- PRATT, Mary Louise (1986) "Fieldwork in Common Places", in *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, James Clifford and George Marcus (orgs.), 27-50, Los Angeles: University of California Press.
- RABINOW, Paul (1977) *Reflections on Fieldwork in Morocco*, Los Angeles: University of California Press.
- (1986) "Representations are Social Facts: Modernity and Post-Modernity in Anthropology" in *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, James Clifford and George Marcus (orgs.), 234-261, Los Angeles: University of California Press.
- RAMOS, Francisco Martins (1980) "Introdução à Antropologia Alentejana do Quotidiano", *Diário Popular* (Artes e Letras), Agosto/Dezembro.
- (1988) "Vila Velha Revisited: Anti-Anti Cutileiro?", Comunicação apresentada no Congresso da Associação Antropológica Americana, Phoenix, Arizona.
- (1989a) "Solidarity and Conflict in the Alentejo: Political Clientelism in Vila Velha", Comunicação apresentada na IV Reunião do *International Conference Group on Portugal*, Durham, New Hampshire.
- (1989b) "Vila Velha, Cutileiro e o Efeito Rashomon", *Economia e Sociologia* 49: 71-79.
- SASS, Louis A. (1986) "Fermentação na Antropologia", *Diálogo* (Vol. 20) 4: 65-71.
- TURNBULL, Colin (1962) *The Forest People*, New York: Clarion Books.
- (1983) *The Mbuty Pygmies: Change and Adaptation*, New York: Holt, Rinehart and Winston.
- WERNER, Oswald and SCHOEPPLE, Mark (1987) *Systematic Fieldwork* (Vol. II), London: Sage Publications.
- WYLIE, Laurence (1957) *Village in the Vaucluse*, New York: Harper & Row.

COMUNIDADE, ESPAÇO, LOCALIDADE - ALGUMAS REFLEXÕES SUSCITADAS POR UM ESTUDO DE CASO*

por

José Manuel Sobral**

Abstract: Taking as a point of departure some classic definitions of community, this article argues in favour of the pertinence of a relational concept of the latter entity. Reflection originates with a case study — a rural parish in the centre of the country — and grants particular attention to the spatial dimensions of the *locale* which serves as the object of analysis. These dimensions are seen as a product of a history inscribed over the centuries within the structure of landed property, which forms the fundamental basis upon which local social space rests. Analysis of the classes which comprise this local social space deals in special detail with some of the latter's specifically territorial aspects, due firstly to the fact that this territory demarcates discrete spaces of interaction, and secondly, that it constitutes a discursive referent for different and contrasting social positions. The fact that interaction is moulded by social position leads to the proposition that the conception of community, within the local context, only applies to those maintaining wider social relationships of greater intensity.

A sociedade rural tem sido um referente por excelência do(s) conceito(s) de comunidade. Ainda antes da emergência das ciências sociais no século XIX, já se havia generalizado uma representação do mundo rural em que este aparecia como a imagem inversa e contraposta dos comportamentos sociais e políticos que surgiam aos olhos dos contemporâneos como novos¹. De um modo sintético, aos pequenos conjuntos sociais de outrora, unidos por solidariedades em que mesmo a existência de uma hierarquia social implicaria reciprocidades entre os mais

* Este artigo é uma versão revista de um texto de 1988 integrado no 87º Congresso Anual da *American Anthropological Association* em Phoenix, Arizona, no painel “Anthropology Meets History in Portugal: Kinship, Inheritance, and Dynamic Community Models” organizado por Brian Juan O'Neill, anterior à redacção da dissertação de doutoramento do autor, *Produção e Reprodução da Sociedade – família, parentesco, estrutura social numa freguesia rural beirão* (Lisboa, ISCTE, 1993). Por isso, alguns dos tópicos aqui tratados são retomados na mesma. Para não tornar as notas excessivamente pesadas, remeto os interessados nas fontes documentais, em que se apoiam as afirmações aqui produzidas, para essa dissertação.

** Investigador Auxiliar – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Cf. Raymond Williams: “Community”, in *Keywords—a vocabulary of culture and society*, Londres, Fontana Press, 1988 (1976); *A Cidade e o Campo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Ver igualmente Keith Thomas, *Man and the Natural World - changing attitudes in England 1500-1800*, Londres, Allen Lane, 1983, pp. 242-254.

poderosos e os que não tinham poder, contrapunham-se vivências sociais, em agregados de maior escala, onde o conflito de interesses e o egoísmo se sobreporiam. A universos sociais marcados pelo conhecimento mútuo e pela importância dos laços de parentesco, pela afinidade em termos de modos de vida da maioria, teriam sucedido outros em que, pelo contrário, predominaria o anonimato, o enfraquecimento dos vínculos familiares, a diferenciação e especialização ocupacional. Ao mundo de uma autoridade legitimada pela tradição, opôr-se-ia o da questionação dos seus fundamentos.

Estas linhas não pretendem estabelecer uma genealogia do conceito de comunidade, mas tão só chamar a atenção para o contexto em que o mesmo se desenvolveu. Um contexto dicotómico em que o mundo rural é visto como um símbolo fundamental de *comunidade*, perante um tipo de sociedade — produzido pela transformação política iniciada com a mudança revolucionária e o liberalismo, a industrialização e o capitalismo, a aceleração da urbanização, etc. — que aparece como o seu contrário. Podemos detectar a presença de um contraste, que não coincide obviamente com a generalização simplificadora que acabámos de fazer, mas que remete para alguns dos seus traços, nas grandes teorizações sobre sociedade e a evolução social na segunda metade de Oitocentos e nas primeiras décadas do século actual².

Tönnies terá sido, de todos os clássicos de sociologia, aquele que mais terá influenciado os estudos de comunidade, e a dicotomia que estabeleceu entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (associação) é evocada com frequência nestes estudos. Na comunidade, de que cita como exemplos os agregados familiares e os engendrados pela vizinhança, vê um grupo a que se pertence naturalmente. São agregados caracterizados pelo consenso entre os que os compõem e nos quais os indivíduos se inserem como um órgão num organismo. Para este sociólogo, "... a possibilidade da comunidade apoia-se, em primeiro lugar, na estreiteza da relação consanguínea e na mistura de sangue; em segundo, na proximidade física e, por último — para os seres humanos — na proximidade intelectual"³.

Vale a pena referir que Tönnies concebeu esta divisão como instrumento conceptual para classificar relações sociais, mas que ele próprio a inseriu num quadro de evolução social, em que se passa do primeiro tipo de relacionamento social ao segundo. Além de Tönnies outras teorizações basearam as suas representações da

² Ver Robert Nisbet, (trad. fr.), *La Tradition sociologique*, Paris, Puf, 1984 (1966), pp. 15-138. Neste trabalho faz-se a história da noção de *comunidade* nos escritores — Marx, Weber, Durkheim, Tönnies, Simmel... — que influenciam as ciências sociais no século passado e nos primórdios do actual, pelo que nos dispensamos de a repetir aqui.

³ Ferdinand Tönnies (trad. castelhana), *Comunidad y Asociación*, Barcelona; Ediciones Península, 1979 (1887). O prefácio de Salvador Giner e Lluís Flaquer a esta obra, "Ferdinand Tönnies y la ciencia social moderna", constitui uma excelente análise da obra do sociólogo alemão e da sua influência nas ciências sociais.

sociedade num contraste entre tipos distintos. Por exemplo, Weber, que contrastou as relações *comunais* — assentes num sentimento subjectivo, “afectivo” ou “tradicional” de pertença (a relação erótica, a lealdade pessoal...) — com as relações *associativas*, caracterizadas pela racionalidade dos interesses envolvidos, como sucederia, por exemplo, com as relações de troca no mercado ou com associações voluntárias baseadas no interesse pessoal ou na adesão a valores comuns⁴.

Através de caracterizações como as mencionadas e por intermédio de uma representação mais vaga da sociedade rural tradicional a que se aludiu de início, veio a delinear-se uma imagem do mundo rural como universo de comunidades, sendo estas definidas, por exemplo, pela pequena dimensão, homogeneidade, auto-suficiência em termos de satisfação das necessidades básicas reprodutivas dos que as compõem, consciência de uma identidade própria⁵. Esta imagem foi, por sua vez, questionada em tempos mais recentes. Insistiu-se nomeadamente em que tinha havido uma identificação de modelos teóricos como os de *comunidade* e *sociedade* com situações sociais concretas, deturpando-as⁶. Assinalou-se igualmente que as análises privilegiavam dimensões de integração e de solidariedade nas comunidades, desvalorizando os conflitos que as percorriam⁷. Ou que esses mesmos universos sociais não se encontravam tão separados de sociedades envolventes e de dinâmicas mais globais quanto a representação feita dos mesmos⁸. Ou ainda que as comunidades não eram propriamente estruturas sociais concretas, antes construções simbólicas de identidade, definidoras de um “nós”⁹.

De toda esta discussão iremos reter as propostas dos que procuraram desenvolver um conceito *relacional* de comunidade¹⁰. Neles a comunidade denota configurações sociais definidas por vínculos múltiplos e pluridimensionais que se

⁴Max Weber (trad. cast.ª), *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1984 (1922), pp. 33-34. As designações relações “comunais” e “associativas” correspondem à edição deste texto por Talcott Parsons — Max Weber, *The Theory of Social and Economic Organization*, New York, The Free Press, 1964 (1947), pp. 136-139 — enquanto os tradutores para castelhano preferiram as de “comunidade” e “sociedade”. Weber, que se inspirou em Tönnies, chama a atenção para o facto de se tratar de uma tipologia de relações sociais, e que em qualquer *comunidade* há aspectos da *sociedade* e vice-versa.

⁵É a caracterização de Robert Redfield, produzida em “The Little Community”, in R.R., *The Little Community and Peasant Society and Culture*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1973 (1960), p. 4.

⁶Giner e Flaquer, op. cit.

⁷Cf. Oscar Lewis, *Life in a Mexican Village – Tepoztlán Restudied*, The University of Illinois Press, 1972 (1951), em particular pp. 427-448. Lewis visa as posições de Redfield expressas num estudo sobre a mesma localidade.

⁸Uma monografia antropológica precursora sobre um “terreno” europeu foca a problemática da relação comunidade/sociedade envolvente. Cf. Julian Pitt-Rivers, *The People of the Sierra*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1971 (1954).

⁹Cf. A.P. Cohen, *The Symbolic Construction of Community*, Chichester e Londres, Ellis Horwood e Tavistock, 1985.

¹⁰Cf. Craig Calhoun, “Community: toward a variable conceptualization for comparative research”, in *Social History*, vol. 5, n.º 1, 1980, pp. 105-129.

sobrepõem — parentesco ou vizinhança, por exemplo —, bem como por modos de vida determinados. Essas configurações tanto podiam ser anteriores à existência de divisões de classe, como precisamente ser a classe a base da comunidade. Este conceito possibilita o estabelecimento de uma distinção entre localidade e comunidade. Com efeito, se estas podem em certos contextos ter um certo grau de coincidência — sempre que haja um determinado grau de homogeneidade social —, muitas vezes tal está longe de ocorrer. A contiguidade espacial não implica relacionamento social. Pelo contrário, no território de uma qualquer povoação podemos encontrar limites e forte segregação em termos sociais (ou socio-espaciais). Neste entendimento de comunidade figura o espaço. Simplesmente, não se trata do mesmo espaço para todos os que habitam uma determinada localidade. Enquanto para alguns o essencial do seu relacionamento pode decorrer na localidade e localidades vizinhas, para outros — emigrantes, e sobretudo membros de classes dominantes — o espaço da sua prática social pode ser o do estado-nação ou ir para além das fronteiras nacionais.

A investigação que serviu de base a este texto seguiu em grande medida a metodologia do “estudo de comunidade”. Procurou estudar através da “observação participante” vários aspectos de uma colectividade relativamente pequena, inserindo-a num campo analítico mais vasto, supra-local, porque as dinâmicas locais não se podem observar como algo separado de contextos sociais mais amplos, como o estado nacional ou um espaço internacional cada vez mais influente. Debruçou-se, também, sobre a pertinência da utilização de um conceito relacional de comunidade no estudo da sociedade, questão a que voltaremos na parte final do trabalho.

2.

Espaço e tempo são elementos constitutivos da acção social. Qualquer tipo de relacionamento tem um carácter espaço-temporal. Um lugar não é apenas um meio, um suporte da vida humana, uma entidade separada do que existe nela. O espaço, não sendo um determinante absoluto, coloca, pelas suas características físicas ou naturais, constrangimentos, ao mesmo tempo que oferece determinadas possibilidades à actividade humana. É parte da sua vida. Uma vida estruturada por ritmos temporais, associados à distribuição espacial das diversas actividades sociais. Basta atentar na importância de factos como alternância entre o dia e a noite, que foi, até ao apogeu da sociedade industrial e à difusão concomitante da luz artificial, o principal regulador dos tempos e lugares de trabalho e de repouso, na sazonalidade de processos sociais — descanso, lazer ou trabalho associados a espaços próprios —, ou no modo como o calendário anual ou o horário quotidiano referenciam e distribuem temporal e espacialmente as nossas vidas. Não se trata, pois, de dimensões externas aos sujeitos. Espaço e tempo são constitutivos das

estruturas e práticas sociais, do passado que se revela na memória e nos hábitos, existem sob forma incorporada¹¹.

Espaço e tempo têm sido, por isso, trabalhados na pesquisa das sociedades ao longo do século actual. Não se pode esquecer o impacte da geografia humana, com a sua atenção sobre paisagens e/ou territórios moldados pela acção humana no tempo, nem uma historiografia construída em íntimo convívio com a mesma — em particular, a chamada “Escola dos Annales” —, que insistiu no carácter histórico e construído dos espaços e no modo como estes se relacionavam com a actividade humana. Na antropologia e na sociologia, também é discernível (alguma) atenção a estas dimensões da vida social¹². Porém, mais recentemente tem vindo a conferir-se uma atenção específica à articulação entre espacialidade e

¹¹ Sobre o carácter temporal da vida social — incluindo a cronobiologia (ciclos ou ritmos do corpo) — ver a obra de Michael Young, *The Metronomic Society – Natural Rhythms and Human Timetables*, Londres, Thames and Hudson, 1988; ver igualmente como o tempo (e o espaço) se incorporam na rotina diária, nos hábitos, na mesma obra, cap. 4, “Habit. The Flywheel of Society”, pp. 75-128. Quanto à relação corpo-espaço, consultar Henri Lefebvre — *La Production de l'espace*, Paris, Anthropos, 1974, p. 50 e p. 131 —, onde se recorda que as unidades de medida do espaço (braça, côvado, polegada) eram outrora partes do corpo humano. A obra de Lefebvre é também importante no que diz respeito à articulação espaço-tempo. Sobre a relação entre espaço e memória, veja-se o clássico de Maurice Halbwachs *La Mémoire collective*, Paris, PUF, 1968 (1950), em particular o cap. IV, “La mémoire collective et l'espace”, pp. 130-167. Recorde-se que a articulação espaço-temporal da vida social já havia sido tratada no ensaio pioneiro de Marcel Mauss, “Essai sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos — étude de morphologie sociale”, in M.M., *Sociologie et anthropologie*, PUF, 1973 (1904-1905), pp. 389-477.

¹² Estas considerações não assentam propriamente numa leitura exaustiva destas ciências sociais. Baseiam-se fundamentalmente na ponderação de obras como as dos historiadores Lucien Fèbvre — *La Terre et l'évolution humaine*, Paris, Éditions Albin Michel, 1970 (1922) —, Marc Bloch — *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*, Paris, Armand Colin, 1968 (1952) — ou Fernand Braudel — (ed. cast.) *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Filipe II*, México, Fondo de Cultura Económica, 1980 (1ª ed. 1949), e “Histoire et sciences sociales: La Longue Durée”, in *Écrits sur L'Histoire*, Paris, Flammarion, 1969 —, a que se poderiam juntar as de muitos discípulos e continuadores. Na de trabalhos sociológicos como os pioneiros de Mauss ou de Georg Simmel — (trad. cast.) “El espacio y la sociedad”, in *Sociología*, vol. 2, Madrid, Alianza Editorial, 1986 (1ª ed. 1908). Em antropologia tem um lugar central a obra de Evans-Pritchard sobre os Nuer — (ed. cast.) *Los Nuer*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1977 (1ª ed. 1940). Em geografia remetemos para obras como a já citada de Lucien Fèbvre, e em pequenas sínteses — cf. Chantal Blanc-Pamard e Jean-Pierre Raison, “Paisagem” e Marcel Roncayolo, “Território”, in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 8, Região, Lisboa, IN-CM, 1986 —, bem como para trabalhos como os seguintes: Derek Gregory e John Urry, eds., *Social Relations and Spatial Structures*, Houndmills, Basingstoke e Londres, 1985; Nigel Thrift e Peter Williams, *Class & Space...*, Londres e Nova Iorque, Routledge & Kegan Paul, 1987; Edward W. Soja, *Postmodern Geographies - the reassertion of space in critical social theory*, Londres e Nova Iorque, Verso, 1989.

Também não se pretende fazer uma amálgama destes contributos, por vezes muito distintos, mas tão só assinalar que eles representam momentos de reflexão sobre a relação entre espaço, tempo e acção humana.

temporalidade e ao seu papel constitutivo e regulador da vida social¹³. Em suma, tem havido um maior reconhecimento, no plano analítico, da dimensão espacio-temporal do universo social, quer se esteja a tratar do plano da vida individual ou de grupos e classes sociais, da interacção quotidiana, de conjunturas, ou ainda se trate de objectos ao nível da estrutura.

Se corro o risco de referir aqui estes aspectos, de um modo tão sumário e fragmentado, é porque procurei tê-los em conta na pesquisa em que assenta este texto. Esta centrou-se numa freguesia rural da Beira e mais intensamente numa das aldeias contígua à sede de freguesia, complementada com o estudo de grupos sociais (alguns grandes e médios proprietários) que vivem nesta última e de instituições sociais e políticas que nela têm a sua sede. A sua existência e reprodução é indissociável. Desse trabalho retirarei alguns dados referentes à importância das dimensões espacio-temporais inscritas em lugares, hábitos, objectos, memória ou discursos dos que aí habitam. Aliás, a própria situação do trabalho de campo contribui para transformar espaço e tempo em algo de concreto, em virtude do investigador se confrontar com rotinas temporais e quadros espaciais distintos dos que configuram o seu quotidiano habitual¹⁴.

Tentei pensar este lugar como um *locale*, no sentido que Giddens confere ao termo: "...Uso *locale*, preferindo-o deliberadamente à noção de *lugar*, tal como esta é habitualmente proposta por geógrafos, porque *lugar* é muitas vezes apenas uma noção vagamente formulada e porque habitualmente não significa a coordenação simultânea no tempo e no espaço. *Locales* referem contextos de interacção, incluindo os aspectos físicos do contexto — a sua *arquitectura* — nos quais se encontram concentrados aspectos sistémicos da interacção e das relações sociais"¹⁵.

3.

O local para que remeto neste texto é uma freguesia rural do concelho de Nelas, distrito de Viseu. A freguesia é actualmente composta por três núcleos de povoamento: Vila com 819 habitantes, Aldeia com 423 e uma outra povoação, bastante mais pequena, com 57¹⁶. As duas povoações principais situam-se na zona

¹³ Anthony Giddens tem sido uma figura saliente nesta teorização, envolvendo nomeadamente na sua reflexão os contributos da geografia do tempo. Ver: *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Londres, The Macmillan Press, 1981; "Time, Space and Regionalization", in *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1984, pp. 110-161; "Time and Social Organization", in *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987, pp. 140-165.

¹⁴ Vão neste sentido as observações de Roberto da Matta, in *A Casa & a Rua*, Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991, p. 46.

¹⁵ Anthony Giddens, *The Nation-state and Violence*, vol. II de *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Cambridge, Polity Press, 1985, pág. 13.

¹⁶ Dados do XII Recenseamento Geral da População (1981), Lisboa, INE, 1983. Vila e Aldeia são designações fictícias. Para todos os outros dados referentes à análise local que serão evocados neste texto, remete-se, como se disse de início, para a nossa tese.

planáltica da freguesia. A cerca de 4 quilómetros, na margem do Dão, fica a povoação mais pequena.

A terra, meio de produção fundamental aqui, encontra-se desigualmente repartida. Num dos pólos encontramos os grandes proprietários. Detêm extensões variáveis de terra que vão de pouco mais de 30 hectares num dos casos a mais de 130 num outro. Estão aqui agregados num mesmo grupo, mau grado as assimetrias em termos de terra que controlam, porque a escala da exploração e a especialização produtiva dos que têm menos extensão os distinguem com nitidez de todos os outros proprietários e os aproximam daquele que tem mais. Além disso, a sua história familiar é a de membros do primeiro grupo. Há diferenças de atitude económica no seu seio. O maior dos proprietários especializou-se na produção vinícola — a freguesia encontra-se no centro da Região Demarcada do Dão —, dedicando à mesma na actualidade mais de 50 hectares e engarrafa o seu vinho — chega a produzir bem mais de 300 000 litros — em modernas instalações próprias. Está hoje associado na sua comercialização a uma família chilena de exportadores. O que tem menos terra é um dos maiores produtores locais de maçã, com cerca de 4 000 árvores que produzem em torno das 200 toneladas, além de 25 000 litros de vinho. Um seu parente, com pouco mais de 40 hectares, tem uma pocilga com cerca de 1000 animais e produz em torno de 60 000 litros de vinho que engarrafa. Além disso, a maioria destes proprietários tem outras produções destinadas ao mercado, como a de azeite. As outras famílias proprietárias têm uma atitude face à actividade agrícola bem distinta. Numa delas, explorada directamente, tem-se assistido a uma ausência de investimento nas últimas décadas, que tem levado ao seu declínio — ultimamente concentrou-se quase exclusivamente na produção de vinho, mas sem proceder à modernização das vinhas ou do processo de vinificação. Numa outra, combina-se a exploração directa da vinha com o arrendamento, não se registando também investimentos modernizadores na actividade produtiva.

Traços comuns a este grupo são ainda o facto de serem os principais utilizadores de tecnologia agrícola moderna — tractores, lagares de vinho mecanizados, lagar de azeite, linhas de engarrafamento — e da mão-de-obra local.

Muito embora apenas três destas famílias tenham membros a residir permanentemente na freguesia, o seu envolvimento directo na gestão agrícola — mais ou menos mediado pelos encarregados, os *feitores* — faz com que apenas uma delas, aquela que arrenda boa parte da sua propriedade, possa ser considerada como absentista. Além do controlo da terra e do poder directo que exercem enquanto principais empregadores locais, este grupo — com clivagens sociais importantes no seu seio, note-se — distingue-se por uma trajectória, por uma segregação da sociabilidade local, dos restantes habitantes da freguesia — exceptuando-se, em alguns casos, os seus laços com membros de famílias provenientes do

sector dos médios proprietários que, por algum caminho, se distinguiram do “comum”. Na história destas famílias encontramos biografias distintas. Proprietários provenientes da pequena nobreza local, que já detinham poder na sociedade de Antigo Regime — presidentes da Câmara ou capitães-mores das Ordenanças, por exemplo — e que não fizeram alianças matrimoniais no local no último século e meio. Proprietários da burguesia rural, já com alguma importância na sociedade de Antigo Regime, que foram os principais agentes do poder em Oitocentos e nos princípios do século actual e que enviaram desde então os seus membros do sexo masculino à Universidade. Tal permitiu-lhes sair daqui, mantendo contudo durante muito tempo uma base fundiária. Finalmente, uma família que ascendeu a esta posição em finais do século passado, mas onde não houve qualquer aquisição de capital escolar do nível do diploma universitário. Estas trajectórias, que geraram diferenças de estilos de vida, “maneiras” ou gosto, explicam em grande medida as diferenciações subtis existentes no seu seio, a sua hierarquia interna. Mas o grau de reconhecimento existente entre os mesmos e a sua separação dos outros — são por excelência os classificados como “ricos” —, bem como o facto de os seus antecessores já estarem no topo em finais do século XIX, fizeram deles um grupo à parte.

Do ponto de vista da distribuição da propriedade, aparece-nos em seguida um segmento de médios proprietários — 10 —, possuidores de extensões de terra entre pouco menos de 10 hectares e ligeiramente acima dos 20. Não constituem, tanto na sua existência actual como na sua história, um grupo homogéneo. Alguns destes descendem de famílias de médios proprietários abastados do século passado, outros ascenderam a este estatuto mais recentemente. Os primeiros pertencem a um sector de burguesia rural com menos terras do que as famílias ligadas à grande propriedade. Mas parecem ter jogado o seu destino social, desde o fim de Oitocentos, na aquisição de títulos académicos, seguindo, porventura uma ou duas gerações passadas, o percurso dos filhos de alguns grandes proprietários.

No interior do sector de famílias com média propriedade há uma clivagem nítida que separa as mais antigas, que acumulam hoje várias espécies de recursos, ou de capitais, e que, em termos genéricos, se afastaram da actividade agrícola, daqueles para quem a mesma é imprescindível. Os primeiros abandonaram a exploração fundiária directa, sendo a sua terra arrendada, quando não deixada em parte por cultivar, transformando-se a propriedade em lugar de vilegiatura — a sua origem rural passou a ser símbolo de prestígio, de “raízes”, as casas e pequenas quintas transformaram-se em lugares de lazer. Para os proprietários deste grupo que vieram de classes com pouca propriedade, ou talvez mesmo nenhuma em algum caso, a terra é uma fonte de sustento, sendo trabalhada pela família, com recurso a mão-de-obra assalariada, destinando-se a sua produção — vinho e batata, principalmente, mas também, em certos casos, aves de criação, azeite e

mesmo gado bovino — na maior parte ao mercado.

Este sector é oriundo das classes que predominam na freguesia: pequenos camponeses e jornaleiros. A título de ilustração do padrão local de distribuição da propriedade, veja-se que em Aldeia, que foi estudada mais intensivamente, 35% das famílias não tinha terra, enquanto uns 34% tinha uma quantidade igual ou inferior a 0,5 hectares e só 8% tinha entre 0,5 e 1 hectares. A maioria dos restantes tem entre 1 e 2 hectares. Estas famílias cultivam para o mercado e para casa, sendo naturalmente a parte de auto-subsistência de maior relevo para quem possui menos propriedade. Os pequenos proprietários produzem batata, milho, azeite, árvores de fruto e os produtos da horta. Um ou outro possui tractor, ou motocultivador, um autêntico emblema tecnológico dos pequenos proprietários, o que não significa que ele abunde, pois perde claramente em confronto com o burro, animal para todo o serviço, desde o transporte às (pequenas) lavras. A terra é trabalhada pelo grupo doméstico, com a ajuda de amigos e parentes e de algum assalariado, quando a idade, a insuficiência em termos de mão-de-obra do grupo doméstico ou o tipo de tarefa a tal obriga.

Há diferenças internas no seio dos pequenos proprietários camponeses que se prendem com a dimensão da propriedade e com a sua trajectória — neste caso com o facto de terem ou não herdado a terra, ou de esta ser ou não a única fonte de rendimento. Note-se que neste grupo, e em geral entre os mais humildes, a emigração tem sido um factor de extrema importância na transformação das suas posições relativas. Assim, há aqui uma fracção um pouco mais abastada, com ocupações fora da esfera agrícola, que pode mesmo ter frequentado o secundário e que pouco se distingue dos médios proprietários mais recentes e pequenos. Distanciam-se dos restantes pequenos proprietários, que por sua vez estão próximos dos assalariados. Próximos, até porque são muitas vezes os seus descendentes, sobretudo no caso dos emigrantes, que reinvestiram em casa e terra — além do dinheiro a prazo — as suas poupanças. Estão ligados consanguineamente, por afinidade, pela sociabilidade, ao mundo dos assalariados.

Estes últimos ou não são de todo proprietários, arrendando terra de cultivo, ou possuem parcelas minúsculas. Produzem para a auto-subsistência da sua casa, vendendo, em caso de boas colheitas, os excedentes daquela que constitui a sua produção mais significativa: a batata. Além desta, produzem milho destinado ao fabrico do pão que consomem ou ao pagamento de rendas — não dispendo muitas vezes de quantidades suficientes do mesmo —, algum vinho ou azeite de oliveiras dispersas, produtos hortícolas. O azeite, quando o têm, é insuficiente para as suas necessidades de consumo, o mesmo sucedendo com o vinho. Este, aliás, não provem normalmente de vinhas, mas de “cordões” que ladeiam os seus campos de cultivo. Entre os trabalhadores é o grupo doméstico quem cultiva, com recurso à entreajuda em momentos de maior necessidade de trabalho, como as colheitas. A

tecnologia é de base manual, poucos mesmo possuindo burra. A tecnologia mecânica reduz-se aos motores de rega e a um ou outro atomizador moderno.

Como já se percebeu pelo que se disse acima, uma descrição da sociedade local ficaria incompleta se não se referissem as actividades não agrícolas, que se articulam com os recursos da agricultura, sendo amiúde os seus salários a principal fonte de ingressos das famílias locais. Diga-se de passagem que são hoje cada vez mais raros os adultos ainda jovens — de idade inferior aos 45 anos — que se dedicam exclusivamente à agricultura. Nesta freguesia encontram-se poucas actividades que não sejam as do sector agrícola. O pequeno comércio de mercearia, os cafés, duas padarias, uma farmácia, um pequeno estaleiro da construção civil e uma pequena serralharia, uma oficina de reparações de veículos automóveis, quase não geram emprego. A maior concentração de trabalhadores, aliás de trabalhadoras, dá-se em dois “salões”, que são salas alugadas onde várias mulheres bordam tapetes de Arraiolos por conta de comerciantes, que fornecem os materiais utilizados e os padrões das tapeçarias. Há ainda alguns empregados públicos e do sector de serviços. Segue-se um amplo leque de assalariados, maioritariamente empregados no sector de obras públicas e construção civil, de um modo permanente ou mais esporádico, que trabalham na esmagadora maioria fora. Este grupo vem do campesinato pobre ou são jornaleiros sempre à espreita de alguma oportunidade para obter remunerações mais elevadas do que as existentes na agricultura. Quando não têm alternativa, voltam ao cultivo da terra.

Os grupos que se situam no topo e na base — passe a metáfora espacial — da sociedade local encontram-se estreitamente ligados no plano económico. Com efeito, os assalariados, embora em redução progressiva, trabalham — em número cada vez mais reduzido — predominantemente as terras dos maiores proprietários, ao mesmo tempo que lhes arrendam as terras menos aptas a culturas em maior escala, onde desenvolvem a sua policultura de subsistência.

4.

Estas breves considerações não pretendem constituir uma análise das classes da freguesia, mas tão só proporcionar indicações mínimas que nos permitam compreender os quadros básicos da vida local.

O território da freguesia espelha no seu espaço a sua estrutura social e a sua história, sendo ao mesmo tempo um elemento simbólico e um referente da memória. A sua análise revela-nos um espaço agrícola antigo, onde se situam povoados que já existiam na sua maioria há uns nove séculos. É muito diferenciado nas suas características físicas, que se associam a tipos de cultura e a actividades humanas diversificadas. Podemos considerar que ele se divide, *grosso modo*, em duas zonas principais: uma, planáltica, percorrida por uma ribeira, cujas margens se prolongam na direcção norte numa inclinação suave em cujo topo se situam os aglome-

rados populacionais mais importantes; a outra, de encosta pedregosa, com vales estreitos percorridos por ribeiros de Inverno e de Primavera, que parte das povoações e termina junto ao rio Dão. Numa pequena planície aluvial deste localiza-se a aldeia mais pequena. Na zona planáltica encontram-se os solos mais aptos a culturas irrigadas, sobretudo os localizados junto à ribeira, enquanto os situados a uma cota mais elevada e com uma boa exposição solar são particularmente adequados à vinha e à oliveira.

As maiores explorações agrícolas da freguesia situam-se nesta zona central, convergindo para as residências dos seus proprietários. A história das mesmas revela-nos a lógica da *produção do espaço* da freguesia¹⁷. Em particular, a da principal destas, a Quinta de Vale Bom, com cerca de 70 hectares. Esta, já mencionada como um casal no século XIII, foi delimitada e murada em finais do século XVI por um membro da família dos senhores donatários dos antigos concelhos de Senhorim, onde esta freguesia se situava, de Óvoa e do Barreiro, próximos daqui. Durante alguns séculos, esta quinta foi explorada por intermédio de um rendeiro. Este, no século XIX, além de pagar uma renda anual pela mesma aos sucessores desta família senhorial residentes em Lisboa, encarregava-se igualmente da recolha das suas rendas, provenientes dos foros de prazos (enfiteuse) que eles detinham aqui, em número superior a 300. Os dados são elucidativos quanto ao papel central deste domínio, mostrando-nos os vínculos de subordinação tecidos em torno desta família. Assalariados e enfiteutas — estes últimos incluíam membros da pequena nobreza local e da burguesia agrária —, desta e doutras freguesias, dependiam em maior ou menor medida da mesma. Este modo de exploração desfaz-se definitivamente a partir do último quartel do século XIX, sendo então a quinta vendida e iniciada a alienação dos prazos, que só acabaria na década de quarenta do século actual¹⁸. Porém, deixou marcas profundas no

¹⁷ A expressão *produção do espaço* pertence a Henri Lefebvre, que parte do uso do conceito de produção em Marx para analisar o espaço — cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, pp. 83-195. Não se irá aqui desenvolver o tratamento complexo que o autor dá à noção de produção, mas uma citação permitirá descortinar-lhe o seu sentido genérico: “[...] Estes espaços são produtos. A partir de uma “matéria-prima”, a natureza. São produtos de uma actividade que implica o económico, o técnico, mas vai bem além deles [...] Relação social? Sim, por certo, mas inerente às relações de propriedade (a propriedade do solo e a da terra em particular), e por outro lado ligado às forças produtivas (que moldam esta terra, este solo), o espaço social [o espaço produzido pela acção humana] manifesta a sua polivalência, a sua “realidade” simultaneamente formal e material. Produto que se utiliza, que se consome, é igualmente meio de produção; redes de trocas, fluxos de matérias-primas e energias moldam o espaço e são determinadas por ele. Este meio de produção, produzido como tal, não pode separar-se das forças produtivas, das técnicas e do saber, da divisão do trabalho social que o modela, da natureza, do estado e das superestruturas” — *idem*, p. 102. Há profundas afinidades entre esta abordagem e as desenvolvidas — de um modo menos sistemático e com outra conceptualização — genericamente por historiadores dos *Annales*.

¹⁸ Perderam os direitos que detinham como senhores donatários e as rendas a eles ligados, em virtude de terem seguido o partido de Filipe II na Restauração, mas voltaram a receber, feitas as pazes definitivas com Espanha, as rendas provenientes do se considerava ser seu património: a quinta e os prazos enfiteuticos.

espaço e nas relações sociais, incluindo as dimensões de poder, nas rotinas quotidianas em que tem assentado a vida deste universo agrário. A quinta de Vale Bom propriamente dita, a que nos temos estado a referir, tem um lugar central no espaço local, que lhe é conferido não apenas pela sua dimensão, mas também pela localização. É cortada pela estrada nacional e ladeada por uma estrada municipal que liga as duas povoações e que cruza com a primeira, ficando as suas instalações e a residência dos seus proprietários actuais junto ao largo principal de Vila, onde se situa a sede da Misericórdia, que é também a principal igreja, funcionado no mesmo edifício a única farmácia desta freguesia e das circunvizinhas. No mesmo largo, junto à Misericórdia, em terreno outrora cedido pela mesma, situa-se o antigo cemitério da freguesia, bem como um edifício que também pertence à instituição, com um salão para múltiplos usos e a sede da banda de música, um coreto e um pequeno parque infantil. Fica também neste largo um dos cafés, com uma esplanada por baixo das árvores do mesmo.

A estrada municipal, que atravessa o largo a norte, ladeia a imponente moradia dos actuais proprietários da quinta e contorna a residência solarenga que foi de uma família de fidalgos locais e as traseiras da matriz, antes de se perder nos campos de cultivo a sudoeste. Quem a percorre não pode deixar de se sentir impressionado com a feição “urbana” e a dimensão do largo ou com a amplitude das residências. Quem contempla os campos a sul do largo, de onde se avista a serra da Estrela nos limites da superfície planáltica que lhe serve de sopé, encontra desde logo esta quinta, tão diferente no tamanho e na disposição das culturas, dominadas pela vinha, num horizonte de onde parece quase ausente a policultura. Ao adquirirem a quinta no século passado, os antecessores familiares dos actuais proprietários não se limitaram a aumentar um património fundiário já antes apreciável. Adquiriram de certo modo uma preeminência em termos económicos e de poder, fonte de prestígio. Dois factos ajudam-nos a compreender este processo. A antiga família da grande aristocracia havia fundado e controlado a Misericórdia setecentista. O marido da maior proprietária é Provedor da mesma há quatro décadas. A quinta era vizinha do quintal e residência destes proprietários. Com a sua aquisição unificaram-se ambos os territórios. Assim, todo este espaço fala do poder e influência desta família.

As razões da concentração neste local de uma importante elite de base fundiária — grande e pequena aristocracia, burguesia rural — devem procurar-se nas próprias aptidões agrícolas do território da freguesia. Este, com superfícies planas relativamente importantes em termos regionais, e sujeito a um clima ameno, revela-se apto, nas suas superfícies mais enxutas bem como nas mais húmidas e/ou passíveis de irrigação, a um amplo leque de culturas. Nas mais secas dão-se a vinha, a principal cultura comercial, e a oliveira. Nas outras, o milho, pomares, a batata e os produtos da horticultura local.

Os dois principais núcleos de povoamento — que designaremos convencionalmente por Vila (a sede de freguesia) e Aldeia (a povoação contígua a esta) — têm estado delimitados espacialmente pelas grandes explorações, que são na maioria contíguas às residências dos proprietários. Em Vila, um outro largo, outrora a zona central da povoação, é delimitado a norte pela vasta frontaria do antigo paço senhorial, um edifício (restam duas alas) sem paralelo em toda a região pela dimensão e imponência. Também este foi adquirido com o seu vasto quintal por uma família de proprietários, proveniente da pequena nobreza e da burguesia agrária, que o anexou à sua residência. É essa presença das propriedades, com jardim e terrenos de cultivo no próprio centro do aglomerado, que constringe a habitação local. As casas dispersam-se, na sua maioria, por um tecido de ruas e ruelas, as mais antigas sem qualquer quintal. Em Vila, pode mesmo dizer-se que o aglomerado antigo estava na prática inteiramente localizado no interior de um polígono delimitado pela grande e média propriedade, com as respectivas residências. Por isso, Vila, quando começou definitivamente a crescer em termos de construção a partir dos anos setenta, fê-lo em grande parte seguindo os caminhos que conduzem à periferia da localidade, pois os maiores proprietários — a que haverá que acrescentar um médio com um importante quintal no centro —, com duas exceções, não têm de todo vendido terra ou pelo menos terrenos próximos do centro da povoação. Em Aldeia tem lugar um processo semelhante. O padrão é similar. Nos velhos centros das povoações localizam-se os lugares de culto e os largos principais, o pequeno comércio e as residências dos maiores proprietários. Desse centros partem ruelas com casas frequentemente sem quintal. Os novos bairros ficam para lá dos limites dos núcleos antigos.

Os grandes proprietários locais habitam vastas residências rodeadas sempre por um espaço ajardinado e por terrenos de cultivo, sendo o conjunto murado — os médios de raiz antiga são também os detentores de residências amplas, com jardim e quintal, mas tudo de menor dimensão. Marcam assim no espaço a sua presença, associada aos sinais distintivos da sua posição social. São predominantemente aqueles que têm terra suficiente para poder destinar uma parte da mesma a culturas improdutivas — jardins e, no caso do maior, uma mata de dimensão apreciável. São quem dispõe de áreas de lazer. As suas explorações quase monopolizam as designações prestigiadas de *quinta* e de *casa*. Se a primeira evoca primordialmente um terreno agrícola de razoável dimensão, *casa* designa aqui a unidade formada pela terra e pela família proprietária — algo que recorda o sentido da mesma entre o campesinato do norte do país, e sobretudo entre a grande agricultura do centro-sul e do sul ou entre a aristocracia. *Casa* é ainda uma exploração que possui um encarregado — ou *feitor* —, que é quem superintende os trabalhos agrícolas. Estas *casas*, pólos de recrutamento de mão-de-obra, lugar de residência dos poderosos, constituíram autênticos *pontos de rotação* no espaço

local — hoje, anos noventa, o seu papel social começa a ressentir-se claramente dos efeitos da perda de importância relativa da actividade agrícola¹⁹.

Os médios proprietários cujas famílias já ocupavam esta posição há algumas gerações também têm ou tiveram *casas e quintas*, sempre de menor dimensão que as dos anteriores, mas hoje já abandonaram praticamente a exploração económica da sua propriedade. De qualquer modo, a sua *marca* no território foi sempre diminuta em relação aos primeiros.

Encontramo-nos numa situação completamente distinta, quando analisamos a situação das outras classes da freguesia. Em vez de quintas encontramos a terra dispersa por vários blocos — às vezes mais de uma dezena —, alguns dos quais distantes uns dos outros. As suas casas não só não dispõem propriamente de áreas específicas de lazer — um tempo nulo ou reduzidíssimo no seu dia-a-dia —, como as casas se encontram na maioria, como se disse, aglomeradas nas povoações, sem terreno à sua volta. As fazendas dos proprietários mais pequenos e dos rendeiros prolongam-se pelas encostas mais pedregosas, em pequenas plataformas ou vales apertados, outrora mais cultivados, como o atestam os socalcos arruinados da encosta do Dão, hoje cobertos de pinhal e mato.

5.

As diferenças sociais inscritas na estruturação do território são correlativas de uma distribuição espacio-temporal dos grupos sociais, daquilo a que se poderá chamar a sua “regionalização”, que contempla distinções entre zonas de trabalho e zonas de lazer ou de repouso, zonas públicas e zonas privadas, com as quais os diferentes grupos locais mantêm relações desiguais²⁰. As matas e jardins dos grandes proprietários projectam publicamente o lazer como parte do estilo de vida. Este tipo de presença evoca um tempo em que se vivia de rendas e em que estas famílias residiam permanentemente aqui.

As suas casas amplas, nos dias de hoje com parte das divisões sem utilização, possuem áreas específicas destinadas à sociabilidade formal e ao lazer — como os salões de recepção e de baile. Eram, em conjugação com as grandes salas de jantar, zonas de representação, símbolo da posição e das “maneiras educadas”, dentro desse maior *espaço de representação* do proprietário que é a propriedade no seu conjunto²¹. As casas dos médios de origem “antiga”, nunca um palco social

¹⁹ Por “ponto de rotação”, Simmel entende um objecto de interesse fixo no espaço [bens imóveis, uma igreja, etc.] que produz determinadas formas de relação agrupadas em seu torno. Cf. Georg Simmel, *op. cit.*, p. 661 e seguintes.

²⁰ Sobre o conceito de “regionalização espacio-temporal”, ver Anthony Giddens, *The Constitution of Society*, Cambridge, Polity Press, 1986, pp. 110-161.

²¹ *Espaço de representação* é também uma noção bastante feliz de Lefebvre, pois traduz bem as finalidades de auto-apresentação de uma imagem social ligadas à génese e utilização desses espaços. Cf. Henri Lefebvre, *op. cit.*, p. 49 e seguintes.

desta amplitude, são hoje habitadas por alguns dos seus membros idosos.

Em contraste absoluto com este mundo, em que se vive na casa ou nos seus espaços adjacentes, em completa segregação face aos restantes — os grandes proprietários e estes médios não frequentam cafés, largos ou a via pública —, encontra-se o dos outros habitantes, em particular o dos mais pobres. A sua vida está estruturada temporal e espacialmente entre o lugar de trabalho — e nomeadamente os campos — e a casa. Esta é, para muitos, mais um lugar de repouso — onde se dorme e come — do que de lazer. Aliás, na medida em que as condições de vida melhoram e a casa adquire um mínimo de conforto, passa também a funcionar como espaço de lazer.

Enquanto os pequenos proprietários, consoante a época do ano e as condições climáticas, passarão nos seus campos a maior parte do tempo em que existe luz do sol, os jornaleiros agrícolas transitarão a partir das cinco da tarde das propriedades em que trabalham como assalariados para as *fazendas* (pequenas explorações) que cultivam, num labor ininterrupto, de manhã ao pôr-do-sol, em especial durante o Verão, quando o trabalho urge e as aldeias parecem esvaziar-se até ao cair da noite. Este último trajecto também é comum, sempre que possível, a quem trabalha fora. Muitos tomam no campo as suas refeições, excluindo a primeira e a última do dia.

As suas casas comportavam habitualmente uma única zona de convívio, a cozinha, onde comiam. Hoje em dia, a moradia destes grupos — em particular dos casais mais novos que não dependem exclusiva ou fundamentalmente da agricultura — está em transformação, sendo esta particularmente notória quando assenta nos rendimentos proporcionados pela emigração. A cozinha continua a ser o lugar central da casa, mas passou de uma divisão mal iluminada com uma lareira ou mesmo uma fogueira no chão, a um aposento amplo, aquecido no Inverno por um fogão a lenha, com uma televisão, equipamento doméstico ainda há poucos anos ausente nestes grupos. Por isso, há algum enfraquecimento da presença de membros deste sector mais próspero nos locais públicos cujo desconforto, sobretudo no Inverno, é óbvio, quando comparado com as condições de que dispõem em casa. As zonas públicas continuam, contudo, a ter um papel essencial na sociabilidade popular. Aí se encontram, cruzando-se nos seus itinerários particulares. A soleira das portas ou os largos, que permitem aproveitar a luz e o calor do sol, são lugares de descanso dos reformados e zona de trabalho para as mulheres ocupadas a bordar tapetes de Arraiolos, a tricotar ou a costurar, e postos de observação do quotidiano.

Zonas públicas são igualmente os cafés e as tabernas, que têm uma frequência diferenciada por sexo. Aos primeiros vão novos e velhos de ambos os sexos, sendo um espaço de convívio de amigos e da família. Há dois pontos altos, em termos temporais, na sua frequência: antes e depois do almoço, para algum ape-

ritivo e para o café, respectivamente, e à noite, quando a estadia se prolonga entre a bica e a atenção dada à televisão, a conversa e o consumo de bebidas.

As tabernas são frequentadas ao fim da tarde e à noite — algumas mantêm-se encerradas durante a maior parte do dia, quando os proprietários, que têm outras ocupações, e os clientes se encontram a trabalhar. São espaços masculinos, onde as mulheres e as crianças apenas entram para fazer compras, pois trata-se de estabelecimentos mistos de mercearia e tasca. A taberna diferencia-se, em vários aspectos, dos cafés. Enquanto nestes as mesas são o centro da interacção, dividindo o espaço em várias zonas — embora possa haver comunicação verbal que as transcenda —, permitindo uma apropriação particularizada do espaço, na tasca não existe tal divisão. A maioria dos seus frequentadores está em pé — não abundam cadeiras ou bancos — a conversar e a beber, encostada ao balcão. Joga-se a sueca. Os consumos são, até certo ponto, distintos. Nos cafés toma-se a bica e pode comer-se, desde sandes a petiscos ou mesmo pratos cozinhados. Na tasca, a comida propriamente dita está ausente. Algum amendoim ou azeitona, para acompanhar a bebida. Não se toma café nas tascas e há um leque bastante menor de bebidas — vinho, “traçadinho” (vinho com gasosa), cerveja de garrafa, aguardente —, em comparação com o dos cafés. Não só o que se consome é diverso — há uma maior presença do vinho na taberna —, como é distinto o modo de consumir. No café o consumo é individualizado ou de grupo. Na taberna, embora haja consumo individual, bebe-se sobretudo em grupo, sendo que este se alarga frequentemente a todos os presentes. As próprias características de dimensão espacial — as tascas são mais pequenas — contribuem para este tipo de consumo, sendo frequentes as *rodadas* — tomam-se várias bebidas, vinho e raramente cerveja para os mais novos, pagas à vez pelos intervenientes. Elas também ocorrem no café, mas são sempre parte da interacção de uns poucos, enquanto na tabernas alargam-se frequentemente a todos, chegando o dono a participar nas mesmas. A conversa, que no café é confinada aos grupos presentes, na tasca é necessariamente pública, em voz alta, acabando por nela participarem todos — quando alguém deseja confidencialidade afasta-se para o exterior ou para uma situação de exterioridade, como a zona junto à porta.

A comunicação verbal que tem lugar no café e a que ocorre na tasca não se distinguem propriamente pelos temas, antes pelas suas características formais, pela relação com o corpo e pelo tipo de audiência. Atendendo ao facto de o café ser frequentado por indivíduos de todas as idades, de ambos os sexos e com posições sociais distintas, há um maior policiamento da palavra, para evitar situações de mal-estar. Há, aliás, correspondência entre as posturas corporais controladas e a própria comunicação verbal, também ela submetida a algum tipo de controlo, pois o que se diz num determinado grupo pode ser ofensivo ou provocar mal-estar em outrem. A taberna permite uma maior distensão corporal e da pala-

vra, o que não significa ausência de normas e controlos. Na tasca a conversa torna-se pública e é mesmo abertamente licenciosa. A interacção envolve os próprios corpos. Há brincadeiras, chegando a tocar-se o corpo dos participantes, sendo que esses toques jocosos não parecem ocorrer entre membros do mesmo escalão etário, mas entre os que têm a separá-los um grande número de anos — o que entre estes pode ser apenas uma evocação de uma homossexualidade virtual, se envolvesse os primeiros implicaria possivelmente uma forte ambiguidade em relação à mesma. São, aliás, constantes os comentários à potência dos velhos, como ao comportamento sexual das mulheres, havendo, no entanto, o cuidado de evitar alusões que possam ser ofensivas para os presentes e os seus familiares ou próximos. É igualmente, como sítio de uso essencialmente colectivo, um lugar em que se troca informação, se evoca o quotidiano e um dos lugares de construção da memória social pela rememoração de pessoas e eventos passados que aí ocorre.

A taberna é um espaço distinto da casa — e marcado por uma tensão virtual como os interesses da mesma —, um espaço de crítica social e de contestação. Face à casa, afirma-se como território masculino e adulto, cenário de comportamentos que podem envolver ruptura com o universo da família. É o caso de situações como a embriaguez, que, no caso de se transformar em hábito, poderá pôr em causa a capacidade de força de trabalho de quem é usualmente o principal ganha-pão da família, ao mesmo tempo que faz descer um certo opróbrio sobre o envolvido que acaba por implicar os que com ele vivem. Mesmo sem se atingir um caso tão extremo, a taberna está ligada a consumos como a bebida e o tabaco que, num contexto de forte de controlo dos gastos, aparecem como supérfluos às esposas, excluídas da taberna, mas permanentemente preocupadas com o orçamento familiar.

Na taberna, espaço fortemente segregado e por isso protegido, escuta-se um discurso habitualmente *escondido*, o qual, no entanto, não se restringe a este local. Mas este possui características muito favoráveis. Este discurso crítico, moralista, incide sobre os vizinhos — a forretice ou ganância de um, os roubos de outro, as pretensões de um terceiro — ou as mulheres. Há misoginia nas apreciações destas, que podem incidir sobre comportamentos específicos, mas que relevam sempre de um estereótipo de género em que a licenciosidade e o engano aparecem como elementos da natureza feminina. Repassam-se das novidades locais. Discute-se eventualmente política. Criticam-se os grandes proprietários — outros personagens locais ausentes deste espaço, tal como os anteriores — tidos por indiferentes, hostis ou exploradores.

O tipo específico de interacções que tem lugar na taberna — e em medida distinta no café — ressalta ainda mais se a compararmos com um espaço com o qual existe um forte contraste: o da Igreja. Face a esta, a tasca aparece como um lugar masculino e tendencialmente igualitária — pelo menos não existe a hierarquia socio-espacial desta, de que falaremos em seguida. A família — um modelo

de relações sociais para os cristãos — está ausente, nesta zona de perigo e transgressão potenciais — basta lembrarmo-nos da importância do tópico da sexualidade —, de paródia e de riso, em relação a múltiplos aspectos do ideal humano proposto pela Igreja, que procura inculcar uma forte disciplina, contenção e repressão da própria expressão corpórea. Em suma, a taberna é um lugar de derisão, que abrange todos, “grandes” e “pequenos”, sem poupar o padre e mesmo a crença religiosa. A luta contra a taberna é, aliás, um lugar-comum dos sermões dos eclesiásticos, que não a frequentam, ao contrário do que sucede com o café.

Os contactos entre os diversos sectores da população local são, como já se assinalou, restritos no tempo e no lugar. Grandes proprietários e população trabalhadora contactam apenas uns com os outros no local de trabalho e na Igreja²². No primeiro dos casos, quando os proprietários se dirigem aos campos ou às instalações agrícolas para inspeccionar o trabalho ou eventualmente para o dirigir. No segundo, durante a missa ou outras celebrações religiosas.

As duas igrejas situadas em Vila são um espaço dividido. Em zonas de homens, situadas junto ao altar-mor ou no coro ao fundo, e zonas de mulheres e crianças no espaço restante. Em zonas destinadas ao “comum” e espaços destinados a pequenos e grandes “notáveis”. Estes últimos concentram-se na fila da frente na Matriz, e nas galerias situadas sobre a zona do altar-mor da Misericórdia, reservadas aos membros dos corpos gerentes da instituição e seus familiares, com um lugar de destaque para os mais importantes, como o Provedor e o Vice-provedor. Aí é também um sítio de correspondência entre a espacialidade dos corpos — as procissões são um exemplo de outro — e a dos lugares em que se inserem. Os “notáveis” adoptam uma posição de quem se sabe observado, por vezes mesmo de *parada* (ostentação), como a observação atenta de algumas faces (o queixo elevado e o olhar que percorre os outros sem se deter) deixa perceber. Por sua vez, são quem está melhor vestido²³.

A divisão socio-espacial faz-se também sentir no cemitério actual, que data de finais do século passado, cuja disposição espelha a sociedade local. Jazigos ou campas familiares de pedra pertencentes à mesma família e cuja imponência e/ou singularidade atraem o olhar, e que são monumentos da própria história familiar, contrastam com as campas mais modestas cobertas de mármore dos menos poderosos, e sobretudo com as sepulturas de terra, depósitos anónimos ou quase, de que

²² Esta separação espacial é típica de sistemas sociais assentes na desigualdade. Ver de um modo geral sobre as articulações entre espaço, estrutura social e interacção, Edward T. Hall (trad. fr.), *La Dimension cachée*, Paris, Éditions du Seuil, 1971 (1966).

²³ Goffman lembra que exista a expectativa de que nas nossas interacções haja consistência entre cenário (“setting”), aparência (“appearance”) e desempenho (“manner”), uma observação que nos parece ajustar-se ao que observámos. Ver a respeito da caracterização destas noções, Erving Goffman, *The Presentation of Self in Everyday Life*, Nova Iorque, Doubleday, 1959, p. 22 e seguintes.

por vezes restam apenas uma cruz de madeira e uma inscrição tosca, um nome, e cuja desagregação acompanha o desvanecer da memória dos mais humildes.

Os contactos entre as outras classes são mais variados e frequentes. Uma fracção dos médios proprietários “antigos” com títulos académicos, pela sua ausência da localidade, pelo próprio facto de as suas famílias estarem distantes do grosso da população, tem tão poucos contactos locais quanto os grandes proprietários. É óbvio que o velho médico local, que pertence a este grupo, lidava com todos — mas no contexto espacio-temporal da sua actividade. E que um velho casal de professores primários, médios proprietários, — que detêm face aos outros menor capital cultural —, por cujas aulas passou uma boa parte da população local, mantém com esta uma proximidade sem paralelo entre os membros do grupo.

Os restantes médios proprietários, que se encontram próximos, em termos de proveniência social, das classes mais humildes, embora frequentem pouco os espaços públicos, mantêm múltiplos contactos no quotidiano com indivíduos pertencentes às mesmas. Alguns têm um papel activo nos órgãos do poder político local, algo de que os mais poderosos se encontram afastados há muitas décadas, ou na vida associativa de instituições como a banda de música, o clube de futebol, o grupo coral e os bombeiros.

As casas, tabernas, cafés, ruas, largos e igreja, constituem territórios marcados por interacções de carácter distinto e por vezes até mesmo oposto. A igreja, por exemplo, é um espaço extremo de apresentação de uma face “pública”, enquanto as casas são um espaço privativo da família. As zonas “públicas” obrigam a um esforço de representação destinado a manter ou consolidar uma imagem determinada; a casa, espaço “privado” da família, embora também seja um espaço de representação, permite a distensão em segurança. A casa, a família, são o refúgio da intimidade, a retaguarda do desabafo, o lugar de ditos e procedimentos ocultos ao público²⁴.

A separação espacio-temporal possibilita comportamentos e opiniões que podem ser relativamente pacíficas no interior do grupo a que se pertence, mas que

²⁴ Estas observações apoiam-se na análise desenvolvida por Erving Goffman e nomeadamente na sua caracterização do que é uma região — “qualquer lugar limitado até certo ponto por barreiras à percepção” — e da subdivisão das regiões em “frontais” (“front region”) e da “retaguarda” (“back region” ou “backstage”). Cf. idem, *ibidem*, pp. 106-140. Ver igualmente Anthony Giddens, *The Constitution of Society, op. cit.*, pág. 124 e seguintes. Para Goffman uma região “frontal” é aquela em que as pessoas se comportam como actores num palco, desempenhando os papéis formais esperados, enquanto numa região de “retaguarda” elas se preparam para esse mesmo desempenho, repousam do mesmo ou contradizem-no. A categorização de Goffman não se identifica, portanto, com a divisão entre zonas “públicas” e “privadas”, embora mantenha com ela alguma relação. Também não se pretende tomar esta divisão como algo absoluto, nem ligá-la a espaços precisos, pois é importante ter em conta o tipo de interacção e a posição dos actores. A taberna, por exemplo, embora seja um lugar

comportam riscos e mesmo a possibilidade de um conflito aberto, se expressos publicamente. Assim, nenhum dos principais proprietários manifestaria em público a sua opinião sobre características imputadas aos trabalhadores, como o desleixo na actividade. Por sua vez, os trabalhadores e pequenos proprietários, ou quem quer que se ressinta das assimetrias locais, reservam para sítios onde é possível construir zonas de alguma intimidade as suas verdadeiras opiniões sobre os seus empregadores²⁵. Estes espaços são assim zonas de expressão do conflito, de uma luta de classes no quotidiano, feita de críticas e contestação aos poderosos, zonas do “registo escondido” face ao “registo público” da igreja ou da praça — nesta última, é óbvio, podem construir-se espaços privados —, onde prevalece uma representação polida dominada pela condescendência de uns e pela deferência dos outros²⁶.

6.

As características inscritas no território da freguesia pela história, presentes nos campos, na tessitura dos aglomerados, nas casas, em todo o plano espacial, constituem referentes discursivos a vários níveis.

A disposição dos campos e o tipo de agricultura praticado são sujeitos a apreciações distintas. Os campos dos grandes proprietários, especializados em termos de cultivo, agrupados, percorridos por máquinas agrícolas, aparecem como símbolos de modernidade e de racionalidade produtiva — o que é reconhecido não apenas no discurso dominante de técnicos e políticos, como no da população local. Aliás, dois grandes proprietários, que não se adequavam no presente a esta imagem, eram alvo de crítica e desconsideração.

A esta imagem de inovação, associam uma outra, que enfatiza a antiguidade, materializada nomeadamente nas suas residências. Estas evocam, na sua idade, dimensão e traços arquitectónicos, uma *tradição* e um *património* — no duplo sentido de propriedade e objecto digno de preservação — que os seus possuidores se esforçaram por construir e manter ao longo de gerações sucessivas. Quatro

que permite a expressão de comportamentos e discursos privativos de um grupo face à cena pública da aldeia, não deixa de ser um lugar público para muitos, em contraponto com a distensão possibilitada pelo espaço doméstico. Este, por sua vez, pode constituir uma área “frontal” para alguns dos membros da família — algum jovem, por exemplo — que só encontrará uma área de “retaguarda” entre os amigos.

²⁵ A casa é um desses sítios, sendo significativo que o termo fachada denote simultaneamente um limite da casa, território seguro para os seus moradores, e um comportamento tido por falso. Ver a este respeito Edward T. Hall, *op. cit.*, p. 133.

²⁶ A contraposição entre zonas de registo “público” e “escondido”, que aqui menciono, foi elaborada por James C. Scott, que colheu alguma inspiração em Goffman. Ver desse autor, *Domination and the Arts of Resistance – Hidden Transcripts*, New Haven, Yale University Press, 1990. As expressões do conflito local são descritas no nosso trabalho de pesquisa já referido.

destas casas, todas situadas na maior das povoações, Vila, ostentam uma fachada nobre. Duas pertenciam a antigos morgados locais, já aí presentes desde o século XVII, outra estava agregada a uma capela vinculada em começos do século XVIII. É difícil datar a quarta que, de qualquer modo, já existiria sob alguma forma em começos do século XVIII. Foram objecto de arranjos no século actual, que terão incluído a implantação de uma brasão e janelas barrocas em uma delas, o rearranjo de acordo com um modelo “padronizado” de casa solarenga em outras duas — falo em modelo “padronizado”, porque há semelhanças com construções similares noutras regiões (Minho, em particular). Um sentido esclarecedor das mudanças operadas é dado pelo destino da residência de uma família da nobreza local. A sua moradia que era, segundo uma fotografia do século passado, uma construção irregular, denotando momentos diferentes de edificação — não havia uniformidade na disposição dos andares —, transformou-se num edifício que veicula um plano arquitectónico uniforme. Sem exagero, pode-se dizer que a sua história foi substituída por uma tradição “inventada”, que fez dela algo fixo, uma representação espacial de nobreza e “bom” gosto, que sucedeu à grande habitação rural que havia sido²⁷. Provavelmente só uma das residências escapou a este movimento de *nobilitação*.

As casas de dois grandes proprietários situadas em Aldeia distinguem-se deste grupo, na medida em que não ostentam qualquer sinal aristocrático e são de raiz mais recente — uma começou a ser edificada em finais de Oitocentos, a outra é do século actual. Contudo, pela sua dimensão ou arquitectura — uma delas terá imitado um modelo de “chalet” francês, — e mesmo pela sua antiguidade relativa, acabam também por se singularizar na paisagem local. Repositórios do gosto legítimo, estas casas constituem os elementos fundamentais, com as igrejas e capelas e com o que resta, imponente, do paço senhorial setecentista, do que é definido como *património* local.

As casas dos mais importantes proprietários e o respectivo recheio lembram constantemente aos moradores um passado que é presente nos múltiplos objectos — quadros, fotografias antigas, moveis, livros, cartas e papéis de família, armas ou relógios — que constituem elementos cruciais da definição da sua própria identidade social. Esse património particular é tido como património da freguesia (e em especial de Vila), algo que a singulariza no contexto regional e que é parte

²⁷ Sobre as dimensões sociais da tradição ver, de um modo geral, Edward Shils, *Tradition*, Londres e Boston, Faber and Faber, 1981; sobre a problemática da “invenção da tradição”, Eric Hobsbawm, “Introduction: Inventing Traditions” e “Mass-Producing Traditions: Europe, 1870-1914”, in Eric Hobsbawm e Terence Ranger, eds., *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983. Sobre a importância dos testemunhos e invocações do passado no presente, ver a obra de David Loewenthal, *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993 (1985).

de uma reivindicação de identidade local.

Às casas dos “médios” do sector antigo faltam alguns atributos como a maior dimensão, comum aos grandes, e qualquer pendor aristocratizante. No entanto, as suas residências, pelos materiais que utilizaram — boa pedra de cantaria — pela idade, pela sua aparência *vernácula*, acabam por se inserir nos cânones dominantes do *património*²⁸.

A espacialidade específica das outras classes, incluindo os que alcançaram na geração actual uma posição *média* em termos de propriedade, começa nos seus campos, que a maioria ainda cultiva à base de uma tecnologia assente no esforço físico. Este mundo da agricultura de subsistência, que surge na periferia da grande propriedade, com a sua racionalidade específica enquanto provimento do sustento familiar e aproveitamento de capacidades de trabalho até à exaustão, aparece como um modelo negativo e inverso do ponto de vista da opinião dominante sobre a actividade agrícola. Simplificando, enquanto a grande propriedade — na maioria dos casos — se identifica com a modernidade, a pequena agricultura é símbolo de atraso. Um atraso que se atribui estereotipadamente a uma *mentalidade*, tida como uma essência, que não lhes possibilitaria proceder doutra maneira e não aos constrangimentos que rodeiam a sua actividade.

As suas habitações constituem outro território que lhes é próprio no espaço local. Convém esclarecer que em Vila ou Aldeia não há exactamente um único tipo de habitação rural, antes um conjunto diversificado de habitações que se têm sucedido no tempo, muito marcado, como todo o Portugal rural, pelos efeitos da emigração. Pode-se, de qualquer modo, distinguir grosseiramente dois conjuntos: o das que constituem um tecido habitacional mais antigo, e as que foram construídas nas últimas duas décadas. As mais antigas são mais pequenas, construídas em granito, sendo constituídas geralmente por rés-do-chão e primeiro andar, com uma escadaria exterior — ou interior — que nos conduz do nível do solo ao primeiro andar. Os interiores possuem divisórias em taipa ou tijolo. Algumas não têm janelas de vidro ou casa de banho e as mais humildes comportam apenas duas divisões: cozinha/sala e quarto de dormir. No rés-do-chão, que dispõe de uma porta, fica a loja, a qual, conforme as posses, terá ou não lagar ou acomodação para a burra, e onde se guardam alfaias, adubos, vinho e outros produtos

²⁸ Por cânones dominantes de definição do *património* entendo aqueles que privilegiam edifícios — ou o reduzem aos mesmos —, aos quais se imputa antiguidade e genuinidade, tidos como paradigmáticos de uma especificidade ou identidade. Outras definições de *património*, que podem incluir a globalidade da paisagem rural, ou as manifestações da tecnologia tradicional ou da cultura oral — o que se pode chamar “*património etnológico*” —, não estão presentes de um modo geral nas representações locais do mesmo. Algumas referências interessantes para a análise da problemática do *património* encontram-se em José Aguinaldo dos Santos Gonçalves, *A Retórica da Perda: os Discursos do Património Cultural no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/MinC - IPHAN, 1996.

agrícolas. O mobiliário é modestíssimo e escasso, e um certo número encontrava-se ainda sem água ou luz em finais da década de oitenta. No conjunto das moradias antigas destaca-se um número reduzido de residências algo mais amplas, com uma estrutura similar, mas construídas em pedra aparelhada de boa factura e não com os blocos informes tão comuns. Obra de gente mais abastada, por certo.

O outro grande conjunto de habitações é representado pelas casas edificadas mais recentemente por emigrantes ou antigos emigrantes e outros moradores (deixo de lado, por ser algo de excepcional, a construção de um pequeno prédio de apartamentos em Vila). São geralmente residências de dois andares, feitas em cimento e tijolo, que têm como modelo as moradias das camadas médias urbanas, mas que mantêm uma funcionalidade rural. Este modelo, aliás, comporta rés-do-chão — onde se situam arrumações, adega, garagem e mesmo lagar — e um piso de habitação, como a maioria das casas antigas locais. No seu interior encontramos uma fusão dos mundos rural e urbano, por vezes com cozinhas — que permanecem um lugar central da residência — equipadas simultaneamente com fogão a lenha e a gás. Há salas reservadas praticamente aos não residentes — sala de visitas e de jantar, por vezes um bar —, que constituem espaços que medeiam ou mesmo impedem um contacto mais íntimo com a família, que sempre tem lugar quando se entra directamente para a cozinha. A única maneira de evitar esse contacto íntimo nas casas mais antigas, é impedir o acesso à casa.

Se as casas da elite são consideradas parte fulcral do *património* local, as residências que acabámos de referir são objecto de apreciações de cariz contrastado e mesmo oposto. As casas mais recentes — e sobretudo o seu aspecto exterior — são tidas como um produto espúrio, do ponto de vista do discurso do *património* local. Para a elite, como para a opinião generalizada dos “media” — e de agências governamentais — nada mais revelam do que o mau-gosto e falta de instrução dos proprietários. É um discurso que pune em particular, em nome de uma determinada imagem do espaço local que favorece os sectores dominantes, um produto da maior mudança social que teve lugar aqui ao longo de dois séculos: a emigração para a Europa.

No seio das casas mais antigas, onde se nota também uma certa variedade de construções e de fachadas, e onde há algumas modestíssimas, como certas construções térreas, distingue-se um conjunto que é valorizado — precisamente as casas de granito de boa ou razoável qualidade e pouco retocadas. Estas casas são hoje objecto de intervenções — como colocar a “pedra à mostra”, retirando o reboco, tal como sucedeu com a matriz de Vila e a capela de Aldeia — que visam implantar uma imagem de *rusticidade* e *genuinidade*. Essa imagem, em que os traços de uma ruralidade idealizada — porque silencia a dimensão social e os enormes custos humanos da vida agrícola da maioria — ocupa o primeiro plano, é em tudo idêntica, sem ser algo específico de Portugal, a alguma utopia arqui-

tectónica do país rural promovida pelo Estado Novo. Numa aldeia próxima do distrito de Viseu, podemos encontrar a materialização da mesma, numa *aldeia melhorada* — a designação é a da lápide que comemora o feito —, com casas de granito à mostra, uniformizadas e ornadas de vasos de flores²⁹. O valor simbólico — e consequentemente económico, pois se valorizaram no mercado — destas casas é perfeitamente entendido pelos seus proprietários e também por muitos outros habitantes, incluindo parte dos donos das novas moradias. Estes mostram-se por vezes ambivalentes face às mesmas, pois embora tenham orgulho nelas, têm de enfrentar uma representação do que deve ser a habitação rural local a que elas não correspondem.

A presença espacial dos proprietários mais pequenos, de rendeiros e assalariados, é completamente distinta da da elite. Enquanto no caso desta se verifica uma ligação ao longo de várias gerações e mesmo por mais de um ou dois séculos, entre terra, casa e família, nada disto se verifica no caso dos primeiros. A elite procurou ao longo do tempo evitar o esboroamento do seu património, através da combinação de processos de herança com casamentos e da aquisição de posições e rendimentos fora do sector agrícola. A história não foi a mesma para todas as famílias. A vinculação da propriedade é responsável pelo facto de os morgadios locais se encontrarem no topo dos proprietários em começos da segunda metade do século passado. Mantiveram-se aí posteriormente, pela escassez de herdeiros, pelo celibato, ou porque a fragmentação ligada à herança foi compensada com a entrada de recursos provenientes de matrimónios. As famílias da burguesia agrária, responsáveis por uma forte política de aquisições de terra na segunda metade de Oitocentos, não transmitiram o grosso da propriedade a um único herdeiro, nem desencorajaram o casamento dos seus filhos ou filhas. Procuraram no casamento, muitas vezes fora daqui, no desenvolvimento das explorações agrícolas e na aquisição de competências escolares, base de ocupações relativamente bem remuneradas, a compensação para a tendência potencial, ligada à sucessão, para a desagregação do seu património. Em finais do século XIX, aos bacharéis que viviam da agricultura nas suas terras — é o que sucede com duas famílias —, sucediam-se os filhos formados em Coimbra ou em Lisboa, que deixavam de viver exclusivamente da agricultura e passavam a residir fora. Em matéria sucessória utilizaram por vezes a quota disponível dos seus bens — consoante a

²⁹ Esse melhoramento inseria-se numa representação idealizada do mundo rural, mundo da harmonia e modelo de valores sociais, que o Estado Novo cultivou. Ver a este respeito Joaquim Pais de Brito, “O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal”, in *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo eds., 1982, pp. 511-532. Esta tentativa de recreação de um espaço idealizado, símbolo dos valores de continuidade e tradição (e *comunidade*) atribuídos ao campo, nada tem de especificamente português, nem é apenas característico de regimes de teor. Ver para o que se passou neste aspecto em Inglaterra, Howard Newby, *op. cit.*, pp. 11-21.

legislação, o terço ou a metade dos bens que cabiam a cada progenitor — para beneficiar um dos filhos. Tal benefício visava claramente perpetuar a sua presença espacial, pois a esse filho cabia a residência, que não era dividida, e as terras que confinavam com a mesma.

Há uma consciência explícita — reconhecida mesmo em documentos — do valor simbólico da presença das casas no espaço local. Até quase aos nossos dias as *casas* locais mantiveram-se por dividir, procurando dotar-se outros filhos com *casas* — habitação e terra — na região. Só a partir dos anos setenta, alguns ramos de antigas famílias Oitocentistas — e com vínculos de parentesco entre si — começaram a liquidar a sua propriedade local, por falta de herdeiros directos e dificuldades económicas. A presença espacial dos médios “antigos”, com práticas similares à sua escala, também perdurou até aos nossos dias.

Com uma propriedade escassa, os pequenos proprietários partilhavam as suas terras à morte — ou através de doação intervivos — pelos filhos, apenas beneficiando algum, ou alguma, em compensação dos cuidados com os pais envelhecidos. As habitações eram divididas por vários, o que terá levado a alterações na traça de muitas. A estreiteza do seu património e a sua dispersão periódica — seguida em muitos casos de reagrupamento, mas não de acordo com a lógica de salvaguarda de uma *linha* de descendência familiar — explicam a débil presença do seu passado no presente objectivado dos campos e das casas. Sabe-se que um campo ou uma casa veio de algum avô ou avó ou que estarão há muito na família, mas não mais. Deve-se acrescentar igualmente que a memória familiar não é cultivada, precisamente porque não é tida como um bem, ao contrário do que sucede com a elite. Esta dispõe de tudo aquilo que a estes falta, e investe no prolongamento de uma memória familiar, que é um capital económico e simbólico que representa no espaço presente a sua história³⁰.

7.

“Qualquer realidade dada no espaço expõe-se e explica-se por uma génese no tempo”, escreveu Henri Lefebvre³¹. Sigamos a suas palavras e olhemos mais uma vez para a história do espaço local.

Sob o Antigo Regime encontrava-se já delineado um espaço de posições sociais polarizadas que iria persistir, ao mesmo tempo que Vila adquirira as características arquitectónicas que ainda hoje a singularizam na região.

Em finais do mesmo período, a população local comporta um segmento dominante de morgados, acompanhados por proprietários não nobres, a burguesia

³⁰ Ver a propósito das várias dimensões da memória familiar local, José Manuel Sobral, “Memória e identidades sociais — dados de um estudo de caso num espaço rural”, in *Análise Social*, vol. XXX, n.ºs 131/132, 1995, pp. 289-313.

³¹ Henri Lefebvre, *op. cit.*, p. 136.

rural — onde se inserem os que aliam a propriedade ao comércio de vinhos, à destilação, ao empréstimo a juros, e de onde provém um ou outro bacharel formado em Coimbra³². Havia já um reduzido sector médio, seguido do grosso da população: pequenos proprietários, “proprietários-agricultores” e “jornaleiros” (as duas últimas designações são de fontes oitocentistas). Os contornos básicos da configuração do território que ainda hoje vigoram já se encontram estabelecidos — o espaço social só lentamente se modificará. Durante muito tempo, as rotinas quotidianas locais reproduzem um padrão de relações sociais de *longa duração*³³.

A implantação do liberalismo não teve qualquer efeito imediato local em termos de distribuição da propriedade. As terras dos antigos senhores escaparão incólumes às medidas políticas, e só começam a ser vendidas no último quartel do século XIX, como se disse. Este é o tempo de apogeu da burguesia agrária, que amplia a sua fortuna, inova no campo agrícola, ocupa os principais cargos de poder local e regional, ascende pela via escolar, conduz alianças matrimoniais no exterior, forma clientelas políticas. Os mais pequenos proprietários contentam-se com um papel subalterno, os outros permanecem jornaleiros e rendeiros dos anteriores. A República e o Estado Novo não mudaram a correlação de forças locais, mas a elite fundiária — grandes, mas também médios proprietários — foi cada vez mais abandonando a localidade, consoante a agricultura perdia importância no conjunto dos seus recursos e os cargos de poder local deixavam de constituir um atractivo.

Camponeses e jornaleiros continuaram a viver no local, até ao momento em que se lhes tornou possível a emigração em larga escala: para Lisboa e sua periferia nas últimas décadas, para a Europa desde meados dos anos sessenta. Esta emigração, conjugada com os efeitos da implantação de um regime democrático em 1974, em que o medo — do Estado, dos poderosos — enfraqueceu e em que o voto passou a ser solicitado, e com os da multiplicação de ofertas de emprego na região fora da agricultura — principalmente no sector de obras públicas e construção civil — provocou uma alteração sensível na vida local. Uma alteração que se lê no próprio espaço da freguesia, nos novos bairros construídos nas duas últimas décadas, na multiplicação de automóveis, em padrões de consumo urbanos e provavelmente no modo crítico e como é comentada a actuação da antiga elite local.

Todavia, a polarização social local, tão marcante no espaço e no tempo, continua presente no discurso dos habitantes locais. A grande propriedade está

³² Parece-me que este grupo corresponde à definição de *burguesia rural* avançada por Albert Silbert — cf. *Le Problème agraire portugais à l'époque des premières cortès libérales*, Paris, PUF/Fondation Calouste Gulbenkian, 1968, p. 21.

³³ Ver a respeito das dimensões espaço-temporais do quotidiano e da *longa duração*, Anthony Giddens, “Time and Social Organization”, art. citado.

sempre presente, na visibilidade imediata dos seus muros e da sua extensão. Sempre objecto de discussão, por ser um limite ao crescimento dos núcleos antigos das povoações e por constituir um símbolo de uma desigualdade social que parece à maioria excessiva.

A classificação social que prevalece no discurso local — da maioria, não da elite — faz-se em torno das categorias de “ricos” e “pobres”. Não é claramente uma classificação objectiva, variando o que se entende por “rico” e por “pobre”. Para um assalariado rural, “rico” será todo aquele com melhores rendimentos e um viver menos penoso, abrangendo um leque de posições sociais em que se pode incluir um emigrante, um funcionário bancário e logicamente um grande proprietário. Para estes, a escala de riqueza será outra. Esta dicotomia não é evidentemente de carácter local, encontrando-se em múltiplos contextos sociais. Porém, é de colocar a possibilidade da frequência da mesma estar ligada à distância e desigualdade social que marcaram profundamente este espaço local³⁴.

8.

Vila e Aldeia têm cada uma espaços de culto, padroeiros, festas e estereótipos colectivos próprios. As clivagens entre ambas manifestam-se desde logo na discussão dos respectivos limites, pois são praticamente contíguas, como atrás se referiu. Para os da Aldeia, a fronteira desta seria numa rua central de Vila que se chama justamente do Estremadouro — na sua filologia *ad-hoc*, por ser o ponto extremo de ambas as povoações. Os de Vila não aceitam logicamente tais argumentos, defendendo que o nome original seria do Estrumadouro, porque antigamente era hábito curtir o estrume na rua. Estes despiques são destituídos de qualquer consequência mais importante. A maioria dos parceiros conjugais de Aldeia, por exemplo, são naturais de Vila, onde se situam as escolas, o grosso do comércio, o local de missa dominical e a residência paroquial, as irmandades, o cemitério, as sedes do clube de futebol e da banda de música, os bombeiros, o Centro de Saúde e a Junta de Freguesia. Aí se localizam a maioria das explorações agrícolas que têm sido cultivadas pelos moradores de Aldeia.

Apesar dos contactos constantes e íntimos entre os moradores de uma e de outra, insiste-se nas diferenças que as separarão. Diferenças assentes desde logo na naturalidade e nos supostos traços de identidade que a mesma conferirá. Vila viu o seu cunho

³⁴ Ao tratamento clássico das representações da sociedade que trata da dicotomia entre ricos e pobres — Stanislas Ossowski, *Class Structure in the Social Consciousness*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1979 — haverá que acrescentar o estudo de José Antonio Maravall — “Un tópico sobre la estructura social: la imagen dicotómica de pobres y ricos”, in *Moneda y Crédito*, n.º 165, Madrid, Junho de 1983, pp. 25-57 —, que se debruça sobre ela no contexto da Espanha de Antigo Regime. Sobre a detecção da mesma na literatura antropológica em Portugal — em Cutileiro, O’Neill... —, consultar a nossa dissertação.

senhorial, que lhe valeu o apodo de “Sintra da Beira”, encontrar alguma correspondência numa representação dos seus habitantes que os dá como possuidores da “mania das grandezas” e ao mesmo tempo egoístas e pouco dados à cooperação. Aldeia — um povoado mais humilde e cujos habitantes eram de condições sociais mais próximas — ganhou fama de combativa politicamente e de solidária. Adquiriu o epíteto de *Cuba*, pois um número significativo dos seus moradores aderiu ao PCP depois do 25 de Abril. A designação é encarada com orgulho pelos mais à esquerda, e mesmo com uma certa benevolência por alguns dos mais conservadores, que tendem a ver nesse factio um símbolo de singularidade e de ousadia, valores positivos do ponto de vista da reivindicação de uma identidade local.

O estereótipos identificadores dos habitantes de Aldeia e Vila conhecem momentos periódicos de discussão e confronto, sempre que surge uma ocasião que se julga adequada à comparação do seu comportamento, como algum peditório paroquiano. As festas locais, hoje ambas em Agosto, são um momento privilegiado de competição entre os habitantes, que serve para confirmar as virtudes de uns e os vícios de outros, em termos do brilho de cada uma delas ou da generosidade dos seus naturais expressa nas ofertas que fazem parar suportar as despesas com as mesmas.

Nascer numa terra determinada é algo de crucial para a maioria. Tal é visível no regresso definitivo dos que partiram, que compram casa, terra e campa aqui, ou nas suas estadias sazonais, em que se reavivam laços, se mostram os sinais da nova posição, se casam ou baptizam os filhos³⁵. A elite inscreve por certo a localidade na sua identidade. Mas de um modo diverso do da maioria da população. A sua inserção num espaço rural determinado significa raízes distintivas, que se lêem na paisagem, nas casas, nos objectos, no seu património. Significa família implantada num dado local, mas em que o local é algo de secundário face à importância conferida à família nas auto-representações da sua identidade.

9.

Aludimos de início que se procuraria aqui defender a pertinência de um conceito relacional de *comunidade*. Comunidade poderá servir, assim, para denotar o relacionamento específico entre os membros de uma dada colectividade social, ligados por laços múltiplos de importância crucial para os que neles se inserem, de grande

³⁵ Há vários factores indissociáveis neste apego à localidade de origem: a existência de laços com a mesma, como sejam os representados pela casa, terra, família, amigos; há a memória, que possui sempre um carácter espacial; há ainda a importância de todos eles na formação de uma identidade. Veja-se a respeito da articulação entre memória, espaço e identidade: Maurice Halbwachs, “La Mémoire collective et l’espace”, in Maurice Halbwachs, *op. cit.*; David Loewenthal, “Paysages et identités nationales”, in Marcel Jollivet e Nicole Eizner, eds., *L’Europe et ses campagnes*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996, pp. 245-271.

intensidade e que se sobrepõem — o vizinho pode ser ao mesmo tempo o parente, o amigo, o companheiro de trabalho. Como vimos no decurso deste trabalho estas redes de relações são formadas pelos que têm a mesma posição de classe ou posições próximas no espaço social³⁶. Comunidade, neste sentido, distingue-se da noção de *locale*, mencionada antes, bem como da realidade concreta da localidade, pois não se aplica a componentes essenciais do sistema social local, como as classes dominantes. Embora este conceito de comunidade pressuponha relações dotadas de uma dada estabilidade espácio-temporal e um determinado território — o da aldeia, mas neste caso até o de Aldeia e Vila... —, procura designar uma realidade com uma história própria, sujeita a dinâmicas de sentido oposto, centrípetas ou centrífugas. Entre as primeiras estarão a afinidade ou proximidade em termos socio-espaciais, propiciadas por posições sociais idênticas ou não muito afastadas, por hábitos partilhados, e actos de solidariedade como empréstimos, serviços que se fazem como arranjar emprego a alguém ou contribuir para a sua emigração, ajudar no ataque a incêndios e na busca de pessoas desaparecidas, tomar conta de crianças, apoiar os outros em momentos dolorosos, como a morte de alguém, tomar conta de crianças. Participar das suas alegrias e das suas tristezas. Estes são apenas alguns exemplos de gestos e atitudes que pude observar e que implicam uma reciprocidade diária que sustenta um relacionamento de mais longa duração. Mas devem igualmente inserir-se entre esses factores o peso da opinião pública local — com uma força particular conferida pela proximidade espacial —, tão frequente no discurso crítico da taberna e do café, que constitui um factor de conformismo, constringendo a um determinado tipo de atitudes, e que é sentido como opressor por todos os que se sentem atingidos pela mesma. Entre as segundas dinâmicas encontra-se o acentuar de clivagens ao nível das trajectórias sociais, por vezes entre os descendentes de um mesmo casal, as divergências de opinião, as desigualdades de classe, as diferenças entre estilos de vida, as assimetrias em termos de poder — as clivagens ligadas à dominação social e simbólica inscrita no espaço e nos discursos sobre o mesmo —, o agudizar de conflitos inerentes a qualquer colectivo.

Este sentido de comunidade tem em conta alguns dados da tradição sociológica, cuja validade heurística permanece, mesmo que se esteja em desacordo com muitas das suas propostas. Apenas a título de exemplo da pertinência de formulações dos “clássicos” recordem-se as reflexões do autor que exerceu provavelmente a maior influência na teorização da comunidade, Tönnies. As suas observações sobre o papel da memória, do hábito e do costume como características das comunidades afiguram-se ainda hoje fecundas³⁷. No fim de contas, o que permite falar em comunidade são as relações sustentadas pelos que cresceram, se

³⁶ Ver Craig Calhoun, *op.cit.*, que inspirou em larga medida estas reflexões.

³⁷ Cf. Ferdinand Tönnies, *op. cit.*, pp. 123-135.

formaram e se conheceram num mesmo espaço. Aqueles que aprenderam a trabalhar os campos juntos, que frequentaram a mesma escola, a mesma igreja, as mesmas tabernas e cafés, festas e bailes. Aqueles que mais tarde foram para a construção civil e — muitos — para a emigração. Aqui encontraram os seus parceiros conjugais. Aqui decorreram as suas vidas.

Essas relações reproduzem-se nos contactos repetidos do quotidiano, no café e na taberna, nas festas, na memória. Nos seus espaços de sociabilidade e no apego a um discurso identitário em que uma condição social se liga a uma situação local, como sucede na representação que a maioria constrói de si como *pobre*.

Dezembro de 1996.

POSFÁCIO*

**O ENCONTRO DA HISTÓRIA
E DA ANTROPOLOGIA EM PORTUGAL*****

por

Georges Augustins**

A Antropologia das sociedades camponesas da Europa pode ser considerada como um desafio para a teoria do parentesco e da organização social, porque é muito difícil definir a realidade dos grupos de parentesco nos termos usuais da teoria da filiação e porque as particularidades das formas do casamento, na hipótese duma identificação clara, não parecem permitir uma análise estrutural clássica. A teoria da filiação assim como a teoria da aliança devem ter em consideração observações que nunca foram encaradas como pertinentes por essas teorias. É bastante banal, mas não deixa de ser importante, repetir que o desenvolvimento das pesquisas sobre as sociedades camponesas europeias durante os últimos vinte anos oferece informações de primeira importância que, todavia, contribuem para criar novos problemas, muito mais do que resolvê-los. Talvez isso possa ser considerado como uma riqueza potencial.

Parece-me que uma possibilidade de tratar estes factos consiste numa análise das transmissões entre gerações, transmissões do património como das coisas imateriais (autoridade e prestígio, principalmente). Felizmente, as sociedades camponesas da Europa apresentam, deste ponto de vista, uma vantagem muito importante por comparação com as sociedades exóticas: possuem arquivos que

* Tradução do inglês de Francisco Ramos, revista pelo autor.

** Professeur – Département d'Ethnologie, Université de Paris X (Nanterre) e Directeur de Recherche – Laboratoire d'Ethnologie et de Sociologie Comparative, Université de Paris X (Nanterre).

*** Texto baseado no comentário final ao conjunto de comunicações apresentadas no painel "Anthropology Meets History in Portugal: Kinship, Inheritance, and Dynamic Community Models", integrado no 87º Congresso Anual da *American Anthropological Association*, Phoenix, Arizona, 20 de Novembro de 1988.

permitem perceber a natureza e a evolução dos grupos domésticos, da transmissão do património e das redes de aliança matrimonial. Todos estes assuntos são abordados nos artigos deste dossier. Não se trata, agora, de repetir tudo o que foi exposto, e bem, nos referidos artigos, mas de considerar uma comparação com factos doutra proveniência, na maior parte francesa.

Os mecanismos de transmissão entre gerações têm um papel muito importante porque governam os destinos dos indivíduos como os dos grupos sociais aos quais eles pertencem (grupos familiares). Nas sociedades camponesas o destino pessoal depende muito do que é recebido como herança e das vantagens ou desvantagens ligadas ao casamento; de mesma maneira, a natureza dos grupos domésticos depende totalmente dos mecanismos de transmissão entre gerações. As regras envolvidas são as mesmas: governam o futuro do indivíduo, assim como as possibilidades de perpetuação do grupo doméstico.

Todos os antropólogos sabem muito bem que as decisões tomadas no campo das transmissões nunca são simplesmente a expressão duma observação meticulosa das regras, nem simplesmente o resultado de considerações oportunistas. Também não podem ser definidas como uma mistura de regras e de estratégias. Quando as pessoas têm de escolher um herdeiro, fazer partilhas ou constituir um dote, fazem isso com um grande sentido de justiça (o que não quer dizer obediência estrita à lei) e têm em consideração a situação real assim como as preferências afectivas. Estas situações, que são muito complicadas, não resultam somente da complexidade da vida, mas igualmente de preferências que são culturalmente produzidas. Estes temas são precisamente aqueles que os antropólogos portugueses e franceses analisam; a comparação entre estas análises torna-se de grande utilidade.

Sou da opinião de que todos os aspectos dos mecanismos de perpetuação dos grupos domésticos têm uma ligação estreita com o conceito weberiano do princípio da legitimidade: do que se trata nesses processos (sejam os papéis individuais ou colectivos) é do futuro duma instituição que é a família. Mas, na Europa temos, pelo menos, três diferentes maneiras de conceber o que é uma família. Pode ser definida como:

- a perpetuação duma casa ou dum património familiar;
- a continuação duma rede de parentesco baseada sobre as relações igualitárias entre irmãos e irmãs, primos e primas;
- a continuação duma rede de parentesco baseada sobre as relações entre os membros duma linhagem patrilinear.

Estes princípios de legitimidade estão ligados a dois tipos de regras: regras de herança, que definem a transmissão dos bens, e regras de sucessão que definem a transmissão da autoridade e da faculdade de representar legalmente o grupo doméstico. Estas regras podem estar, ou não, de acordo com a lei.

Os princípios de legitimidade e as regras de herança e de sucessão que dependem daqueles, definem o que pode ser chamado por sistema de pensamento; este tem em consideração o tipo de relações entre pais e filhos, entre irmãos e irmãs (rivalidade entre eles no caso de sucessão igualitária ou, então, antagonismo entre o primogénito e os outros), o que significa, no seu conjunto, uma visão da sociedade.

Neste momento, parece-me ser necessário examinar os dados oferecidos pelas pesquisas portuguesas e francesas. Quatro pontos de vista podem ser privilegiados: a natureza das regras de herança e de sucessão, os aspectos do casamento (i.e. aliança matrimonial), a natureza do ciclo doméstico (idade do casamento, número de casais que ficam na casa, etc.) e a natureza da relação que se estabelece entre a lei do Estado e costume local.

MECANISMOS DE TRANSMISSÃO

Uma oposição entre dois tipos de regiões existia em França até à Revolução de 1789: o sul e o norte da Loire. O sul era *précipitaire*, o que quer dizer que o costume era de escolher um varão e excluir os outros filhos da herança dando-lhes (teoricamente...) um dote; pelo contrário, o norte era igualitário. Todavia, importantes variações regionais foram encontradas, devido ao facto de cada cidade ter o seu próprio costume. Essa oposição foi analisada por historiadores do Direito, em particular por Jean Yver. O que parece espantoso é que essas oposições regionais continuaram a sua existência depois da uniformização legal do país e, duma certa maneira, até aos nossos dias; por exemplo, o sul ficou *précipitaire* se bem que o Código Civil (1804) obrigasse a uma partilha mais ou menos igualitária...

O uso dos conceitos de sucessão e de herança, no sentido definido anteriormente, permite distinguir alguns tipos de perpetuação dos grupos domésticos que são caracterizados por regras congruentes (por exemplo: os Pirenéus com sucessão única e herança privilegiada; a Bretanha com regras igualitárias de sucessão e de herança). Além disso, o uso destas perspectivas permite descrever situações caracterizadas por regras que não são congruentes. Por exemplo, quando a regra de herança é igualitária mas a transmissão da exploração agrícola (sucessão) é reservada a um só filho (é o caso da Lorena). Estas situações, que são muito complicadas, podem ser interpretadas como consequências dum conflito entre dois princípios de legitimidade ou como um conflito entre um princípio de legitimidade e constrangimentos económicos.

Em Portugal a situação parece ser ainda mais complicada do que em França, porque as particularidades locais são mais numerosas: Brian O'Neill dá exemplos deste fenómeno. Apesar disso parece ser igualitária a regra dominante. Fátima

Brandão e Brian O'Neill dão informações muito interessantes e descrevem casos nos quais parecem ser variadas as concepções do que pode ser um co-herdeiro e por conseguinte o modo como as estratégias se definem. Um ponto muito importante é frisado por Jeffery Bentley: a fragmentação não implica necessariamente pulverização. Pode resultar, antes, duma estratégia ecológica deliberada que reduz os riscos inerentes a um determinado clima. Além disso, o autor demonstra que uma exploração agrícola pode ser considerada, simultaneamente, por um lado como uma unidade transferível preferencialmente a um único herdeiro e, por outro, como um conjunto fragmentado e disperso de diferentes parcelas de terra.

A análise das regras de herança e de sucessão permite adquirir uma impressão sobre a maneira como as pessoas concebem a organização da sua própria sociedade. Assim, a sociedade é concebida como uma federação de casas independentes, sendo cada uma o núcleo duma família e a sede dum património ou, pelo contrário, como uma rede de parentesco incluindo diferentes famílias (mais precisamente “parentela”, i.e. grupos de filiação cognáticos) que estão distribuídas em casas diferentes, sendo essas casas simplesmente edifícios e não instituições.

Para esclarecer estas diferenças é necessário encarar três aspectos dos processos de perpetuação dos grupos domésticos:

- a situação pessoal dos filhos (privilégio do primeiro ou do último a nascer ou, pelo contrário, igualdade de tratamento);
- a natureza do casamento (ligado à transmissão dum dote, casamento entre primos, etc.);
- a concepção do direito de propriedade (concebido como *usus, fructus et abusus* ou, pelo contrário, como uma possibilidade de obter uma compensação face ao abandono da terra, como na Lorena).

Parece-me que as respostas a estes problemas e, mais particularmente, ao facto dos camponeses ricos escolherem uma solução e os pobres outra, como é dito nalguns dos artigos deste dossier, reside na possibilidade do morgadio ser, essencialmente, uma estratégia de poder.

Subsiste uma interrogação: porque não existem em Portugal esses grandes grupos domésticos, baseados na sucessão múltipla dos filhos, que se encontram tantas vezes na área mediterrânica?

A ALIANÇA MATRIMONIAL

Um dos aspectos da organização social que foi muito analisada em França é a aliança matrimonial (essencialmente por causa da influência estruturalista). Algumas dessas pesquisas foram feitas com a ajuda de computadores e outras

simplesmente através de processos manuais. Todas parecem convergir em direcção aos mesmos resultados.

Nos Pirenéus, os casamentos entre primos eram excepcionais, mas observam-se, muitas vezes, redes de casamentos entre casas (não se trata do sistema *Kariera*: essas redes nunca se reproduzem geracionalmente). Em Gévaudan (sudeste da França) Pierre Lamaison observou factos do mesmo tipo; ele teve a possibilidade de analisá-los informaticamente e mostrou a existência de ciclos de transmissão do dote.

Todavia, decisões matrimoniais não podem ser interpretadas simplesmente em termos de estratégias matrimoniais como Pierre Bourdieu pretendeu: muito numerosas são as situações nas quais o casamento não tem nada a ver com a “maximização do prestígio” (como nós próprios já referimos numa publicação de 1982) por outras palavras, em desacordo com o modelo de Bourdieu.

Nestas sociedades que praticam a *primogéniture*, a importância do dote que é exigida à esposa é um argumento usado pelo pai do marido, quando não quer aprovar a escolha matrimonial do filho: um dote pequeno é um bom argumento para recusar o projecto matrimonial; é um argumento aceitável, se não é necessariamente o verdadeiro argumento.

Noutras situações — no caso das sociedades igualitárias como a Bretanha estudadas por Martine Segalen — observam-se muitas vezes casamentos entre primos e primas que não são do primeiro grau.

Todas estas observações têm que ser confrontadas com as regras de devolução do património, mas essas confrontações não oferecem o que pode ser imaginado. Casamentos entre primos e primas não podem ter como função principal a reunificação dum património que não existe nas sociedades igualitárias, devido ao facto de todas as posses dum casal já terem sido divididas no momento do desaparecimento desse casal. Portanto, não pode existir património durável nenhum. Pelo contrário os direitos sobre a posse da terra são constantemente divididos e reunidos provisoriamente em cada geração, dentro dum grupo de parentesco cognático (*parentela*). A repartição da terra é também reorganização da distribuição dos direitos, não é simplesmente repartição. Como mostra muito claramente o artigo de Cristiana Bastos, a divisão igualitária da terra pode ser uma vantagem, não um problema.

CICLOS DOMÉSTICOS

Pesquisas antropológicas em França mostraram que a transmissão do património para um só filho (*primogéniture*), tal como a partilha igualitária, têm consequências variadas sobre o desenvolvimento do grupo doméstico. A primeira

dessas consequências é a forma de casamento do varão no caso da *primogéniture*: o futuro do grupo doméstico depende completamente desse casamento (designação do varão, importância do dote da esposa e, mesmo, a renúncia dos irmãos e irmãs do varão até à exigência de obter uma parte da herança da casa). Por outro lado, a partilha igualitária conduz a um processo contínuo de decomposição e de recomposição das terras, onde os dotes dados ao marido como às esposas contribuem para formação de exploração agrícola.

A consequência desses factos sobre a composição dos grupos domésticos é muito perceptível: família troncal (*famille-souche*) com a presença dum irmão solteiro, por um lado, e família nuclear com a presença de jornaleiros, por outro lado.

Os factos observados em Portugal parecem singulares porque, como Brian O'Neill observa, a preferência para um só herdeiro é ligada à herança *post-mortem* (e não à designação dum sucessor, como nos Pirenéus); a combinação duma preferência para a conservação do património e a incerteza sobre o futuro talvez sugiram um conflito entre tendências opostas.

Num contexto diferente, o artigo de Denise Lawrence-Zúñiga exemplifica uma análise original duma situação na qual a casa faz-se expressão do estatuto social; a oposição entre proprietário e lavrador encontra uma nova simbolização no aspecto da casa, seja ela urbana ou rural.

Álvaro Ferreira da Silva investiga a situação dos jovens em relação a vários tipos de grupo doméstico — ora permanecendo nestes fogos, ora partindo deles. Contextualiza os dados portugueses no âmbito geral da história da família na Europa e salienta as ligações entre o casamento tardio, a neolocalidade, o trabalho doméstico e a independência duma geração face à geração anterior. Afinal, observa que se verificam situações flagrantemente diferentes entre as casas de trabalhadores rurais e as de lavradores, devido principalmente ao facto de estas últimas necessitarem de uma “força de trabalho” mais permanente que aquelas, e de as famílias de lavradores serem necessariamente centradas sobre elementos masculinos.

LEI E COSTUME

Uma das muito importantes e espantosas interrogações reside na possível diferença entre a lei oficial e o costume. Este foi investigado quer em Portugal, quer em França.

Muitas vezes, encontra-se nos escritos dos administradores do século passado, e mesmo nos livros dos antropólogos, a ideia de que deve existir uma relação directa entre a lei e os factos da vida económica ou técnica. Por exemplo, ima-

gina-se que a regra da herança igualitária resulta necessariamente numa partilha das terras em parcelas muito pequenas; e esta ideia está ligada ao facto que o Código Civil foi promulgado na intenção de dividir as propriedades dos nobres. No entanto, a realidade é muito mais complicada e pode dizer-se que as pesquisas sobre Portugal têm oferecido novos elementos de interpretação.

Fátima Brandão mostra muito claramente que a lei é uma coisa usada pelos actores sociais, não um constrangimento inescapável. Num outro artigo ela descreve uma situação na qual a conservação do património está paradoxalmente associada com o desprezo do processo legal que privilegia o morgadio; a explicação dessa curiosa situação reside no facto dos camponeses não gostarem do processo legal que os impedia de emprestar dinheiro sobre o valor da terra; no mesmo momento inventaram outros processos, costumeiros, para impedir a partilha. Nos Pirenéus descobri uma outra maneira de contornar a lei, i.e. dar a impressão duma partilha e, no mesmo momento, impedi-la: uma certa proporção da propriedade era dada a um filho solteiro que, depois da sua morte, fez doação desta parte ao seu sobrinho, filho do morgado.

Igualmente muito interessante é o caso das sociedades que praticam verdadeiramente a herança igualitária, porque esta costuma não conduzir necessariamente a uma partilha das terras. Nesses casos, a palavra “património” não quer dizer nada: o que é transmitido duma geração a outra não é um património mas uma colecção de direitos ligados às terras. Os casamentos entre primos e primas, e as trocas de direitos sobre as terras, permitem reunir direitos espalhados e, por conseguinte, construir explorações agrícolas (i.e. na Bretanha, mas também no Algarve como é descrito por Cristiana Bastos).

Essas duas situações, que são opostas, são uma ilustração do que defino como sociedades com casas (famílias troncais) e sociedades com parentelas, cada uma delas sendo caracterizada por uma combinação de regras devidas à transmissão da autoridade e à devolução dos bens; em todos os casos trata-se dum princípio de legitimidade: perpetuação dum património ou permanência duma rede de parentesco cognático (parentela) através da igualdade dos filhos por ocasião da herança.

O caso do Portugal é muito interessante porque parece que, neste país, influências legais variadas (influência romana por um lado e influência feudal por outro) estão em conflito; o resultado é que os costumes de transmissão entre gerações variam duma região para outra.

Parece que em Portugal, como noutras partes da Europa (mais particularmente na Grã-Bretanha), a distinção clássica entre *dominium eminens rom* *dominium utile*, reinterpretada nos termos do direito romano, teve como consequência uma grande confusão quando se trata de situações concretas. Isto é um aspecto muito claramente exposto por Fátima Brandão. Esse conflito entre tendên-

cias opostas tem consequências sobre as relações entre o proprietário e o arrendatário, mas também entre os co-herdeiros; todos eles têm reivindicações variadas e ligadas aos sistemas de pensamento diferentes (ligados ao direito romano por um lado e ao direito feudal por outro).

A acção de contrair dívidas (para compensar os co-herdeiros que não moram na casa) ou a repartição da propriedade podem resultar dessas situações.

Todas estas observações conduzem a uma questão muito importante e difícil de formular em termos simples. Trata-se das relações entre a lei oficial e a ética local.

Uma possibilidade é a da lei estar em contradição com a ética indígena: neste caso os actores imaginam estratégias que permitem simultaneamente conservar as aparências de legalidade e respeitar a ética local, mas tal não é sempre possível. Uma outra possibilidade é a da lei estar em harmonia com a ética indígena, mas isto pode tender a transformar uma possibilidade de compensação num direito efectivo, isto é, reificar o costume.

Alice Ingerson demonstra que, apesar dos seus desejos permanentes no sentido de moldar a família e enaltecê-la como modelo da sociedade como um todo, os regimes autoritários nunca obtêm sucesso. O caso de indústria têxtil no Vale de Ave exemplifica bem este divórcio entre as intenções e os factos: as relações entre operários e *entrepreneurs* nunca foram moldadas através dos laços familiares. O texto de José Sobral consiste numa reflexão em torno das relações conceptuais entre as noções de lugar de residência e comunidade, sendo esta última um conjunto ou “feixe” (*bundle*) de componentes sociais — incluindo oposições entre as classes sociais — e de sentimentos de identidade. Esta discussão muito relevante conduz a outra, focada na comunidade — e localidade — como representação e realidade.

Alguns problemas não ficam resolvidos, particularmente o que trata da maneira segundo a qual as pessoas percebem as regras, seja como constrangimentos insuportáveis, seja como obrigação moral normal. O respeito das regras está muitas vezes em conflito com preferências afectivas: nunca é fácil perceber como esses conflitos são, ou não são, resolvidos, embora sejam duma importância crucial para a análise dos processos de reprodução social. Nestes tipos de situações somos sempre confrontados com o “Efeito Rashomon” que Francisco Ramos explica tão brilhantemente: a verdade dum actor não é a verdade do outro actor, e o que é mais inquietante na verdade dum antropólogo pode ser diferente na perspectiva dum outro antropólogo. Neste sentido, a antropologia dos afectos, do que precisamos para perceber a realidade dos processos sociais, requer competências do observador que são impossíveis de verificar. A observação científica e a simpatia pessoal pelo nativo misturam-se duma maneira inextricável. Sabemos muito

sobre estratégias, mas sabemos muito pouco sobre os falhanços das estratégias.

Em consequência, um desenvolvimento possível das pesquisas pode ser a observação das situações emocionais dos actores. Com efeito, é muito diferente ser o varão que exclui os irmãos da casa do que ser um rival de todos os outros irmãos, mas não sabemos muito sobre o que isso significa verdadeiramente e que implicações tem sobre as concepções do destino.

Um outro desenvolvimento pode ser a análise das transmissões não materiais: honra, profissões, prestígio fazem, muitas vezes, parte do que é transmitido. Nessas situações são conjuntos de direitos e de usos que são transmitidos e têm um papel muito importante; mas os bens materiais são também bens simbólicos.

Março de 1997.

V Á R I A

PROTOCOLO ENTRE A SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA (SPAЕ) E A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA (APA)

(assinado no Centro Unesco do Porto pelos presidentes das direcções das duas associações, respectivamente Vítor Oliveira Jorge e Raúl Iturro)*

Aos vinte e um dias do mês de Março de mil novecentos e noventa e sete, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (a seguir designada por SPAE) e a Associação Portuguesa de Antropologia (a seguir designada por APA) estabelecem um protocolo de cooperação, segundo o qual se comprometem a:

1. Trocar informações que digam respeito à área da Antropologia e que se revelem úteis ao prosseguimento dos objectivos de ambas as associações.
2. Realizar em comum conferências, colóquios, mesas-redondas, e outros projectos de natureza científico-técnica, incluindo as publicações deles resultantes, sobre temas que, pela sua actualidade, concitem o interesse de ambas as associações.
3. Proceder à permuta de publicações próprias.

Pela sua parte, a SPAE compromete-se a:

1. Abrir as páginas dos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia” à colaboração dos sócios da APA, mediante o normal parecer de dois membros do Conselho Redactorial daquela revista.
2. Facultar a consulta de obras da sua biblioteca aos sócios da APA, desde que para tal haja condições.

Por seu turno, a APA compromete-se a:

1. Disponibilizar uma página do seu “Boletim APA”, de edição trimestral, aos órgãos sociais da SPAE, para divulgação das actividades desta última.

A gestão do presente protocolo será assegurada pela Direcção da SPAE e pela Direcção da APA, directamente ou por delegação. Os responsáveis pela gestão do protocolo devem reunir-se anualmente para coordenação de acções e concretização de projectos científico-técnicos.

O presente protocolo tem a duração de três anos, sendo renovável por períodos de igual duração.

Porto, 21 de Março de 1997.

* Na mesma altura foi feita a apresentação pública do livro “Recuperar o Espanto. O Olhar da Antropologia”, ed. pela Afrontamento, e o Prof. Doutor João de Pina Cabral, Reitor da Univ. Atlântica, proferiu uma conferência subordinada ao título “A Antropologia que a Democracia produziu”.

FILMES ETNOGRÁFICOS APRESENTADOS PELA SPAE

A SPAE promoveu, no dia 17 de Fevereiro de 1997, no auditório da Reitoria da U.P., a projecção do filme de Catarina Alves Costa “Senhora Aparecida”, documentário etnográfico realizado em 1994, com a presença e os comentários da autora. A sessão foi muito concorrida, e deu origem a animado debate.

Premiado internacionalmente, o conteúdo deste filme reporta-se ao lugar da Aparecida, a 50 km do Porto, quando ali se preparava a festa anual. Nesse ano, o novo padre quis acabar com a antiga tradição dos enterros, em que as pessoas eram carregadas em caixões abertos até à capela como pagamento de promessas à Virgem. Trata-se de uma obra, plasticamente muito bem conseguida, que aborda um tema em que a identidade do grupo e a fidelidade à Igreja estão em jogo, gerando-se um conflito inevitável.

O filme, que tem uma duração de 55 minutos, foi produzido pela SP Filmes/RTP.

No dia 23 de Maio de 1997, também às 17,30 h., Catarina Alves Costa voltará ao auditório da Reitoria da U.P., para apresentar e comentar um outro filme de sua autoria, o qual, aliás, foi igualmente distinguido com um galardão internacional: “Regresso à Terra” (1992).

CONFERÊNCIAS DE MICHEL LORBLANCHET NA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

A Faculdade de Letras do Porto, através da Comissão Coordenadora do Mestrado de Arqueologia Pré-histórica da mesma Faculdade, e a direcção da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia levaram a efeito a realização de duas conferências, na Faculdade de Letras do Porto, do Doutor Michel Lorblanchet, Directeur de Recherche no CNRS, nos dias 21 e 22 de Abril de 1997, às 15,30 horas, sobre os temas, respectivamente “ESTUDO DE UMA GRUTA ORNAMENTADA PALEOLÍTICA” (dia 21) e “ARTE RUPESTRE NA ÍNDIA” (dia 22).

Como é sabido, Michel Lorblanchet é um dos mais reputados especialistas internacionais de arte rupestre, sendo autor, em particular, do livro “Les Grottes Ornées de la Préhistoire. Nouveaux regards”, Paris, Éd. Errance, 1995.

Esta realização foi apoiada pelo Conselho Directivo da FLUP e pela JNICT.

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO
MESTRADO DE ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA
1996/97

Cadeira "Contributo das Ciências Naturais e Exactas à
Arqueologia Pré-histórica"

Calendário de Sessões

(abertas aos alunos da variante de Arqueologia da FLUP, aos arqueólogos, aos sócios da SPAE e ao público interessado, até ao limite de lugares disponível)

- 6 de Novembro de 1996** – Prof. Doutor Vítor Oliveira Jorge (FLUP) – Introdução.
- 13 de Novembro de 1996** – Prof.^a Doutora Maria de Jesus Sanches (FLUP) – Projectos de Planalto Mirandês e da Bacia de Mirandela.
- 20 de Novembro de 1996** – Prof.^a Doutora Susana Oliveira Jorge (FLUP) – Projectos da Serra da Aboboreira, Chaves e Foz Côa.
- 27 de Novembro de 1996** – Prof. Doutor Luiz Oosterbeek (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Tomar) – Projecto do Alto Ribatejo.
- 4 de Dezembro de 1996** – Eng.^o António Monge Soares (Instituto Tecnológico e Nuclear – Departamento de Química) – A datação pelo radiocarbono.
- 11 de Dezembro de 1996** – Prof. Doutor João Luís Cardoso (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa – Departamento de Ciências da Terra) – Geoarqueologia.
- 18 de Dezembro de 1996** – Prof. Doutor João Luís Cardoso – Arqueologia.
- 8 de Janeiro de 1997** – Dra. Ana Maria Bettencourt (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho) – Importância dos resíduos orgânicos no estudo do material arqueológico.
- 15 de Janeiro de 1997** – Prof. Doutor Vítor Oliveira Jorge (FLUP) – Projectos da Serra da Aboboreira e de Castro Laboreiro, no âmbito do megalitismo.
- 22 de Janeiro de 1997** – Prof.^a Doutora Eugénia Cunha (Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências de Coimbra) – O estudo dos restos ósseos humanos em contextos arqueológicos.
- 29 de Janeiro de 1997** – Prof.^a Doutora Maria Ondina Figueiredo (IICT – Centro de Cristalografia e Mineralogia) – Caracterização de materiais arqueológicos por técnicas baseadas em Raios X.
- 5 de Fevereiro de 1997** – Eng.^o João Carlos Caninas (GEOTA) – Abordagem comum dos patrimónios cultural e natural.

- 19 de Fevereiro de 1997** – Prof. Doutor Miguel Telles Antunes (Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa – Departamento de Ciências da Terra) – Alterações faunísticas no Plistocénico e Holocénico e a problemática das extinções de espécies.
- 20 de Fevereiro de 1997** – Dr. Carlos Tavares da Silva (Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal) – O marisqueio durante a Pré-história Recente na Costa Sudoeste.
- 26 de Fevereiro de 1997** – Dr. Domingos de Jesus da Cruz (Fac. de Letras da Univ. de Coimbra) – Projecto do Megalitismo da Beira Alta.
- 5 de Março de 1997** – Doutora Philine Kalb (Instituto Arqueológico Alemão) e Prof. Doutor Martin Hock (Universidade da Beira Interior – Covilhã) – Projecto interdisciplinar de Vale de Rodrigo (Alentejo).
- 12 de Março de 1997** – Prof. Doutor J. Peixoto Cabral (Instituto Tecnológico e Nuclear – Departamento de Química) – Caracterização de materiais arqueológicos: determinação de proveniências.
- 19 de Março de 1997** – Prof.^a Doutora Raquel Vilaça (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) – Metalurgia do Bronze Final.
- 9 de Abril de 1997** – Prof. Doutor Victor dos Santos Gonçalves (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) – Projecto de Reguengos de Monsaraz.
- 16 de Abril de 1997** – Prof. Doutor José Meireles Batista (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho) – Estratigrafia e Arqueologia: conceitos, aplicações e alguns equívocos.
- 23 de Abril de 1997** – Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia) – Datação relativa de sítios do Paleolítico Inferior e Médio.
- 7 de Maio de 1997** – Dr. António Carlos Silva (EDIA) – Pré-história da Área do Alqueva – minimização de impactes.
- 14 de Maio de 1997** – Profs. Doutores José Mateus e Paula Queirós (Museu Nacional de História Natural) – Arqueologia da paisagem – Paleoecologia e Arqueobotânica.
- 21 de Maio de 1997** – Prof. Doutor João Cabral (Fac. Ciências da Univ. de Lisboa) – Paisagem em mudança: contributo da Geodinâmica interna.
- 28 de Maio de 1997** – Dr. Rui Parreira (Dir. Reg. de Évora do IPPAR) – Projecto de Alcalar (Algarve).

1º COLÓQUIO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR, 29-30 ABRIL 97

A Gestão do Património Arqueológico implica as vertentes de inventário, estudo, divulgação e valorização, com responsabilidades partilhadas por diversas identidades: Estado, Poder Local, Universidades, Centros de Investigação, Museus, Associações Juvenis e de Património, Empresas...

Múltiplos intervenientes e múltiplas perspectivas que neste Colóquio, que contou com a presença de mais de três centenas de participantes, se pretenderam confrontar e colocar em diálogo. Na altura, foram lançados três volumes de uma nova série: "Arkeos". O Colóquio teve um êxito assinalável.

P R O G R A M A

29 de Abril de 1997

- 09.30 horas – Acolhimento;
- 10.00 horas – Abertura;
- 11.15 horas – Henry de Lumley: "La Valorisation du Patrimoine Arquéologique dans le Cadre Européen" (devido a impossibilidade de última hora, foi substituído por uma intervenção de Vítor Oliveira Jorge);
- 12.15 horas – Debate;
- 13.00 horas – Almoço;
- 14.30 horas – Victor S. Gonçalves: "Investigação e gestão: o papel das universidades";
- 15.15 horas – António Silva: "Das Autarquias aos profissionais de Arqueologia: perspectivas da sociedade civil";
- 16.00 horas – Intervalo;
- 16.30 horas – Luiz Oosterbeek: "Associativismo e Património Arqueológico";
- 17.15 horas – Debate;
- 18.00 horas – Fim da primeira sessão.

30 de Abril de 1997

- 10.00 horas – Carlo Peretto: "Les Musées de Site: le musée et centre de recherche de Isernia";
- 10.45 horas – Luís Raposo: "Arqueologia em Diálogo: o papel dos museus";
- 10.30 horas – Debate;
- 13.00 horas – Almoço;
- 14.30 horas – Manuela Martins: "Gerir o Património Arqueológico Urbano";
- 15.15 horas – Vítor Oliveira Jorge: "Por uma Gestão Plural e Integrada do Património Arqueológico";
- 16.00 horas – Intervalo;
- 16.30 horas – Intervenção do representante da Comissão Nacional da Unesco;
- 16.40 horas – Intervenção do representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 16.50 horas – Intervenção do representante do Instituto da Juventude;
- 17.00 horas – Debate e conclusões;
- 18.00 horas – Encerramento.

ORGANIZAÇÃO:

Laboratório de Pré-História – Instituto Politécnico de Tomar, Campus da Quinta do Contador – Edifício M
Estrada da Serra, 2300 TOMAR – Tel. 049.328100 – Fax 049.328182

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO EM ARQUEOLOGIA PENINSULAR-ADECAP

E S T A T U T O S

CAPÍTULO I

Artigo 1º

(Natureza, denominação, duração e sede)

1 – É constituída, a partir de hoje e por tempo indeterminado, uma associação de investigação científica, cultural e profissional, sem fins lucrativos, denominada “Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular”, abreviadamente designada por ADECAP.

2 – A ADECAP tem a sua sede na Rua Aníbal Cunha, 39-3º, Sala 7, 4050 Porto, podendo ser alterada por deliberação da Assembleia Geral e criar delegações em qualquer localidade do território nacional.

3 – A ADECAP poderá filiar-se, associar-se ou aderir a organismos afins nacionais ou internacionais, estabelecendo laços preferenciais com organismos afins da vizinha Espanha.

Artigo 2º

(Objecto e fins)

1 – A ADECAP tem por objectivos a promoção e o desenvolvimento da actividade de investigação científica, cultural e profissional no campo da arqueologia, colaborando com organismos, empresas e instituições universitárias e não universitárias, públicas ou privadas.

2 – Para a prossecução dos seus objectivos constituem atribuições principais da ADECAP:

- a) A promoção de Congressos de Arqueologia Peninsular que se realizem em Portugal;
- b) A promoção de acções conjuntas luso-espanholas no domínio da Arqueologia, nomeadamente colóquios, mesas-redondas, trabalhos de campo e outros estudos e publicações, tendo em vista incrementar o desenvolvimento da Arqueologia nos aspectos que interessam fundamentalmente a Portugal e Espanha, nomeadamente em áreas transfronteiriças;
- c) A permuta de informações com outras instituições afins.

Artigo 3º

A ADECAP rege-se pelos presentes estatutos, pela lei geral aplicável e supletivamente por regulamentos internos e pelas disposições particulares que, caso a caso, forem

estabelecidas em convénios e protocolos celebrados entre a associação e outras instituições.

CAPÍTULO II

Artigo 4º (Associados)

1 – Os associados, pessoas singulares ou colectivas agrupam-se em três categorias:

- a) Associados Fundadores;
- b) Associados Aderentes;
- c) Associados Honorários.

2 – São associados fundadores os que intervêm na escritura de constituição da associação e os admitidos no prazo de dois anos após a sua constituição.

3 – São associados aderentes as pessoas colectivas ou individuais a quem a Assembleia Geral, por iniciativa própria ou sob proposta da Direcção atribua tal categoria.

4 – A ADECAP e os seus associados poderão definir, em protocolo, formas específicas de colaboração no âmbito das suas atribuições.

5 – São associados honorários, personalidades ou instituições, a quem a Assembleia Geral, sob proposta da Direcção, atribua tal estatuto de honra pelo valor científico de trabalhos prestados ou pela colaboração também prestada à ADECAP.

Artigo 5º (Direitos dos associados)

1 – Constituem direitos dos associados:

- a) Eleger e serem eleitos para os órgãos da associação, nos termos destes estatutos;
- b) Tomar parte e votar na Assembleia Geral, elegendo a respectiva mesa;
- c) Requerer a convocação das assembleias gerais extraordinárias, nos termos do número três do artigo décimo primeiro;
- d) Apresentar sugestões relativas à realização dos objectivos estatutários;
- e) Participar nas actividades da ADECAP e usufruir de todas as regalias que ela proporcione nos termos regulamentares;
- f) Solicitar aos órgãos sociais as informações e esclarecimentos que tiverem por convenientes sobre a condução das actividades da associação, nomeadamente, ser informado dos resultados que esta levou a cabo;
- g) Examinar as contas, documentos e livros relativos às actividades da ADECAP nos oito dias que antecedem a Assembleia Geral;
- h) Utilizar nos termos regulamentares, os serviços que a ADECAP ponha à sua disposição.

2 – Os associados honorários apenas usufruem dos direitos consagrados nas alíneas d) e f) do número anterior, bem como tomar parte, sem direito a voto, nas Assembleias Gerais.

Artigo 6º (Deveres dos associados)

1 – Constituem deveres dos associados:

- a) Contribuir para o prestígio da ADECAP, fomentando por todos os meios ao seu alcance o seu programa de desenvolvimento;

- b) Exercer os cargos para que forem eleitos ou designados, salvo motivo especial de escusa reconhecidamente impeditivo;
 - c) Cumprir e fazer cumprir diligentemente as obrigações estatutárias e regulamentares e as deliberações dos órgãos sociais;
 - d) Pagar com regularidade as contribuições e quotas fixadas pela Assembleia Geral;
 - e) Participar em geral nas actividades da ADECAP, cumprir os programas de trabalho definidos, bem como manter a assiduidade exigida no regulamento.
- 2 – O associados honorários apenas estão vinculados ao cumprimento do dever estabelecido na alínea c) do número anterior.

Artigo 7º

(Perda da qualidade de associado)

- 1 – Perdem a qualidade de associado:
- a) Os que por escrito, o solicitarem à Direcção;
 - b) Os interditos, falidos ou insolventes;
 - c) Os que pela sua conduta contribuam ou concorram deliberadamente para o descrédito ou prejuízo da associação;
 - d) Os que de forma reiterada desrespeitem os deveres estatutários, regulamentares, ou ilegítimamente desobedeçam às deliberações legalmente tomadas pela ADECAP.
- 2 – A exclusão de um associado é sempre deliberada pela Assembleia Geral, por iniciativa própria ou sobre proposta fundamentada da Direcção, exigindo-se o voto favorável de dois terços dos associados presentes.

CAPÍTULO III Órgãos Sociais

Secção I Disposições comuns

Artigo 8º (Órgãos)

- 1 – São órgãos sociais da ADECAP:
- a) A Assembleia Geral;
 - b) A Direcção;
 - c) O Conselho Fiscal.
- 2 – A ADECAP poderá dispor ainda de um Conselho Consultivo.
- 3 – A mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal são eleitos em Assembleia Geral pelos associados, para o desempenho de um mandato de dois anos.
- 4 – A posse dos membros integrantes daqueles órgãos é dada pelo presidente da mesa da Assembleia Geral, mantendo-se os cessantes ou demissionários em exercício de funções até que aquela se verifique.

Secção II Assembleia Geral

Artigo 9º (Natureza e Composição)

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no gozo dos seus direitos

associativos e as suas deliberações são soberanas, tendo apenas por limite as disposições imperativas da lei e dos presentes estatutos.

Artigo 10º

(Mesa)

1 – A Assembleia Geral é dirigida por uma mesa composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos de entre os seus associados.

2 – Ao presidente da mesa compete convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia, no que será coadjuvado pelo secretário.

3 – Compete ao vice-presidente substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos.

4 – Ao secretário compete redigir a acta ou minuta da acta das sessões.

5 – Na falta ou impedimento do secretário, será o mesmo substituído por quem a Assembleia na altura designar.

6 – Faltando a totalidade dos membros da mesa, a Assembleia Geral elegerá uma mesa “ad hoc” para a respectiva sessão ou reunião.

Artigo 11º

(Reuniões)

1 – A Assembleia Geral pode reunir ordinária e extraordinariamente.

2 – A Assembleia Geral reunirá ordinariamente uma vez por ano, até trinta e um de Março, para discutir e votar o relatório e contas da Direcção, bem como o parecer do Conselho Fiscal e aprovar, sob proposta da Direcção, o plano de actividades e orçamento.

3 – A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente sempre que for convocada por iniciativa do seu presidente ou a pedido da Direcção, do Conselho Fiscal, ou por uma quinta parte dos associados.

Artigo 12º

(Convocação)

1 – A convocatória para a Assembleia Geral é feita por aviso postal, expedido para cada um dos associados com pelo menos oito dias de antecedência, dele devendo constar o local, dia, hora e ordem de trabalhos.

2 – Só poderão ser tomadas deliberações sobre assuntos que constem da respectiva ordem de trabalhos, salvo se, estando presentes todos os associados, estes deliberem, por unanimidade, a inclusão de qualquer outro assunto.

Artigo 13º

(Representação)

É admissível a representação de um associado por outro associado, mediante carta dirigida ao presidente da mesa da Assembleia Geral.

Artigo 14º

(Quorum)

1 – A Assembleia Geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de metade pelo menos dos seus associados; em segunda convocação a Assembleia Geral poderá deliberar com qualquer número de associados.

2 – As duas convocações poderão constar do mesmo aviso postal, não sendo, todavia, lícito realizar a segunda reunião antes de decorrida meia hora sobre a hora marcada

para a primeira.

3 – As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes, excepto nos casos previstos nestes estatutos e na lei.

Artigo 15º (Competências)

À Assembleia Geral compete:

- a) Apreciar e votar o relatório e contas da Direcção bem como o parecer do Conselho Fiscal relativo aos respectivos exercícios;
- b) Eleger e destituir a mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal;
- c) Interpretar os presentes estatutos, aprovar os regulamentos necessários e decidir sobre os casos omissos;
- d) Apreciar e votar o programa de actividades anual e os planos plurianuais, bem como o orçamento anual e orçamentos suplementares se os houver;
- e) Fixar as jóias e as quotas dos associados;
- f) Deliberar, sob proposta da Direcção, a admissão de associados ou a sua exclusão;
- g) Outorgar a qualidade de associado honorário, às individualidades ou instituições que considere merecedoras de tal distinção, mediante proposta da Direcção;
- h) Deliberar sobre todos os assuntos que lhe forem apresentados pela Direcção e pelos membros com base nas disposições estatutárias;
- i) Deliberar sobre a dissolução da associação, nos termos do artigo vigésimo sexto;
- j) Conceder autorização para a alienação dos bens imóveis;
- k) Alterar os estatutos nos termos do artigo vigésimo quinto;
- l) Deliberar sobre aceitação de legados, doacções, subscrições e donativos.

Secção III Direcção

Artigo 16º (Composição)

1 – A Direcção é o órgão executivo da ADECAP e é constituída por três membros, um presidente, que será sempre um associado fundador, um vice-presidente e um secretário.

2 – Compete ao vice-presidente, substituir o presidente da Direcção nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 17º (Reuniões)

1 – A Direcção reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por iniciativa do seu presidente ou a requerimento do vice-presidente, competindo ao presidente a respectiva convocação.

2 – As deliberações são tomadas por maioria dos membros presentes, tendo o presidente, além do seu voto, voto de qualidade em caso de empate.

Artigo 18º (Competências)

1 – À Direcção compete exercer todos os poderes necessários à execução das actividades que se enquadrem nas finalidades da ADECAP e, designadamente as seguintes:

- a) Administrar os bens da associação e dirigir a sua actividade podendo para o efeito, contratar pessoal e colaboradores, fixando as respectivas condições de trabalho e exercer a respectiva disciplina;
- b) Representar a associação em juízo ou fora dele, na pessoa do seu presidente;
- c) Constituir mandatários, os quais obrigarão a associação de acordo com a extensão dos respectivos mandatos;
- d) Apresentar anualmente à Assembleia Geral os planos e os relatórios de actividades bem como as contas de gerência;
- e) Dirigir o serviço de expediente e tesouraria;
- f) Elaborar regulamentos internos, para posterior aprovação pela Assembleia Geral;
- g) Requerer a convocação da Assembleia Geral;
- h) Nomear comissões para o estudo ou execução dos objectivos e meios de acção da associação;
- i) Propor a admissão de novos associados;
- j) Nomear o Conselho Consultivo;
- k) Organizar congressos, colóquios, seminários e outras acções que não estando previstas nas actividades mencionadas nos números anteriores se mostrem convenientes para a prossecução dos objectivos da associação.

2 – A ADECAP obriga-se pelas assinaturas conjuntas de dois membros da Direcção, assim como pela assinatura de um único mandatário com poderes para certa ou certas espécies de actos.

3 – A Direcção poderá delegar em funcionários poderes para a prática de actos de mero expediente.

Secção IV Conselho Fiscal

Artigo 19º (Composição)

O Conselho Fiscal é constituído por um presidente, um relator e um vogal.

Artigo 20º (Competências)

1 – Compete ao Conselho Fiscal, examinar as contas da ADECAP e apresentar o respectivo parecer à Assembleia Geral.

2 – O Conselho Fiscal tem o direito de examinar os livros e documentos de escrituração, os quais lhe serão facultados pela Direcção, sempre que solicitados.

Artigo 21º (Reuniões)

1 – O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente a pedido do seu presidente, da Direcção ou de dois dos seus membros, cabendo ao presidente do Conselho Fiscal a respectiva convocação.

2 – As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria dos membros presentes, tendo o seu presidente, além do seu voto, voto de desempate.

Secção V
Conselho Consultivo

Artigo 22°
(Composição e Reuniões)

1 – O Conselho Consultivo é constituído por um mínimo de sete membros e um máximo de onze, de reconhecido mérito científico-cultural, a nomear pela Direcção.

2 – O Conselho Consultivo reunirá por iniciativa do seu presidente, da maioria dos seus membros ou a pedido da Direcção, sendo as reuniões convocadas pelo Presidente.

Artigo 23°
(Competências)

1 – Compete ao Conselho Consultivo dar apoio à Direcção sobre matérias de índole científico-cultural, emitindo pareceres e recomendações.

2 – Os membros do Conselho Consultivo poderão participar nas Assembleias Gerais, sem direito a voto.

CAPÍTULO IV

Artigo 24°
(Património e Fundos)

1 – O património da associação é constituído por todos os seus bens e pelos direitos que sobre eles possam recair.

2 – Constituem fundos da associação:

- a) As quotizações e contribuições dos associados;
- b) Subsídios atribuídos;
- c) O produto da venda de publicações e quaisquer receitas correspondentes a actividades organizadas pela associação;
- d) Doações e outras liberalidades;
- e) Quaisquer outras receitas cuja percepção não esteja proibida por lei.

CAPÍTULO V
(Disposições Finais e Transitórias)

Artigo 25°
(Alteração dos estatutos)

1 – Os presentes estatutos só podem ser alterados em Assembleia Geral extraordinária reunida para esse fim.

2 – As deliberações da Assembleia Geral sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número dos associados presentes.

Artigo 26°
(Dissolução)

1 – A ADECAP pode ser dissolvida mediante deliberação favorável da Assembleia Geral expressamente convocada para esse fim.

2 – A deliberação sobre a dissolução requer o voto favorável da maioria de três quartos do número total dos associados.

3 – Dissolvida a associação, a Assembleia Geral deverá nomear imediatamente a

comissão liquidatária, definindo o seu estatuto e indicando o destino do activo líquido se houver, ressalvado o disposto no n.º 1 do artigo 166.º do Código Civil.

Artigo 27.º

1 – Enquanto não forem eleitos os membros dos órgãos sociais a gestão corrente da ADECAP será assegurada por uma Comissão Instaladora podendo fixar provisoriamente o montante das jónias e quotas dos associados.

2 – No prazo máximo de cento e oitenta dias reunirá a Assembleia Geral Eleitoral para efeitos de realização dos actos eleitorais referidos no número anterior.

3 – Os assuntos não tratados nestes estatutos e os casos omissos serão regulados pelas disposições legais em vigor sobre associações e pela Assembleia Geral.

COMISSÃO INSTALADORA

(Composição)

Prof. Doutor Vítor Manuel de Oliveira Jorge, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutora Susana de Oliveira Jorge, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutora Maria de Jesus Sanches, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Prof. Doutor Luiz Oosterbeek, Instituto Politécnico de Tomar

Prof. Doutora Maria Manuela Martins, Universidade do Minho, Braga

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

3º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA
PENINSULAR



VILA REAL

23 A 27 SETEMBRO 1999

Organização geral

**Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia
Peninsular (ADECAP)**

R. Aníbal Cunha, 39 - 3º andar - sala 7 - 4050 Porto - Portugal

3º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR VILA REAL, UTAD, 23-27 SETEMBRO DE 1999

Modo de funcionamento

Aproveitando a experiência dos dois congressos anteriores, que se saldaram por um assinalável êxito, procuraremos agora tentar fazer, se possível, ainda melhor, introduzindo algumas modificações ao esquema de organização e de funcionamento desta reunião científica ibérica.

O 3º Congresso de Arqueologia Peninsular funcionará basicamente por *sessões autónomas*, cada uma delas incidindo sobre um tema e organizada por um ou, preferivelmente, dois coordenadores (neste último caso, um espanhol e um português) convidados pelos secretários gerais. Estes coordenadores de sessão (correspondentes aos antigos presidentes de sessão, mas agora com um papel mais activo) encarregar-se-ão de, por sua vez, convidar um ou mais especialistas (de acordo com a disponibilidade de tempo, ou “módulo” da respectiva sessão, como adiante se explicitará) para apresentarem comunicações, que abrirão cada sessão, e que durarão 30 m. cada. As restantes comunicações serão escolhidas de entre aquelas que forem propostas pela comunidade arqueológica, e terão a duração, cada uma, de 20 m. Todas as outras comunicações sobre a mesma unidade temática, que não caibam neste formato, poderão ser apresentadas durante todo o congresso sob a forma de “poster” e posteriormente publicadas em igualdade de circunstâncias com as restantes. Cada sessão dará lugar a um volume autónomo, organizado pelo(s) coordenador(es) de sessão e pelos secretários gerais, embora, naturalmente, com a menção explícita do congresso e com um grafismo geral uniformizado.

Parece-nos preferível este esquema, mais descentralizador e maleável, do que o de um congresso rígido, com toda a coordenação centralizada, incluindo a publicação de Actas. Todavia, e de acordo com as decisões de Zamora, o processo será executado sob a coordenação geral, executiva, dos secretários gerais, e, para as questões de conteúdo, com o permanente apoio da Comissão Científica (portuguesa e espanhola) que se procurará que sancione, ou corrija, todas as decisões de fundo a tomar ao longo do processo de preparação, de realização, e de publicação do Congresso.

Durante o mesmo, e em termos de tempo ocupado, haverá quatro módulos possíveis de sessão: sessão de manhã completa (dias 24, 25 e 26), sessão de tarde completa (dias 23 e 24), sessão da manhã do dia 23 e sessão da tarde do dia 26. Estas duas últimas serão naturalmente encurtadas, uma pela cerimónia inaugural, e a outra pela de encerramento.

Dadas as disponibilidades do “campus” da UTAD, em qualquer dos “módulos” referidos funcionarão várias sessões em simultâneo, devidamente identificadas no programa final. Se um tema se revelar particularmente importante, ultrapassando mesmo as dimensões do módulo da tarde (maior do que o da manhã) poderá, excepcionalmente, ocupar mais do que uma sessão, sendo então cada uma dessas sessões identificada com o respectivo título seguido do nº latino: I e II. Só quando se dispuser do conjunto de comunicações

aceites pela Comissão Científica para cada tema será possível “encaixá-lo” definitivamente num dos módulos temporais previstos.

Os coordenadores de cada sessão elaborarão, no final, um pequeno texto de conclusões e, se for caso disso, de propostas, que serão apresentadas na sessão de encerramento.

Para melhor compreensão de como tudo se vai processar, explicita-se, a seguir, o “esqueleto” (aproveitamento de tempo) de programa científico dos dias 23 a 26 (para outros aspectos, *v.*, a seguir, Programa Geral).

Dia 23

Sessões da manhã, a seguir à cerimónia inaugural e a um curto intervalo:

11,00 h. - 11,30 h. - 1ª comunicação de introdução do tema (convidada).

11,30 h. - 11,50 h. - 2ª comunicação (proposta).

11,50 h. - 12,10 h. - 3ª comunicação (proposta).

12,10 h. - 12,30 h. - 4ª comunicação (proposta).

12,30 h. - 13,15 h. - Debate.

Intervalo para almoço.

Sessões da tarde:

15,00 h. - 15,30 h. - 1ª comunicação de introdução ao tema (convidada).

15,30 h. - 16,00 h. - 2ª comunicação de introdução ao tema (convidada).

16,00 h. - 16,20 h. - 3ª comunicação (proposta).

16,20 h. - 16,40 h. - 4ª comunicação (proposta).

16,40 h. - 17,00 h. - 5ª comunicação (proposta).

17,00 h. - 17,45 h. - Debate.

Intervalo para café (15 m.).

17,45 h. - 18,05 h. - 6ª comunicação (proposta).

18,05 h. - 18,25 h. - 7ª comunicação (proposta).

18,25 h. - 18,45 h. - 8ª comunicação (proposta).

18,45 h. - 19,05 h. - 9ª comunicação (proposta).

19,05 h. - 20,00 h. - Debate.

Dia 24

Sessões da manhã:

09,00 h. - 09,30 h. - 1ª comunicação de introdução do tema (convidada).

09,30 h. - 10,00 h. - 2ª comunicação de introdução do tema (convidada).

10,00 h. - 10,20 h. - 3ª comunicação (proposta).

10,20 h. - 10,40 h. - 4ª comunicação (proposta).

10,40 h. - 11,30 h. - Debate.

11,30 h. - 11,50 h. - 5ª comunicação (proposta).

11,50 h. - 12,10 h. - 6ª comunicação (proposta).

12,10 h. - 12,30 h. - 7ª comunicação (proposta).

12,30 h. - 13,15 h. - Debate.

Intervalo para almoço.

Sessões da tarde:

15,00 h. - 15,30 h. - 1ª comunicação de introdução ao tema (convidada).

15,30 h. - 16,00 h. - 2ª comunicação de introdução ao tema (convidada).

16,00 h. - 16,20 h. - 3ª comunicação (proposta).

16,20 h. - 16,40 h. - 4ª comunicação (proposta).

16,40 h. - 17,00 h. - 5ª comunicação (proposta).

17,00 h. - 17,45 h. - Debate.

Intervalo para café (15 m.).

17,45 h. - 18,05 h. - 6ª comunicação (proposta).

18,05 h. - 18,25 h. - 7ª comunicação (proposta).

18,25 h. - 18,45 h. - 8ª comunicação (proposta).

18,45 h. - 19,05 h. - 9ª comunicação (proposta).

19,05 h. - 20,00 h. - Debate.

Dia 25

Sessões da manhã:

09,00 h. - 09,30 h. - 1ª comunicação de introdução do tema (convidada).

09,30 h. - 10,00 h. - 2ª comunicação de introdução do tema (convidada).

10,00 h. - 10,20 h. - 3ª comunicação (proposta).

10,20 h. - 10,40 h. - 4ª comunicação (proposta).

10,40 h. - 11,30 h. - Debate.

11,30 h. - 11,50 h. - 5ª comunicação (proposta).

11,50 h. - 12,10 h. - 6ª comunicação (proposta).

12,10 h. - 12,30 h. - 7ª comunicação (proposta).

12,30 h. - 13,15 h. - Debate.

Intervalo para almoço.

Tarde:

Excursão.

Dia 26

Sessões da manhã:

09,00 h. - 09,30 h. - 1ª comunicação de introdução do tema (convidada).

09,30 h. - 10,00 h. - 2ª comunicação de introdução do tema (convidada).

10,00 h. - 10,20 h. - 3ª comunicação (proposta).

10,20 h. - 10,40 h. - 4ª comunicação (proposta).

10,40 h. - 11,30 h. - Debate.

11,30 h. - 11,50 h. - 5ª comunicação (proposta).

11,50 h. - 12,10 h. - 6ª comunicação (proposta).

12,10 h. - 12,30 h. - 7ª comunicação (proposta).

12,30 h. - 13,15 h. - Debate.

Intervalo para almoço.

Sessões da tarde:

15,00 h. - 15,30 h. - 1ª comunicação de introdução ao tema (convidada).

15,30 h. - 15,50 h. - 2ª comunicação (proposta).

15,50 h. - 16,10 h. - 3ª comunicação (proposta).

16,10 h. - 16,30 h. - 4ª comunicação (proposta).

16,30 h. - 17,00 h. - Debate.

17,00 h. - 17,30 h. - Intervalo.

17,30 h. - Cerimónia de encerramento.

Programa Geral

Terça-feira, 22 de Setembro

15,00 h. Abertura do Secretariado, para entrega de documentação e atendimento geral.
17,00 h. Conferência de imprensa.

Quarta-feira, 23 de Setembro

09,00 h. Reabertura do Secretariado (até dia 25 às 17 h.).
09,30 h. Cerimónia inaugural.
11,00 h. Sessões de trabalho.
Em cada sessão da manhã: 4 comunicações e 1 debate.
15,00 h. Sessões de trabalho.
Em cada sessão da tarde: 9 comunicações e 2 debates.

Quinta-feira, 24 de Setembro

09,00 h. Sessões de trabalho.
Em cada sessão da manhã: 7 comunicações e 2 debates.
15,00 h. Sessões de trabalho.
Em cada sessão da tarde: 9 comunicações e 2 debates.

Sexta-feira, 25 de Setembro

MANHÃ: 09,00 h. Sessões de trabalho.
Em cada sessão: 7 comunicações e 2 debates.
TARDE: excursão (oferecida pelo Congresso, em Trás-os-Montes).

Sábado, 26 de Setembro

09,00 h. Sessões de trabalho.
Em cada sessão da manhã: 7 comunicações e 2 debates.
15,00 h. Sessões de trabalho.
Em cada sessão da tarde: 4 comunicações e 1 debate.
17,30 h. Cerimónia de encerramento.

Domingo, 27 de Setembro

Excursões pós-Congresso (por inscrição).

Para outras informações, contactar:

3º Congresso de Arqueologia Peninsular - Secretariado geral para Espanha
A/C Prof. Doutor Alfonso Moure Romanillo - Vicerrector - Universidad de Cantabria -
Pabellón de Gobierno - Av. Los Castros s/n - 39005 Santander - España
Fax (0034) 942201070

Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular (ADECAP)
Rua Aníbal Cunha, 39 - 3º andar - sala 7 - 4050 Porto - Portugal
Fax (0)2-2026903

Ou: Comissão Executiva do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular
A/C Dra. Mila Simões de Abreu
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Geociências
Campus da Quinta dos Prados - Apartado 202 - 5001 Vila Real - Portugal
Fax (0)59-325058

Se não é sócio da SPAE e
deseja adquirir as suas publicações
contacte:

LIVRARIA
LEITURA
FERNANDES & BRANCO, LDA.

Rua de Ceuta, 88
4050 PORTO - PORTUGAL
Fax:(0)2 - 2001904

Acaba de sair o livro

“RECUPERAR O ESPANTO.
O OLHAR DA ANTROPOLOGIA”

Porto, Ed. Afrontamento, 1997

(Coord. de V. O. Jorge e R. Iturra; colab. de 13 autores)

Col. “Histórias e Ideias”, nº 8.

SÉRIE “TRABALHOS EVENTUAIS”

Volumes publicados

1 – Arqueologia na Serra da Aboboreira. Lista Bibliográfica. 1993, por Margarida Santos Silva, 1993 (400\$00).

2 – Novas Datas para Mamoas do Alto da Portela do Pau. Castro Laboreiro (Melgaço), por Vítor Oliveira Jorge e Fernán Alonso Mathías, 1996 (temporariamente esg°).

3 – Escavação da Mamoa 6 do Alto da Portela do Pau. Castro Laboreiro (Melgaço), por Vítor Oliveira Jorge, António Martinho Baptista, Eduardo Jorge Lopes da Silva e Susana Oliveira Jorge, 1997 (750\$00).

4 – Escavação da Mamoa 3 do Alto da Portela do Pau. Castro Laboreiro (Melgaço), por Vítor Oliveira Jorge, António Martinho Baptista, Eduardo Jorge Lopes da Silva e Susana Oliveira Jorge, 1997 (1000\$00).

Em preparação

5 – Escavação da Mamoa 2 do Alto da Portela do Pau. Castro Laboreiro (Melgaço) (1992-94), por Vítor Oliveira Jorge, Eduardo Jorge Lopes da Silva, António Martinho Baptista e Susana Oliveira Jorge, 1997.

Pedidos a:

Livraria Leitura

Rua de Ceuta, 88 - 4050 PORTO - PORTUGAL

FAX: (0)2-2001904

E R R A T A
dos TAE, vol. 37, fascs.1-2

PÁGINA	LINHA	ONDE SE LÊ	DEVE LER-SE
109	3	os exemplos	exemplos
112	35	etnographic	ethnographic
113	46	<i>symboliccapital</i>	<i>symbolic capital</i>
114	1	woder	wider
119	3	<i>Civilization..</i>	<i>Civilization.</i>
128	7	das	dos
144	18	(1966)	(1966)(org.)
149	4	grating	granting
162	14	(1988)	BASTOS, CRISTIANA (1988)
168	3	alp	<i>alp</i>
171	13	1959:48) mais	1959:48). É mais
178	16	terceira	terceiro
183	10	Schmok	Schmook
186	14	3,99	4
188	6	puderia	poderia
225	39	Rol	<i>Rol</i>
238	36	–	<i>Julho de 1996</i>

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Vols. 36-38 1996-1998

Conselho Redactorial

Augusto Santos Silva (FEUP)
Cláudio Torres (C. A. Mértola)
Henrique Gomes de Araújo (direcção SPAE)
Brian J. O'Neill (ISCTE)
João Pina Cabral (ICS)
Jorge de Alarcão (FLUC)
Jorge Freitas Branco (ISCTE)
José Carlos Gomes da Silva (ISCTE)
José Fialho (APA)
Manuel Rodrigues de Areia (Dep. Antropologia, FCUC)
Mário Jorge Barroca (FLUP)
Nélia Dias (ISCTE)
Paulo Castro Seixas (Univ. F. Pessoa)
Raúl Iturra (Presidente da Direcção da APA)
Susana Oliveira Jorge (FLUP)

Os artigos propostos para publicação nos TAE serão,
em regra, lidos por dois dos elementos do Conselho Redactorial.

NESTE VOLUME

Novas perspectivas sobre sociedades de caçadores-recolectores. Revisão crítica de "Man the Hunter"

O que podem as emoções?
Antropologia histórica do Vinho do Porto

Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua arqueologia

Réplica a Virgílio H. Correia

Teologia moral e relações de parentesco. Leitura antropológica do livro "Practica do Confessionário" de 1737

Managing a new rock art site

DOSSIER: FAMÍLIA E HERANÇA EM PORTUGAL - II:

A posição familiar dos jovens no século XVIII

A família como ideologia e prática na indústria têxtil do Noroeste de Portugal na época de Salazar, 1930-70

Casas suburbanas e estilos de vida rurais no Sul de Portugal

Vila Velha revisitada: anti-anti Cutileiro?

Comunidade, espaço, localidade - algumas reflexões suscitadas por um estudo de caso

Posfácio

